

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**REDES E MEANDROS DA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O
PRIVADO NO PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO SUDOESTE DO PARANÁ –
UNICS: A ARTE DE CAIR EM PÉ**

LEANDRO TURMENA

**MARINGÁ
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**REDES E MEANDROS DA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O
PRIVADO NO PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO SUDOESTE DO PARANÁ –
UNICS: A ARTE DE CAIR EM PÉ**

Tese apresentada por LEANDRO TURMENA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação. Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr.: MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

MARINGÁ
2016

LEANDRO TURMENA

**REDES E MEANDROS DA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO
PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
CATÓLICO DO SUDOESTE DO PARANÁ – UNICS: A ARTE DE CAIR EM PÉ**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Adair Ângelo Dalarosa
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Prof. Dra. Giselle Cristina Martins Real
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dra. Elaine Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá - UEM

21 de março de 2016

Dedico este trabalho à minha mãe (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À Ariane pelo incentivo, apoio e compreensão.

Aos meus pais Albino e Elza (*in memoriam*) pela vida, exemplo de luta e dedicação no trabalho, e à minha família.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade de estudo.

Ao orientador Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo pelos momentos de reflexão e orientações teórico-metodológicas.

Aos membros da Banca Examinadora pelas valiosas contribuições e sugestões.

Às colegas professoras do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná – *campus* Palmas pela colaboração durante o período de viagens para cursar as disciplinas e, aos colegas professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *campus* Dois Vizinhos, pela possibilidade de afastamento no período final de redação da tese.

Aos entrevistados, pela atenção, disponibilidade e colaboração.

Ao CPEA pela contribuição na disponibilidade de materiais e documentos.

Aos amigos que colaboraram durante o processo de estudos.

Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas (OC, Marx).

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho. De observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles (Que fazer? – Lênin).

TURMENA, Leandro. **REDES E MEANDROS DA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO SUDOESTE DO PARANÁ – UNICS: A ARTE DE CAIR EM PÉ.** 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa investiga os meandros e as redes da relação público/privado que consistiu na implantação do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Palmas no ano de 2009, explicitando a que demandas sociais correspondeu o processo de “federalização” do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS). A pesquisa está assentada, epistemologicamente, no método do materialismo histórico dialético e, metodologicamente consultadas fontes primárias (leis, documentos, entre outros), entrevistas com os envolvidos diretamente no processo estudado e levantamento bibliográfico em obras clássicas, livros, artigos de periódicos, entre outros materiais. Primeiramente foi apontado o cenário da educação superior nos governos de FHC e Lula, e, em particular, a expansão numérica de instituições, na sua maioria privadas. Em seguida, problematizou-se sobre o desenvolvimento histórico de Palmas e a Igreja Católica neste contexto. Posteriormente abordou-se a historicidade do ensino superior em Palmas e o processo de implantação do Instituto Federal (IF). Constatou-se que, a implantação do ensino superior em Palmas, gestado pela Igreja Católica na década de 1960 e, mantida pelo Centro Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA), balizado pelas políticas educacionais dos governos militares, enfrentou, no decorrer de sua história, problemas de ordem financeira fazendo com que seus gestores e sua mantenedora recorressem, em algumas ocasiões, ao Estado, visando pleitear subsídios que garantissem a manutenção das atividades. A partir do primeiro quinquênio do ano 2000 a crise financeira se agravou ocasionada pela diminuição do número de alunos. Neste sentido, houve um movimento conduzido pelo CPEA/UNICS, apoiado por políticos dos poderes executivo e legislativo, empresários/comerciantes, conduzido pela relação de amizade entre o Bispo Emérito da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, Dom Agostinho José Sartori e o governador do Paraná, Roberto Requião para a “federalização” do UNICS. Este processo se concretizou numa triangulação das esferas público federal, público estadual e privado – o Estado do Paraná procedeu a desapropriação da estrutura física, indenizando a mantenedora, e transferiu ao governo Federal para a implantação de um *campus* do IF – para a qual foram determinantes as relações de patrimonialismo e afinidades pessoais, demonstrando que ainda não se superou no Brasil a distinção entre público e privado confundindo-os, neste caso, ainda mais. O estudo demonstrou também, que a “federalização” não foi um projeto de política pública de Estado para atender as demandas sociais e necessidades da classe trabalhadora por educação pública e gratuita. Foi um projeto arquitetado pela Igreja Católica tendo como representante o CPEA, fazendo uso do Estado para salvar a sua falência. Foi literalmente a “arte de cair em pé”.

Palavras-chave: Estado. História da Educação. Ensino superior. CPEA/UNICS. Governo do Paraná. IFPR.

TURMENA, Leandro. **NETWORKS AND INTRICACY BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE IN THE FEDERALIZATION PROCESS OF THE CATHOLIC UNIVERSITY CENTER OF SOUTHWEST PARANÁ – UNICS: COME OUT OF IT IN THE BEST POSSIBLE SHAPE.** 296 f. Dissertation (Doctorate of Education) – State University of Maringá. Advisor: Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2016.

ABSTRACT

This research investigates the networks and intricacy of public / private relationship which consisted on the implementation of the Federal Institute of Paraná (IFPR), campus Palmas in 2009, explaining what social demands corresponded to the process of "federalization" of the Catholic University Center of southwest Paraná - UNICS. The research is epistemologically based on the dialectical and historical materialism method, primary sources (laws, documents and others) methodologically consulted, interviews with the ones directly involved in the studied process, and literature findings in classical works, books, journal articles, among other materials. It was first pointed out the scenario of higher education in the FHC and Lula governments, and in particular, the numerical expansion of institutions, mostly private ones. Then it was discussed the historical development of Palmas and the Catholic Church in this context. Later, the historicity of higher education in Palmas and the implementation process of the Federal Institute (FI). It was found that the implementation of higher education in Palmas, gestated by the Catholic Church in the 1960s and maintained by the Education and Assistance Center Dom Carlos (CPEA), marked by the educational policies of the military government, faced financial problems in the course of history, this way taking its managers and sponsor to resort to the State for money in order to help keep the educational activities. In early 2000s, the financial crisis worsened, causing a decrease in the number of students. In this sense, there was a movement led by CPEA / UNICS, supported by politicians from the executive and legislative branches, traders/ businessmen, led by the friendship between Emeritus Bishop of Diocese of Palmas-Francisco Beltrão, Dom Agostinho Jose Sartori and the governor of Parana, Roberto Requião for the "federalization" of UNICS. This process was possible due to the union of the three spheres: federal, state and private. The State of Paraná held expropriation of the physical structure, indemnifying the sponsor, and transferring to the Federal Government for the implementation of a campus FI – For this to happen, the patrimonial relationships and personal affinities were very important, showing that in Brazil the distinction between public and private has not exceeded yet, in this case, making them even more confusing. The study also showed that the "federalization" was not a State public policy project to meet social demands and needs of the working class for free and public education. It was a project devised by the Catholic Church having CPEA as a representative making use of the state to avoid its bankruptcy. It was literally "the art of bouncing back from a hard time."

Key words: State. History of Education. Higher education. CPEA / UNICS. State of Paraná. IFPR.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
LISTA DE SIGLAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	20
1. ESTADO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC E LULA.....	37
1.1 O ESTADO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO FHC.....	37
1.2 O ESTADO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA.....	50
1.2.1 Os Institutos Federais.....	63
1.3 EM BUSCA DE UMA SÍNTESE.....	79
2. MUNICÍPIO DE PALMAS/PR: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	90
2.1 GÊNESE HISTÓRICA DE PALMAS.....	90
2.2 A IGREJA CATÓLICA EM PALMAS E REGIÃO.....	96
2.3 PALMAS: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS.....	107
3. ENSINO SUPERIOR EM PALMAS: DE 1968 A 2009.....	123
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	123
3.2 CRISE FINANCEIRA DO UNICS.....	143
3.3 BUSCAS DE ALTERNATIVAS PARA A CRISE.....	174
4. O PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO UNICS.....	190
4.1 A IMPLANTAÇÃO DO IFPR – <i>CAMPUS</i> PALMAS.....	190
CONCLUSÃO.....	229
REFERÊNCIAS.....	236
ANEXOS.....	266
ANEXO I: Maquete do <i>campus</i> universitário, abertura da estrada de acesso, início das obras e, estrutura do <i>campus</i> nos anos de 1990.....	267
ANEXO II: Visitas do Bispo Diocesano e membros do CPEA e UNICS aos políticos.....	270
ANEXO III: Estrutura física das Faculdades de Palmas, hoje, IFPR - <i>campus</i> Palmas.....	272
ANEXO IV: Integrantes do CPEA e UNICS visitam parlamentares em Brasília-DF.....	281
ANEXO V: Integrantes do UNICS e CPEA em encontro referente à criação dos <i>campi</i> da UFFS.....	282
ANEXO VI: Encontro entre o Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão e o Núncio Apostólico do Brasil.....	283

ANEXO VII: Bispos da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão e membros do CPEA/UNICS em visita ao Governador Roberto Requião.....	284
ANEXO VIII: Missa e confraternização de encerramento das atividades do UNICS.....	286
ANEXO IX: Solenidade de desapropriação do UNICS e instalação do IFPR.....	288
ANEXO X: Roteiro de entrevistas semi-estruturadas.....	296

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Percurso da educação profissional, técnica e tecnológica.....	67
Figura 02: Mapa - Institutos Federais implantados em 2008.....	68
Figura 03: Mapa - Localização dos <i>campi</i> e Unidades do IFPR.....	70
Figura 04 – Receitas das empresas educacionais de capital aberto, gasto com professores e alunos com Fies.....	85
Figura 05 – Mapa de localização do Sudoeste do Paraná.....	107
Figura 06 – Mapa da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.....	108
Figura 07 – Mapa do Sudoeste do Paraná.....	110
Figura 08 - Mapa do Estado do Paraná e o Município de Palmas.....	111
Figura 09 - Divisas territoriais do Município de Palmas.....	112
Figura 10: População ocupada segundo as atividades econômicas.....	117
Figura 11: Estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas...	118
Figura 12: Dados educacionais de Palmas.....	120
Figura 13: Dados gerais do ensino superior – Instituição, caráter, vagas, média das mensalidades, mensalidades mais baixas e mensalidades mais altas.....	146
Figura 14: Cursos, IES e vagas na região de abrangência do UNICS.....	150
Figura 15: Ensino Médio (público e privado) – período de 2009 a 2014.....	153
Figura 16: Ensino Médio (Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina) – 2009 a 2014.....	154
Figura 17: Evolução – Ensino Médio (2009 a 2014).....	156
Figura 18: IDH (renda, longevidade e educação) – Município de abrangência direta e indireta. Sudoeste/PR e Oeste/SC.....	158
Figura 19: Procedência dos alunos matriculados no UNICS – período 01/2004 a 01/2009.....	159

Figura 20: Mapa dos alunos matriculado no UNICS – período de 01/2004 a 01/2009.....	161
Figuras 21: Total de alunos ingressantes - 2004 a 2009.....	162
Figura 22: Total de alunos entrantes - 2004 a 2009.....	163
Figura 23: Total de alunos entrantes - 2004 a 2009, em porcentagem.....	163
Figura 24: Evasão por curso – 2000 a 2008.....	165
Figura 25: Orçamento do UNICS – primeiro semestre de 2009.....	165
Figura 26: Resultado financeiro por curso.....	167
Figura 27: Região de abrangência do UNICS.....	185
Figura 28: Vinculações institucionais.....	225
Figura 29: Relações institucionais da Igreja Católica, CPEA e UNICS.....	226

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Municípios do Sudoeste do Paraná - Área total (Km ²), Altitude (m), Instalação e Desmembramento.....	109
Quadro 02: Cursos de Graduação. Ano/Semestre: Início e Término.	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2002.....	46
Tabela 02: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2002.....	46
Tabela 03: Distribuição Percentual do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa - Brasil - 1995-2002.....	47
Tabela 04: Evolução do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa - Brasil - 1995-2002.....	47
Tabela 05: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 2003-2010.....	60
Tabela 06: Distribuição Percentual do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa - Brasil - 2003-2010.....	61
Tabela 07: Brasil, Paraná e Palmas – IDH (renda, longevidade e educação): 1991/2000 e 2010.....	113
Tabela 08: População de Palmas: Total, urbana e rural.....	114
Tabela 09: População em situação de extrema pobreza por faixa etária – Município de Palmas.....	116
Tabela 10: Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – Município de Palmas.....	116
Tabela 11: Escolaridade da população de 25 anos ou mais em Palmas.....	121
Tabela 12: Cursos, vagas ofertadas e matriculados no UNICS.....	144

LISTA DE SIGLAS

ACAMSOP M'14	– Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná – Microrregião 14
ACIPA	– Associação Comercial e Empresarial de Palmas
AMSOP	– Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
AMSULPAR	– Associação dos Municípios Sul Paranaense
APL	– Arranjo Produtivo Local
BIRD	– Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	– Banco Mundial
CACU	– Comissão de Avaliação de Conteúdos do UNICS
CADE	- Conselho Administrativo de Defesa Econômico
CAGED	– Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
CANGO	– Colônia Nacional General Ozório
CCT	– Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia
CEFET-PR	– Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CELAM	– Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESREAL	– Centro de Ensino Superior de Realeza
CESUL	– Centro Sulamericano de Ensino Superior
CFE	– Conselho Federal de Educação
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	– Conselho Nacional de Educação
CNPJ	– Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONCEFET	– Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica
CONDETUF	– Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais
CONEAF	– Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais
CONSUN	– Conselho Universitário do UNICS
COPE	– Comitê de Pesquisa e Extensão

CPEA	– Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos
DERAL	– Departamento de Economia Rural
DOU	– Diário Oficial da União
EAD	– Educação a Distância
EISPAL	– Escola de Integração Social de Palmas
ENADE	– Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC-Provão	– Exame Nacional de Cursos
EPCT	– Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	– Rede de Educação Profissional e Tecnológica
ET-UFPR	– Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
FACE	– Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória
FACIBEL	– Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão
FACEPAL	– Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas
FACIPAL	– Faculdades Integradas Católicas de Palmas
FADEP	– Faculdade de Pato Branco
FAF	– Faculdade da Fronteira
FAFI	– Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas
FAMPER	– Faculdade de Ampére
FESC	– Fundação de Ensino Superior de Clevelândia
FIES	– Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FUNESP	– Fundação de Ensino Superior de Pato Branco
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IES	– Instituição de Ensino Superior
IESDE	– Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino
IF	– Instituto Federal
IFPR	– Instituto Federal do Paraná

IFET	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	– Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragem
MARE	– Secretaria da Administração Federal em Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado.
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	– Ministério da Educação
MST	- Movimento Sem Terra
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
MIN	– Ministério da Integração Nacional
OMC	– Organização Mundial do Comércio
PACE	– Programa de Assistência Complementar ao Estudante
ONGs	– Organizações Não-Governamentais
PBIS	– Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social
PDCT	– Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	– Produto Interno Bruto
PIBIC	– Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	– Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PL	– Projeto de Lei
PME	– Plano Municipal de Educação
PNAES	– Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	– Plano Nacional de Educação
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREPPG	– Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação

PROEXT	– Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROGEPE	– Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação
PRONATEC	– Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	– Programa Universidade para Todos
PT	– Partido dos Trabalhadores
PUC	– Pontifícia Universidade Católica
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
RBJ	– Rede Bom Jesus de Comunicação
REUNI	– Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIS	– Relatório de Informações Sociais
SAGIS	– Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação
SEAB	– Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná
SEPL	– Secretaria de Planejamento
SETEC	– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETI	– Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SESU	– Secretaria de Educação Superior
SINAES	– Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TECPAR	– Instituto de Tecnologia do Paraná
TFI	– Território Federal do Iguaçu
UAB	– Universidade Aberta do Brasil
UEL	– Universidade Estadual de Londrina
UEM	– Universidade Estadual de Maringá
UEP	– Unidade de Educação Profissional
UEPG	– Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFFS	– Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGFM	– Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICENTRO	– Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICS	– Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná
UNIOESTE	– Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	– Universidade Paranaense
UNISEP	– União de Ensino do Sudoeste do Paraná
UNIVALE	– Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu
UNOPAR	– Universidade Norte do Paraná
USAID	– United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
UTF	– Universidade Tecnológica Federal
UTFPR	– Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UVEPAR	– União dos Vereadores do Paraná
VBP	– Valor Básico da Produção
VIZIVALI	– A Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva explicitar os meandros e as redes da relação público/privado que consistiu na implantação do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Palmas no ano de 2009, explicitando a que demandas sociais correspondeu o processo de “federalização” do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS).

Defende-se a tese de que a implantação do IFPR se deu numa triangulação das esferas público federal, público estadual e privado em que foram determinantes relações de patrimonialismo e afinidades pessoais, demonstrando que ainda não se superou no Brasil a distinção entre público e privado confundindo-os, neste caso, ainda mais. A “federalização” do UNICS não foi um projeto de política pública de Estado para atender as demandas sociais e necessidades da classe trabalhadora por educação pública básica, técnica/profissional e superior. Foi um projeto arquitetado pela Igreja Católica tendo como representante o Centro Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA), que fez uso do Estado para evitar a sua possível falência. Foi literalmente a “arte de cair em pé”.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar estudos feitos no Programa de Mestrado em Educação, realizado durante o período de 2008 a 2009 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o qual resultou na dissertação “O público, o privado e o Estado sob a lógica do capital: a expansão do ensino superior no Sudoeste do Paraná”. Neste estudo investigou-se a expansão do ensino superior no Sudoeste do Paraná no período de 1967 a 2009. O recorte feito indicou a origem da primeira Instituição de Ensino Superior (IES) na região, na década de 1960, no município de Palmas-PR, e a proliferação de novas instituições a partir da Lei 9.394/96. A pesquisa possibilitou explicitar os determinantes políticos e econômicos da expansão do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná e as contradições deste processo. Constatou-se, portanto, que a expansão articulou-se dialeticamente com o modo de produção capitalista. O Estado assume a gestão e o financiamento das demandas da sociedade, legislando de modo a financiar as vagas das instituições privadas.

Assim, contraditoriamente houve a oferta, mesmo que reduzida, de ensino superior público. A pesquisa evidenciou que o ensino superior que se expande na lógica do mercado é fruto do “mercado do conhecimento”, aplicado à formação do trabalho complexo para atender a lógica do “conhecimento para o mercado” sob o discurso ideológico do desenvolvimento e da empregabilidade, o que tem atraído a burguesia de serviços educacionais, embora atualmente haja crise no setor. A pesquisa explicitou que as lógicas do capital indicam um desenvolvimento das forças produtivas com base na formação em nível superior para o mercado de trabalho, e que não tem como princípio norteador o desenvolvimento da pesquisa e a produção de conhecimento, pelo menos na região investigada. Acima de tudo, busca capacitar trabalhadores para o mercado de trabalho e para a reserva de mão de obra com qualificação mínima, o que tem pouco a contribuir para a formação de cidadãos críticos.

Os motivos que encaminham a definição do problema desta tese remetem à minha trajetória no UNICS como acadêmico, professor e pesquisador. Foi nesta instituição que concluí o curso de pedagogia em 2007 e, que iniciei, no ano de 2008, minha carreira como professor universitário. Após o desenrolar do processo de “federalização” prestei concurso público para docente neste mesmo local, trabalhando no Instituto Federal (IF) de Palmas entre agosto/2010 a dezembro/2013. O que também motivou esta tese foi no intuito de contribuir para o campo de pesquisas sobre políticas educacionais no Brasil, em particular no Estado do Paraná.

O ensino superior privado na região Sudoeste do Paraná, nas últimas décadas, sofreu uma significativa diminuição no número de matrículas acarretando numa crise financeira que resultou no enfraquecimento da IES mais antiga do Sudoeste do Paraná, o UNICS, localizada em Palmas-PR. O Centro Universitário é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter *comunitário* e *confessional*¹ atrelado à Igreja Católica da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão e administrada e mantida pelo CPEA.

¹ As instituições de educação superior no Brasil estão organizadas sob as seguintes categorias administrativas ou formas de natureza jurídica: *Públicas* e *Privadas*. As *Públicas* são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser: *Federais* - mantidas e administradas pelo Governo Federal; *Estaduais* - mantidas e administradas pelos governos dos estados e *Municipais* - mantidas e administradas pelo poder público municipal. As

Após alguns anos de enfrentamento da crise financeira, houve um movimento conduzido pelos gestores do UNICS e do CPEA na tentativa de tornar pública esta instituição como uma forma de garantir a existência da IES e como estratégia dos dirigentes locais da Igreja (autoridades) de “cair em pé”, ou seja, a saída para a *falência do UNICS*² seria garantida por meio da ação do Estado em assumi-la contemplando Palmas com uma instituição federal de ensino superior. Portanto, segundo a ótica da Igreja Católica, seria deixado um legado para Palmas e região, uma instituição federal de ensino superior, sem sombra de dúvida de extrema importância, e que atenderia as demandas sociais por educação pública. Todavia, não nos propomos a discutir o mérito qualitativo de se ter uma instituição pública ou privada em Palmas. Então, as alternativas para a “federalização” foram buscadas, pois o UNICS estava em crise financeira o que acarretaria num curto prazo seu fechamento. Do contrário, provavelmente não existiria, hoje, Instituto Federal (IF) em Palmas.

Este processo de negociação envolvendo o UNICS/CPEA, políticos, governo do Estado do Paraná, governo Federal e IFPR se convencionou chamar de federalização do UNICS. Etimologicamente federalizar significa tornar-se federal. No entanto, no texto será empregada a expressão “federalização” entre aspas, pois entende-se que o UNICS não foi federalizado, ele deixou de existir a partir do momento de sua desapropriação feita pelo governo do Estado do Paraná

Privadas são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem se organizar como: *Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido estrito* - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e *Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser: Comunitárias* - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; *Confessionais* - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas e *Filantrópicas* - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração. Fonte: INEP, 2010.

² A falência do centro universitário é entendida, objetivamente, pela diminuição no número de alunos acarretando, em consequência, na diminuição das receitas. No entanto, há possíveis outros fatores que, historicamente, contribuíram para agravar a crise financeira: a) falta, a tempo hábil, de reestruturar administrativamente a instituição, a partir dos rigores da administração científica empresarial e; b) a arrecadação financeira do UNICS era repassada para a sua mantenedora, o CPEA, que também mantinha outras instituições. Sabe-se, portanto, que o centro universitário, em muitas ocasiões pagava a conta, que não era dele, por exemplo: com as ações judiciais enfrentados pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI) em Dois Vizinhos/PR, oriundos do caso VIZIVALI/ Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE).

o qual passou sua estrutura física ao governo Federal para que fosse criado um *campus* do IFPR.

O UNICS conduziu suas atividades educacionais até final de 2009. Após negociações, a “federalização” ocorreu em 17 de março 2010, quando aconteceu o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e, a instalação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, denominado Complexo Tecnológico D. Agostinho José Sartori, por meio do Decreto nº. 6.493 do Governo do Estado do Paraná, publicado no Diário Oficial do Paraná nº. 8181 na mesma data.

Posterior a isso, no dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, por meio da Portaria nº. 728/2010, publicada no DOU nº. 112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, e declarou extinto o UNICS. OIFPR – Palmas iniciou suas atividades do ano letivo em agosto de 2010. Entretanto, a criação do IFPR, *campus* Avançado de Palmas se deu mais tarde, por meio da Portaria do MEC nº. 1.366 de 06 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U., seção 1, nº. 234, quarta-feira, 08 de dezembro de 2010, p. 07.

Portanto, o *campus* Palmas tem algumas especificidades que diferem na forma como foram instalados os demais *campi* do Paraná, pois houve a incorporação dos acadêmicos e dos cursos de nível superior oriundos de outra instituição que passaram a cursar seus cursos numa instituição federal.

Outra especificidade desse *campus* se refere ao fato de que a tendência dos IFs é iniciar as atividades ofertando educação profissional técnica de nível médio, como, também, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (BRASIL, 2008, art. 7, incisos I e II) e, progressivamente, havendo a verticalização dos cursos. No caso de Palmas inicia-se com cursos de nível superior.

Numa perspectiva de totalidade observa-se que as contradições do mundo do trabalho, conhecimento e ensino superior demandaram uma atuação do Estado que acarretou na expressiva expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), e especificamente a educação em nível superior nos IFs.

Para que o conteúdo contido nos capítulos fosse exposto, constituindo esta tese, o método de análise se propôs a pensar a totalidade não negando as partes

e nem analisando-as abstraídas do todo. Observam-se, sim, as contradições entre as partes, bem como a união entre elas. Segundo Marx (1983, p. 20), neste sentido,

É sem dúvida necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori.

Portanto, com o objetivo de captar detalhadamente a materialidade do objeto, a pesquisa, metodologicamente, seguiu os seguintes passos: a) Análise em fontes primárias: leis, documentos, decretos, resoluções, dados coletados junto aos órgãos oficiais (Governo Federal, Ministério da Educação - MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, etc.), referentes ao objeto de estudo; b) Estudo do processo de implantação do IPR - *campus* Palmas: entrevistas semi-estruturadas (coleta de informações dos sujeitos a partir do discurso livre, ficando o entrevistador em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo no intuito de conduzir a entrevista, ocorrendo um diálogo entre o pesquisador e o entrevistado), conduzidas por meio do roteiro que consta no Anexo X, junto aos envolvidos diretamente no processo de “federalização” e análise em documentos legais sendo abordados os aspectos da mobilização social, negociação, valores financeiros, anseios e demandas sociais, determinantes do processo de “federalização”, entre outras questões, e; c) Levantamento bibliográfico em obras clássicas, livros, artigos de periódicos, teses e outros materiais que serviram de fundamento teórico-metodológico considerando os aspectos históricos e conceituais para a problematização da temática.

O ensino superior no Brasil se configura tardiamente. A chegada dos jesuítas ao Brasil, em 1549, favoreceu, no ano seguinte, a criação de colégios. Nos colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário sendo que em alguns colégios acrescia-se o ensino superior em Artes (também conhecido como Ciências Naturais ou Filosofia) e Teologia, funcionando apenas

em 1553. Nesse contexto, o Brasil, como colônia do Estado português, se caracterizava como uma organização social escravocrata. Sob orientação de interesses mercantilistas e sob ideologia eclésio-romana. Portanto, quem frequentava as escolas superiores eram, segundo Cunha (2003), os alunos que eram filhos de funcionários públicos (da coroa de Portugal), de senhores de engenho, de criadores de gado e de artesãos.

Para estudar em curso superior, alguns dos filhos da elite agrária ganhavam bolsa de estudos do governo português para estudarem na Universidade em Coimbra/Portugal. Já demandava, no Brasil, instituições que oferecessem ensino superior. Todavia, a criação de universidades no Brasil colônia fora impedida por Portugal uma vez que os estudos universitários poderiam agir como coadjuvantes de movimentos de independência (CUNHA, 2003).

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, o ensino superior sofreu uma “refundação”. Surgem cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, mas, sem grandes avanços. De acordo com Cunha (2003, p. 155), “durante todo o período imperial (1822-1889) o ensino superior ganhou mais densidade [...], mas o panorama não se alterou substancialmente”. Nesta perspectiva, Schwartzman (2001, p. 03) observa que:

Ao contrário de nações como a França, Holanda e Inglaterra, que transferiram alguma forma de “ciência colonial” para os territórios e as nações que ocupavam, não se podia esperar o mesmo de Portugal, que não tinha desenvolvido uma tradição científica própria. O colonialismo português era predatório e espoliativo, sem a intenção de criar no Novo Mundo uma sociedade complexa, com instituições para produzir e transmitir o conhecimento.

No período imperial, as classes hegemônicas/dirigentes organizavam a educação superior de modo que houvesse apenas uma escola destinada a preparar as elites políticas e quadros profissionais em “[...] consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a ‘construção da ordem’, a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico” (SUCUPIRA, 1996, p. 67).

Neste período a formação da classe dominante era feita por meio da tríade que por muitos anos dominara o panorama do ensino superior no país: Medicina,

Engenharia e Direito (CUNHA, 2003). Cursos mantidos pelo Estado, pois, segundo o autor, “Depois de ter sido clerical, até a transferência para o Rio de Janeiro da sede do reino português, em 1808, o ensino superior tornou-se todo estatal até a proclamação da República, em 1889” (2003, p. 156).

Com a Proclamação da República, o ensino superior teve uma expansão significativa. Multiplicaram-se IES que procuravam atender aos interesses da classe latifundiária, o que facilitou o ingresso neste nível de ensino. Por sua vez a classe trabalhadora urbana e rural via no ensino secundário um meio de aumentar as chances de seus filhos alcançarem melhores condições de vida. Segundo Cunha (2003), a expansão do ensino superior no período caracteriza-se por atender à demanda dos latifundiários que desejavam formar seus filhos bacharéis ou ‘doutores’ “[...] não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das atividades políticas e o aumento do prestígio familiar, como também, estratégia preventiva para atenuar possíveis situações de destituição social e econômica” (p. 157).

Em 1911, a classe dominante exigiu, junto ao Estado, a contenção do ensino superior. Com a expansão, “[...] os diplomas das escolas superiores tendiam a perder raridade e, em consequência, deixavam de ser um instrumento de discriminação social eficaz e aceito como legítimo” (CUNHA, 2003, p. 159). Segundo este autor, medidas por meio do Estado foram tomadas, como a abolição dos controles sobre os diplomas profissionais e a institucionalização de exames de admissão aos cursos superiores. Porém, o ensino superior não deixou de se expandir.

A partir da década de 1930, o propósito do governo era a articulação entre o projeto de nacionalidade e a política educacional modernizante, dentro da lógica do capital (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). Neste contexto, o ensino superior se caracteriza por uma expansão reduzida de universidades e uma maximização do número de faculdades isoladas. Segundo Cunha (2003, p. 164), “Ao fim da era Vargas, em 1945, eram cinco as instituições universitárias, em meio a dezenas de faculdades isoladas”. O aumento de instituições, com mais significância as faculdades isoladas se justificam, pois,

A organização racional do trabalho, entretanto, não se reduzia à adequação do trabalhador ou da trabalhadora a uma determinada ocupação industrial. Ao contrário, refletia-se também na proposta de fixação de homens e mulheres ao campo, de forma a conter o processo de crescimento urbano mediante uma distribuição “racional” da população pelas atividades rurais e urbanas (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA 2007, p. 19).

Com a intensificação dos processos de industrialização e modernização do país, a partir da década de 1960, a educação era tida como fonte para a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho. Neste período, sob o regime de ditadura civil-militar, a educação superior vinculou-se aos propósitos do desenvolvimento,

[...] educação para a formação de “capital humano”, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA 2007, p. 29).

Portanto, a primeira significativa expansão do ensino superior ocorreu neste contexto, com a abertura de um número expressivo de instituições privadas alargando ainda mais a parceria público/privado. De acordo com Germano (1994, p. 196)

[...] é a partir do golpe de 1964 que as empresas educacionais vão alcançar notável expansão. Isto ocorreu na medida em que o Estado criou mecanismos de ordem legal, muito expressivos – como a Constituição -, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo. Com efeito, os governos militares tentaram não somente se desincumbir de financiar a educação pública e gratuita, mas também cuidaram de estabelecer as condições legais que permitissem a transferência de recursos públicos para a rede particular.

Segundo Germano (1994), em 1983 o Brasil contava com 868 IES, das quais somente 67 eram classificadas como universidades. Entre elas, 47 eram públicas e 20 privadas. Em 1988 existiam 871 IES, e destas, 82,77% correspondiam às escolas isoladas; 9,52%, diziam respeito às universidades; sendo que 73,24% das IES eram de caráter privado. Conseqüentemente,

segundo o autor, ocorreu uma elitização do ensino superior público, pois, menos de um terço dos alunos do ensino superior frequentavam cursos gratuitos. A grande massa, isto é, 2/3, pagavam mensalidades.

A segunda significativa expansão do ensino superior no Brasil só ocorreu a partir da década de 1990, acarretando um aumento significativo de instituições privadas. Com o processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado Brasileiro na década de 1990 e, seduzida pela ideologia da empregabilidade, a classe trabalhadora investe mais na melhoria dos seus níveis de escolaridade. Entretanto, já que as reformas feitas no Estado passam a caracterizá-lo como um Estado enxuto, mínimo para as políticas públicas, a concessão à iniciativa privada se amplia para que a demanda por ensino superior possa ser atendida e também como forma de criar e ampliar novos mercados e, conseqüentemente, acumulação do capital.

A volta à escola tem sido uma das características dessa década. Como o Estado focaliza suas ações educacionais diretas na universalização do ensino fundamental e na ampliação do ensino médio, boa parte dos trabalhadores que busca a qualificação para o trabalho complexo é obrigada a custear seus estudos em nível superior, já que as vagas disponíveis no ensino público são insuficientes para o atendimento da demanda (NEVES, 2002, p. 33).

Os dados indicam que a terceira expansão expressiva do ensino superior, no Brasil, iniciou com o governo Lula em 2008, com a criação e ampliação das instituições federais de ensino superior, o contínuo crescimento do número de instituições privadas e, por meio da criação dos IFs.

Com a lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 foram criados os IFs que têm em suas bases um conceito de educação profissional e tecnológica. Inicialmente foram criados 38 institutos, com 314 *campus* espalhados por todo o país, além das várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010). Um dos fundamentos dos IFs é uma organização pedagógica

verticalizada, da educação básica à superior. Neste caso, permite que os docentes “[...] atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado” (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 13).

Para problematizar as mudanças no cenário do ensino superior no Sudoeste do Paraná, com a “federalização” do UNICS é necessário entender que as contradições do mundo do trabalho, conhecimento e ensino superior demandaram uma atuação do Estado para atender às mudanças do setor produtivo e que, é na estrutura socioeconômica regida pelo modo de produção capitalista que se assentam e se estabelecem as relações entre o público e o privado.

A maioria das pesquisas que se propõe a trabalhar com o método de investigação materialista histórico-dialético faz uso da clássica exposição de Marx. Não querendo ser redundante, apresenta-se este trecho da obra que sintetiza a opção teórico-metodológica usada nesta tese.

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1987, pp. 29-30).

Sendo assim, torna-se necessário entender a função do Estado na formulação das políticas sociais (públicas) e educacionais, e levar em consideração o capitalismo em sua fase globalizada, que organiza o trabalho e a vida social, com base nas relações de dominação e fundamentado nos princípios do liberalismo.

O liberalismo como ideologia do capitalismo é a caracterização política do Estado moderno. Na modernidade, a burguesia (classe proprietária dos meios de

produção) torna-se a classe soberana e, assim, se apodera do poder de Estado ao destituir deste as classes feudais, instituindo ao que se denominou de Estado moderno. Todavia, o Estado nem sempre existiu. Ele surge como consequência da divisão da sociedade em classes (proprietários e não proprietários dos meios de produção). É produto desta divisão, e objetiva equilibrar o inconciliável antagonismo entre as classes sociais, ou seja, mediar, por meio de um aparato jurídico, a luta de classes. Portanto, o Estado moderno, contratualista, fundamentado nas relações capitalistas de produção, na divisão da sociedade em classes, tende a ser uma instância de manutenção da hegemonia da classe dominante visando manter o equilíbrio social, político e jurídico, a fim de que a luta de classes não se torne dilacerante, ou seja, é uma instituição voltada para a manutenção da estrutura contraditória, erigida sobre antagonismos e que visa, sobremaneira, garantir a propriedade e a apropriação privadas.

No Brasil, os princípios do liberalismo defendem a organização estatal centrada na república (depois de 1889), na representatividade, na limitação do poder estatal e na alternância do poder. Por Estado liberal ou Estado neoliberal entende-se o que se convencionou a denominá-lo de Estado mínimo ou, até mesmo, Estado enxuto. Isto é, um Estado que adota políticas que visam, maximamente, a manutenção da reprodução do capital e do *status quo*, e minimamente o atendimento às políticas públicas e sociais que beneficiem, sobretudo, a classe trabalhadora que é, na sua maioria, desprovida de condições financeiras para adquirir suas demandas, mesmo que básicas. Nesse sentido, o Estado promove, mesmo que minimamente, políticas sociais, visando reproduzir a força de trabalho.

No Brasil, esta característica que o Estado assume balizou a política econômica, embora com distinções pontuais, dos governos FHC e Lula. Entretanto, Silva (2012), alerta que, quanto ao Estado, trata-se de um parceiro suspeito, sobretudo quando se compara seu modo de agir com as formas de interação no mercado,

A concepção de Estado mínimo é correlata da concepção de Estado parceiro, negociador, mas não empreendedor público capaz de gerar diretamente empregos e de investir diretamente em condições para garantir direitos como, por exemplo, educação e saúde. Mas o Estado, perante a exigência liberal de equidade, é tomado como indispensável para compensar as desigualdades sociais com políticas focalizadas e distribuição de um mínimo de benefícios para os pobres (p. 169).

As ações estratégicas do Estado burguês ampliam as ambiguidades da relação público e privado, influenciando sobremaneira as políticas para o ensino superior e acarretando uma interpenetração destes setores.

Nos debates educacionais nos anos 1930 e 1950-1960, não havia dificuldade de entendimento do que fosse público e privado. Público era o ensino mantido com recursos governamentais e o ensino privado era o mantido por particulares (Igreja, ordens religiosas ou proprietários leigos)³. Mais tarde, quando, a liderança do grupo privatista deixou de ser a Igreja para ser o empresariado do ensino, os argumentos mudam. Nesse contexto, são feitas distinções conceituais entre público, entendido com o que é destinado ao conjunto da população; estatal se referindo ao que é mantido pelo Estado; o privado, regido pela lógica do lucro, e; o privado confessional, filantrópico, comunitário (BUFFA, 2005).

Etimologicamente, o público e o privado expressam dimensões diferentes da vida dos homens, a individual e a coletiva. O significado de público, no termo substantivo, expressa o próprio povo entendido como o conjunto de homens com objetivos comuns, por sua vez, como adjetivo, se refere ao que é de todos, o que é de uso comum, ao que diz respeito ao governo ou ao próprio Estado. Já o termo privado, como verbo, designa a ação de ser despojado de alguma coisa ou de ser despojado dela, como substantivo designa-se particular e como adjetivo, o próprio despojado ou o tornado particular (LOMBARDI, 2005).

Para além das denominações etimológicas, o sentido de público e privado só pode ser entendido por referência à época moderna, ao advento do modo de produção capitalista que reestabeleceu esses termos para ocultar “[...] o exercício

³ Segundo Saviani (2005) a questão do público e do privado constituem-se: categorias correlatas e indissociáveis entre si; originárias e específicas da época moderna; só se pode considerar público e privado como categorias educacionais, a partir do século XIX, pois é somente a partir daí que se configura nitidamente a educação pública; em sentido próprio, só é possível falar de público e privado em educação no Brasil a partir de 1890, portanto, já nos umbrais do século XX.

do poder de Estado por uma classe, em seu próprio benefício, jogando uma cortina de fumaça sobre as relações sociais, como se o Estado moderno fosse um bem comum e o exercício administrativo, para o bem de todos” (LOMBARDI, 2005, p. 79). Portanto, no sentido atual, o público é entendido não como de todos, mas como sinônimo de estatal e, privado, como sinônimo de apropriado particularmente.

Os conceitos de público e privado são comumente usados pelo Direito, no qual ganharam efetiva centralidade na modernidade, com as organizações e normatizações dos Estados-Nações. A partir de então, a categoria de privado passou a abranger o conjunto de normas e leis que se referem aos direitos e liberdade dos indivíduos, como cidadãos; já a categoria de público, como constituída pelo conjunto de normas e leis que regulam e disciplinam a competência e a constituição do Estado, do governo e dos serviços públicos (LOMBARDI, 2005).

O Estado moderno e a chamada democracia burguesa são instrumentos de dominação de uma minoria perante uma maioria, dos proprietários contra os desprovidos de propriedade em que a igualdade estabelecida pela legislação é meramente formal e a liberdade não é para todos.

Diritto non esprime tutta la società (per cui i violatori del diritto sarebbero esseri antisociali per natura, o minorati psichici), ma la classe dirigente, che «impone» atutta la società quelle norme di condotta che sono più legate alla sua ragion d'essere e al suos viluppo. La funzione massima del diritto è questa: di presupporre che tutti i cittadini devono accettare liberamente il conformismo segnato dal diritto, in quanto tutti possono diventare elementi della classe dirigente; nel diritto moderno cioè è implicita l'utopia democratica del secolo XVIII (GRAMSCI, 1975, p. 773)⁴.

Todavia, o Estado não é meramente expressão da vontade burguesa, há, também nele, interesses em disputa das classes e, frações de classes, que o compõe. Neste âmbito, a classe subalterna busca organizar-se propondo

⁴ “O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres anti-sociais por natureza, ou deficientes metais), mas a classe dirigente, que “impõe” a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é esta: pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente; no direito moderno, portanto, está implícita a utopia democrática do século XVIII”.

alternativas que se contrapunham aos interesses privados da classe dominante, afirmando a vontade coletiva sobre as vontades particulares, portanto, destacando a prioridade do público sobre o privado.

Para Antonio Gramsci, o Estado não compreende somente o aparelho jurídico de comando e repressão da classe economicamente dominante, mas também a “sociedade civil” e seu aparelho de hegemonia, ou seja, “[...] Stato = società politica + società civile, cioè egemonia corazzata di coercizione” (GRAMSCI, 1975, pp. 763-764)⁵. Sua teoria “ampliada” do Estado pressupõe, portanto, a existência de duas esferas: a) sociedade política, onde estaria o poder repressivo dos dominantes sob a forma de repressão/ditadura e; b) sociedade civil, constituída pelas associações ditas “privadas”, por exemplo, escolas, igrejas, meios de comunicação, partidos políticos, sindicatos que, correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade.

Embora na sociedade civil predomine os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia por meio de seus aparelhos “privados” que, reproduzem sua ideologia, há também os interesses em disputa das camadas de classes subalternas que objetivam ampliar o aspecto público, ao invés dos interesses privados.

Assim, o Estado como conjunto de “[...] atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 1976, p. 87), é, também, espaço de disputa de interesses antagônicos entre as classes e frações de classes. Portanto, o aparelho estatal atende, mesmo que minimamente, o que é do interesse público, para que a luta de classes não se torne dilacerante e para que a força de trabalho seja reproduzida.

Ora, se na sociedade capitalista o público está vinculado ao estatal, a concepção de público é identificada com o Estado, como gerenciador do interesse público, do interesse geral, embora não o seja plenamente. Assim, o ideário liberal assume e vive a ambivalência entre o público e o privado, seja “privatizando o público, seja publicizando o privado”⁶ (ARAUJO, 2005). Posto isso,

⁵ “Estado= sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia revestida de coerção”.

⁶ Sobre esta questão dicotômica entre o público e o privado, Bobbio (*apud* Araujo, 2005, pp. 141-142) afirma que: “Os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro reflete o

é nesse sentido que se entende a relação entre o público e o privado na história do UNICS, bem como no seu processo de extinção e, por fim, implantação do IF. Isto porque ocorreu historicamente uma privatização do público em relação às subvenções do Estado e publicização do privado por meio da compra e doação do edifício pelo governo do Paraná ao governo Federal, embora, conduzidos pelos interesses do privado, ou seja, da Igreja católica.

No aspecto educacional, nos oito anos de mandato do governo FHC houve uma expansão significativa via iniciativa privada na oferta no número de vagas e de IES, o que contribuiu para a crise financeira enfrentada pelo UNICS. No governo Lula em 2003, por sua vez, a expansão no número de vagas e de instituições privadas continuou de forma acelerada, no entanto, houve expansão das instituições federais de ensino superior e da EPCT o que tornou, portanto, possível a implantação do IFPR em Palmas.

Nesse sentido, o estudo do capítulo um aborda a atuação do Estado e as políticas educacionais para o ensino superior nos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) destacando a expansão das instituições de nível superior nas esferas público e privado.

No capítulo dois é apresentada a contextualização histórica do município de Palmas analisando sua constituição e o papel desempenhado pela Igreja Católica naquele contexto, uma vez que é ela a proprietária do UNICS, através de sua mantenedora, o CPEA. Estes capítulos se fazem necessários, pois entende-se que “[...] no contexto do real nada é isolado; isolar os fatos significa privá-los de sentido e inviabilizar sua explicação, esvaziando-os de seu conteúdo” (KUENZER, 1998, p. 65). Por isso a necessidade das mediações, pois estas expressam as relações concretas e vinculam, dialeticamente, momentos diferentes de um todo.

No capítulo três é abordada a historicidade do ensino superior em Palmas; a *posteriori* aborda-se a crise financeira enfrentada pelo UNICS e, em seguida delinea-se a busca de alternativas pelos gestores do CPEA/UNICS para a crise, por meio de ajustes internos e da venda da instituição para o Estado para a

processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo apresenta a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos”.

implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Por fim, no capítulo quatro problematiza-se sobre os meandros e as redes do processo de “federalização”, ou seja, da venda do UNICS e implantação do câmpus do IF. As redes do processo de “federalização” do UNICS tornam mais evidentes as articulações e os meandros que foram desenvolvidos. O estudo das redes sociais possibilita abordagens que articulem o macro e o micro, as instâncias governamentais e não-governamentais, a via oficial e não oficial, permitindo estudar a tênue fronteira entre o público e o privado. Neste sentido, as redes sociais são definidas como “[...] um conjunto de pessoas e/ou organizações que se agregam com interesse comum, contribuem para a produção e disseminação de informações, criam canais de comunicação e estimulam a participação da sociedade” (SHIROMA, 2011, p. 18). Sendo assim, a análise das redes sociais contribui para o entendimento dos meandros do processo de implantação do IFPR em Palmas, pois, comungando com Cunha (2007, p. 824):

O caráter meandroso do desenvolvimento da educação brasileira expressa, de um lado, uma crise de hegemonia no que concerne à natureza do Estado republicano e, de outro, o travamento de uma qualidade que não só a educação, mas toda a sociedade brasileira carece, qual seja, a da clareza na distinção entre o público e o privado, hoje confundidos em tantos e tão importantes domínios.

Intentou-se, portanto, nesta tese, desvelar a essência do real numa perspectiva de totalidade, analisando as particularidades e especificidades do objeto estudado, pois, de acordo com Marx (1999, p. 28), a investigação “[...] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas”. A essência é uma totalidade concreta e, “[...] sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si” (KOSIK, 1995, p. 44).

Com base no estudo desenvolvido nesta tese e, apresentado nos capítulos que seguem, é possível afirmar que, fazer ciência de forma séria não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se propõe a análises de objetos que são oriundos de

decisões político-partidárias envolvendo relações não neutras, estabelecidas por meio de amizades e de compadrio. Assim, para além das possíveis ambiguidades, a pesquisa é apresentada a partir de um viés crítico, comprometido exclusivamente com o avanço da ciência, para que a realidade possa ser desvelada.

1. ESTADO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC E LULA

O objetivo deste capítulo é estudar a atuação do Estado e as políticas educacionais para o ensino superior nos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), visando a explicitar as mediações da relação público-privado com o processo de “federalização” do UNICS.

1.1 O ESTADO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO FHC

A partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com a implantação do sistema toyotista⁷ houve uma significativa reestruturação no modo de produção capitalista, desencadeando mudanças no modo de organização da produção e se estendendo para todas as relações sociais. A burguesia, como classe hegemônica na sociedade moderna, mantém seu caráter cosmopolita e “[...] não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o conjunto de relações sociais” (MARX; ENGELS 2002, p. 48). No Brasil, neste contexto, implanta-se a sociedade de mercado num país de capitalismo dependente.

Essas mudanças - em tempos de *globalização* [DOWBOR, IANNI, RESENDE (Orgs.), 1997; VÉRAS NETO, 2007;] ou, *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996) ou, *novo imperialismo* (HARVEY, 2004) – acarretaram, no âmbito da produção de mercadorias, não a dispensa do trabalhador especialista,

⁷Coriat (1994) chama esta nova organização do trabalho de Toyotismo (referência à Empresa Toyota), ou Ohnismo (Ohno, engenheiro da Toyota), ou Modelo Japonês - ocorrido a partir dos anos de 1970, e que no Brasil se efetivou em meados da década de 1990. De acordo com Holzmann (2011), o toyotismo designa o modo de organizar os processos de trabalho e de produção, idealizado e introduzido na fábrica japonesa da Toyota, no Japão, nos anos de 1950. Contudo, foi amplamente difundido a partir do final da década de 1970, constituindo um dos recursos da estratégia capitalista para fazer frente à crise da produção em massa fordista. Embora inicialmente implantado no ramo automobilístico, o toyotismo foi adotado em quase todos os setores industriais e seus princípios, métodos e programas mostraram-se aplicáveis também ao setor de serviços.

mas passou-se a exigir, do trabalhador, novas habilidades para a inserção profissional, preferindo-se um perfil cada vez mais generalista. A produção enxuta passa a caracterizar a nova organização do processo de trabalho. Para não produzir excedente e gerar, com isso, o acúmulo de mercadoria nos pátios ou galpões industriais, estas são produzidas de acordo com as demandas sociais. Algumas mercadorias, inclusive, só são produzidas após sua compra. Consiste em uma das características da produção enxuta. A reestruturação na produção devido ao avanço das forças produtivas implica em mudanças nas relações de produção, ou seja, nas relações contratuais entre trabalhador e proprietário dos meios de produção. Segundo Gounet (1999, p. 29) o toyotismo é “[...] um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”.

A flexibilidade, portanto, é um dos elementos relevantes do modelo toyotista, integrada como princípio na organização da produção e do processo de trabalho, exigida dos trabalhadores e manifesta na variação dos produtos e na rapidez de sua inovação. Esta re-organização na acumulação capitalista, Harvey define como *acumulação flexível*.

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 2001, p. 140).

Nesse contexto é difundida a ideia de trabalhador polivalente, detentor de novos conhecimentos (níveis mais elevados de escolaridade), que saiba trabalhar em equipe e que tenha uma capacidade de identificar e resolver problemas bem como habilidades técnicas e capacidade de se ajustar à flexibilidade da produção (LAPIS, 2011). O trabalhador está submetido à seguinte condição de trabalho:

[...] múltiplas tarefas; pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações); eliminação da demarcação de tarefas; longo treinamento no trabalho; organização mais horizontal no trabalho; aprendizagem no trabalho; ênfase na co-responsabilidade do trabalhador; grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários (HARVEY, 2001, p.167-168).

Em linhas gerais, o toyotismo passou a demandar trabalhadores flexíveis, aptos a desempenhar um amplo leque de tarefas no processo produtivo. Ou seja, as novas lógicas da sociedade de mercado implantam-se, no Brasil, na condição de país de capitalismo dependente, sendo o Estado (governo em ação) o condutor do processo de ajustes políticos e econômicos.

Com as mudanças ocorridas na produção, o neoliberalismo⁸ como ideologia do capital, defende a minimização da função do Estado em relação aos gastos sociais e à intervenção junto ao mercado, e maximização da lógica produtiva regida pela, segundo Adam Smith, *mão invisível do mercado*.

No cenário nacional, os ajustes na instituição estatal, levando em consideração as especificidades de um modelo neoliberal, continuaram a propagar a função minimizada que o Estado historicamente assumiu em relação à expansão de políticas públicas e sociais, uma vez que, no Brasil, não tivemos um Estado de Bem-Estar Social (Social Democracia ou Keynesianismo). As políticas públicas e sociais no Brasil vêm se construindo historicamente em doses homeopáticas.

Neste contexto, a relação de dependência aos centros orgânicos do capital (países centrais do capitalismo), e a condição de país endividado (dívida externa) foi preponderante para os ajustes do Estado. Para isso, as definições do Consenso de Washington, no ano de 1989, de fato, foram assumidas em consenso pelo governo brasileiro, ou seja, não houve resistência. Segundo Montaño e Duriguetto (2010), as recomendações impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos governos devedores abarcaram dez áreas: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) juros de mercado; 5) regime cambial de mercado; 6) abertura comercial; 7) eliminação de controle

⁸ O neoliberalismo está fundamentado nas teorias de Hayek (1994) e Friedman (1985) onde priorizam a *extended order*, ordem estendida do mercado.

sobre investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação de leis trabalhistas e 10) institucionalização da propriedade intelectual.

Em 1993, o ex-ministro da Fazenda no Governo de José Sarney e, posteriormente da Reforma do Estado na gestão de FHC, Luiz Carlos Bresser Pereira, reuniu-se em Washington com um grupo de especialistas, a fim de discutir as regras de ação para a obtenção de apoio político para o programa de estabilização e reforma econômica. Este apoio, chancelado pelo FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), resultou num plano único de ajustes para as economias periféricas, dentre elas, o Brasil. De acordo com Montaño e Duriguetto (2010, p. 211)

O plano de ajustes constava de três frases: a) a primeira, dirigida à *estabilização macroeconômica*, persegue o superávit fiscal reduzindo o déficit da balança comercial e reestruturando (desmontando) o sistema previdenciário; b) a segunda fase, dedicada às *reformas estruturais*, tem por objetivo a liberalização financeira e comercial, a desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas estatais; c) a terceira, definida como retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

Frigotto e Ciavatta (2003) apontam que a reforma do Estado brasileiro, extraída da cartilha neoliberal globalizante do capital, do Consenso de Washington, propõe ajustes que se traduzem em três estratégias articuladas. A saber: desregulamentação (sustar leis, normas, regulamentos para não inibir as leis do mercado), descentralização e autonomia (transferir aos agentes econômicos, sociais e educacionais a responsabilidade de disputar no mercado a venda de seus produtos ou serviços) e a privatização. Portanto, nesta lógica, o máximo de mercado e o mínimo de Estado para as políticas públicas e sociais, embora o Estado historicamente tenha agido para “salvar” o mercado, quando necessário.

A reforma do Estado brasileiro (reforma administrativa, de maneira especial) que se iniciou no governo Fernando Collor de Mello (ano de 1990) se intensifica no governo FHC com a transformação, comandada por Bresser Pereira, da Secretaria da Administração Federal em Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE).

Segundo Bresser Pereira (1995, p. 07) o objetivo da reforma do Estado era de adequar o Estado brasileiro a esta “nova” configuração do papel do Estado em tempos de globalização:

(1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; (2) reduzir seu custo; (3) garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhor qualidade e; (4) levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho executando-o com mais motivação.

Como instituição central para a expansão do mercado, o Estado participa da reprodução do capital e da força de trabalho de forma diferenciada. Ele ocupa lugar central e, “[...] ainda que com autonomia relativa sobre as classes sociais – mostrando-se como representante de todas elas e de seus segmentos - orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política, da cultura e da educação” (SILVA JR., 2002, p. 23).

A descentralização das responsabilidades públicas para a sociedade civil tornou o Estado brasileiro inserido na lógica global dado o caráter universalizante do capitalismo (MONTAÑO, 1999). Portanto, o Estado brasileiro, a partir do momento que se insere na nova forma de reestruturação produtiva – que se caracteriza entre outros pontos pela implementação de novas tecnologias e formas de gestão e contratação da força de trabalho em todo o âmbito da empresa – fundamenta suas ações em tal lógica.

O discurso privatista do neoliberalismo brasileiro

[...] apregoa a superioridade do setor privado sobre o setor público. Este é caracterizado como ineficiente, ineficaz e atrasado, ao contrário do setor privado, que é apresentado como aquele que possui mais responsabilidade na gestão dos recursos, é “empreendedor” e possuidor de uma “racionalidade” que o torna mais eficiente e eficaz, permitindo que seus produtos e serviços tenham maior qualidade. Essa racionalidade faz do mercado o grande impulsor do crescimento econômico, sobretudo quando o setor passa a “compreender” sua responsabilidade social (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAILLE, 2002, p. 95-96).

Segundos estes autores, embora ocorra a defesa dos governos neoliberais em relação à generalização da privatização e, conseqüentemente, a redução dos

gastos públicos com as políticas sociais, tais mudanças não se efetivaram significativamente nos países europeus e nos Estados Unidos. Em ambos os lugares, há a continuidade e manutenção de determinadas áreas estratégicas da produção, sob propriedade e controle do Estado, bem como uma extensa rede de proteção social. Segundo Sader (1995, p. 191) “[...] o neoliberalismo é um remédio amargo que os países do Primeiro Mundo não tomam na dosagem que propõem ao Terceiro Mundo”.

Neste sentido, o processo de reestruturação produtiva ocasionou mudanças no Estado em que a esfera pública restringe-se, embora continue forte, enquanto a privada expande-se por meio de uma nova regulamentação.

O Estado nacional é forte e pouco interventor no econômico e no social: forte porque produz políticas sobre as diversas atividades de Estado; pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidades de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais. O poder regulador, sob a forma do “político”, é agora o poder econômico macrogerido pelo capital financeiro, com graves consequências para a [...] educação (SILVA JR., 2002, p. 33).

O Estado, sendo forte e pouco interventor na área social e, posto que o setor econômico o configura, assume características gestora e democrática. Nesse processo de descentralização, num clima democrático, das responsabilidades sociais para a sociedade civil, o Estado gestor está submetido a um núcleo central que, *a priori*, definiu as políticas públicas para o social sob orientação do aspecto econômico. Descentraliza-se o que já estava definido mercantil e centralizadamente (SILVA JR., 2002).

Essa dinâmica de descentralização teve como mediadores os organismos multilaterais - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), FMI, Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) - que, com poder econômico e político, produziram a consolidação desta nova ordem, sob a mesma hegemonia do capital no âmbito nacional e global, interferindo na implementação das políticas educacionais, nos países latino-americanos (LIMA, 2002).

Para a educação em geral e, especificamente para o ensino superior, ocorre uma impulsão de reformas, por meio de documentos⁹, via organismos multilaterais que interferem e reconfiguram as políticas educacionais. Essas instituições e seus intelectuais produziram as reformas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, no intuito de integrar o Brasil na dinâmica global do capital, tendo a educação como mola propulsora do desenvolvimento/crescimento econômico e redução do desemprego e da pobreza e estímulo às fontes de financiamento, impulsionando o setor privado e as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Segundo o discurso dos organismos multilaterais e de analistas e mentores nacionais é preciso modernizar o sistema de educação superior do país. Portanto, defendeu-se a ideia de que

[...] o sistema federal de ensino superior estaria em crise, por não absorver toda a crescente demanda e por não preparar adequadamente universitários para o mercado. Por outro lado, isso se deveria ao elitismo que marca toda a história da universidade brasileira e ao modelo universitário das universidades de pesquisa (modelo humboldtiano), excessivamente unificado, caro e insustentável no médio prazo pelo poder público, em tempos de crise do Estado (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p. 47).

Nos aspectos gerais, os documentos produzidos são fundamentados numa concepção de educação baseada na teoria do capital humano como estratégia para a qualificação do trabalhador diante das mudanças do mundo do trabalho e, para a consolidação “[...] de um caldo político e cultural que legitime e reproduza o processo de exploração do capital em relação ao trabalho” (LIMA, 2002, p. 49). Todavia o caminho traçado pelo Estado foi o receituário dos organismos que enfatizaram a redução das verbas públicas para a educação superior pública, abrindo possibilidades para o fortalecimento do setor privado, expandindo assim o número de vagas nesse setor (AMARAL, 2003).

⁹ Entre outros documentos escritos pelos organismos multilaterais para a educação superior, citamos: “La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia” – BM, 1994; “Documento de política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior” – Unesco, 1995; “Conferência Mundial sobre Educação Superior” – Unesco, 1998; “Estratégia para o Setor Educacional – Documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe” – BM, 1999 (LIMA, 2002).

O projeto neoliberal assumido pelo governo de FHC, ancorado na nova base técnica do processo produtivo, reforçou a ideologia da escolarização como panaceia (NEVES, 2002), atrelada à utopia de democratização e modernização da sociedade, iniciada na década de 1980 (KRAWCZYK; VIEIRA, 2008). Esta ideologia, que está atrelada ao investimento em capital humano, enfatiza que quanto mais educada e treinada for a força de trabalho, melhor será o desempenho da economia (ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital), a distribuição de renda e a qualificação dos empregos. Os teóricos de tal proposta passaram a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico e do indivíduo. Nesse sentido, o sujeito, ao educar-se, estaria agregando valor a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital na sociedade produtora de mercadorias com valor de troca. A teoria do capital humano deslocou para o plano individual os problemas da inserção social, do desempenho profissional e do emprego e fez da educação um *valor econômico*. Como se o sucesso ou o fracasso profissional dependesse meramente do sujeito (SCHULTZ, 1967; ROSSI, 1978; FRIGOTTO, 1995; PIRES, 2005). Neste caso, quanto mais capacitado o trabalhador (devido ao aumento dos seus níveis de escolaridade), maiores serão as chances de ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho. As relações de poder, de dominação e exploração, características do modo de produção capitalista, cedem lugar à ideologia do mérito, do esforço do indivíduo, da racionalidade e do dom (FRIGOTTO, 2001). Portanto, com a sedução, em grande parte por essas ideologias, a classe trabalhadora investe mais na melhoria dos seus níveis de escolarização.

A busca de maior escolaridade pelos candidatos ao primeiro emprego, ou, para garantir a condição de empregabilidade¹⁰, consequência da reestruturação produtiva que ocasiona mudanças no perfil do trabalhador exigido, fez com que demandasse acentuadamente a inserção pós-ensino médio ao ensino superior

¹⁰ Segundo Gentili (1998, p. 89) “Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece”.

(CUNHA, 2003). Com isso surgiram demandas sociais para que ampliasse quantitativa e qualitativamente as IES, visando a formar trabalhadores para o trabalho complexo.

A reestruturação produtiva, sob a égide de uma política neoliberal passou a exigir, também, a reestruturação qualitativa e quantitativa na formação para o trabalho complexo sob a direção do capital, o que implicou, sendo o ensino superior o grau mínimo de escolarização para a capacitação do trabalho complexo (em ambos os ramos de qualificação, científico e tecnológico), na expansão da oferta de vagas na educação superior e também na organização curricular voltada para o desenvolvimento técnico dos intelectuais orgânicos da burguesia, no intuito de que venham a garantir a reprodução do capitalismo e a coesão social (NEVES; PRONKO, 2008).

Karl Marx, já no século XIX, no fervor da industrialização e das mudanças no processo de trabalho, com o avanço das forças produtivas, faz a distinção entre *trabalho simples* e *trabalho complexo* na obra *O Capital*.

Trabalho humano mede-se pelo dispêndio de força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. [...] Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples (MARX, 1999, p. 66).

Desta forma, houve durante o Governo de FHC uma acentuada expansão de IES, tendo um aumento muito significativo na abertura de instituições privadas, voltadas especificamente para o ensino (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001), conforme tabelas 01 e 02 abaixo na qual é apresentada a evolução no número de IES públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (comunitárias e confessionais ou sem fins lucrativos e as IES particulares ou com fins lucrativos).

Tabela 01: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2002.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: INEP (2013).

Tabela 02: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2002.

Ano	Total	□ %	Pública	□ %	Privada	□ %
1995	894	-	210	-	684	-
1996	922	3,1	211	0,5	711	3,9
1997	900	-2,4	211	0,0	689	-3,1
1998	973	8,1	209	-0,9	764	10,9
1999	1.097	12,7	192	-8,1	905	18,5
2000	1.180	7,6	176	-8,3	1.004	10,9
2001	1.391	17,9	183	4,0	1.208	20,3
2002	1.637	17,7	195	6,6	1.442	19,4

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: INEP (2013).

A partir do ano de 1998, tem-se um aumento significativo de IES, principalmente de instituições privadas. Se, por um lado, o número de IES públicas, mesmo oscilando, diminuiu; por outro, o aumento das IES privadas atingiu percentual de mais de 100% entre os anos de 1995 a 2002.

Em relação ao número de matrículas em instituições públicas e instituições privadas, as tabelas 03 e 04 demonstram o aumento gradativo do número de matrículas nas instituições privadas, entre os anos de 1995 e 2002. Por sua vez, o aumento das matrículas nas instituições públicas se deu em doses homeopáticas, ficando na casa dos 30%.

Tabela 03: Distribuição Percentual do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa - Brasil - 1995-2002.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
1999	2.369.945	832.022	35,1	1.537.923	64,9
2000	2.694.245	887.026	32,9	1.807.219	67,1
2001	3.030.754	939.225	31,0	2.091.529	69,0
2002	3.479.913	1.051.655	30,3	2.428.258	69,7

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: INEP (2013).

Tabela 04: Evolução do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa - Brasil - 1995-2002.

Ano	Total	□ %	Pública	□ %	Privada	□ %
1995	1.759.703	-	700.540	-	1.059.163	-
1996	1.868.529	6,2	735.427	5,0	1.133.102	7,0
1997	1.945.615	4,1	759.182	3,2	1.186.433	4,7
1998	2.125.958	9,3	804.729	6,0	1.321.229	11,4
1999	2.369.945	11,5	832.022	3,4	1.537.923	16,4
2000	2.694.245	13,7	887.026	6,6	1.807.219	17,5
2001	3.030.754	12,5	939.225	5,9	2.091.529	15,7
2002	3.479.913	14,8	1.051.655	12,0	2.428.258	16,1

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: INEP (2013).

Se comparado, proporcionalmente, o número de IES privadas e públicas, o número de matrículas das privadas deveria ser bem maior do que das públicas. Em 2002 o número de matrículas das públicas (mesmo tendo diminuído o número de instituições) quase se equipara ao número de matrículas das privadas do ano de 1995. Destaca-se o aumento do percentual das matrículas das públicas de 2001 a 2002, atingindo 12%. Isso denota uma ampliação – de matriculados - nas IES públicas já existentes e, uma possível ociosidade de vagas nas IES privadas bem como o grande número de instituições privadas menores, ou seja, com poucos cursos e alunos matriculados.

Objetivando conter o déficit público, o Estado atende às demandas sociais, se desresponsabilizando de suas funções no que se refere à oferta de educação superior em instituições públicas, transferindo à sociedade civil a responsabilidade de ofertar e de bancar as despesas na formação escolar em nível superior.

A volta à escola tem sido uma das características dessa década. Como o Estado focaliza suas ações educacionais diretas na universalização do ensino fundamental e na ampliação do ensino médio, boa parte dos trabalhadores que busca a qualificação para o trabalho complexo é obrigada a custear seus estudos em nível superior, já que as vagas disponíveis no ensino público são insuficientes para o atendimento da demanda (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 33).

Nesse contexto, os empresários da educação superior, fração da nova burguesia de serviços, passaram a investir na abertura de IES (BOITO, 1999; RODRIGUES, 2007). O cenário estava propício para o “mercado do conhecimento”, pois as demandas por “conhecimento para o mercado” cresciam em escala ampliada (NEVES; PRONKO, 2008).

Tais políticas para a educação superior atendem às exigências do sistema de produção de mercadorias que precisa se reproduzir continuamente. Portanto, a privatização fortaleceu o processo de mercantilização da educação superior, criando novos espaços para a expansão de novos mercados, tendo em vista que o capitalismo precisa constantemente se reproduzir, ampliando e gerando uma diversidade de formas para a elevação das taxas de lucro.

De acordo com Silva Jr. e Sguissardi (2001), com o processo de mercantilização ocorreu uma acentuada concorrência neste nível de ensino, o que colocou fim ao período promissor de lucratividade, como o foram os anos setenta e oitenta. Isto fez com que as instituições privadas buscassem sua identidade singular atrelada à vocação regional. No âmbito da gestão das instituições, um processo orientado pela racionalidade da produção capitalista/empresarial.

[...] a referência identitária para as instituições desse setor é a empresa organizada de forma capitalista. Há uma busca de aproximação com o setor produtivo, não só devido à necessidade de ingressos orçamentários, mas, também, como parâmetro do que deve ser produzido pelas instituições de educação superior. Há, desta forma, uma forte tendência à subsunção desse nível ao processo produtivo, ao econômico (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p. 234).

Por sua vez o Governo, por meio da legislação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Decreto nº. 2.207, de 15 de abril de 1997, revogado em 19 de agosto deste mesmo ano

pelo Decreto nº. 2.306, com alteração no Decreto nº. 3.860 de 09 de julho de 2001 e, posteriormente revogado pelo Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006 – e, por meio das políticas educacionais procedente do Executivo, instigou a uma generalizada diferenciação institucional na educação superior, incentivando a mercantilização desse espaço social, estimulando a concorrência entre as IES privadas e, em relação à conjuntura, a aproximação com o setor produtivo (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001).

Sintetizando, a partir das mudanças na organização do modo de produção capitalista e, levantando a bandeira de modernização e desenvolvimento do país, o Estado se reconfigura – organiza-se segundo a racionalidade capitalista/empresarial - fazendo com que as políticas para a educação superior passem a se orientar a partir desta nova configuração. Assim, considerando a disseminação do slogan “educação como panaceia” e o movimento do capital para outras esferas sociais, ocorreu uma acentuada mercantilização da educação em nível superior ocasionando, com isso, uma acirrada concorrência entre as instituições privadas.

Por fim, Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 255) destacam que uma das novas faces da educação superior no Brasil, no governo de FHC, com ênfase no setor privado,

[...] traduz-se na subsunção ao econômico e na aproximação identitária cada vez maior dessas IES ao modelo das empresas prestadoras de serviços, o que é condicionado por novas formas de organização e de gestão, em um contexto de adensamento dos aspectos mercantis desse setor e do acirrado movimento de concorrência entre suas IES, nunca dantes em tal grau presenciado nesse nível de ensino. Diante disso, são previsíveis sérios impactos sobre a organização da educação superior brasileira, assim como, por decorrência, sobre a produção científica e a organização da sociedade no Brasil.

Mesmo com discontinuidades pontuais, conforme veremos a seguir, o Governo Lula manteve o projeto econômico herdado de FHC, porém foi um neoliberalismo mais moderado e menos radical do que seu antecessor, estando as políticas para a educação superior inseridas neste contexto.

1.2 O ESTADO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA

No ano de 2003 uma “nova” fase na política brasileira se inicia. O uso das aspas se justifica pelo fato de que, politicamente, ocorre a transição do governo FHC para o governo Lula¹¹. O Partido dos Trabalhadores (PT), depois de décadas de disputa eleitoral, assume a Presidência da República. Por outro lado, o que parecia significar no governo Lula (2003-2010) a ruptura com a política econômica herdada de seu antecessor, em síntese foi assumida e legitimada. A “Carta ao povo brasileiro”, divulgada no dia 22 de junho de 2002, sinaliza para possíveis mudanças em relação às políticas neoliberais de FHC, todavia, diante das pressões do capital financeiro internacional, a carta explicita o respeito aos contratos e obrigações do país: “[...] Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (SILVA, 2002).

Sader (2003), analisando o surgimento do PT no cenário político nacional, enfatiza que algumas experiências em governos municipais foram suficientes para explicitar a inércia dos aparelhos burocráticos e da estrutura jurídica em que atuam bloqueando transformações fundamentais na natureza social dos poderes municipais. Em nível nacional isso acontece de forma consistente, objetivando dar garantias às elites dominantes, que impedem toda transformação radical de suas estruturas.

¹¹ “A força revelada pelo PT não representa a continuidade ou a coroação de um longo processo de acumulação de forças por parte da esquerda brasileira. Ela pode, ao contrário, ser resultado do atraso, no sentido de que, quando o PT começou a se organizar – em 1980 – já havia se passado praticamente dez anos da derrota e desmantelamento da esquerda ligada à luta armada. Antes mesmo disso, o Partido Comunista perdera expressão como força política, logo após o golpe militar de 1964. Essa década foi, além disso, um período em que o ciclo expansivo do capitalismo brasileiro havia transformado a face do país, acelerando o processo de industrialização, de concentração urbana e de desigualdades sociais. Uma nova correlação de forças havia sido estabelecida, em que aumentou a desproporção entre o peso da instância econômica e a debilidade da representação social e política dos trabalhadores. O PT surgiu neste espaço vazio, como primeira forma de representação da organização independente da classe operária, das forças representativas dos trabalhadores e da luta democrática” (SADER, 2003, p. 155).

Uma vez chegada ao governo, a nova equipe tem que enfrentar os obstáculos de um aparelho burocrático, das reações dos interesses de classes afetados, dentro e fora do aparelho, das tentativas de cerco de outras instâncias de governo controladas pelas forças tradicionais, campanhas da grande imprensa, sem dispor de forças de massa mobilizadoras e em pleno processo de aprofundamento de sua consciência política (SADER, 2003, p. 179).

Nesse sentido, a equipe do governo Lula optou por um projeto político de continuidades e discontinuidades, em relação ao governo anterior. Continuidade em conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida, combatendo as desigualdades sob a ordem de uma sociedade capitalista, conforme aponta estudo de Frigotto (2011). Ou seja, o projeto de governo buscou conciliar a classe burguesa e a classe trabalhadora, e as frações de ambas as classes, garantindo a continuidade da política macroeconômica e, mais especificamente, no investimento na melhoria de vida de uma fração da classe trabalhadora.

Entretanto, a continuidade da política macroeconômica se diferencia da adotada na década de 1990. Houve a retomada da agenda do desenvolvimento, alteração da política externa e da postura em relação às privatizações, recuperação (ainda que enxuta) do Estado na sua face social, diminuição do desemprego, aumento do salário mínimo, diálogo e relação distinta com os movimentos sociais, ampliação de políticas e programas voltados à grande parcela da população que vivia abaixo da linha de pobreza (Programa Bolsa Família, acesso ao crédito para a casa própria – Minha Casa, Minha Vida – e a bens de consumo, a programas de acesso à energia, entre outros) (FRIGOTTO, 2011).

Em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, Lula explicita o caráter conciliador que caracterizou as políticas de seu governo. Quando perguntado se guardava mágoas dos que se colocam em condição oposicionista ao seu governo, o ex-presidente é emblemático ao afirmar que

Eu não tenho raiva deles e nem guardo mágoas. O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. Agora, obviamente, que eu tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego (SADER; GENTILI, 2013, p. 16).

O Estado, como produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes, existe, pois as contradições de classes são inconciliáveis. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem ser conciliados. Então, o Estado não poderia surgir nem continuar a existir se a conciliação das classes fosse possível (LENIN, 2010). Portanto, a política adotada pelo governo Lula de conciliar as classes é o que Lenin (2010, p. 28) chama de “[...] teoria pequeno-burguesa da ‘conciliação’ das classes pelo ‘Estado’”, para garantir a reprodução do modo de produção capitalista. Para os ideólogos burgueses como também os da pequena-burguesia o “[...] Estado é o órgão da conciliação das classes” (LENIN, 2010, p. 27). Segundo o autor, “[...] a democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)” (p. 28). O Estado atua, por meio de políticas compensatórias, acesso facilitado ao crédito/financiamento etc., como instrumentalidade do grande capital. Por detrás do véu da democracia (burguesa) o Estado é “[...] um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LENIN, 2010, p. 27). Enfim, para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, “[...] a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas e processos de luta contra os opressores e cuja derrocada elas aspiram” (LENIN, 2010, p. 27-28).

No plano estratégico, o Brasil, em virtude de seu poder político, econômico e militar, se propôs a aumentar sua autonomia internacional, promovendo a

defesa de suas posições (FIORI, 2013). Essa articulação interna/externa, que pode ser encarada como um ativismo internacional do Presidente Lula, foi o eixo integrador da política de governo que visava ao crescimento e *desenvolvimento econômico*¹² e à inclusão social (GARCIA, 2013). O modelo de desenvolvimento da economia brasileira se baseou na expansão do mercado interno e nas políticas de estímulo ao crescimento e distribuição de renda, proporcionando a aceleração do crescimento por meio da expansão do emprego, consumo e investimento (BARBOSA, 2013).

A ampliação das políticas sociais, característica deste governo, não foi suficiente para superar a herança histórica de desigualdades sociais no país. Tais políticas serviram de contenção à reprodução desimpedida das práticas das camadas dominantes. A não universalização dos direitos constitucionais para além dos aspectos legais ocorreu em meio à ciranda da “boa vizinhança”, ou, religiosamente falando, da comunhão entre as partes, embora a migalha ficasse sempre com a maioria desvalida. Segundo Belluzzo (2013), as ações da equipe econômica buscavam o equilíbrio. Por um lado a elevação dos padrões de vida dos mais pobres; por outro, os ganhos parrudos aos senhores das finanças e seus acólitos.

O caráter desenvolvimentista do governo buscou articular o econômico e o social. As políticas sociais além de favorecerem a inclusão e a redução da pobreza e da desigualdade, contribuíram para a economia ampliando o mercado interno e o consumo de produtos nacionais, e com o crescimento do PIB (MATTOSO, 2013).

Entende-se, portanto, que o Governo Lula ampliou e deu uma nova dimensão ao que se iniciou no segundo mandato do governo FHC. Boito Jr. (2006) afirma que Lula deu continuidade à política neoliberal (desregulamentação, privatização, abertura comercial) para a sociedade brasileira, mantendo o comprometimento com o grande capital (capital financeiro). No entanto, no seu governo houve a ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária (política de exportação focada no agronegócio, nos recursos naturais e

¹² Braga (2012, p. 27) afirma que “[...] se seguirmos o rastro deixado pela massa dos lucros dos principais setores econômicos do país, perceberemos que os motores do atual modelo de desenvolvimento são: os bancos, as mineradoras, a indústria energética (especialmente petróleo), o agronegócio e a construção civil”.

nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica). Por sua vez, não houve alteração no interior do bloco no poder em relação ao médio capital que continuou ocupando uma posição subordinada.

Segundo o autor, há um complexo quadro na distribuição de poder no interior da burguesia

Frente à política econômica atual, se considerarmos o porte da empresa e o tipo de capital, teríamos duas camadas distintas, uma superior e outra inferior, cada uma delas comportando gradações. Duas posições extremas e opostas no interior dessa burguesia podem ser claramente identificadas. No topo da camada superior está o grande capital financeiro que reúne em si os dois atributos privilegiados pela política de Estado – ser uma grande empresa e pertencer ao setor financeiro. Na base da camada inferior está o médio capital industrial voltado para o mercado interno, que reúne em si os três atributos preteridos pela política de Estado – ser uma empresa média ou pequena, pertencer ao setor produtivo e não fornecer as divisas de que o modelo econômico necessita. Prosseguindo, teríamos como posições intermediárias na base da camada superior, ocupada pelo grande capital industrial e agrário voltado para exportação, e o topo da camada inferior, ocupada pelas médias empresas exportadoras e pelo médio capital bancário (BOITO JR, 2006. pp. 256-257).

Nesse contexto, a exploração da classe trabalhadora continua caminhando a passos largos e como trunfo importante dos exportadores. O arrocho do salário mínimo serviu, além de conter os “gastos” com a Previdência, para reduzir os custos dos produtos exportados, aumentando assim a competitividade das exportações brasileiras (BOITO JR, 2006).

Braga (2012), no estudo denominado “política do precariado (proletariado precarizado)”, defende que o lulismo (governo Lula) representa uma “revolução passiva à brasileira”, apoiada pelo consentimento passivo das classes subalternas (que aderiram ao programa de governo, atraídas pelas políticas redistributivas e por ganhos salariais advindos do crescimento econômico) e o consentimento ativo das direções sindicais (seduzidas por posições dentro do Estado e pelas vantagens materiais por meio do controle dos fundos de pensão).

Assim, não teria iniciado no Brasil um “novo populismo”¹³? O populismo na época de Getúlio Vargas estava atrelado às massas organizadas e contra suas direções tradicionais. Os sindicatos eram agentes de sustentação de seu projeto nacional. A ação do Estado era essencial para o surgimento da indústria brasileira nesse contexto. Projeto este voltado para o desenvolvimento econômico da nação, ou seja, à industrialização do país. Portanto, foi fundamental o apoio da classe trabalhadora para fazer avançar a legislação que serviria de base para construir o mercado de trabalho para a indústria. Por sua vez, o “novo populismo” (de Lula), está a serviço dos interesses do capital internacional (em especial, o capital financeiro), dos interesses defendidos pelo FMI e BM - “[...] no lugar de recompor a capacidade de investimento do Estado, de definir uma política industrial e tecnológica, entre tantas outras tarefas urgentes para o país, parece ter como única preocupação o serviço da dívida” (MARQUES; MENDES 2006, p. 71). A estrutura sindical e suas direções foram utilizadas (absorvidas no aparato do Estado¹⁴) no intuito de contenção aos movimentos reivindicatórios que pudessem paralisar os projetos de contra-reforma (trabalhista, sindical e previdenciária). A relação do governo com as massas passa a ser derivada das políticas compensatórias (MARQUES; MENDES, 2006).

De fato, o Governo Lula ampliou, dando mais visibilidade que FHC às políticas compensatórias e focalizadas, porém, a realidade não se alterou significativamente. Programas de caráter assistencial fazem parte de qualquer agenda neoliberal, a começar pela do BM (MARQUES; MENDES, 2006). Assumindo uma postura governamental conciliatória, “[...] Lula despreza o emprego, o salário, a moradia, a educação e a saúde, que deveriam ser as áreas prioritárias de uma política social progressista, para se concentrar no paliativo da assistência social insuficiente e incerta” (BOITO JR, 2006, p. 259). Se “[...] FHC

¹³ “O populismo no Brasil nasceu com Getúlio Vargas e foi caracterizado, entre outros aspectos, pela capacidade de o Estado conter e manipular o movimento de massas organizado. Para isso foi fundamental a destruição da organização independente dos trabalhadores, atrelando-a ao Estado, mas também a concessão de uma série de avanços no tocante às relações do capital/trabalho e à cobertura de riscos sociais” (MARQUES; MENDES 2006, p. 70).

¹⁴ “O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado, em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeira globalizado” (BRAGA, 2010, p. 14).

destruiu os músculos do Estado para implantar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação” (OLIVEIRA, 2010b, p. 375).

Singer (2009) afirma que o lulismo combateu a desigualdade dentro da ordem. De fato, segundo Marques e Mendes (2007), não há impedimento entre o desenvolvimento da política econômica (voltada para o grande capital em específico, o financeiro) e a realização de programas de combate à desigualdade social (por exemplo, o Bolsa Família), direcionados às parcelas mais pobres da população, pois alterou as condições de existência das famílias beneficiadas, retirando-as da pobreza absoluta. Entretanto, “[...] ao não estar associado a mudanças estruturais, pois os determinantes da pobreza não foram alterados, não impede que novos contingentes nessa situação surjam e nem que essas famílias possam, no médio e longo prazo, viverem sem esses recursos” (MARQUES; MENDES, 2007, p. 22). Na mesma perspectiva, Oliveira (2010b, p. 373) aponta que “[...] os dados disponíveis não indicam redução da desigualdade, embora deva ser certo que a pobreza absoluta diminuiu”.

Oliveira (2010a) chamou de “hegemonia às avessas” esta forma de governar que parte “dos de baixo” e dirige o Estado por meio do programa “dos de cima”. Para ele, o Governo Lula não pode ser caracterizado como populista, pois, o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. Foi a inclusão da classe operária, desajustando a velha estrutura de poder no Brasil no deslocamento dos latifundiários da base da dominação. Isso não esteve presente na nova dominação. Nesta, os dominados realizam a revolução moral.

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o termo “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010a, p. 27).

Coutinho (2010) denomina o Governo Lula de “hegemonia da pequena política”. Discutindo a partir de conceitos e categorias gramscianas – pequena

política, grande política, contrarreforma, revolução passiva (restauração e renovação) – defende a tese de que o lulismo é uma forma de hegemonia afinada com os princípios do neoliberalismo, pois se apoia na aceitação de um existente tido como invencível.

Sintetizando, Lula não lutou por um projeto antagônico de sociedade. No geral, deu continuidade à política econômica neoliberal agindo pontualmente fomentando políticas compensatórias - por isso, assistencialistas -, no intuito de manter o consenso entre as classes, a governabilidade nos seus mandatos e, a ordem social hegemônica do capital.

Em todas as épocas, o Estado se subordina e se limita à forças e pressões que lhe são externas. No sistema capitalista, forças orquestradas pelo grande capital, hoje, na sua fase financeira. Neste sentido, medidas são tomadas pelo Estado para proteger o mercado e o sistema do capital. Um exemplo são os gastos do governo federal para cumprir os compromissos com o pagamento dos juros e amortizações da *dívida pública*¹⁵ que em 2014, gastou R\$ 978 bilhões, o que representou 45,11% do orçamento efetivamente executado. Quantia monetária que poderia ter ampliado o investimento em educação que foi apenas de 3,73%, ao invés de ir para os cofres dos rentistas, na sua maioria, banqueiros.

Em relação ao aspecto educacional, corroboramos a análise de Frigotto (2011), de que o governo Lula também não disputou um projeto antagônico na educação, em específico, a superior.

[...] ao não disputar um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente e, portanto, à expansão do capital em nossa sociedade, centrando-se num projeto desenvolvimentista com foco no consumo e, ao estabelecer políticas e programas para a grande massa de desvalidos, harmonizando-as com os interesses da classe dominante (a minoria prepotente), o governo também não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma (p. 241).

¹⁵ Ver o texto de Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila “Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal executado”. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/gastos-com-a-divida-publica-em-2014-superaram-45-do-orcamento-federal-executado/>>. Acesso: 25 fev. 2015.

As mudanças nas políticas educacionais para a educação superior, tanto no Brasil como em outros países, estão sempre atreladas - e em minuciosa consonância - ao processo de reestruturação do capital em escala global. De acordo com Ferreira e Oliveira (2012), a reforma da educação superior no Governo Lula foi conduzida a partir de leis e decretos que denotam mais a continuidade do que a ruptura com as políticas do governo anterior. Seguem as principais medidas adotadas pelo governo, segundo os autores: Decreto Presidencial nº. 5.205/2004 (regulamentou as fundações de apoio privadas no interior das instituições federais de ensino superior); Decreto Presidencial nº. 5.225/2004 (que alterou dispositivos do Decreto nº. 3.860/2001, que dispunha sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições. Revogado pelo Decreto nº. 5.773/2006); Lei nº. 11.079/2004 (introduziu as normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública¹⁶); Lei nº. 10.861/2004 (SINAES); Lei de Inovação Tecnológica (10.973/2004¹⁷); Lei nº. 11.096/2005 (criou o Programa Universidade para Todos - PROUNI¹⁸); Decreto Presidencial nº. 5.622/2005 (regulamentou a educação a distância); Decreto Presidencial nº. 5.773/2006 (estabeleceu normas para regular, supervisionar e avaliar as IES); Decreto nº. 6.096/2007 (institui o REUNI); Projeto de Lei nº. 7.200/2006 (encaminhado ao Congresso Nacional para estabelecer normas gerais da educação superior, regular o sistema federal de ensino superior, alterando as leis nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; nº. 8.958, de 20 de dezembro de 1994; nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997; nº. 9.532, de 10 de dezembro de 1997; nº. 9.870, de 23 de novembro de 1999); Lei nº. 11.892/2008 (institui a Rede Feral de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

¹⁶ Neste contexto, “[...] o governo poderá transferir ao setor privado a execução de uma parcela importante de suas atribuições constitucionais, na medida em que o objeto da parceria público-privada é a prestação e exploração de todo serviço público, portanto não trata apenas de infraestrutura (obras, malhas rodoviárias), mas de serviços como saúde e educação” (LIMA, 2007, p. 175).

¹⁷ Esta lei não trata de uma política de incentivo à produção de ciência e tecnologia, mas sim, de compra e adaptação de pacotes tecnológicos (política de abertura comercial estimulando a entrada de capital estrangeiro). A tão propalada inovação tecnológica é entendida como a capacidade de absorção e adaptação de tecnologias (LIMA, 2007).

¹⁸ De acordo com Lima (2007, p. 173) o PROUNI “[...] constitui-se em mais uma modalidade de parceria público-privada que objetiva resolver a crise de inadimplência vivenciada pelo setor privado diante do aumento dos valores das mensalidades ou anuidades das instituições privadas de ensino superior e do nível de empobrecimento progressivo dos trabalhadores brasileiros”.

Em 2007, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que subsumiu o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. Lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, simultaneamente à promulgação do Decreto nº. 6.094, dispondo sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o plano propõe para a educação superior algumas ações: a) formação de professores pela Universidade Aberta do Brasil (UAB); b) Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e PROUNI: facilitar o crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento; c) pós-doutorado: bolsas para recém doutores; d) Professor equivalente: a ser contratado pela Instituições federais de ensino; e) duplicar o número de vagas nas universidades federais em dez anos; f) Programa Incluir: Acessibilidade na educação superior – ampliar o acesso de pessoas portadoras de deficiências; g) Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT): financiar projetos de extensão; h) Prodocência: consolidar cursos de licenciatura e melhorar a formação docente; i) Nova Capes: ampliar suas funções também para a formação de professores da educação básica; j) Incentivo à ciência: aproximar as universidades das empresas incentivando projetos de inovação científica e tecnológica; k) Iniciação à docência: cria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); l) Formação da Saúde: em parceria com o Ministério da Saúde (SAVIANI, 2009).

Como metas para a educação superior, o PDE destaca cinco: I) expansão da oferta de vagas; II) garantia da qualidade; III) promoção de inclusão social pela educação; IV) ordenação territorial para tornar o ensino acessível nas regiões mais distantes do país e; V) desenvolvimento econômico e social: formação de recursos humanos para a produção científico-tecnológica. Para que as metas pudessem ser atingidas foram referidos três instrumentos: I) REUNI e Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); II) Democratização do acesso: PROUNI e FIES e; III) Avaliação com base na regulação: SINAES (SAVIANI, 2009).

Em consonância com o que se proclamou no PDE, não se pode negar os significativos avanços na educação superior brasileira nos últimos anos, com a criação e ampliação de universidades federais por meio do REUNI; abertura de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos; ampliação dos recursos de custeio; criação dos IF's; aumento de bolsas de estudo (Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e PIBID); mobilidade estudantil/internacionalização (Programa Ciência Sem Fronteiras); políticas de inclusão e assistência estudantil (PNAES), entre outras. Contudo, o que prevaleceu na educação superior foi a política de melhoria mediante as parcerias do público e privado com a ampliação do financiamento estudantil (FIES) e do PROUNI; educação a distância (UAB, regulamentada pelo Decreto 5.800 de 2006); a opção por políticas focais (por exemplo, as *cotas*¹⁹ – para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, negros e indígenas - nas universidades públicas federais de educação superior); a centralidade do processo de avaliação com a criação do SINAES e; através de incentivos do governo à diversificação das IES, embora se tenha um pequeno aumento no número de IES públicas, o número de instituições e matrículas privadas ampliou (conforme tabelas 05 e 06 abaixo).

Tabela 05: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 2003-2010.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	2.100	88,3

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: INEP (2012).

Mesmo com o contínuo aumento de IES privadas, pelos dados, mais lentamente (a partir de 2006) se comparado à era FHC, ficando na casa de quase 90%, houve um tímido aumento de IES públicas, o que não foi capaz de alterar o percentual da casa dos 10%. A disparidade entre o número de instituições públicas e privadas ainda é alarmante.

¹⁹ “A crítica central à política de cotas implementada pelo governo, por sua forma e conteúdo, está relacionada com uma perspectiva marcada pela focalização da política educacional para o alívio da pobreza e o esvaziamento de um princípio histórico dos movimentos sociais, sindicais e estudantis, organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: a universalização do acesso à educação” (LIMA, 2007, p. 174).

Tabela 06: Distribuição Percentual do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa - Brasil - 2003-2010.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	4.736.001	74,2

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: INEP (2012).

Se de um lado tem-se um aumento no número de matrículas nas IES públicas, por outro, ocorre um aumento muito maior nas matrículas das IES privadas, fazendo com que o percentual na casa dos 20% (instituições públicas) e na casa dos 70% (instituições privadas) não se altere. Ocorre que, devido à maximização de matrículas nas instituições privadas, o percentual teve uma variante em torno dos 4% entre os matriculados no ensino público e os matriculados no ensino privado.

Todavia, interessante observar que, no ano de 2010, com algumas oscilações nos anos anteriores, 25,8% dos alunos matriculados correspondem aos 11,7% das IES públicas e, os 74,2% dos alunos matriculados correspondem as 88,3% das instituições privadas. Portanto, considerando o percentual de IES públicas e privadas, é possível afirmar que nas instituições públicas, a concentração de alunos matriculados é maior.

Mesmo que a ritmo “conta-gotas”, destaca-se a expansão de IES públicas (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2012), bem com, a expansão no número de matrículas nas universidades federais (devido ao REUNI). Em 2003 o número de matrículas (nas federais) era de 583.633, ampliando para 938.656 em 2010. Se observarmos o número de ingressantes nestas instituições, de 153.393 em 2003, passou-se a 302.359 em 2010 (INEP, 2012).

Mesmo com os avanços – ampliação de instituições e matrículas públicas – o que, continuamente se evidencia é a privatização dos serviços públicos, aqui em específico a educação superior. De acordo com Lima (2007), a privatização

dos serviços públicos é uma política de governo que, simultaneamente, reformula a ação do Estado.

O reordenamento do papel do Estado está sendo realizado por meio da diluição das fronteiras entre público e privado, consolidando um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior. [...] o Estado assume papel regulador, elaborando um conjunto de medidas jurídico-institucionais para estimular a diversificação das instituições e cursos de ensino superior e a diversificação das suas fontes de financiamento (LIMA, 2007, pp. 186-187).

O estudo de Azevedo e Catani (2005) aponta que a reforma universitária adotada pelo Governo Lula, seguindo o receituário do BM, propôs-se a corrigir os erros da reforma feita por FHC. Neste contexto, deveria:

a) incrementar o acesso à educação superior por meio de maior oferta de cursos noturnos, incentivo à educação a distância e ao FIES (“crédito educativo”); b) melhorar a qualidade do ensino por intermédio da avaliação e da acreditação; c) estimular o reconhecimento da relevância social e econômica; d) fornecer maior eficiência ao sistema de educação superior (“fazer mais com menos”) (AZEVEDO;CATANI, 2005, p. 90).

Pelo viés de “fazer mais com menos”, o investimento na educação superior feito pelo Governo Lula atende às pressões externas – BM – que defende, entre outras, a disciplina fiscal, prioridade nos gastos públicos em áreas de alto risco e privatização dos serviços sociais (CHAVES; GEMAQUE, 2011). Entretanto, mesmo com as reformas que mudam aspectos no panorama educacional, em específico, a educação superior, não altera a herança histórica deste país que atribui caráter secundário à educação como direito universal.

Segundo Silva Jr. (2007), a educação superior esteve mais uma vez subordinada à economia por meio das políticas de ciência, tecnologia e inovação tecnológica. Políticas estas, formuladas para alavancar o crescimento econômico.

Trata-se da velha argumentação de que “a distribuição da riqueza entre nações está fortemente correlacionada com o domínio da tecnologia”, de que o bem-estar dos cidadãos seria a consequência imediata do desenvolvimento da ciência, que resultaria em desenvolvimento tecnológico, aumentando nossa capacidade de gerar empregos por aumento de nossa competitividade no mercado mundial, para o que concorreria, de forma central, a educação na formação de mão-de-obra e na produção científica, especialmente em seu nível pós-graduado (SILVA JR, 2007, p. 102).

Neste contexto, uma das políticas públicas de maior impacto para a educação no Governo Lula foi a reestruturação na EPCT. Ampliando a oferta de vagas em instituições federais, entre as quais destacamos aqui, os Institutos Federais.

1.2.1 Os Institutos Federais

No ano de 2006, a educação profissional e tecnológica passa por um novo processo de reestruturação a partir da iniciativa do MEC junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), decorrente do Parecer CNE/CES nº. 277. Haveria, neste contexto, a necessidade de uma reorganização dos cursos superiores de tecnologia, por poucos eixos tecnológicos e mais compactos, diante da organização por áreas profissionais definidas no Parecer CES/CNE nº. 436/2001 encontrar-se superada e não contribuir para o desenvolvimento industrial. No Parecer CNE/CES nº. 277/2006, os conselheiros reforçaram a importância da flexibilidade como sendo uma necessidade a ser conseguida a partir da interdisciplinaridade (AZEVEDO; COAN, 2013).

Na data de 24 de abril de 2007²⁰, o Decreto nº. 6.095 estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e

²⁰ Nesta mesma data, o PDE contemplou a educação tecnológica e profissional através de três iniciativas: a) Reorganizar a rede federal de escolas técnicas, integrando nos Ifets; b) Novos concursos públicos e; c) Cidades-Polo: abertura de 150 escolas federais, elevando para 350 o número de unidades. O Plano também enfatiza que os Ifets são modelos de educação profissional e tecnológica (SAVIANI, 2009).

Tecnologia (IFET), no âmbito da Rede Federal de EPCT. Neste, foi delineado que os IFETs se caracterizam como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (Art. 01, § 2º). No que diz respeito à implantação dos Institutos deve-se levar em consideração bases territoriais definidas, como dimensão geográfica e as características históricas, culturais, sociais e econômicas (Art. 01, § 3º).

Segundo este documento, a vocação dos Institutos é formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade (Art. 4, § 1º, I), visando a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais (Art. 4, § 1º, III), bem como estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (Art. 4, § 1º, IV). Em relação à oferta de educação superior, objetiva-se formar profissionais para os diferentes setores da economia (Art. 4, § 1º, VII, a).

No dia 12 de dezembro de 2007, o MEC emitiu a Chamada Pública MEC/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) 02/2007, objetivando acolher, num prazo de 90 dias, propostas de constituição dos Institutos. Neste contexto foram elaborados e enviados à SETEC/MEC documentos dos conselhos da Rede: Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET) (2007), Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF) (2007) e o Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF) (2007). Em, 31 de março de 2008 a Portaria MEC/SETEC nº. 116 apresentou o resultado da Chamada Pública. Em junho de 2008, foi lançado o documento “Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” o qual está descrito a seguir. Em julho de 2008, o Poder Executivo apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 3.775/2008 que propõe a instituição da Rede Federal de EPCT e a criação dos IFs.

Após o processo legal de discussões e articulações e, tendo em vista os princípios formuladores do PDE²¹, no dia 29 de dezembro de 2008, via Lei nº.

²¹ O PDE foi lançado pelo MEC no dia 24 de abril de 2007, simultaneamente à promulgação do Decreto nº. 6.094, dispondo sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. De

11.892, foi instituída a Rede Federal de EPCT, criando assim os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Segundo o Art. 6º. os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Observadas as finalidades e características, os Institutos têm por objetivo:

acordo com Saviani (2009, p. 03), “[...] o questionamento ao PDE dirige-se a própria lógica que o embasa. [...] essa lógica poderia ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados”. Assim, o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda. É, pois, uma lógica do mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas ‘pedagogia das competências e da qualidade total’”.

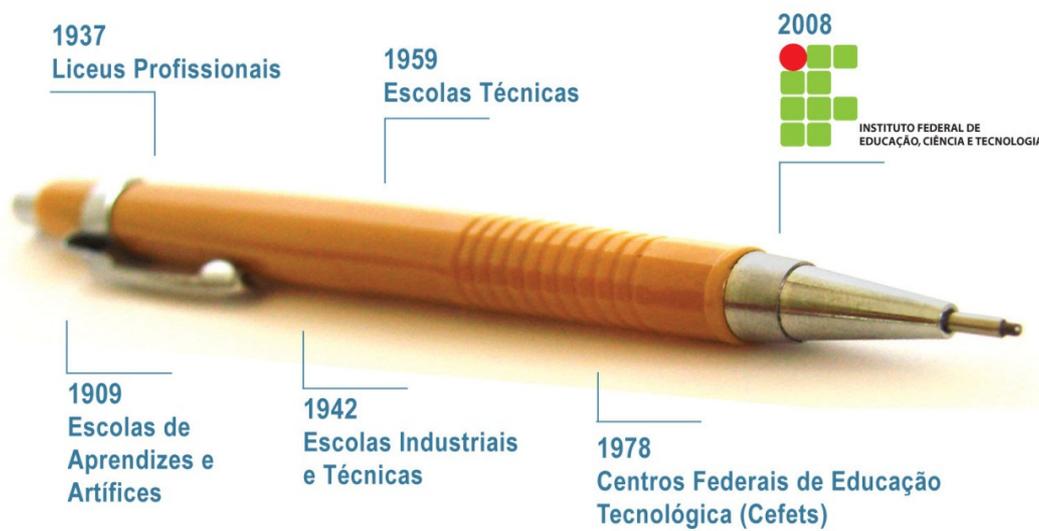
I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Art. 7).

Importante ressaltar que os Institutos Federais deverão garantir o mínimo de 50% de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do *caput* do art. 7º., e o mínimo de 20% de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do *caput* do citado art. 7º. (Art. 8º). Ainda segundo este artigo, nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no *caput* deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei (§ 2º).

Neste contexto houve uma significativa expansão na Rede Federal de EPCT, com a implantação dos IFs. No site do MEC é apresentado o percurso histórico da educação profissional, técnica e tecnológica (figura 01) e o número

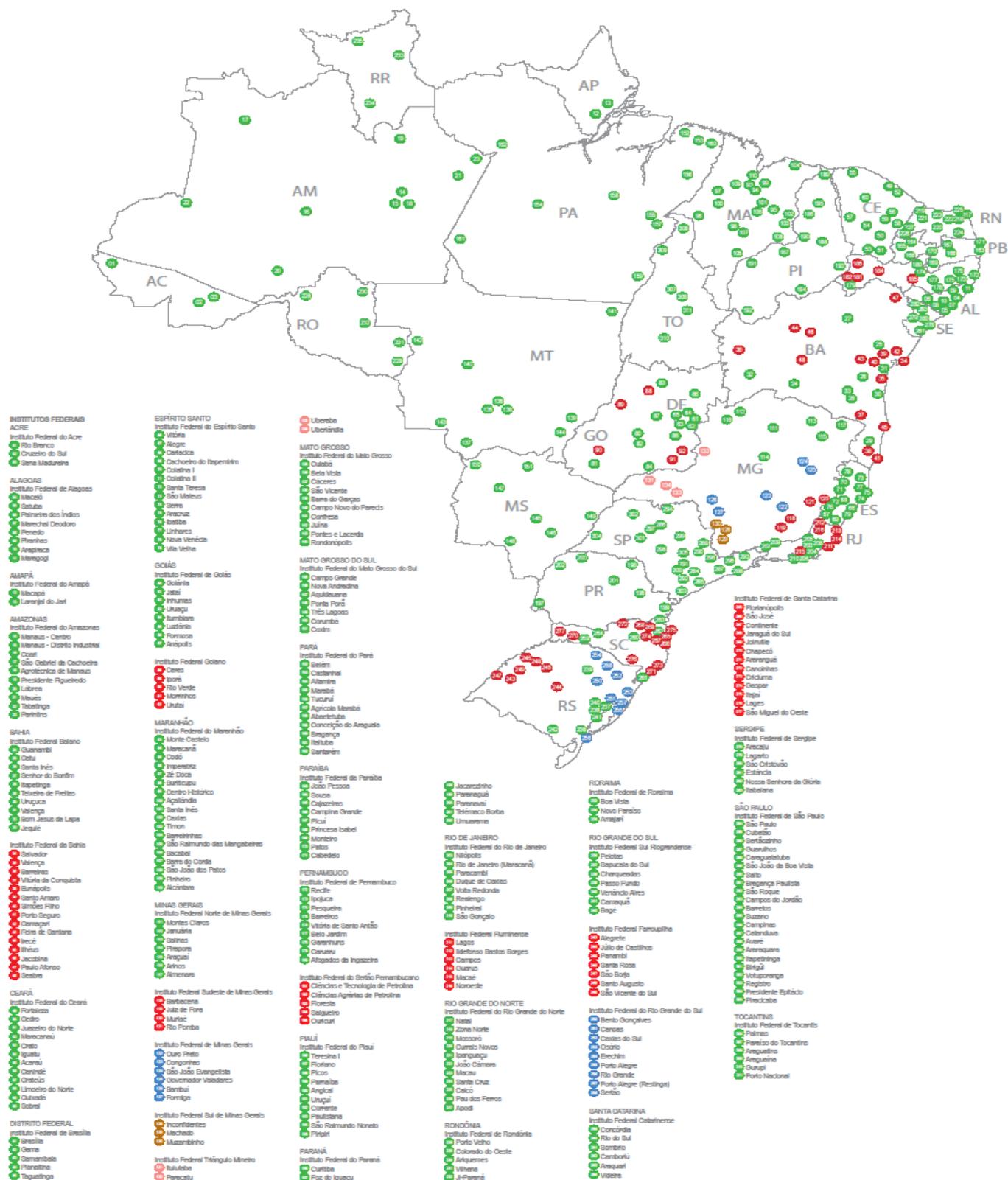
total de 38 IFs, e seus devidos *campi* (primeira fase de expansão: 2008 a 2010), implantados em 2008, conforme figura 02. Atualmente este número de Institutos Federais e seus *campi* se alterou devido à segunda (anos: 2011 a 2012) e terceira (anos: 2013 a 2014) fases do processo de expansão.

Figura 01: Percurso da educação profissional, técnica e tecnológica.



Fonte: <<http://portal.mec.gov.br/img//261208ifets.jpg>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

Figura 02: Mapa - Institutos Federais implantados em 2008.



Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mapa261208.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

Importante enfatizar que esse conjunto de instituições federais foi historicamente se modificando em função de demandas oriundas da economia e das pressões decorrentes dos embates no âmbito do Estado. Tal modificação se deu desde sua origem, com a criação de uma rede de Escolas de Aprendizizes Artífices, que passou a Liceus Profissionais, posteriormente a Escolas Técnicas Federais, depois Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) (CUNHA, 2005) e, atualmente, IFs.

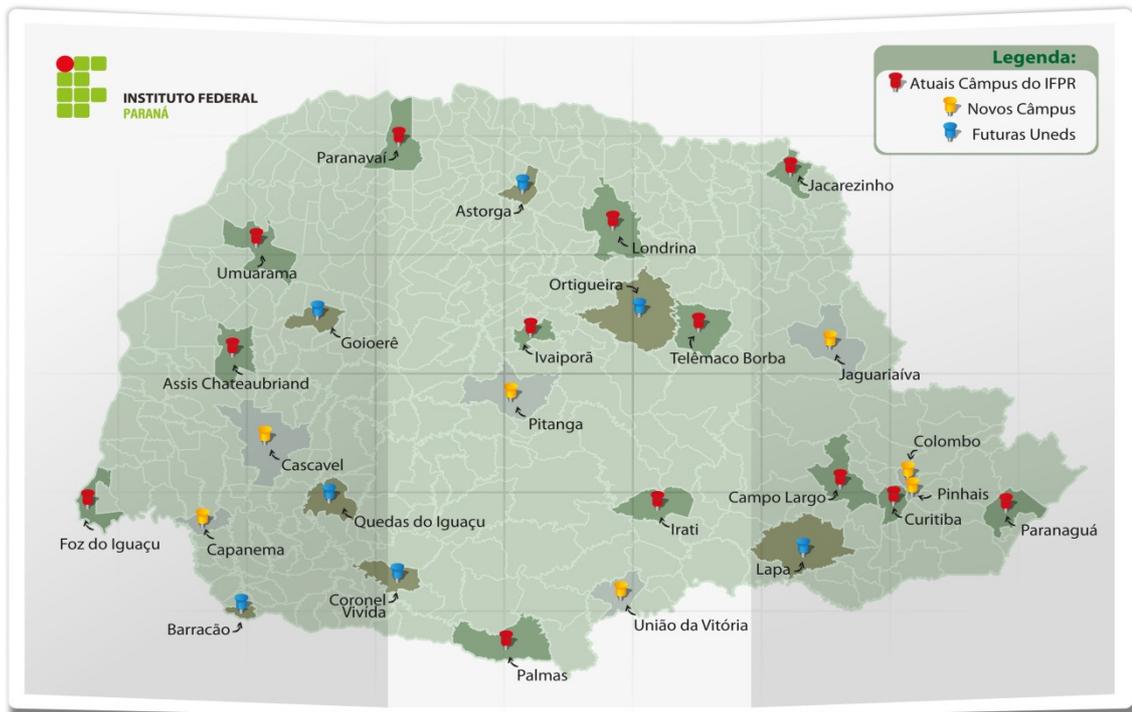
Em relação ao Paraná, o Instituto Federal foi também criado com a Lei nº. 11.892, em 2008. A partir desta Lei, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) foi transformada no IFPR, que hoje possui autonomia administrativa e pedagógica. Atualmente, o IFPR está presente nos municípios de Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Telêmaco Borba, Umuarama e, em fase de implantação nos municípios de Capanema, Colombo, Jaguariaíva, Pinhais, Pitanga e União da Vitória²². Além dos *campi*, o IFPR está implantando as Unidades de Educação Profissional (UEPs), que se tratam de *campi* avançados vinculados a um *campus*, nos municípios de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê, Guaíra, Lapa, Ortigueira e Quedas do Iguaçu²³ – conforme apresentamos na figura 03.

A instituição atende mais de 40 mil estudantes nos cursos de modalidade presencial e a distância. Em 2013, o IFPR ofereceu 76 cursos técnicos presenciais, 10 cursos técnicos a distância, 17 cursos superiores presenciais, 01 curso superior a distância, 01 curso de especialização presencial e 03 cursos de especialização a distância. A instituição pretende ampliar sua atuação e a estimativa, até o término da expansão de todos os Câmpus e Unidades, é oferecer 20 mil vagas presenciais e 50 mil a distância (IFPR, 2013a).

²² Importante explicar que já foram implantados, os *campi* que constam na figura 03, como estando em fase de implantação.

²³ Acrescenta-se que, as unidades nos municípios de Guaíra e Lapa, não foram implantadas.

Figura 03: Mapa - Localização dos *campi* e Unidades do IFPR.



Fonte: IFPR (2013a).

Os IFs se diferenciam em relação às outras IES pela verticalização do ensino. Há também uma preocupação expressa nos documentos em relação à formação de profissionais para atenderem às demandas socioeconômicas visando ao desenvolvimento local e regional, ocorrendo, neste sentido, a interiorização de oferta de educação profissional e tecnológica no intuito de melhorar o padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas. Embora não seja o objetivo desta pesquisa problematizar sobre a implantação dos Institutos Federais, algumas questões precisam ser discutidas. Em que se fundamenta o modelo “Institutos Federais”? A implantação dos Institutos está vinculada a que demandas sociais?

Em junho de 2008, a SETEC elaborou o documento, versão impressa, intitulado “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes”. Em 2010, foi lançada a versão digitalizada deste documento com o título “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo de educação profissional e tecnológica - concepção e diretrizes”.

Segundo o texto, a institucionalização dos Institutos é considerada pelo Governo como estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional e fortalecimento no processo de inserção cidadã de milhares de brasileiros, melhorando-lhes a qualidade de vida. Na citação, abaixo, fica expressa a função desta instituição.

Em síntese, esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. [...] garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p. 20).

O Estado entende os IFs na perspectiva de contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando (neste caso, com a educação profissional e tecnológica) os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos e os aspectos sociais, culturais locais. O Estado atende, por um lado, demandas sociais da população, por formação e elevação dos níveis de escolaridade para adquirirem as devidas condições de empregabilidade e, por outro, as demandas do capital que exigem qualificação da mão de obra objetivando o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro.

As constantes mudanças - com ênfase na microeletrônica - no modelo de produção, vão provocando novas demandas para a formação dos trabalhadores. Há, segundo o documento, carência de trabalhadores qualificados no âmbito da educação profissional e tecnológica. Com base na pesquisa – “Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há uma a carência de profissionais qualificados. “O perfil da escolaridade média da mão-de-obra em falta no Brasil concentra-se nos trabalhadores com escolaridade média de 9,3 anos de estudos, o que traduz em trabalhadores que estejam cursando, no mínimo, o ensino médio” (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p. 32). Mesmo havendo uma tímida formação de

profissionais pela modalidade de educação profissional e tecnológica, observa-se na realidade produtiva, o estabelecimento como exigência mínima de qualificação, o ensino médio completo. Neste contexto, “[...] a carência de mão-de-obra, em outros momentos históricos, sempre foi o mais forte elemento balizador da educação profissional e, portanto, definidor de política de ampliação de vagas para essa modalidade de educação” (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p. 33).

Portanto, defende-se a ideia, nos documentos oficiais, de que a construção de um país que busca sua soberania, que visa ultrapassar a condição de consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia, passa pela ampliação das políticas públicas inclusivas, neste caso, a educação profissional e tecnológica. Nesse contexto, a atividade de pesquisa nos Institutos deve estar ancorada em dois princípios: o princípio científico (que se consolida na construção da ciência) e o princípio educativo (que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade). O documento aponta também que a formação do trabalhador, na e pela educação profissional e tecnológica, deve tornar o trabalhador um agente político, capaz de compreender a realidade e atuar na perspectiva de possibilitar transformações econômicas, políticas, sociais e culturais visando à superação das contradições existentes e a construção de outro mundo possível. A necessidade da formação para ocupar os postos de trabalho não é a razão exclusiva e definidora para a educação profissional (BRASIL/MEC/SETEC, 2010).

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem, daí compreender-se que a educação profissional e tecnológica se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nesta perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. [...] trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p. 34).

Nota-se que há um esforço do Estado em ampliar a oferta de matrículas e interiorizar a educação pública federal, com a criação dos IFs e ampliação de

campi, em Estados até então excluídos de efetivas políticas públicas em educação profissional e tecnológica.

O ideário nacionalista/modernizador, aliado à expansão do capital competitivo difundido nas décadas de 1930 e 1940, e a intensificação dos processos de industrialização-modernização e de monopolização, “[...] ao lado da emergência do populismo como instrumento de dominação das massas incorporadas à política, [...] que escapavam do controle das classes dominantes” (CUNHA, 2003, p. 171), e que definiram as políticas nas décadas de 1950 e 1960, voltam ao centro das discussões. A relação educação e desenvolvimento ganhou força nos discursos governamentais no contexto de implantação dos Institutos Federais, que são vistos como espaços estratégicos de qualificação da mão de obra visando ao desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do país. Sincronizar a educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social é o axioma da bandeira de modernização do país levantada pelo Estado.

O então Diretor de Políticas da SETEC, Luiz Augusto Caldas Pereira (2013) afirma, naquela situação, que a retomada do crescimento econômico do país, vinculada a um modelo de produção que vincula intensa aplicação de ciência e tecnologia, gera a exigência de trabalho qualificado e eleva a importância da formação escolar e profissional em todos os níveis. Neste espaço cabe destaque à Educação Profissional e Tecnológica tornando necessária a expansão de sua oferta. Na ocasião, o Diretor de Articulação e Projetos Especiais da SETEC, Irineu Colombo (2013), destacou alguns fatores que embasaram a criação dos Institutos: a baixa qualidade científica da nossa formação educacional brasileira e a necessidade de fornecer base tecnológica para a economia e para o próprio sistema de educação, juntamente à necessidade de formar técnicos para o crescimento econômico que estamos vivenciando. Segundo o então Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Eliezer Pacheco (2013), a falta de trabalhadores qualificados ganhou destaque nas manchetes de jornais, foi tema de campanha eleitoral e se tornou numa espécie de fetiche de empresários e especialistas. “Como dizia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os prefeitos hoje em dia vêm a Brasília pedir escola técnica para os seus municípios e não mais uma universidade” (p. 01). No texto “Escolas técnicas e desenvolvimento”, Pacheco (2011 e 2013) afirma que a política neoliberal adotada pelo Governo de

FHC provocou um sucateamento e privatização do patrimônio, prejudicando a economia brasileira. Neste contexto, universidades públicas e instituições federais de educação profissional e tecnológica foram desmanteladas tendo seu funcionamento quase que inviabilizado.

No governo anterior, inclusive, foi instituída a lei 9.649/98, barrando a criação de escolas técnicas federais. Não é por acaso que agora, quando o País consolida taxas de crescimento acima de 4%, empresas encontram dificuldades para contratar mão-de-obra treinada e qualificada. A falta de técnicos é explicada pelo abandono e descaso que os governos passados tiveram com a educação profissional. No entanto, a concepção do governo Lula preconiza a valorização e o investimento pesado nas escolas técnicas (PACHECO, 2013, p. 01).

Outra manifestação a respeito da mesma matéria está presente na apresentação do texto de Silva (2009), destacando o foco dos Institutos, que é o de promover a justiça social, a equidade e a inclusão social com base num desenvolvimento sustentável, buscando soluções técnicas e gerando novas tecnologias: “Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais” (p. 08).

A afirmação de buscar “solucionar os problemas socioeconômicos em âmbito regional visando ao desenvolvimento”, se destaca nos documentos oficiais e na legislação de criação dos IFs. Ao que parece, a criação e implantação dos IFs está atrelada ao fortalecimento e expansão das relações sociais capitalistas em regiões distantes geograficamente dos grandes centros urbanos. A expansão da EPT ocorre para expandir o capital para outras regiões e para a conquista de novas camadas intermediárias da classe trabalhadora. Segundo Brandão (2010, p. 80)

[...] seja através da (con)formação de mão-de-obra para as empresas que se instalam nessas regiões; seja através do oferecimento de pequenos serviços que nada mais são do que trabalho precário; seja através da inclusão de trabalhadores como consumidores; seja através da difusão - também regional - da graduação da educação profissional no setor privado.

As críticas elencadas nos documentos em relação ao governo de FHC podem ser entendidas no contexto do Estado neoliberal, adotado pelo governo anterior, que alavancou o processo de desindustrialização, privatização de empresas estatais, à mudança do padrão de inserção do país na economia globalizada (DAGNINO; RIBEIRO; CYPRIANO, 2011). Entretanto, é importante salientar que a política econômica adotada pelo governo Lula não se diferencia, na sua essência, da implantada por FHC.

Segundo os autores, a rede EPT, que surgiu entrelaçada ao projeto nacional-desenvolvimentista, com o objetivo de atender às demandas tecnológicas de formação de mão de obra qualificada para o processo de industrialização pela via de substituição das importações (governo Getúlio Vargas – 1930-1945), se expandiu e se consolidou historicamente. É nesse contexto, fruto de um pacto social que se estabeleceu entre os empresários nacionais e os trabalhadores da indústria, “[...] de que a qualificação da força de trabalho, por atender à demanda tecnológica dos primeiros e a expectativa de ascensão social dos segundos” (DAGNINO; RIBEIRO; CYPRIANO, 2011, p. 221) que se entende a criação e implantação da rede Rede Federal de EPCT e, por extensão, dos IFs.

Domingos Sobrinho (2013), referindo-se ao Decreto nº. 6.095, de 24/04/07, afirma que este foi editado sem prévio debate com a rede federal. Os Institutos foram uma novidade para a Rede de EPT, pois, anterior ao Decreto, a discussão que vinha sendo feita era a de transformar alguns CEFETs em Universidade Tecnológica Federal (UTF), como aconteceu no Estado do Paraná. Todavia, percebe-se, segundo o autor, o esforço do Governo Lula, no âmbito da educação profissional e tecnológica, em ampliar a Rede, rompendo com o projeto do Governo FHC – que a encarava como mero fator econômico, subjugada, assim, às necessidades do mercado e do mundo dos negócios – e, encarando esta modalidade de educação como fator estratégico para o desenvolvimento nacional e para o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros. Projeto este que se volta para as atuais configurações do mundo do trabalho, para a reinserção dos desempregados e desenvolvimento de programas integrados de escolarização/profissionalização, no intuito de atender o contingente de jovens e adultos sem alfabetização ou apenas com escolaridade parcial.

No contexto das discussões em torno da transformação dos CEFETs em UTF, Ciavatta (2006, p. 929) alerta, se referindo aos Institutos, para o fato de que “Destinados, originariamente, para as ‘classes desfavorecidas’, que continuam a procurá-los pelo vínculo da escola com o trabalho, a questão das classes sociais e a exclusão de tantos dos benefícios sociais são aspectos da realidade que não podem ser alheios à sua prática pedagógica”.

A soberania dos países não advém apenas do poderio bélico para defender seu território, mas também da autonomia para produzir conhecimento e atender às demandas da população. Portanto, a educação é uma questão estratégica, tanto no nível básico para a educação de crianças e adolescentes, como no nível superior para o aperfeiçoamento profissional, científico e tecnológico de jovens e adultos, e para a produção do conhecimento que assegura a presença de um país entre as demais nações (CIAVATTA, 2003).

Assim, Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2010) consideram que a discussão sobre a relação ensino-ciência-tecnologia deve ser destacada no contexto do surgimento dos Institutos, pois se relaciona com as demandas do desenvolvimento nacional, no que concerne à formação dos trabalhadores, formação de sua cidadania e aos desafios do desenvolvimento da ciência brasileira.

As mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, trazendo em seu bojo o avanço científico-tecnológico nos processos produtivos, implicaram na reorganização da educação profissional. Porém, este talvez seja um grande desafio. O ideário brasileiro de ser autossuficiente na produção de ciência e tecnologia, na condição de país de capitalismo dependente, enfrenta barreiras dos países do centro orgânico do capital, produtores e concentradores de maior parte de ciência e tecnologia produzidas pela humanidade, para delinear suas políticas de desenvolvimento científico-tecnológico e de uma educação ampliada para a ciência e as tecnologias.

Contudo, por que o Governo Lula estabelece uma reestruturação na educação profissional e tecnológica criando os IFs ao invés de UTF? Será que há maior demanda pelo nível de ensino técnico e profissionalizante e não uma significativa demanda pelo nível superior?

Compreendemos a ação do Governo Lula em ignorar a Rede Federal de EPT, criando a Rede Federal de EPCT, num contexto de debates para a transformação dos CEFETs em UTF, na seguinte perspectiva:

Verifica-se na manifestação de conselheiros do CNE pela via normativa que é desencadeada a partir do MEC a persistência da venda do encantamento de uma condição de empregabilidade para os jovens da sociedade brasileira a partir da educação profissional de forma a aliviar o tradicional ensino superior público das constantes reivindicações de segmentos da base da sociedade e possibilitar a formação de uma força de trabalho de reserva o mais numerosa possível, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento econômico e social do Estado brasileiro capitalista, e aliviando pressões sociais, como a de por cursos de bacharelado. Foi nesse sentido que governos de matizes políticas diversas reformaram e normatizaram a educação profissional que se constitui como um ensino específico, focado e diversificado para atender expectativas diversas, àquelas dos setores produtivos e econômicos, assim como as de cunho social que buscam a conformação e o alívio de tensões na base da sociedade, que na contemporaneidade passam a ser rotuladas como inclusão, com o intuito de amenizar a situação de bolsões de miséria e pobreza que tenderiam a abalar estruturas sociais vigentes (AZEVEDO; COAN, 2013, p. 16).

Os IFs não foram pensados a partir da superação de uma apropriação educacional entendida como educação profissional e tecnológica com vistas à formação do ser humano, com base nos princípios da politecnicidade, visando à construção da emancipação humana do jugo do capital. Infelizmente, resultou numa educação escassa, para os “pobres e desvalidos da sorte”, para que possam tentar se incluir na perversa sociedade de classes sob os ditames do capital (AZEVEDO; COAN, 2013).

Otranto (2010), problematizando sobre a criação e implantação dos IFs, destaca que este é um modelo alternativo à “universidade de pesquisa”, que vem no bojo das reformas ocorridas na América Latina nos últimos anos, impulsionadas pelo BM. Estas reformas educacionais reforçam a ideia de criação de IES com custos financeiros menores aos das universidades, e a ênfase nos cursos de tecnologia a nível superior, pois, com caráter de maior flexibilidade, estariam mais integrados ao sistema produtivo e com menor custo, se comparado às universidades tradicionais. Segundo esta autora,

Se analisarmos o documento do Banco Mundial, de 1994, veremos o incentivo à diversificação da educação superior, amparado na crítica ao modelo de ensino superior baseado nas universidades de pesquisa que, segundo o Banco, são muito caras e inadequadas às necessidades e recursos dos países mais pobres. O documento do Banco Mundial de 1999 [...] além de também destacar a necessidade de diversificação das instituições, defende que o sistema de educação superior dos países periféricos deve contar com poucas universidades de pesquisa, seguidas por universidades de formação profissional de quatro anos, institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos (OTRANTO, 2006, p. 20).

O Estado brasileiro, se analisarmos os governos neoliberais de FHC e Lula, optaram pela lógica de “submissão consentida” (NEVES, 2005) aos ditames do capital internacional expressos na classe que mantém a hegemonia política e cultural no Brasil, sob o contexto de reestruturação produtiva. No que concerne à educação superior, se o Governo FHC optou por um projeto de extensiva privatização, alargando o número de IES privadas, voltadas exclusivamente para atividades de ensino, no Governo Lula continuou ocorrendo uma expansão de IES privadas; por outro lado, foram criadas novas universidades públicas e ampliadas as já existentes por meio do REUNI. Em relação aos IFs, optou-se por ampliar a oferta de educação pública com uma “escola pública mínima/enxuta”, condição própria de um Estado que assume a característica de ser mínimo para as políticas públicas e sociais. Por esta ótica, as instituições federais que ofertam ensino superior não são exclusivamente as universidades de pesquisa, mas, contam com um modelo alternativo de instituições para a oferta de educação profissional, técnica e tecnológica.

Numa sociedade, como a brasileira, regida pelos princípios hegemônicos do capital, as políticas educacionais estão direta e indiretamente voltadas para o mercado e para o desenvolvimento capitalista, pois o Estado participa da reprodução do capital. Como visto acima, num primeiro momento contribui politicamente para a ampliação dos mercados com a privatização da educação superior. Num segundo momento, em referência ao objeto de estudo desta pesquisa, em tempos de crise do capital, o Estado atua politicamente no intuito de reproduzir a ordem estabelecida, federalizando uma IES para continuar

atendendo às demandas socioeconômicas, locais e regionais, da sociedade regida sob o modo de produção capitalista.

Considera-se, assim, que o Estado brasileiro mesmo caracterizando-se como mínimo para as políticas públicas e sociais, não atendeu, somente à lógica do capital.

De acordo com Neves (2002, p. 219),

[...] o Estado, longe de se apresentar como gerência da classe dominante, afigura-se como condensação de relações de força entre classes e frações de classes. Mesmo com a ampla hegemonia da proposta burguesa de sociedade e de educação no Brasil nos dias atuais, o Estado, ao definir suas políticas, leva em conta os imperativos do capital em seu conjunto e também das outras classes sociais, e não apenas as demandas imediatas de um capitalista singular ou de fração do capital.

Numa leitura dialética da realidade, entende-se que o Estado, embora bastante, não é absolutamente burguês, também a educação não é absolutamente expressão da vontade burguesa. Portanto, tanto na criação dos IFs, quanto no processo de “federalização” do UNICS, houve a ampliação da oferta de educação pública que, embora também inserida nos limites da sociedade de classes, constitui uma possibilidade de formação e desenvolvimento de “intelectuais orgânicos” comprometidos com a superação das relações sociais capitalistas.

1.3 EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

O Estado no Governo FHC intensificou seu papel de regulação, tanto na área econômica como na social, pois “[...] a privatização foi imposta como a principal política estatal. Na área social, a privatização foi complementada por políticas de descentralização, fragmentação e focalização” (NEVES, 2006, p. 82). As políticas sociais passaram a se constituir como serviços não-exclusivos do Estado, e que poderiam ser exercidos também pela iniciativa privada, organizações públicas não-estatais. O Estado responsabilizou-se diretamente

pela formação técnica e ético-política das massas trabalhadoras (educação básica), e, por sua vez, a formação técnica e ético-política do trabalho qualificado (educação superior) foi dividida com a iniciativa privada (NEVES, 2006).

Em síntese, a reformulação da educação superior, nos dois mandatos de FHC, fez-se presente a partir da crescente desresponsabilização do Estado (redução de verbas públicas para seu financiamento), e pelo estímulo ao empresariamento (deste nível de ensino), sob a aparência de democratização do acesso à educação (LIMA, 2007).

O Governo Lula, por sua vez, realizou uma série de reformas na política educacional para o ensino superior, visando à formação do “intelectual urbano brasileiro” (NEVES, 2006). Segundo a autora, além do acesso aos conhecimentos necessários à promoção da acumulação capitalista em formações sociais dependentes, tornam-se imperativos na formação do intelectual urbano os elementos teóricos e ideológicos para a elaboração de um novo homem coletivo de acordo com dois pilares da ideologia burguesa contemporânea: formação de um *homem empreendedor*²⁴ (do ponto de vista econômico) e, um *homem colaborador*²⁵ (do ponto de vista ético-político).

A ideologia da educação como panaceia, bem como a ideologia da empregabilidade, continuam a fazer parte da agenda governamental para a educação superior. Os dados apontam (governos de FHC e Lula), o contínuo aumento de IES privadas e enxuto aumento de IES públicas, bem como a criação do IFs.

[...] por lhe serem inerentes as contradições próprias do modo de produção capitalista, o Estado e o político – portanto, as esferas pública e privada – estão sempre relacionados ao movimento social de produção e reprodução das condições de existência do capitalismo, que, dada sua contradição interna, é sempre um movimento de expansão de naturezas diversas (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p. 96).

²⁴ “[...] que atribua a si a tarefa de contornar os graves problemas decorrentes das configurações contemporâneas da produção capitalista em nosso país, tais como desemprego, subemprego, redução salarial, perda de direitos trabalhistas e sociais” (NEVES, 2006, p. 96).

²⁵ Ainda de acordo Neves (2006, p. 96), “[...] que atribua a si, individualmente ou em grupos, a resolução dos graves problemas do aprofundamento da desigualdade social em nosso país, apresentando-se voluntariamente para, em níveis distintos de consciência, fazer a sua parte na consolidação da hegemonia burguesa, pela implementação de ações sociais de alívio à pobreza”.

Portanto, ambos FHC e Lula, desenvolveram um projeto burguês para a sociedade brasileira. O primeiro com menos Estado e mais mercado, e o segundo, com mais Estado para garantir uma economia de mercado. Portanto, o Estado (ação de um determinado governo num determinado período histórico) e, conseqüentemente, as políticas educacionais para o ensino superior não podem ser compreendidas por si só. Estas estão enraizadas nas relações materiais da existência.

O Estado não é um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro. Ou seja, não existiu desde sempre; não é eterno. Houve sociedades que prescindiram o Estado como as tribais, que se baseavam em normas sociais e morais de convivência. A partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico que está diretamente ligado à divisão da sociedade em classes, o Estado torna-se uma necessidade. O Estado é consequência desta divisão. Ele nasce quando surgem as classes e, por consequência, a luta de classes. Engels (1984), de forma clara e objetiva, evidencia a relação entre modo de produção, classe social e Estado.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (p. 229).

Como a sociedade de classes culminou numa irremediável contradição consigo mesma estando dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar, o Estado age como mediador, no intuito de regulamentar juridicamente a luta de classes, mantendo, nesta ótica, determinados equilíbrios entre as classes em conformidade com a correlação de forças existentes, a fim de amortecer o choque entre as classes dentro dos limites da “ordem” (ENGELS, 1984).

Nessa perspectiva, o Estado moderno, contratualista, fundamentado nas relações capitalistas de produção, na divisão da sociedade em classes (proprietários dos meios de produção e não proprietários dos meios de produção) tende a ser uma instância de manutenção da hegemonia da classe dominante – “A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante [...]” (ENGELS, 1984, p. 234) - como, também, assumindo características de mediação, visa a manter o equilíbrio social, político e jurídico, a fim de que a luta de classes não se torne dilacerante. Ocorre que, em todas as épocas, a classe detentora do poder político torna necessário apresentar seus interesses como se fossem universais. No caso do Brasil, os princípios do liberalismo defendem a organização estatal centrada na república (embora a *'res publica'* não tenha se efetivado na sua plenitude), na representatividade, na limitação do poder estatal e na alternância do poder.

Portanto, tanto o Estado como as políticas educacionais e a educação superior, devem ser entendidas, dentro da ótica do movimento do capital, de circulação e realização da produção. A educação escolar, nos diferentes níveis de ensino, mesmo se constituindo numa possibilidade de formação técnica e política emancipadora para além do pensamento hegemônico burguês, tende a ser usada, como aponta estudo de Frigotto (2001), como instância mediadora dos interesses do capital, por esta ser uma instituição e se inserir no interior de uma formação social em que as relações sociais de produção capitalistas são dominantes.

A história recente tem demonstrado um número elevadíssimo de IES privadas sendo absorvidas por grandes grupos educacionais no Brasil, que objetivam expandir ainda mais os mercados e ampliar os lucros em tempos de financeirização da economia, visando à acumulação. Como em outros setores da economia capitalista, também no ensino superior, ocorre o processo de fusões, se destacando, neste segmento, o grupo Kroton²⁶.

²⁶ Segundo informações obtidas no sítio digital do grupo, a Kroton é uma organização educacional privada que atua na educação básica e no ensino superior, no Brasil e em outros países, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa (KROT3) e também no mercado de balcão (OTCQX) em Nova Iorque, sob o código "KROTY". Em 2010, a Kroton adquiriu o Grupo IUNI Educacional, instituição que também atuava na graduação e pós-graduação presencial; em 2011, a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), a maior instituição de educação à distância do país; em 2013, a Kroton anunciou a fusão com a

Primi (2014) aponta que das 2.416 IES existentes hoje, pouco mais de 78% são privadas e concentram a maior parte das vagas abertas no processo; “Mais do que isso, 14,2% destes estudantes – 1,2 milhão – estão matriculados em uma única organização educacional, o grupo Kroton, protagonista da maior operação ocorrida na onda de fusões que teve início em 2011” (p. 12) e, continua,

O movimento que se verifica no mercado de educação brasileiro é inédito no mundo. Em levantamento feito pela KPMG e divulgado na imprensa, desde 2008 ocorrem no Brasil uma média de 26 operações por ano. Entre 2012 e 2013, o número de fusões de empresas de educação cresceu 20%, de 19 para 24 operações, sendo que 13 envolveram instituições que atuam no ensino superior. A fusão da Kroton com a Anhanguera²⁷ foi apenas o fato mais relevante desta onda (PRIMI, 2014, p. 15, *grifo nosso*).

Em relação ao faturamento das IES privadas, a reportagem de Paulo Guilherme e Fabíola Glenia, escrita em 2013 no portal Globo.com, destaca que

O faturamento das instituições particulares de ensino superior cresceu 30% em dois anos, segundo estudo feito pela Hoper, consultoria especializada na área. O valor de R\$ 24,7 bilhões em 2011 subiu para R\$ 32 bilhões em 2013, segundo estimativa para esse ano. As recentes fusões e aquisições de faculdades e universidades criaram gigantes no setor e contribuíram para o crescimento do negócio que atinge 5 milhões de alunos no país (GUILHERME; GLENIA, 2013).

Anhanguera. Após esta fusão a Kroton passou a contar com 130 unidades de ensino superior, presentes em 18 estados e 83 cidades brasileiras, além de 726 polos de Graduação EAD em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal. Na educação básica, o grupo opera 02 escolas próprias e promove serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático para uma rede de 870 escolas associadas em todo o território nacional. A partir de agosto de 2013, a Kroton passou a oferecer cursos técnicos por meio do Pronatec dentro da modalidade Bolsa Formação, oferecendo bolsas de estudos totalmente subsidiadas pelo Governo Federal. A fusão com a Anhanguera adicionou, também, mais de 400 polos de cursos livres e preparatórios, conhecidos no Brasil pela sigla LFG. Atualmente as marcas do grupo são: Anhanguera, Fama, Pitágoras, Uniasselvi, Unic, Unime e Unopar (KROTON, 2015).

²⁷ Segundo reportagem de Dayanne Sousa no Estadão, “Fusão que cria maior grupo de educação do Brasil é aprovada”, data de 03 de julho de 2014, após um ano de negociações – iniciada em 2013 e consolidada em julho/2014 - com o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), as maiores instituições de ensino privado do país, Kroton e Anhanguera, conseguiram o aval do órgão para unir suas operações, permanecendo a Anhanguera como uma das marcas do grupo. Criou-se, portanto, o maior grupo educacional do Brasil com mais de 1,5 milhões de alunos no ensino superior e na educação básica, com 124 *campi* de ensino presencial, 726 polos de educação à distância e, com valor de mercado estimado em R\$ 22 bilhões. Com a fusão, os acionistas da Kroton ficaram com 66,5% da nova companhia e, os da Anhanguera com o restante (SOUSA, 2014).

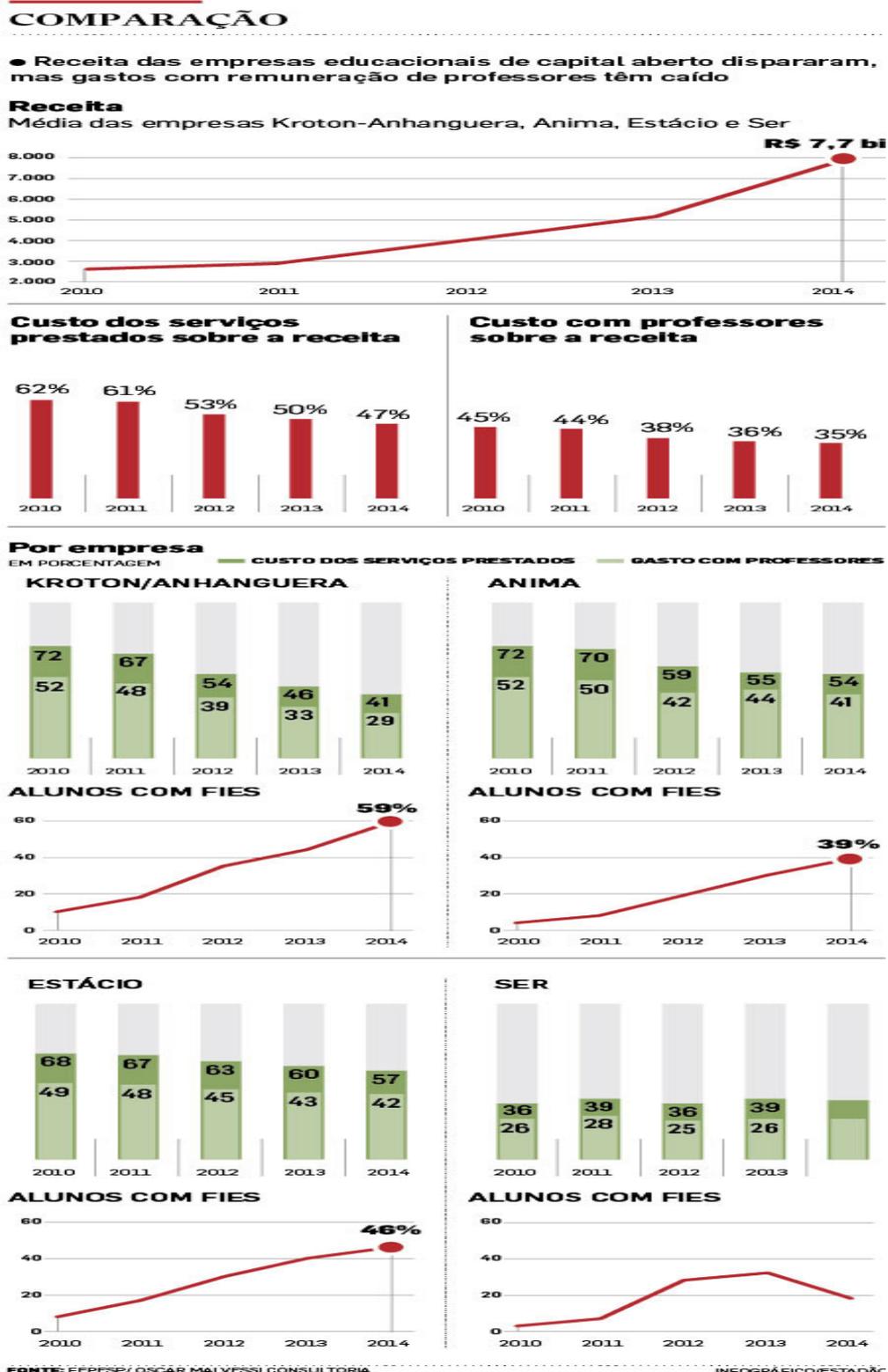
Todavia, os dados apontam para um processo de precarização do trabalho docente e do ensino nestas instituições de capital aberto, conforme aponta a reportagem “Receita de universidade privada cresce, peso do gasto com professor cai”, de José Roberto de Toledo, Paulo Saldaña e Rodrigo Burgarelli, no Estadão.

Apesar de suas receitas dispararem nos últimos anos, impulsionadas por fusões, alta nas mensalidades e pela ampliação do FIES os grandes grupos educacionais de ensino superior com ações na bolsa têm direcionado proporção cada vez menor de recursos para a principal matéria-prima, os professores. A remuneração dos docentes em relação à receita líquida passou de 45% em 2010 para 35% em 2014, na média dessas empresas. As companhias Kroton, Anima, Estácio e Ser tiveram, em média, salto de 201% na receita líquida no período. A receita bruta, sem desconto de impostos, saltou 233%. Importante salientar que as quatro empresas concentraram juntas 23% de 1,9 milhão de contratos do FIES firmados em 2014. Só na Kroton, cerca de 60% dos alunos são beneficiados por esta política pública de financiamento²⁸. Ocorre que a maior parte desses recursos foi revertida em lucro aos acionistas. A Kroton, por exemplo, gastou em 2014 29% da sua receita com os professores; em 2010, esse percentual era de 52% (TOLEDO; SALDAÑA; BURGARELLI, 2015).

Os dados referentes às receitas, os benefícios via FIES, os custos com serviços e gastos com professores nas quatro empresas educacionais de capital aberto no país podem ser visualizados na figura 04.

²⁸ A Kroton Anhanguera [...] foi a empresa que mais recebeu pagamentos do governo federal em 2014. Doze mantenedoras do grupo receberam juntas mais de R\$ 2 bilhões - o dobro do que a Embraer, que fabrica aviões militares, e a Odebrecht, responsável por dezenas de obras pelo País. Outros grupos também figuram entre os líderes de desembolsos do Tesouro em 2014, como a Estácio (R\$ 683 milhões) e a Unip (R\$ 390 milhões). O total a mais gasto com o Fies de 2011 a 2014 em relação ao que se gastava antes das mudanças chega a R\$ 24 bilhões (TOLEDO; SALDAÑA; BURGARELLI, Fev. 2015).

Figura 04 – Receitas das empresas educacionais de capital aberto, gasto com professores e alunos com Fies.



Fonte: TOLEDO; SALDAÑA; BURGARELLI, 2015. Disponível em <<http://m.educacao.estadao.com.br/noticias/geral,receita-de-universidade-privada-cresce-peso-do-gasto-com-professor-diminui,1733054>> Acesso em 18 ago. 2015.

Como observado a partir dos números acima, o capital financeiro, característico da fase imperialista-monopolista, comanda atualmente uma grande parcela do ensino superior brasileiro.

O cenário de expansão das IES privadas e os investimentos públicos nessas instituições nos faz refletir sobre a nova fase do capitalismo, que Lenin (2012), no século XX, caracterizou de Imperialismo²⁹, ou seja, o desenvolvimento do estágio monopolista do capitalismo³⁰. Segundo ele, neste estágio tem-se, por um lado, o capital financeiro que é o capital bancário de alguns grandes bancos

²⁹ De acordo com Lenin (2012, p. 123-124) “O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. [...] O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas vimos ela transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande por uma outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de não mais que uma dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, decorrentes da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior”.

³⁰ Lenin destaca quatro principais tipos de monopólios ou manifestações principais do capitalismo monopolista: “Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Ele é formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, pelos cartéis, pelos sindicatos e pelos trustes. [...] Nos princípios do século XX, conquistaram completa supremacia nos países avançados, e, se os primeiros passos no sentido de cartelização foram dados anteriormente pelo países com tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra – com o seu sistema de livre-comércio – mostrou esse mesmo fato fundamental apenas um pouco mais tarde: o de que os monopólios surgem como consequência da concentração da produção. Segundo: os monopólios vieram acirrar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria básica e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderurgia. O monopólio das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e acirrou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada. Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, que, de modestas empresas intermediárias do passado, se transformaram, hoje, em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de qualquer uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a ‘união pessoal’ do capital industrial e bancário e concentraram nas suas mãos bilhões e bilhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. Uma oligarquia financeira que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio. Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos ‘velhos’ motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas ‘esferas de influência’, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas etc., e, finalmente, pelo território econômico geral. Quando as colônias das potências europeias, por exemplo, representavam um décimo do território da África, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela ‘livre conquista’, por assim dizer, de territórios. Mas, quando nove décimos da África já estavam ocupados (por volta de 1900) e todo o mundo já estava repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente acirrada pela divisão e pela nova partilha do mundo” (LENIN, 2012, p. 165-166).

monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro, a partilha do mundo que se caracteriza como transição da política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido. Assim, o imperialismo abarca cinco características fundamentais:

- 1) A concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2012, p. 124).

O imperialismo é uma enorme acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países. Daí, portanto, o crescimento da “[...] camada dos rentistas, ou seja, de indivíduos que vivem do ‘corte do cupom’, que não participam de nenhuma empresa e cuja profissão é a ociosidade” (LENIN, 2012, p. 138). Segundo o autor, uma das bases econômicas essenciais do imperialismo é a exportação de capitais, que acentua ainda mais o isolamento completo dos rentistas da produção e imprime, assim, uma marca de parasitismo a todo país que vive da exploração do trabalho de outros países e colônias.

Neste contexto, o estudo de Azevedo (2015), com foco no processo de transnacionalização³¹ da educação superior no Brasil, aponta que a mercadorização deste nível de ensino foi destravada a partir da LBD de 1996 e catalisada por programas federais como o PROUNI e FIES, o que tem produzido uma espécie de “capitalismo acadêmico sem riscos”³². Segundo o autor, a

³¹ Segundo o autor, a transnacionalização seria “[...] a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro. Vale notar, no entanto, que há Instituições de Ensino Superior Privadas com sede no Brasil que são cotadas em bolsa e que têm participação acionária de indivíduos, sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira, caracterizando-se, por isso, também como uma modalidade de transnacionalização” (AZEVEDO, 2015, p. 87).

³² De acordo com Azevedo (2015), “Capitalismo acadêmico sem riscos”, pois, as instituições de ensino superior, com o financiamento público por meio do FIES, não precisam competir por preço, não têm dificuldade de reajustar valores, não têm crise nem problema com aluno. Ou seja, a dívida fica com o aluno, o risco com o governo, enquanto que as empresas têm dinheiro garantido.

mercadorização pode ser interpretada como um modo de liberalização da oferta de ensino, em que empresas transnacionais e fundos de investimento lançam-se no mercado de educação superior no Brasil, e são, expressivamente, dependentes de subsídios e financiamentos públicos.

Os movimentos de transnacionalização que envolvem a educação superior são próprios do metabolismo do capital, pois faz parte de sua essência o constante processo de busca pela expansão e acumulação, seja por intermédio dos fundos financeiros (*private equity*), que adquirem partes, cotas ou ações de empresas de ensino superior que visam lucro, ou por grupos provedores de ensino superior que atravessam fronteiras para atuar com permissão e por concessão dos Estados nacionais (AZEVEDO, 2015, p. 97).

Portanto, as políticas educacionais para o ensino superior, considerando as especificidades de cada governo, tanto em FHC como em Lula, foram conduzidas pelo viés pragmático e populista com clara subordinação da educação ao econômico. Segundo Silva Jr. (2005, p. 114), mediante a construção de um pacto social pragmático, trata-se de introduzir, na esfera social, a racionalidade gerencial capitalista e privada, que se traduz na “[...] redução da esfera pública ou na expansão da privada, mas, sobretudo, na acentuação da dimensão estatal/mercantil (e privado/mercantil) com sua racionalidade organizativa”, ao mesmo tempo em que se dá, por um lado, a articulação política entre capital internacional, nacional, industrial e financeiro e, por outro lado, a aliança com a maioria dos setores representativos da classe trabalhadora, no intuito de produzir uma cultura política de negociação em direção ao consenso, o que proporcionaria crescimento econômico e bem-estar ao cidadão (SILVA JR., 2005).

Conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o poder estatal tem de aparecer como representante de certos interesses da classe trabalhadora. Ianni (1980), neste contexto, elucida as metamorfoses que o Estado assume em razão da necessidade de manter o poder econômico (apropriação) e político (dominação). O Estado, ainda que mínimo, precisa permitir que os interesses das classes subalternas sejam representados, uma condição mesma de sua própria existência, uma vez que a “eliminação” desta não poderia servir de nenhum modo à burguesia.

Conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das forças políticas da sociedade, o Estado pode adquirir contornos mais ou menos nítidos, revelar-se mais ou menos diretamente vinculado aos interesses exclusivos da burguesia. Inclusive há ocasiões em que pode ser totalmente capturado por uma facção da burguesia, da mesma maneira que, em outras ocasiões, pode ser politicamente (não economicamente) capturado por setores da classe média ou por militares (IANNI, 1980, p. 39).

Assim, o Governo Lula, especificamente, visando à atender às demandas da classe trabalhadora, prioriza as políticas para a educação profissional, técnica e tecnológica, ampliando e reestruturando a EPCT, o que será importante para o processo de criação do IFPR, *campus* Palmas.

Para explicitar a “federalização” do UNICS, deve-se, como parte da totalidade concreta, entender a constituição do município de Palmas numa perspectiva histórica e a atuação da Igreja Católica nesse contexto.

Portanto, no segundo capítulo são abordados os aspectos históricos, geográficos, socioeconômicos e educacionais do município de Palmas, e a inserção da Igreja Católica neste município e na região Sudoeste do Estado do Paraná.

2. MUNICÍPIO DE PALMAS/PR: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O objetivo do capítulo é estudar o município de Palmas na sua historicidade, analisando sua constituição e a Igreja Católica nesse contexto. Além de serem consultados os referenciais bibliográficos referentes ao tema, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros, no intuito de caracterizar o município.

2.1 GÊNESE HISTÓRICA DE PALMAS

Antes da discussão sobre os aspectos históricos da implantação do ensino superior no município de Palmas, torna-se necessário situar histórica e geograficamente este município.

O município de Palmas faz parte da região Sudoeste do Paraná. Esta região começa a configurar-se a partir da ocupação dos campos de Palmas, no início do século XIX, por fazendeiros que encontraram na região um lugar propício para a criação de gado. Grupos liderados por José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortes – ambos habitantes de Guarapuava – ocupam os campos de Palmas num contexto em que o Governo da Província de São Paulo cria, em 1837, a Companhia de Municípios Permanentes, ou seja, um corpo policial com o objetivo de realizar a ocupação destes campos, pois a economia pastoril exigia novos campos para sua expansão e Palmas abrangia uma vasta extensão geográfica. De acordo com Wachowicz (1987, p. 15)

A pressa pois, dos grupos liderados por José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Cortes, para chegar aos campos de Palmas, é menos fruto de uma rivalidade entre si, do que o desejo de impedir que paulistas protegidos pelo governo provincial se apoderassem das riquezas que aqueles campos representavam para o futuro. O controle pois desses campos deveriam ficar entre os que já habitavam Guarapuava e não cair em mãos de paulistas desconhecidos.

Sendo estes campos ocupados por iniciativa particular, a Província de São Paulo ordenou que a Companhia dos Municípios Permanentes fosse, de fato, concretizada e deslocada para a região, no intuito de proteger e auxiliar os fazendeiros (WACHOWICZ, 1987). Portanto, o que caracteriza a ocupação destes campos é a instalação de grandes propriedades e poucos proprietários, “[...] com povoamento escasso e numa segmentação vertical, onde o contato e a mediação da população dependente com a sociedade era feita pela fração superior da hierarquia social, na figura de grande propriedade” (RENCK, 1997, p. 28).

Importante destacar que, com a chegada do homem branco a Palmas, inicialmente com a entrada de 37 fazendeiros, surgem conflitos e chacinas de índios Kaiguangues. Quem não se submetia era considerado inimigo. A título de exemplo, citamos o massacre cometido pelo capitão Pedro de Siqueira Cortes no campo de Chapecó, entre as atuais cidades de Palmas e Abelardo Luz/SC, com cerca de 106 pessoas cativas, entre elas, mulheres e crianças (CIMI, 1984).

Segundo dados do IBGE (2013), a denominação de Campos de Palmas foi dada por Atanagildo Pinto Martins, em 1815. Pela Lei nº. 22, de 28 de fevereiro de 1855, a Assembleia Legislativa da Província do Paraná, tendo em vista as necessidades da região, criou a Freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas, em Guarapuava. Pela Lei Provincial nº. 484, de 13 de abril de 1877, a Freguesia de Senhor Bom Jesus de Palmas foi elevada à categoria de vila, com o nome de Palmas. A instalação do Município foi realizada no ano de 1879. Pela Lei Estadual nº. 233, de 18 de dezembro de 1896, foi elevada à categoria de cidade³³.

³³ Seguem alguns dados, de acordo com o IBGE (2013), que caracterizam o município de Palmas: Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-XII-1936, o município figura com 4 distritos: Palmas, Colônia Chopim, Mangueirinha e Santa Bárbara. Em divisão territorial datada de 31-XII-1937, o município é constituído de 5 distritos: Palmas, Colônia Chopim, Mangueirinha, General Carneiro e Santa Bárbara. Pelo decreto-lei estadual nº. 7573, de 20-10-1938, transfere o distrito de Santa Bárbara do município de Palmas para o de União da Vitória. Sob o mesmo decreto, o distrito de Colônia Chopim passou a denominar-se Chopim. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Palmas, General Carneiro, Mangueirinha e Chopim (ex-Colônia Chopim). Pelo decreto-lei federal nº. 5839, de 21-09-1943, o município de Palmas foi Território Federal de Iguassu. Pelo decreto-lei estadual nº. 199, de 30-12-1943, desmembra do município de Palmas os distritos de Chopim e Mangueirinha para formar o território de Iguaçu. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 3 distritos: Palmas, Bituruna e General Carneiro. Por ato das disposições constitucionais transitórias promulgada de 18-09-1946 (artigo 8º), foi extinto o território de Iguaçu sendo desmembrado (diário oficial do D.F, de 19-09-1946 seção I). Pela lei estadual nº. 790, de 14-11-1951, foi criado o distrito de Jangada do Sul (ex-povoado) criado com terras do distrito do General Carneiro. Pela lei

Palmas tornou-se, então em 1879, a primeira cidade da região sudoeste, tendo no ano de 1868 cerca de 2.050 habitantes. Economicamente a região caracterizava-se pela criação de gado e pela exploração da erva-mate que se tornou o maior negócio a partir da metade do século XIX³⁴ (WACHOWICZ, 1987).

Uma das características que configuram a forma pela qual se deu o início da ocupação e colonização desta região resulta do

[...] surgimento de uma oligarquia campeira, baseada no domínio dos campos. A consolidação da oligarquia campeira deu-se primeiramente em função da primazia cronológica da chegada. Este patriciado atuou de forma centrífuga. A parte urbana foi relegada para o favorecimento dos domínios campeiros, onde inclusive as famílias patriarcais fixavam residência (WACHOWICZ, 1987, p. 54).

Historicamente, observa-se que Palmas teve dificuldades no que diz respeito ao crescimento. O urbano atuou como um acréscimo do rural (campo). Palmas, no início da década de 1920, era tipicamente organizada a partir dos interesses de latifundiários. Região de criação de gado bovino, com predominância absoluta da população do meio rural. Isto é evidente quando observamos alguns números. Nessa época, “[...] a população do município de Palmas alcançava 10.270 pessoas. Dessas, apenas 2.175 estavam na área

estadual nº. 253, de 26-11-1954, desmembra do município de Palmas o distrito de Bituruna. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº. 3758, de 02-08-1958, é criado o distrito de São José de Palmas (ex-povoado) é criado no distrito de General Carneiro. Subordinado ao município de Palmas. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 4 distritos: Palmas, General Carneiro, Jangada do Sul e São José de Palmas. Pela lei estadual nº. 4338, de 25-01-1961, desmembra do município de Palmas os distritos de General Carneiro (ex-São José de Palmas), Colônia General Carneiro (ex-General Carneiro e Jangada do Sul, para formar o novo município de General Carneiro. Pela lei municipal nº. 129, de 16-09-1963, são criados os distritos de Coronel Domingos Soares e Santo Antônio e anexados ao município de Palmas. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Palmas, Coronel Domingos Soares e Santo Antônio. Pela lei estadual nº. 5499, de 02-02-1967, é criado os distrito de Padre Ponciano e Ubaldo Taques e anexado ao município de Palmas. Sob a mesma lei é extinto o distrito de Santo Antônio, sendo seu território anexado ao distrito de Padre Ponciano. Pela lei estadual nº. 5863, de 31-10-1968, é criado o distrito de Francisco Frederico Teixeira Guimarães e anexado ao município de Palmas. Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído de 5 distritos: Palmas, Coronel Domingos Soares, Francisco Frederico Teixeira Guimarães, Padre Ponciano e Ubaldo Taques. Pela lei estadual nº. 11265, de 21-12-1995, desmembra do município de Palmas o distrito de Coronel Domingos Soares, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 15-07-1999, o município é constituído de 4 distritos: Palmas, Francisco Frederico Teixeira Guimarães e Padre Ponciano. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 14-05-2001.

³⁴ Em relação a esta discussão, ver: MENDES, Adilson Miranda. **Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas 1859-1903.** (Dissertação - Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, 1989.

urbana” (WACHOWICZ, 1987, p. 55).

O que predominava era o criatório, ou seja, como Palmas é composta de campos, região propícia para pastagens, o criatório (lugar onde se criam animais, neste caso, gado de corte, para fins de comercialização) era, e ainda é muito utilizado. O desinteresse da classe latifundiária em relação ao desenvolvimento da agricultura fizeram com que tanto Palmas quanto Clevelândia (cidade próxima, 40 quilômetros de Palmas) levassem a fama de “[...] imobilismo e de verdadeira pasmaceira burguesa” (WACHOWICZ, 1987, p. 56). O autor adjetiva a classe burguesa latifundiária de acomodada, sem dinamismo e interesse em relação ao desenvolvimento da agricultura. O atraso com relação à agricultura – que tornava economicamente caro o custo de vida – era justificado pela classe hegemônica pelo viés de que os campos de Palmas careciam de fertilidade e que o caboclo³⁵ não se prestava à lida da agricultura.

Esta ênfase por parte da classe burguesa ao criatório que, de fato, era uma fonte ostensiva de lucro, fez com que o trabalho na agricultura fosse desprezado. Isso ideologicamente contava a favor da burguesia latifundiária em relação à classe trabalhadora no intuito de sustentação da mão-de-obra braçal uma vez que, “[...] era sempre mais fácil e de maior status social tocar uma tropa de muares e/ou bovinos, ou trabalhar como peão de fazenda, do que aguentar o cabo da enxada ou talvez a barra de um arado” (WACHOWICZ, 1987, p. 55).

A este processo histórico de acumulação que dissocia o trabalhador dos meios de produção num período que constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista, Marx, chama de “acumulação primitiva”. A generalização histórica dessa nova forma de propriedade, não baseada no próprio trabalho, mas na exploração do trabalho alheio de muitos trabalhadores, constitui a gênese do modo de produção capitalista.

Criticando as teses dos economistas políticos de sua época, ironicamente, Marx (2011) afirma que a acumulação primitiva desempenha na economia política um papel similar ao do pecado original na teologia. Estas teses defendem que o

³⁵ Para Wachowicz (1987), o caboclo do Sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, portanto, na floresta. Este deveria ter hábitos e comportamentos de sertanejo, ou seja, hábitos da caça, da pesca e da coleta (produção para subsistência). Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura.

acúmulo de capital depende única e exclusivamente do esforço dos indivíduos, ou seja, o fracasso e o sucesso de cada um seriam garantidos, meramente, por sua dedicação.

Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica e, uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo porque existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo (p. 827).

Todavia, o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que “[...] retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos” (MARX, 2011, p. 828).

O desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nas relações sociais de produção, ocasionando a derrocada do modo de produção feudal, produziu o sistema de acumulação capitalista. Embora em período histórico e localização geográfica distinta, a colonização e formação do município de Palmas podem ser entendidas a partir dos interesses latifundiários por meio da expansão das atividades no campo, especificamente, com a criação de gado. Segundo Bottomore (2012), as relações de produção pré-capitalistas são “[...] predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, o capitalismo só se pode afirmar esbulhando os camponeses de sua terra” (p. 03). Portanto, as origens do capitalismo encontram-se na transformação das relações de produção no campo, “[...] a separação entre os camponeses e a terra é o manancial de onde provêm os trabalhadores

assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria” (BOTTOMORE, 2012, p. 03).

Em Palmas, segundo Wachowicz (1987), devido à escassez de força de trabalho e à localização geográfica ocasionando dificuldades para o transporte e comercialização, a pecuária foi “cedendo” espaço para outras atividades econômicas como a extração de erva-mate e a madeira. Por sua vez, o processo de industrialização se dava no mesmo patamar da agricultura. No início da década de 1920, somente três serrarias, uma olaria de tijolos, uma fábrica de gasosa³⁶ e um monjolo compunha o “parque industrial de Palmas”. Período em que o caboclo continuava sendo o responsável pela estagnação da sociedade, segundo a ótica dos fazendeiros, quando interpelados pelo atraso deste município.

Segundo Wachowicz (1987) o sudoeste paranaense continuava a ser um espaço de expansão demográfica. No ano 1900, a população da região era de apenas 3.000 habitantes aumentando para 6.000 habitantes em 1920. O autor afirma ainda que este desinteresse ocupacional justifica-se pelo fato de que até então “[...] os fazendeiros de Palmas, únicos capitalistas da região, nunca se interessaram em investir na colonização de terras que não fossem campos de criatório” (WACHOWICZ, 1987, p. 55). Bem provável que o autor não contabilizou nestes dados numéricos a população indígena, em número acentuado na região, mais especificamente no Município de Palmas.

Mais tarde, o aumento populacional que foi se desenvolvendo no Sudoeste do Paraná se justificava pela procura de terras para sobrevivência/subsistência por parte de peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia e; peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais; foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes (Argentina); posseiros refugiados da região do Contestado expulsos das terras da Brazil Railway Co., e argentinos e paraguaios que procuravam erva-mate e, ainda, devido ao crescimento vegetativo da região (WACHOWICZ, 1987).

Importante destacar que o Sudoeste do Paraná, onde Palmas se insere, se caracteriza pela existência de vários acontecimentos históricos. Por exemplo: a

³⁶ Na época, se convencionava chamar fábrica de gasosa ao que hoje se denomina fábrica de refrigerante.

Questão de Palmas, em que Brasil e Argentina disputaram a região; o Contestado, disputa de terras entre Paraná e Santa Catarina; a proposta do Estado das Missões em 1916 (o território, que pertenceria ao Paraná, era a parte geográfica que Santa Catarina ganhou do Paraná na Guerra do Contestado. Todavia este projeto não se concretizou) (WACHOWICZ, 1987); a existência entre 1943-46 do Território Federal do Iguaçu (TFI) (criado para amparar o excedente de mão-de-obra agrária do Rio Grande do Sul); a criação em 1943 da Colônia Nacional General Ozório (CANGO), com o objetivo de atrair a mão de obra excedente do Rio Grande do Sul a fim de dar início à colonização no Território Federal do Iguaçu (BATISTI; SOUZA, 2004); Revolta de 1957, conhecida como o “Levante dos Posseiros de 57” teve por objetivo a retomada das terras por parte dos colonos junto às Companhias, que por sua vez defendiam os interesses dos latifundiários; (CARICONDE, s/d); Movimento Pro-criação do Estado do Iguaçu [surgido após a extinção do TFI, tomando o auge das discussões na década de 1960 e retomada na década de 1980 e 1990 e, extintas em 1993, pretendia a autonomia política e administrativa atreladas pelo caráter de homogeneidade social, cultural e histórica da região] (LOPES, 2004).

Sobremodo, tanto a história de Palmas como a do Sudoeste do Paraná possuem interfaces com a história da Igreja Católica da região. Sobre esse tema, passamos a discutir no tópico a seguir.

2.2 A IGREJA CATÓLICA EM PALMAS E REGIÃO

Como já foi mencionado anteriormente, Palmas foi elevada à categoria de Freguesia (termo que significa, hoje, paróquia) em 28 de fevereiro de 1855. A primeira Igreja, Matriz do Senhor Bom Jesus³⁷ dos Campos de Palmas da Província do Paraná foi inaugurada em 1883 - nesse período Palmas pertencia à

³⁷ “Quando em 1836, o Padre Ponciano José de Araújo, componente da Bandeira de José Ferreira dos Santos, se estabeleceu nos campos de Palmas, olhou o calendário do dia 06 de agosto. Era justamente a festa da Transfiguração do Senhor ou, popularmente, a festa do Senhor Bom Jesus. E ficou confirmado: o Padroeiro seria este, com o acréscimo: da Coluna” (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002, p. 135).

Diocese³⁸ de São Paulo, contudo, era atendida por Ponta Grossa e Guarapuava. Em 1903, a paróquia de Palmas foi entregue aos franciscanos³⁹, que ficaram em Palmas até fevereiro de 1965. Alguns anos após 1903, iniciou-se a construção, na quadra da frente da primeira Igreja, da Igreja que viria a ser inaugurada em 1916, e que seria posteriormente a Catedral do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002).

A partir de 27 de abril de 1892, Palmas passou a pertencer à Diocese de Ponta Grossa e, em 17 de janeiro de 1927, à Diocese de Lages-SC. Na data de 09 de dezembro de 1933, foi elevada à Prelazia⁴⁰ – contemplando o município de Clevelândia e todo o Sudoeste do Paraná, Chapecó e o extremo Oeste de Santa Catarina e parte de União da Vitória e Pinhão; abrangendo uma área de 35.507 km² e uma população estimada em 96.021 – motivando assim, a vinda – do Rio de Janeiro – do Monsenhor Frei Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello, em 12 de dezembro de 1936, como *Administrador Apostólico*⁴¹. Em 13 de dezembro de 1947, Dom Carlos foi elevado ao cargo de Bispo Titular de Girba e Prelado de Palmas, sendo sua sagração em 14 de março de 1948 na Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Petrópolis. O novo Bispo tomou posse em Palmas, mesmo sem estar presente, no dia 15 de abril de 1948. Sua chegada como Bispo, ao município, ocorreu em 01 de maio de 1948 (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002).

Em todo o território nacional, a Igreja Católica sempre esteve presente. No período colonial e imperial, num contexto de difícil acesso ao interior do país, foram sendo forjados laços com grupos rurais e com os índios garantindo, assim,

³⁸ Segundo o Código de Direito Canônico (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB, 1983, p. 175) “A diocese é uma porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do Bispo com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela a seu pastor e, pelo Evangelho e pela Eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo uma, santa, católica e apostólica” (Cân. 369).

³⁹ Para aprofundar os estudos em relação a esta temática consultar a pesquisa de Eucléia Gonçalves Santos (2005) intitulada: Em cima da mula, abaixo de Deus, na frente do inferno - os missionários franciscanos no Sudoeste do Paraná (1903-1936).

⁴⁰ De acordo com o Código de Direito Canônico (CNBB, 1983, p. 175), “A Prelazia territorial ou abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que governa como seu próprio Pastor, à semelhança do Bispo Diocesano” (Cân. 370).

⁴¹ A partir do Código de Direito Canônico (CNBB, 1983, p. 175) “A administração apostólica é uma determinada porção do povo de Deus que, por razões especiais e particularmente graves, não é regida pelo Romano Pontífice como diocese e cujo cuidado pastoral é confiado a um Administrador apostólico, que a governa em nome do Sumo Pontífice” (Cân. 371, §2º).

a presença educadora da Igreja por meio das festas, missões, cultos e peregrinações (CURY, 2005).

Em entrevista para esta pesquisa no dia 29 de abril de 2015, Paulo Fernando Diel⁴², comentando a vinda do Monsenhor Carlos a Palmas, afirmou

[...] Dom Carlos veio de uma cultura fortemente influenciada [...] cultura de nobreza do Rio de Janeiro e, quando chegou em Palmas estabeleceu justamente o objetivo, além do trabalho da evangelização, foi também o trabalho da formação. A ideia era formar uma elite intelectual, católica, por que ele vem imbuído de um espírito do catolicismo do que nós chamamos de neocrisandade populista. É aquela mentalidade católica que se formou a partir da década de 30 e que tinha basicamente o desejo de restabelecer a relação da Igreja com o Estado e recuperar o espaço do catolicismo perdido com o processo de secularização e, também, juntamente a isso, o temor da expansão do socialismo e do comunismo. Então, Dom Carlos vai trazer esta mentalidade para Palmas.

A laicização do Estado, na era republicana, fez com que a Igreja Católica perdesse espaço no cenário nacional. Se, durante o período colonial e imperial, a fé católica fora considerada a religião oficial do Estado, a partir de 1890, com a promulgação do decreto republicano, separando a Igreja do Estado, a mesma perdeu os privilégios que gozara durante quase quatro séculos.

No entanto, a partir da década de 1920, e com o processo de industrialização da sociedade as forças populares, começaram a se organizar sob a inspiração de ideais anarquistas e socialistas, o que forçou o Estado a demandar a colaboração da Igreja para moldar a consciência popular dentro dos padrões da ordem e do respeito às autoridades constituídas (AZZI, 1994). A Igreja, por sua vez, inspirada do Tratado de Latrão de 1929, emitido por Pio XI, que tentava introduzir na Itália e no mundo a concepção de Crisandade a partir da retomada das alianças entre o poder político e o poder eclesiástico, baliza suas ações em dois princípios fundamentais: “[...] a ideia da sacralidade da pátria, cuja preservação deveria ser mantida através da formação religiosa, e a valorização do conceito de autoridade, num esforço para debelar do mapa as conquistas liberais” (AZZI, 1994, p. 08). Importante destacar que a Igreja não

⁴² Exerceu a função de Diretor Administrativo do CPEA no período de 2006 a 2009 e atualmente é professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), *campus* Dois Vizinhos.

reclamava contra possíveis injustiças de ordem econômica e social, mas pelo caráter laico da Constituição republicana. Portanto, a neocristandade foi o esforço de recriação de um Estado Cristão a partir da década de 1920 “[...] num projeto bem concreto de restauração da influência do catolicismo dentro da sociedade brasileira, contando, para isso, com o apoio expressivo do próprio poder público” (AZZI, 1994, p. 09). A meta da Igreja era restabelecer seu domínio na sociedade e, para isso, contou com o medo instaurado na sociedade brasileira, de possíveis revoluções socialistas de caráter materialista e ateu, o que possibilitou a reaproximação entre a Igreja e o Estado.

Inclusive, o Ministro da Educação e Saúde Pública de Vargas, Francisco Campos, afirmava que “[...] o aumento da influência da Igreja na sociedade mediante a educação católica teria como retribuição o fortalecimento da ordem social ainda frágil, como consequência da Revolução de 30” (AZZI, 1994, p. 75). Segundo este autor, a Igreja teria, nesse contexto, espaço para expandir sua mentalidade conservadora, reforçando o poder do Estado.

Por essa ótica, são os bispos que mais estão impregnados da ideia de restaurar cristãmente a sociedade brasileira. Segundo Azzi (1994, p. 47)

Ao se orientarem nesta direção, os bispos tinham meta prefixada bem nítida: fazer com que a religião católica voltasse a ocupar um lugar privilegiado análogo ao do período anterior da Cristandade, e do qual fora despojada pela separação entre Igreja e Estado, com o início da República. Era o sonho da Neocristandade.

Todo este cenário é que orientou as ações da Igreja católica em Palmas. Portanto, segundo Mendes; Rodrigues e Rocha Filho (2002), um dos objetivos do Monsenhor Frei Carlos era a ampliação das condições educacionais, ou seja, criar escolas e educar as crianças e jovens de acordo com os princípios éticos da religião católica. A educação religiosa contribuiria também para acalantar o medo da Igreja diante do avanço das ideias anarquistas e socialistas. O grande medo do episcopado continuava sendo, de acordo com Azzi (1994, p. 56), “[...] o caos e a anarquia, que haveriam de invadir o Brasil, principalmente pela difusão das ideias socialistas. O ensino e a prática religiosa constituíam ainda, segundo os bispos, o melhor antídoto contra a subversão social”.

Num dos relatos, o Monsenhor destaca em relação ao aspecto educacional

que:

Uma cousa o fazendeiro palmense geralmente não descurou, nem descuroa hoje: a instrução de seus filhos. O mundo estudantil de Curitiba sempre apresentou um grande número de ginasiais e universitários oriundos de Palmas. Era sempre a 'colônia' mais forte do interior do Estado. Só no antigo Seminário havia, por ano, de 40 a 60 rapazes cursando humanidades. Excetuando Curitiba, foi o município de Palmas que forneceu ao Paraná o maior contingente de homens formados. E hoje, filhos destes campos ocupam muitos postos de destaque no Estado, quer como prefeitos municipais, quer como diretores de departamentos ou outros sectores administrativos. E o fazendeiro pobre, que não pode mandar seu filho estudar fora, transmite-lhe ao menos as noções das primeiras letras em casa mesmo (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002, p. 224).

Neste contexto, foi criado, em 04 de março de 1938, o Colégio Diocesano (permanecendo em atividade até 1970, quando fechou definitivamente as portas) para meninos e rapazes organizado em: internato, semi-internato e externato com curso primário (em 04 anos para meninos desde os 07 anos) e curso de pré-admissão ao curso ginasial (em 01 ano, idade mínima de 11 anos). Nessa época, existia em Palmas apenas duas escolas: o Grupo Escolar Coronel Domingos Soares (década de 1940), estadual, misto e, só para meninas, o Colégio Puríssimo Coração de Maria, década de 1910 (particular) (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002). Segundo os autores,

Dom Carlos Eduardo nunca desistiu de sua luta para transformar Palmas em um centro de excelência em educação, em todos os níveis de ensino. Prova disto está historicamente registrada em dezenas de cartas, telegramas, memoriais, etc., à autoridades municipais, estaduais e federais, e à população palmense, insistindo na necessidade da criação de novos cursos, tanto através de escolas públicas como privadas, para dar oportunidades de estudos às crianças e jovens de todos os níveis econômicos da sociedade local e regional da sua vasta Diocese (p. 332).

A educação promovida pela Igreja formava os filhos da classe burguesa, em escola privada onde se cobravam taxas. Por outro lado, a classe trabalhadora também necessitava de educação escolar para ter acesso à cultura letrada, mesmo que minimamente, portanto, havia a necessidade de se ampliar a rede

escolar pública.

Para atender a essa realidade disposta, Dom Carlos solicitou às autoridades um Ginásio Estadual de 1º Grau para que os jovens de ambos os sexos pudessem terminar este nível de ensino. O Ginásio Estadual foi implantado junto ao prédio do Grupo Escolar Coronel Domingos Soares, onde já estava funcionando a Escola Normal Regional (estadual, ensino de 1º grau) fundada em 1949. No ano de 1953, o Ginásio Estadual é elevado à Colégio Estadual denominado Colégio Estadual Leonel Franca, Ensino de 1º e 2º Graus. Em 1976 passou a ser chamado de Colégio Estadual Dom Carlos, Ensino de 1º e 2º Graus, por ocasião da unificação das escolas estaduais de 2º Grau, que passaram a funcionar no mesmo prédio (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002).

Outra obra idealizada e levantada em Palmas pelo Monsenhor Frei Carlos, no intuito de formar força de trabalho para a Igreja, foi o Seminário São João Maria Vianney, em 31 de janeiro de 1939, que inicialmente funcionou junto ao Colégio Diocesano. Na data de 29 de junho de 1959 foi lançada a pedra fundamental no prédio de alvenaria (onde está localizado atualmente), cuja inauguração aconteceu em 14 de março de 1964. Interessante destacar que o Seminário de Palmas foi o segundo implantado no Paraná, o primeiro foi o Seminário da Arquidiocese de Curitiba (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002).

A instalação de uma Unidade do Exército em Palmas também foi fruto do esforço do Monsenhor. Tomando conhecimento (durantes suas visitas pastorais pela Prelazia) das pretensões dos habitantes da vizinha Província de Misiones – Argentina, em tomar o território brasileiro fronteiriço, pois o Governo Argentino perdera para o Brasil a posse deste nos fins do século XIX, Monsenhor Frei Carlos contatou as autoridades militares para sensibilizá-las da necessidade de implantar a Força do Exército visando à integridade do território nacional. Conseqüentemente, em 1943 é destacado para Palmas o 3º Esquadrão de Fuzileiros do 15 Regimento de Cavalaria Independente (vindo de Castro-PR), Unidade que é transformada em 2º Esquadrão de Cavalaria em 1948, sendo extinguida e substituída, em 1982, pela 15 Companhia de Engenharia e Combate. Em 1953, sabendo que a unidade do Exército seria retirada de Palmas, Dom Carlos escreve ao General Ministro da Guerra sobre a necessidade de se manter

a força militar no Município (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002).

O Santuário de Nossa Senhora de Fátima foi outro monumento erguido sob o legado de Dom Carlos. Em 05 de agosto de 1953 foi colocada a pedra fundamental e, no mês de maio de 1954, estava construído o Santuário. No dia 13 de maio de 1955 a imagem da Santa foi colocada e, em 13 de outubro, foi entregue à devoção do povo, sendo inaugurado em 08 de dezembro do mesmo ano. A implantação tanto do Santuário como também do Seminário foram importantes para que Palmas se transformasse em Diocese. À época, Dom Carlos conclamou a população, entidades, governo municipal, políticos para a Campanha Pró-Patrimônio para a construção do Palácio da Coluna do Senhor Bom Jesus de Palmas e, conseqüentemente, constituírem Palmas a Diocese. A pedra fundamental e angular do Palácio Episcopal foi lançada em 29 de junho de 1957 sendo a obra concluída no ano de 1966. Na data de 11 de abril de 1958, o Papa Pio XII suprimiu a Prelazia de Palmas, criando a Diocese de Palmas e a Diocese de Chapecó, nomeando Dom Carlos como primeiro Bispo Diocesano de Palmas. No dia 14 de março de 1959 é instalada a Diocese do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, ocorrendo nesta data a posse do Bispo Diocesano (MENDES; RODRIGUES; ROCHA FILHO, 2002).

A construção do Palácio Episcopal expressa a ideia de Igreja-Governo e pode ser entendida por meio da reaproximação da Igreja ao Estado como, também, pela demarcação do espaço religioso na sociedade, salientando seu poder, mesmo que, o episcopado se proclame solidário ao poder político, constituído na manutenção de uma ordem autoritária e conservadora. De acordo com Azzi (1994, p. 68)

Ao proclamar a força do episcopado, os romanistas procuram, também, pressionar as autoridades políticas para que as exigências da Igreja no campo religioso e político sejam acatadas. Procura-se sempre evidenciar que a Igreja é portadora de um poder espiritual que se situa ao lado do poder político, e que de certo modo lhe é superior, pois emana de uma fonte divina. As orientações da Igreja, portanto, não podem ser questionadas pelo poder político.

Em relação à Igreja em Palmas, Diel (29 abr. 2015) afirma que Dom Carlos

[...] era um homem que flertava com o poder. É ele que vai construir o Palácio em Palmas. Inclusive a nomenclatura diz muito, ou seja, construiu um palácio numa cidade muito pobre, numa região extremamente pobre, mas ele construiu um palácio. A ideia era essa, a Igreja se [...] unir ao Estado para reconstruírem a relação de cristandade de unidade que se recompunha antes inclusive da República no Brasil. [...] Nesse quesito, a educação foi extremamente importante. Então, Dom Carlos foi um homem que insistiu muito na ideia de que Palmas deveria ser um centro cultural, um centro intelectual. Por isso que ele trabalhou muito na constituição do CPEA, [...] que vai ser depois a mantenedora das assim chamadas Faculdades de Palmas.

O CPEA, criado em 01 de julho de 1967, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), foram as últimas obras de Dom Carlos em Palmas, conforme consta mais detalhadamente no próximo capítulo.

De acordo com a bibliografia consultada, as obras erguidas em Palmas sob a égide da Igreja Católica, obtiveram diversas fontes de financiamento para que pudessem ser concretizadas: contribuição da população palmense; dos habitantes da ainda jovem região sudoestina; de famílias tradicionais do Estado do Paraná e de outros Estados; dos órgãos públicos; receitas por meio de festas paroquiais, entre outras.

Com o falecimento de Dom Carlos em 07 de fevereiro de 1969, é nomeado Dom Agostinho José Sartori, em 16 de fevereiro de 1970, como Bispo da Diocese de Palmas. Em 26 de abril de 1970 é sagrado Bispo de Palmas-PR e em 14 de junho de 1970 toma posse. Dom Agostinho deu continuidade e ampliou os trabalhos iniciados por Dom Carlos em Palmas e na região de abrangência da Diocese.

Diel (29 abr. 2015) comentando sobre as características de Dom Agostinho afirma que ele

Preservou com bastante força, até sua morte, um apreço muito grande pela cidade de Palmas, para que esta se mantivesse como um centro cultural, religioso, sede da Diocese e também, de certa forma, expressão política para todo o Sudoeste embora justamente, outras cidades como Pato Branco e Francisco Beltrão despontassem no cenário político e no cenário econômico.

Em relação à Palmas, o Bispo propôs a criação da Universidade do Sudoeste, e participou da ampliação de atuação das Faculdades de Palmas sob a

égide do CPEA, do qual foi Presidente (relatos no próximo capítulo). Em 2005 o CPEA se tornou mantenedor do Colégio Bom Jesus, antigo Colégio Puríssimo Coração de Maria. Em 19 de setembro de 1979, foi fundada por Dom Agostinho a Escola de Integração Social de Palmas (EISPAL) “[...] entidade Social Cristã, não governamental, sem fins lucrativos. Portanto, particular e beneficente instituída como entidade de direito privado, de âmbito municipal” (NAZARO, 2011, p. 162), que conta com auxílio do CPEA, Prefeitura Municipal, instituições e membros da comunidade palmense. Outra obra que teve a participação do Bispo foi o Lar dos Velhinhos (instituição de caridade mantida pelo CPEA), criado em 1972 e inaugurado oficialmente em 11 de março de 1973. O Lar “Tem por finalidade dar abrigo, assistência e satisfatórias condições de vida a pessoas idosas e carentes de recursos materiais” (NAZARO, 2011, p. 167).

Historicamente, a característica assistencialista da Igreja combinou-se com a educação das elites em colégios e IES, pois as famílias influentes ajudavam no estabelecimento de obras sociais e seus filhos formam-se nos colégios e internatos (CURY, 2005).

Um marco sob a condução de Dom Agostinho foi a demolição da antiga Catedral e a construção, iniciada em 18 de outubro de 1976, da atual Catedral, sendo inaugurada em 10 de janeiro de 1982. Este ato pode ser entendido, mesmo sem a devida clareza dos fatos que motivaram tal ação, pelo viés de “descontinuidade” do legado anterior e início de um novo legado representado arquitetonicamente pela construção de uma nova Catedral.

Em 07 de janeiro de 1987, pelo Decreto “Cum Urbs”, a Sagrada Congregação dos Bispos de Roma assinou a criação da Concatedral Nossa Senhora da Glória de Francisco Beltrão. A partir de então a Diocese passou a ser denominada: Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, ocorrendo o ato solene no dia 16 de agosto de 1987. Segundo Nazaro (2011), o que motivou sua criação foi a vasta extensão da Diocese, a distância entre as Paróquias em relação à sede do Bispado e pelo fato de a maioria das paróquias pertencerem à microrregião de Francisco Beltrão.

Por ocasião da solenidade de instalação da Concatedral, Dom Agostinho destaca que é impossível separar a história cívica do sudoeste da sua história religiosa. Segue um trecho na fala do Bispo, transcrita por Nazaro (2011, p. 193):

[...] Celebrar a caminhada do povo sudoestino, é celebrar a fé deste povo. Por isso, mais cedo ou mais tarde, todos sentiam que um dia celebraríamos a festa que hoje celebramos nessa Matriz Nossa Senhora da Glória, por que o meio do povo é a morada da Igreja. [...] Palmas veio antes, como se fosse João Batista, para aplinar os caminhos, endireitar as veredas; Francisco Beltrão veio depois, como caminho aplinado, como se fora a realidade, o anunciado. [...] Palmas é o Profeta, vestida de peles de camelo, comendo gafanhotos e mel silvestre, é a mãe esvaziando-se a si mesma, mãe fecunda e desprendida que de seu seio faz brotar nova vida. A glória da mãe são os filhos. Palmas, Igreja fecunda, mãe fértil para quem se voltaram os olhos do Senhor. [...] Palmas-Francisco Beltrão, não o antagonismo, mas o paralelismo. Não a vida e a morte, mas, sim a figura e a realidade. Não a provocação mútua, mas a comunhão e a participação; não a concorrência, mas a colaboração para que, a unidade no trabalho, colabore na construção do Reino daquele que há de ser o triunfador último e único da História, Cristo ressuscitado, Restaurador da Humanidade.

A ampliação da Diocese para Francisco Beltrão representou também a demarcação de espaço da Igreja mais ao centro do Sudoeste com a criação da Concatedral e a descentralização do Bispado.

Por ocasião da despedida de Dom Agostinho como Bispo da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, no dia 09 de dezembro de 2005, passando à condição de Bispo Emérito, o Deputado Estadual do Paraná Assis Miguel do Couto, presta homenagem ao Bispo na Assembleia Legislativa. Abaixo segue o trecho em que o Deputado destaca a influência política, social e econômica de Dom Agostinho na região sudoeste.

[...] Dom Agostinho José Sartori, é um homem de grande visão política, econômica e social. Além de ter sido um desbravador da região no sentido literal da palavra foi um desbravador de ideias novas, idealizador de grandes projetos, incentivador das organizações sociais. Dom Agostinho foi e é um sábio conselheiro respeitado não só pelo clero em geral mas também pelas autoridades políticas municipais, regionais e estaduais. É sem sobra de dúvidas um eterno preocupado com o bem-estar dos fiéis de sua Igreja, de todos os cristãos e do povo do nosso sudoeste do Paraná (NAZARO, 2011, p. 120).

No ano de 1985, foi criado o Jornal Informativo “Até Que...”, instrumento de integração e divulgação da Diocese. A partir do ano de 1987, a Diocese adquire as ações e passa a administrar a Rádio Club AM de Palmas, criada em 14 de abril

de 1976. Posteriormente, foi inaugurada pela Diocese, no dia 11 de abril de 1992, a Rádio Horizonte FM. Em 15 de março de 2005, foi lançada a Rede Bom Jesus de Comunicação (RBJ) (NAZARO, 2011), unificando a gestão das rádios.

Nomeado Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão pelo Papa Bento XVI no dia 24 de agosto de 2005 e ordenado Bispo em 23 de novembro de 2005, Dom José Antonio Peruzzo assume a Diocese em solenidade na Concatedral na data de 09 de dezembro de 2005 e na Catedral no dia 11 de dezembro do mesmo ano.

Nota-se, portanto, a atuação efetiva da Igreja Católica em Palmas e região que, além de atuar por meio de instituições e obras (procuramos citar neste texto as obras implantadas em Palmas; muitas outras obras foram instaladas em outros municípios da Diocese⁴³) por ela criada, tem influenciado ideologicamente e culturalmente os Municípios.

Em todas as épocas, os bispos, como representantes da Igreja, procuram exercer suas funções eclesiais adaptando-se, sempre que possível, às condições históricas da conjuntura brasileira. Historicamente a meta do episcopado é manter a colaboração efetiva entre Igreja e Estado, ampliando, portanto, as relações público/privado. Segundo Azzi (1994, p. 142) “A hierarquia católica colabora com o poder político na obtenção de suas metas específicas, e ao mesmo tempo recebe em troca o apoio necessário do governo para agir com liberdade na esfera eclesial” e, nas ações, de seu interesse, que se propõe a desenvolver.

⁴³ Entre outras citamos as obras e o ano de criação: Santuário Nossa Senhora Aparecida em Santa Izabel do Oeste (1981); Santuário Nossa Senhora da Saúde em Cruzeiro do Iguaçu (1991); Santuário Diocesano de Nossa Senhora da Salette, em Rio Elias, Renascença (1997); VIZIVALI em Dois Vizinhos (1999); Faculdade da Fronteira (FAF) em Barracão-PR (1999); Seminário de Filosofia Bom Pastor e Instituto Sapientia de Filosofia em Francisco Beltrão (2002); Seminário Diocesano Jesus de Nazaré em São João (2002); Casa de Formação Divino Mestre em Francisco Beltrão (2004); Radio Difusora América de Chopinzinho (2004); Colégio Bom Jesus em Chopinzinho (2008); Rádio Onda Sul FM em Francisco Beltrão (2008) (NAZARO, 2011).

2.3 PALMAS: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS.

O Município de Palmas faz parte do Sudoeste do Paraná. Está situado na Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense e da Microrregião Geográfica – Palmas. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2004), o Sudoeste Paranaense está no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.163.842,64 hectares, que corresponde a 6% do território estadual. A região faz fronteira a Oeste com a República da Argentina, através da foz do Rio Iguçu, e faz divisa pelo Sul com o Estado de Santa Catarina. Segue abaixo, na figura 05 a localização da região Sudoeste, no âmbito do Paraná, Brasil e Mundo.

Figura 05 – Mapa de localização do Sudoeste do Paraná.



Fonte: Tomazoni (2002).

Com a implantação do Ministério da Integração Nacional (MIN), em agosto de 1999, novas regionalizações, com escalas espaciais diferenciadas das macrorregiões tradicionais são criadas, surgindo, a partir de então, as

Mesorregiões Diferenciadas. A região Sudoeste do Paraná passou a fazer parte de uma das 13 Mesorregiões Diferenciadas no cenário nacional, a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, juntamente com o Oeste de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul, por ambas as regiões se aproximarem pelo relevo, clima, colonização e economia, baseada, principalmente, na agricultura familiar. Esta Mesorregião é formada por 415 municípios pertencentes aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, totalizando 139.000 km², com uma população estimada em 4.075.000 habitantes (BERNARTT, 2006). Abaixo, na figura 06, segue o mapa desta Mesorregião.

Figura 06 – Mapa da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.



Fonte: BERNARTT (2006, p. 48).

Segundo dados da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) (2014), o Sudoeste do Paraná é composto por 42 municípios, sendo Palmas o primeiro município, fundado em 1879 e, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Coronel Domingos Soares e Manfrinópolis os últimos, fundados em 1997. Segue o quadro 01, que mostra os respectivos municípios do Sudoeste, a data de instalação e município do qual foi desmembrado.

Quadro 01: Municípios do Sudoeste do Paraná - Área total (Km²), Altitude (m), Instalação e Desmembramento.

Municípios	Área Total (Km ²)	Altitude (mts)	Instalação	Desmembramento
Ampére	298,33	600	28/11/1961	Capanema
Barracão	169,93	835	14/12/1952	Clevelândia
Bela Vista do Caroba	148,1	545	01/01/1997	Pérola do Oeste / Pranchita
Boa Esperança do Iguaçu	151,98	521	01/01/1993	Dois Vizinhos
Bom Jesus do Sul	173,97	660	01/01/1997	Barracão
Bom Sucesso do Sul	195,86	640	01/01/1993	Pato Branco
Capanema	418,7	350	14/12/1952	Clevelândia
Chopinzinho	959,69	760	14/12/1955	Mangueirinha
Clevelândia	704,63	923	28/06/1892	Palmas
Coronel Domingos Soares	1557,89	1110	01/01/1997	Palmas
Coronel Vivida	684,41	718	14/12/1955	Mangueirinha
Cruzeiro do Iguaçu	161,49	535	01/01/1993	Dois Vizinhos
Dois Vizinhos	418,32	520	28/11/1961	Pato Branco
Enéas Marques	191,99	569	14/12/1964	Francisco Beltrão
Flor da Serra do Sul	254,88	905	01/01/1993	S. Filho/Barracão/ Marmeleiro
Francisco Beltrão	734,98	600	14/12/1952	Clevelândia
Honório Serpa	502,23	816	01/01/1993	Mangueirinha
Itapejara do Oeste	254,08	632	14/12/1964	Francisco Beltrão / Pato Branco
Manfrinópolis	215,68	640	01/01/1997	Salgado Filho
Mangueirinha	1073,79	620	30/11/1946	Clevelândia
Mariópolis	230,74	800	28/11/1961	Clevelândia
Marmeleiro	387,68	726	25/11/1961	Clevelândia / Francisco Beltrão
Nova Esperança do Sud.	208,47	538	01/01/1993	Enéas Marques / Salto do Lontra
Nova Prata do Iguaçu	352,56	320	01/02/1983	Salto do Lontra
Palmas	1567,36	1160	14/04/1879	Guarapuava
Pato Branco	539,42	760	14/12/1952	Clevelândia
Pérola do Oeste	206,05	400	27/11/1961	Capanema
Pinhal de São Bento	96,86	480	01/01/1993	Sto Antonio do Sud.
Planalto	345,74	403	11/11/1963	Capanema
Pranchita	225,84	557	01/02/1983	Per. do Oeste / Sto Antonio do Sud.
Realeza	353,42	480	12/11/1963	Ampére
Renascença	425,08	600	29/11/1961	Clevelândia / Pato Branco
Salgado Filho	183,08	519	14/12/1964	Barracão / Francisco Beltrão
Salto do Lontra	313,29	620	13/12/1964	Francisco Beltrão
Santa Izabel do Oeste	321,17	525	14/12/1964	Ampére / Realeza
Santo Antônio do Sud.	325,67	447	14/12/1952	Clevelândia
São João	388,06	680	15/11/1961	Chopinzinho
São Jorge do Oeste	379,05	520	23/11/1963	São João
Saudade do Iguaçu	152,08	675	01/01/1993	Chopinzinho
Sulina	170,76	513	01/01/1989	Chopinzinho
Verê	312,41	500	26/10/1963	Dois Vizinhos
Vitorino	307,94	756	29/11/1961	Clevelândia
Área Total (Km ²)	17.064			

Fonte: AMSOP (2014).

Na figura 07 tem-se as demarcações territoriais entre os municípios Sudoestinos. Palmas está localizada no extremo Sul da região.

Figura 07 – Mapa do Sudoeste do Paraná

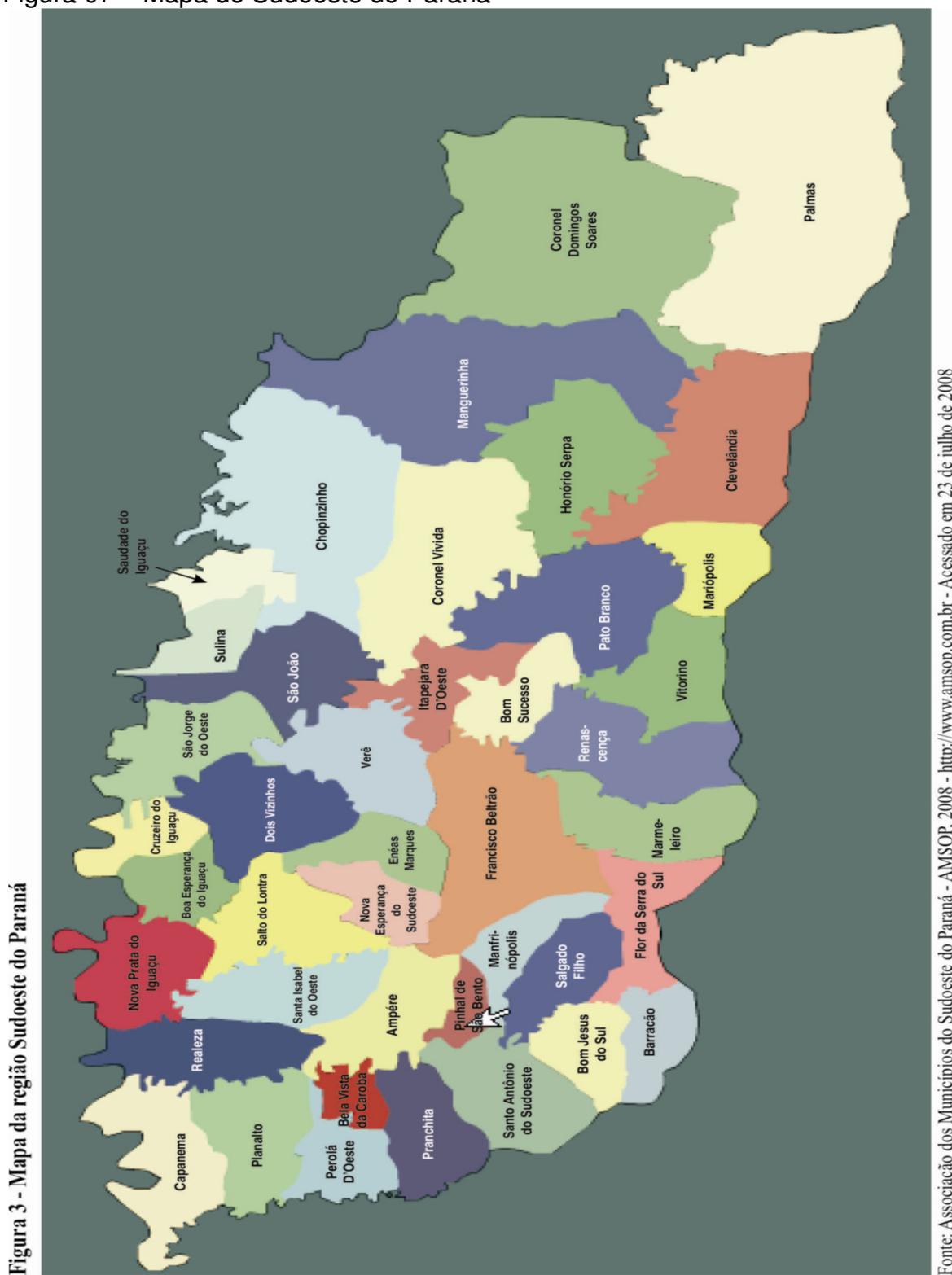


Figura 3 - Mapa da região Sudoeste do Paraná

Fonte: Turmena (2009).

Na figura 08 observa-se a localização do Município de Palmas, em vermelho, no mapa do Estado do Paraná.

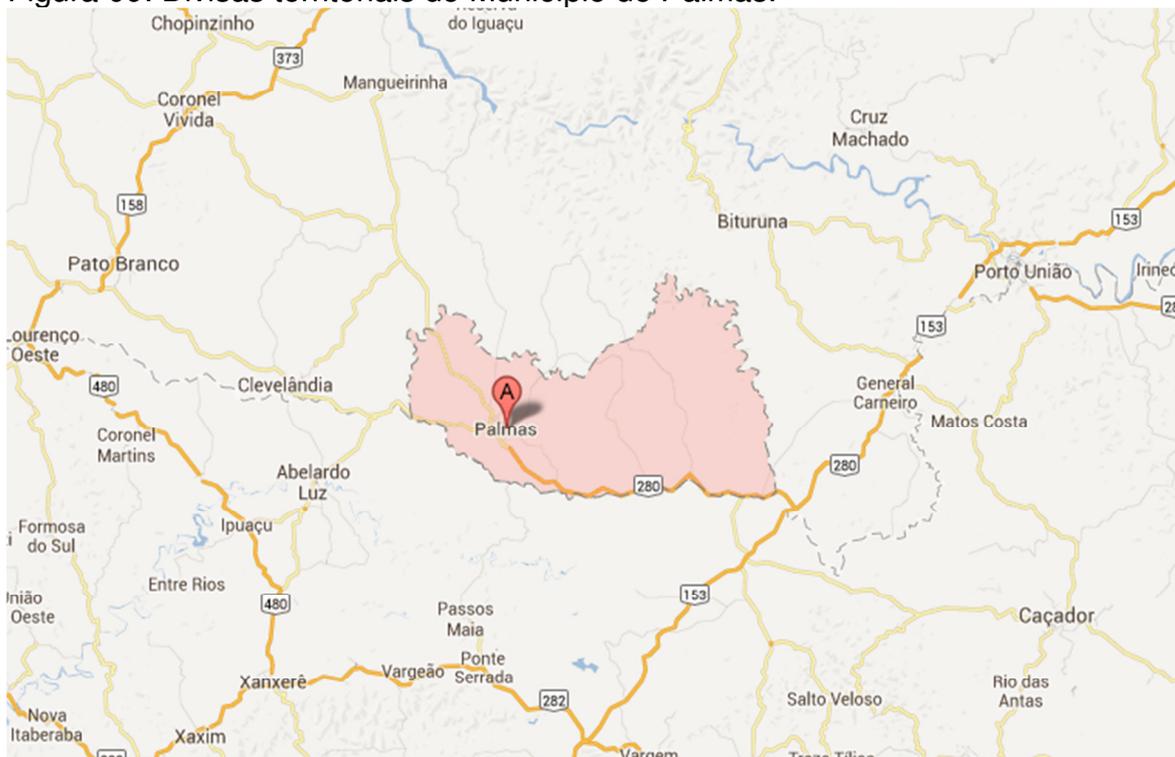
Figura 08: Mapa do Estado do Paraná e o Município de Palmas.



Fonte: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Palmas_\(Paran%C3%A1\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Palmas_(Paran%C3%A1))>. Acesso em: 29 jun.2013.

A figura 09 apresenta as divisas territoriais do Município de Palmas. No Estado do Paraná com os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Bituruna, General Carneiro e, no Estado de Santa Catarina com os municípios de Abelardo Luz, Passos Maia e, mesmo não aparecendo no mapa, com o Município de Água Doce.

Figura 09: Divisas territoriais do Município de Palmas.



Fonte: <<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁴ de Palmas, a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, divulgado pelo PNUD (2014), percebe-se que historicamente houve mínimos avanços - Em 1991 o IDH estava *baixo*; em 2000 e 2010 o IDH classificado como *médio*. O IDH (Renda) permaneceu classificado como *médio*. A Longevidade passou de *médio desenvolvimento* para *alto desenvolvimento* em 2010. Por sua vez, o IDH educacional é preocupante. Nos anos de 1991 e 2000 estava *baixíssimo* tendo, em 2010 uma pífia elevação no nível *médio* – conforme tabela 07.

⁴⁴ O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo a classificação feita deste modo: Quando o IDH está entre 0 e 0,499, é considerado baixo. Quando o IDH está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio. Quando o IDH está entre 0,800 e 1, é considerado alto.

Tabela 07: Brasil, Paraná e Palmas – IDH (renda, longevidade e educação): 1991/2000 e 2010.

	IDH 1991	IDH 2000	IDH 2010	Renda 1991	Renda 2000	Renda 2010	Long 1991	Long 2000	Long 2010	Educ 1991	Educ 2000	Educ 2010
Brasil	0,493	0,612	0,727	0,647	0,692	0,739	0,662	0,727	0,816	0,279	0,456	0,637
Paraná	0,507	0,650	0,749	0,644	0,704	0,757	0,679	0,747	0,830	0,298	0,522	0,668
Palmas	0,451	0,568	0,660	0,611	0,661	0,687	0,651	0,736	0,827	0,230	0,376	0,505

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: PNUD (2014).

Entre os anos de 1991 e 2000, no contexto da criação da LDBEN n. 9.394 de 1996, a dimensão que cresceu em termos absolutos foi educação de Palmas (com crescimento de 0,146), seguida por longevidade e por renda. Entre 2000 e 2010, também foi a educação, com crescimento de 0,129, seguida novamente por longevidade e por renda. Entre 1991 e 2000, o IDH passou de 0,451 em 1991 para 0,568 em 2000 tendo uma taxa de crescimento de 25,94%. Nesse sentido, o hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 21,31%. Entre os anos de 2000 e 2010, o IDH passou de 0,568 em 2000 para 0,660 em 2010 (taxa de crescimento de 16,20%). O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 21,30%. Por fim, entre 1991 e 2010, Palmas teve um incremento no seu IDH de 46,34%. Ainda abaixo da média de crescimento nacional (47%) e estadual (47%). Durante estas 03 décadas, o hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 38,07% (PNUD, 2014).

Segundo dados compilados a partir do PNUD (2014), em 1991, Palmas ocupa a posição de 1.572^a em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1.571 (28,23%) estão em situação melhor e, 3.994 (71,77%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 municípios do Paraná, Palmas está na posição de 167^a, sendo 166 (41,6%) municípios estão em situação melhor e 233 (58,4%) municípios estão em situação pior ou igual.

No ano 2000, Palmas ocupa a posição 2.195^a em relação aos municípios brasileiros. Destes, 2.194 (39,42%) municípios estão em situação melhor e, 3371 (60,58%) estão em situação igual ou pior. Em relação ao Paraná, Palmas se encontra na 287^a posição. 286 municípios (71,68%) estão em condição melhor e, 112 (28,07%) estão em condição pior ou igual (PNUD, 2014).

Em 2010, Palmas ocupa a 2.898ª posição em relação aos 5.565 municípios do país, sendo que 2.897 (52,06%) municípios estão em situação melhor e 2.668 (47,94%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 municípios do Paraná, Palmas ocupa a 343ª posição, sendo que 342 (85,71%) municípios estão em situação melhor e 57 (14,29%) municípios estão em situação pior ou igual. No ano de 2010, em relação aos 42 municípios do Sudoeste do Paraná, Palmas ocupa a posição 30ª em desenvolvimento humano (PNUD, 2014). Historicamente, em relação aos municípios do Brasil e do Estado do Paraná, Palmas foi caindo posição no ranking de desenvolvimento humano.

A população do município em 1991 era de 28.048, passando para 34.819 no ano 2000 e, 42.888 pessoas em 2010. Se por um lado, Palmas é o terceiro município mais populoso do Sudoeste do Paraná, ficando atrás apenas de Francisco Beltrão e Pato Branco, ocupa apenas a posição 30ª em relação ao IDH. Com uma área territorial total de 1.567,36 km², sendo o maior município do Sudoeste do Paraná em extensão, a maior parte da população reside na área urbana, conforme é apresentado na tabela 08.

Tabela 08: População de Palmas: Total, urbana e rural.

	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Total	28.048	100,00	34.819	100,00	42.888	100,00
Urbana	24.653	87,90	31.411	90,21	39.795	92,79
Rural	3.395	12,10	3.408	9,79	3.093	7,21

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: PNUD (2014).

Palmas, tendo uma densidade demográfica (habitante/ km²) de 27.36, não perdeu as características desde os tempos de sua colonização de ser um local de grande concentração de terras e de riquezas, de grandes propriedades e proprietários de terra, tendo a maior fonte econômica atrelada ao campo.

Neste contexto, interessante mencionar a reportagem do Portal RBJ “Produção agropecuária de Palmas cresce 30% em cinco anos” do jornalista Ivan Cezar Fochzato, do dia 08 de julho de 2013. Conforme resultado do boletim do Valor Básico da Produção (VBP), divulgado pelo Departamento de Economia Rural (DERAL), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB),

a produção dos setores agro-silvo-pastoril de Palmas, nos últimos cinco anos, apresentou crescimento próximos aos 30%. Em 2008 o volume das atividades rurais representou movimentação econômica de R\$ 107 milhões de reais.; em 2009, alcançou R\$ 126 milhões; em 2010, R\$ 132 milhões; em 2011, ficando em R\$ 129 milhões e R\$ 142 milhões de reais em 2012. Segundo os dados de 2012, dentre as principais atividades estão o milho (R\$ 9,9 milhões), soja (R\$ 52,8 milhões), batata (R\$ 15,9 milhões); na área da fruticultura destaque para a maçã (R\$ 13,7 milhões); atividade da pecuária, relacionada a bovinos (superou os R\$ 4 milhões de reais); a atividade leiteira (R\$ 5,6 milhões); na atividade da silvicultura, a erva mate (R\$ 1,1 milhões); matéria prima para a indústria madeireira, em todos os segmentos, desde a venda de toras e galhos, para a produção de lenha, compensados e celulose, gerou R\$ 20,6 milhões de reais.

A maior parte da população necessita trabalhar na cidade. A questão do emprego e ainda, do emprego bem remunerado, é agravante em Palmas, uma vez que não há uma diversificação (industrial e comercial), em número e qualidade de oferta de empregos. A maioria dos postos de trabalho empregam mão de obra barata. Isto se expressa quando observamos o IDH-Renda no município, as altas taxas de pobreza e a ocupação da população no mercado de trabalho. Em 1991, a renda per capita era de R\$358,59, passando para R\$489,33 em 2000 e R\$575,55 no ano de 2010. A partir de dados do PNUD (2014), a extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00) passou de 13,39% em 1991 para 8,50% em 2000 e para 4,71% em 2010. O percentual de população pobre fica na casa de 40,29% em 1991, 27,83% no ano 2000 e, 16,63 em 2010. Segundo o Índice de Gini⁴⁵ a desigualdade diminuiu, diga-se, imperceptivelmente. Em 1991 ficou em 0,60, em 2000 passou a 0,63 e, 0,54 em 2010.

O Relatório de Informações Sociais (RIS) emitido pela Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI), por meio do Cadastro Único, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

⁴⁵ O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (INEP, 2014).

(MDS), visando à seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família – apresenta que a população de Palmas com renda *per capita* abaixo de R\$ 70,00 é de 2.450. Destes, 1.664 residem na área urbana e 786 na área rural. Na tabela 09 pode-se visualizar a população em situação de extrema pobreza por faixa etária.

Tabela 09: População em situação de extrema pobreza por faixa etária – Município de Palmas.

Idade	Quantidade
0 a 4	351
5 a 14	797
15 a 17	172
18 a 19	72
20 a 39	543
40 a 59	364
65 ou mais	151
Total	2.450

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: MDS (2014).

A concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população produzindo e agravando as desigualdades sociais é uma das características de Palmas. Na tabela 10 fica expressa a apropriação, em porcentagem, de renda por estratos da população.

Tabela 10: Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – Município de Palmas.

	Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População		
	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,15	2,79	3,53
40% mais pobres	9,30	8,74	10,81
60% mais pobres	18,93	17,75	22,42
80% mais pobres	34,84	32,59	40,81
20% mais ricos	65,16	67,41	59,19

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: PNUD (2014).

No aspecto econômico, atualmente, a principal atividade é a agropecuária e o setor madeireiro, com destaque para as indústrias de compensados. Outras indústrias também se destacam na geração de empregos. Entre outras destacam-se: fábrica de painéis, de papel higiênico e frigorífico. Dentre os setores que mais

empregam em Palmas, se destacam: 1) indústrias de transformação; 2) comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; 3) agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; 4) construção; 5) educação e 6) serviços domésticos; conforme a figura 10 referente à população ocupada segundo as atividades econômicas, a partir dos dados do IBGE - Censo Demográfico, do ano de 2010.

Figura 10: População ocupada segundo as atividades econômicas.

Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar 2.0)	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.707
Indústrias extrativas	08
Indústrias de transformação	3.346
Eletricidade e gás	18
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	120
Construção	1.415
Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	2.934
Transporte, armazenagem e correio	659
Alojamento e alimentação	552
Informação e comunicação	31
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	125
Atividades imobiliárias	68
Atividades profissionais, científicas e técnicas	388
Atividades administrativas e serviços complementares	336
Administração pública, defesa e seguridade social	682
Educação	1.140
Saúde humana e serviços sociais	370
Artes, cultura, esporte e recreação	71
Outras atividades de serviços	368
Serviços domésticos	1.244
Atividades mal especificadas	2.135
Total	18.717

Fonte: IPARDES (2012).

Na figura 11 consta o número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas, referente ao ano de 2011, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM).

Figura 11: Estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de produtos minerais não metálicos	05	30
Indústria metalúrgica	13	413
Indústria mecânica	04	12
Indústria da madeira e do mobiliário	36	1.045
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	07	230
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim.e ind.diversa	01	01
Indústria química,prod.farmac.,veterin.,perf.,sabões,velas e mat.plást	04	75
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	08	17
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	13	514
Serviços industriais de utilidade pública	02	02
Construção civil	40	390
Comércio varejista	330	1.515
Comércio atacadista	31	225
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	13	75
Administradoras de imóveis,valores mobil.,serv.téc.n.profis.,aux.ativ.econ	49	445
Transporte e comunicações	45	174
Serviços de alojamento,alim.,reparo,manut.,radiodifusão e televisão	87	401
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	36	142
Ensino	14	273
Administração pública direta e indireta	04	1.080
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	252	2.018
Total	994	9.077

Fonte: IPARDES (2012).

Destacam-se no maior número de oferta de empregos as seguintes atividades: 1) agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca; 2) comércio varejista; 3) administração pública direta e indireta e 4) indústria da madeira e do mobiliário. Em relação ao número de estabelecimentos se destacam: 1) comércio varejista; 2) agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca e 3) serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão.

Palmas, apesar de ser o município pioneiro na região Sudoeste do Paraná, continua enfrentando problemas em relação à distribuição de renda, geração de empregos, maximizando, assim, as desigualdades sociais. Exemplificando, segundo a reportagem – “Palmas tem um dos piores desempenhos da região, na geração de emprego” – de Guilherme Zimmermann junto ao Portal RBJ do dia 26 de agosto de 2013, o município, teve um dos piores desempenhos da região sudoeste do Paraná na geração de empregos nos 07 primeiros meses de 2013. Segundo dados coletado do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). De janeiro a julho, o município acumulou um saldo negativo de 81 postos de trabalho. No período, foram feitas 3.544 admissões com um total de 3.625 desligamentos. O município ficou à frente apenas de Mangueirinha (saldo negativo de 91) e Capanema (saldo negativo de 123).

Em relação às taxas de ocupação (mercado de trabalho) da população de 18 anos ou mais, temos os seguintes dados referentes à Palmas: no ano de 2000, a taxa de ocupação foi de 63,00%, e em 2010, 67,12%. A taxa de desocupação foi de 11,56% em 2000 e 3,86 em 2010. O grau de formalização dos ocupados alcançou a casa dos 60,85% no ano 2000 e, 67,50 em 2010. Referente ao nível educacional dos ocupados, 39,21% (em 2000) com fundamental completo, passando para 46,68% em 2010. Com ensino médio completo, 24,46% em 2000 e 30,81 em 2010. O rendimento médio dos ocupados com até 01 salário mínimo era de 42,91% em 2000 e de 17,83% em 2010. Com rendimento de até 02 salários mínimos, 77,67% no ano 2000 e, 75,13% em 2010. Destas pessoas ocupadas, em 2010, 14,08% trabalhavam no setor agropecuário, 0,05% na indústria extrativa, 18,69% na indústria de transformação, 7,48% no setor de construção, 0,79% nos setores de utilidade pública, 12,93% no comércio e 35,48% no setor de serviços (PNUD, 2014).

Sobre o trabalho e renda, a porcentagem de pessoas vulneráveis à pobreza em Palmas era de 68,75% em 1991, 57,60% em 2000 e 37,91% em 2010. A porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais sem o nível escolar fundamental completo e em ocupação informal era de 49,57% no ano 2000 e 40,08 em 2010. A mortalidade infantil é igualmente assustadora, embora tenha diminuído historicamente. Em 1991, era de 43,65%, em 2000, 20,52% e, em 2010, 13,30% (PNUD, 2014).

As contradições são evidentes em relação à distribuição de renda em Palmas quando se observa, segundo dados da AMSOP (2014) que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foi de: R\$6.417,00 (no ano de 2002), R\$8.781,00 (2003), R\$10.429,00 (2004), R\$9.969,00 (2005), R\$9.270,00 (2006), R\$11.003,00 (2007), ficando muito próximo e acima da média geral (R\$10.912,74) dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

Em relação à situação da produção histórica do IDH-Educação em Palmas, os dados são preocupantes, conforme mostra a figura 12.

Figura 12: Dados educacionais de Palmas.

	1991	2000	2010
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	26,29	32,19	42,30
% de 5 a 6 anos na escola	22,06	50,99	80,90
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	34,19	54,58	70,02
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	19,07	36,11	48,98
% de 18 a 20 anos com médio completo	10,61	20,55	23,64

Fonte: PNUD, 2014.

De acordo com os dados do PNUD (2014), no período de 1991 e 2000, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 131,14% e, no período de 2000 a 2010, 58,66%. A dimensão de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 59,64% entre 1991 e 2000 e, 28,29% entre 2000 e 2010. O número de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 89,36% no período de 1991 a 2000 e, 35,64% no período de 2000 a 2010. Por sua vez, a proporção entre os jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 93,69% entre 1991 e 2000 e, 15,04% entre os anos de 2000 e 2010.

Em 1991 em Palmas, eram 36,06% dos alunos entre 06 e 14 anos que estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000, subiu para 53,49% e, em 2010 caiu para 49,14% dos alunos. Entre os jovens de 15 a 17 anos – em 1991 – 8,63% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. A porcentagem sobe para 16,38% no ano 2000 e 26,14% em 2010. Em relação ao ensino superior, entre os alunos de 18 a 24 anos, 4,93% em 1991 estavam cursando; 7,87% em 2000 e 10,03% no ano de 2010. No ano de

2010, 7,19% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 28,88% (PNUD, 2014).

Em relação ao nível de escolarização nos adultos, os dados são alarmantes, com destaque para a alta porcentagem de analfabetos, conforme a tabela 11.

Tabela 11: Escolaridade da população de 25 anos ou mais em Palmas.

	Escolaridade da população de 25 anos ou mais		
	1991	2000	2010
Com fundamental completo	9.2%	11.3%	14.1%
Médio completo	8.3%	11%	13.7%
Superior completo	6.4%	6.3%	10.5%
Analfabetos	19.1%	15.9%	11.8%
Outros	57%	55.5%	49.9%

Pesquisa – Leandro Turmena. Fonte: PNUD (2014).

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴⁶, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a média de Palmas ficou na 4ª série/5º ano: 3.3 no ano de 2005, 4.2 em 2007, 4.1 em 2009 e 4.2 em 2011. Em relação a 8ª série/9º ano a média foi: 2.9 em 2005, 3.9 em 2007, 3.7 em 2009 e 3.4 no ano de 2011 (INEP, 2014). No ano de 2011, no nível da 4ª série/5º ano, Palmas ficou na última posição entre os 42 municípios do Sudoeste do Paraná. Situação não tão diferente em relação ao nível da 8ª série/9º ano, estando Palmas na penúltima posição, ficando a frente apenas do município de Honório Serpa (AMSOP, 2014).

A título de exemplo cite-se o estudo de Andrade (2005) que compara o desempenho dos governos municipais de Dois Vizinhos-PR e Palmas-PR, na área de saúde (por meio de seus Conselhos de Saúde) entre os anos de 1991 a 2004. Observa que em Palmas há falta de capital social (características da organização social) tendo proporcionado uma formação e reprodução de um modelo de gestão pouco favorável à questão da participação na agenda municipal, isto é, um processo decisório fechado de gestão.

Em Palmas o IDH-Longevidade em 1991, a esperança de vida ao nascer

⁴⁶ Os escores do IDEB são agrupados em baixo (até 3,9), médio inferior (de 4,0 a 4,9), médio superior (de 5,0 a 5,9) e alto (acima de 6,0).

era de 64,08 anos; passando para 69,15 anos em 2000 e para 74,59 anos no ano de 2010. A esperança de vida ao nascer aumentou 10,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,1 anos em 1991 para 69,2 anos em 2000, e para 74,6 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o Estado do Paraná é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos. Mesmo assim, Palmas enfrenta um alto índice de mortalidade infantil, 13,3 por mil nascidos vivos em 2010 (PNUD, 2014).

Uma das características de Palmas é a ênfase na tradição, contudo, no presente estudo não será aprofundado tal debate. Isso inclusive é expresso na bandeira do município que carrega o lema: “Tradição e Progresso”. No caso de Palmas, primeiro tradição e, posteriormente, progresso. Não há problema em se manter as tradições, o problema se dá quando a tradição sufoca o progresso e as reformas que as instituições precisam fazer, devido às mudanças históricas, ficam estagnadas, ocasionando em alguns casos, sua deterioração.

A análise histórica demonstrou a hegemonia da Igreja vinculada ao apoio às elites. O aspecto conservador se deu pela defesa de um modelo de acumulação primitiva do capital de caráter coronelista. Quanto ao caráter progressista se efetivou por meio da elevação cultural e difusão do ensino, porém, a preocupação com a educação esteve voltada à formação de quadros dirigentes, às demandas da elite e para fins de arrecadação de fundos para custear suas despesas. Portanto, qual a real contribuição da Igreja, para a democratização da educação escolar básica e superior em Palmas? Ao se observarem os dados do IDH parece que a contribuição não foi tão significativa.

A partir da apresentação de alguns aspectos históricos e dados gerais como forma de caracterização de Palmas, passa-se à abordagem referente ao surgimento da educação superior, neste município, uma vez que, os acontecimentos históricos trouxeram a exigência de formação de recursos humanos para o trabalho, em nível superior.

3. ENSINO SUPERIOR EM PALMAS: DE 1968 A 2009

O objetivo do capítulo é abordar a historicidade do ensino superior em Palmas, de 1968 a 2009; em seguida, estudar a crise financeira enfrentada pelo UNICS e, por fim, apresentar as alternativas buscadas pelos gestores do CPEA/UNICS para a crise, inicialmente por meio de ajustes internos e, a *posteriori*, por meio da venda da Instituição para o Estado para a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Sendo o primeiro município da região, Palmas foi precursora também no que diz respeito à oferta de educação superior no Sudoeste do Estado do Paraná e região. No dia primeiro de julho de 1967 a Igreja Católica da Diocese de Palmas que tinha como Bispo Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello, aprovou o Estatuto do CPEA⁴⁷ entidade mantenedora da Faculdade Católica de Palmas. Segundo registros do Livro das Atas das Assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias do C.P.E.A. (1967-1970), o representante legal do Bispo neste ato solene, Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado afirmou “[...] com letras de ouro, escrevemos hoje, nos Anais da História palmense, o acontecimento do século para Palmas, a criação de um Centro Educacional e Assistencial, Entidade mantenedora da futura Faculdade Católica de Palmas” (FACULDADES INTEGRADAS DE PALMAS, p. 03-04).

No Estatuto do CPEA alterado em 2004, consta que uma de suas finalidades é “Preparar profissionais de nível superior, especialistas e técnicos altamente qualificados em todos os ramos do conhecimento, capazes de

⁴⁷ O processo de construção do “Centro Pastoral Dom Carlos” se deu em meados dos anos de 1965, mais especificamente na data de 29 de outubro de 1965, como um Salão Paroquial ou Centro Social da Paróquia de Palmas, tendo por objetivo atender obras sociais, instrução catequética, formação da juventude e da família e honesta recreação (CATEDRAL DO SENHOR BOM JESUS DA DIOCESE DE PALMAS, 1958,-1970).

promover o progresso social global, mediante a aplicação dos recursos da ciência e da técnica [...]” (CPEA, 2004, Art. 3 ‘c’). Importante destacar, segundo Nazaro (2011), que na ocasião da solenidade de formatura de 2º grau, do Colégio Estadual Leonel Franca, em dezembro de 1966, que tinha como representante de turma Paulo da Cruz Pimentel (Governador do Estado), como Paraninfo Deputado Arnaldo Busato, “[...] o Patrono Monsenhor Eduardo, num discurso vibrante e cheio de emoção, pediu às autoridades presentes o apoio para a criação das faculdades” (p. 128). Pois um dos objetivos do CPEA (2004) era de “Contribuir para que a cidade de Palmas, Estado do Paraná, exerça efetiva função na vida social, política e cultural da Nação por meio de um núcleo de ensino e de pesquisa do mais alto padrão [...]” (Art. 4 ‘a’).

Segundo registros de 04 de novembro de 1966, contidos no Livro Tombo nº. IV, da Catedral do Senhor Bom Jesus da Diocese de Palmas (1958-1970), tendo como precursor Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, o movimento pela implantação da Faculdade Católica de Filosofia em Palmas, atrelada ao CPEA (oficializado como mantenedora da Faculdade no dia primeiro de julho de 1967 na Assembleia Geral dos sócios) começou a ganhar apoio dos diversos segmentos sociais, econômicos e políticos em nível local, regional e estadual. Neste contexto, no dia 11 de setembro de 1967 foi proposta aos sócios do CPEA, em Assembleia Geral Extraordinária, a criação da Faculdade de Filosofia.

Nesse mesmo ano, na data de 03 de outubro, Monsenhor Eduardo, assessorado por uma equipe de professores encaminhou ao Ministério de Educação (MEC) o Processo nº. 906 solicitando a autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia. No dia 11 de fevereiro de 1968 chegou um telegrama trazendo a notícia de que o processo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (FAFI) tinha sido aprovado na Câmara de Planejamento do Ministério da Educação e Cultura. Após o processo de tramitação legal e vistoria *in loco* (avaliação dos peritos) pelos designados do MEC, o Conselho Federal de Educação emitiu o Parecer nº. 525/68 para que algumas alterações no processo fossem feitas, entre elas, substituição de alguns professores, correções do regimento e melhorias na biblioteca. Feitos os devidos ajustes, a Câmara de Ensino Superior, por meio do Parecer nº. 568 de 30 de setembro de 1968, concedeu a aprovação da FAFI, instituição vinculada à Igreja Católica e mantida

pelo CPEA⁴⁸ a qual foi instalada oficialmente no dia 22 de fevereiro de 1969. Sendo autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº. 63.583 de 11 de novembro de 1968 (publicado no Diário Oficial da União (DOU) – 14 de novembro de 1968) e reconhecida pelo Decreto Federal nº. 72.452 de 11 de julho de 1973 (DOU 12 de julho de 1973) a FAFI contou inicialmente com quatro cursos de licenciaturas: Filosofia, História, Letras (habilitações: português e francês) e Pedagogia (LIMA, 1997). Segundo Diel (29 abr. 2015), “A ideia da formação do CPEA inicialmente, da cristandade, de formar uma elite intelectual, e se investiu inicialmente no professor, porque o professor poderia justamente ser uma liderança, ser um católico que supostamente formaria as crianças e jovens”.

No dia 24 de abril de 1972, o Bispo da Diocese de Palmas, Dom Agostinho José Sartori, na Assembleia Geral Extraordinária do CPEA, propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná. A mesma teria a sede em Palmas, pois o próprio *estatuto do CPEA*⁴⁹ considerava a implantação de uma universidade, no intuito de unificar e expandir o ensino superior na região. O Bispo declarou criada a universidade, contudo, mesmo após os trâmites legais como o envio da documentação ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, tal proposta acabou não se efetivando (NAZARO, 2011).

Enfrentando problemas de ordem econômica o que ameaçava sua existência, a Direção administrativa da FAFI, juntamente às lideranças políticas, se empenharam na busca de sua expansão. Neste contexto, em 1979, foram criadas – por meio da Lei Municipal nº. 654 de 17 de agosto, autorizadas a funcionar pelo Decreto Federal nº 84.784 de 16 de junho de 1980, e reconhecidas pela Portaria Ministerial nº. 76 de 18 de fevereiro de 1983 - as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (FACEPAL), mantida pelo Poder Executivo Municipal e administrado pelo CPEA, iniciando com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Mais tarde foram incorporados os cursos de Educação Física, Administração Rural, e Ciências com as habilitações de Matemática, Biologia e

⁴⁸ Ver: Livro de Atas das Assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias do CPEA (1967-1942), p. 10. Arquivo das Faculdades Integradas de Palmas.

⁴⁹ Leia-se no Estatuto do CPEA (2004): “O CPEA propugnará pela criação da Universidade do Sudoeste Paranaense, que será uma de suas metas, assim como a unificação ou coordenação de todo o ensino universitário, com o feito de tornar possíveis outras pesquisas no ramo científico” (Art. 6).

Química (LIMA, 1997).

Nesse período as duas Instituições – FAFI e FACEPAL – constituíram as Faculdades de Palmas, congregadas na mesma direção administrativa, a mantenedora CPEA.

Segundo Lima (1997), a fundação da FAFI, com cursos na área de licenciatura, estava ligada à preocupação por parte do “grupo de pioneiros⁵⁰ com a educação e com a formação de professores na região” (p. 12). De acordo com esta autora (1997, p. 13, *grifos nossos*), para evitar “[...] a evasão de centenas de jovens de Palmas e da região para outras cidades e estados; e devido também à existência de mercado de trabalho na região e seu consequente aumento de divisas”, é que se implanta a FACEPAL.

A demanda por formação profissional em nível superior em Palmas e nos municípios da região, uma vez que não existia IES na região, tornaram promissoras as possibilidades e a concretização da implantação das IES. Estas faziam parte de um plano de desenvolvimento uma vez que, economicamente a região se caracterizava essencialmente pela agropecuária. Não tinha indústrias e muito menos um comércio consistente. Desta forma, toda comunidade local entendeu que era preciso voltar-se para o setor educacional (LIMA, 1997). Entendemos que a expressão “toda comunidade local” se refere a um grupo reduzido de pessoas que faziam parte do CPEA⁵¹, naquele contexto. Neste sentido, a Igreja Católica estabeleceu relações mais próximas com a elite palmense, esta, ansiosa por ter neste município uma instituição que oferece formação em nível superior.

O ensino superior em Palmas iniciou suas atividades no prédio localizado no centro da cidade onde, no mesmo local estava a sua mantenedora, o CPEA. No dia 03 de novembro de 1986, como registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária do CPEA, iniciou-se o planejamento para a construção do *campus* universitário que, atualmente, foi vendido ao governo do Estado do Paraná e, repassado ao Governo Federal, funcionando, hoje, o IFPR - *campus* Palmas. Na

⁵⁰ A autora se refere ao Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado (cura da catedral, isto é, o pároco), ao Monsenhor Eduardo Sabóia Bandeira de Melo (Bispo da Diocese de Palmas/PR) e a lideranças representativas da comunidade. Ou seja, uma comissão de pessoas da cidade ligadas à grande líder, a Igreja católica (LIMA, 1997).

⁵¹ Ver as pessoas que compunham o Conselho Diretor do CPEA e as pessoas que estiveram presentes na data de aprovação do seu Estatuto (CPEA, 2004).

ocasião o Bispo Dom Agostinho reiterou sua intenção de empenhar-se pela criação da Universidade do Sudoeste, em Palmas; para isso, seria fundamental a construção do *campus*.

Como consta na Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA do dia 10 de março de 1987, houve o detalhamento do anteprojeto do *campus* universitário, que teria com objetivo expandir o espaço físico para abrigar o número crescente de alunos das faculdades. Para isso, foi criada uma “Comissão Mista” contando como CPEA, padres e pessoas da comunidade para pleitear recursos junto aos órgãos públicos e manter permanentemente em Brasília/DF uma pessoa com a finalidade de arrecadar fundos para a construção. Na ocasião também foi criada uma comissão para realizar uma “Assembleia Popular” para sugerir medidas em relação à construção do *campus*. Neste mesmo ano, foi aberta a estrada de acesso ao *campus* e, posteriormente, iniciadas as obras. No Anexo I, constam as fotos da maquete do *campus*, abertura da estrada de acesso, início das obras e a estrutura do *campus* nos anos de 1990. Já no ano de 1988 (Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA de 14 de março), o Conselho Diretor do CPEA nomeou o Prof. Mauro Pedrollo como “prefeito” do *campus* para tratar mais diretamente da construção, que inaugurou seu primeiro bloco no dia 24 de março de 1991, conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA de 23 de março de 1991.

Importante destacar que as informações sobre a construção do *campus* universitário, referente aos recursos para a obra, verbas, financiadores, valores, não foram obtidas com exatidão. Entretanto em entrevista concedida no dia 06 de abril de 2015, Madalena M. Mergen Lima⁵² salientou que o *campus* universitário foi construído com verbas próprias da mantenedora, contando com auxílio financeiro do governo estadual e federal.

Por meio de consulta ao Registro de Imóveis do Município de Palmas-PR, observa-se que o terreno com Matrícula 6.864 onde está situado o *campus* universitário (hoje IFPR-Palmas), pertencia ao CPEA. A totalidade deste terreno é oriunda dos seguintes Registros, anteriores:

⁵² Exercia na época da “federalização” do UNICS a função de Secretária Geral do Centro Universitário (anos de 2008 a 2009), exercendo também a função de Reitora Pró-tempore no período de transição do UNICS para o IFPR no ano de 2010, e atualmente ocupando o cargo de Assessora Técnica do CPEA.

- R14 - nº. 932: Área total de 193.600m² – O CPEA comprou de Zilda Maria Loyola;
- R22 - nº. 932: Área total de 48.400m² - O CPEA comprou de A. Brustolin e CIA/LTDA;
- R1 - nº. 3.469: Área total de 251.624m² - O CPEA comprou de Eurico de Souza Tibes;
- R1 - nº. 2.700: Área total de 242.000m² – A Prefeitura Municipal de Palmas doou ao CPEA;
- R2 - nº. 2.700: Área total de 48.400m² – O CPEA comprou da Prefeitura Municipal de Palmas.

Portanto, a aquisição do terreno do *campus* universitário, segundo Registro de Imóveis do Município de Palmas-PR, se deu por compra efetuada pelo CPEA e doação da Prefeitura de Palmas. Em relação às verbas para a construção do *campus*, os dados indicam algumas pistas, ou seja, recursos oriundos do próprio CPEA, dos governos estadual, federal e municipal e, provavelmente, da comunidade palmense, por meio das capelas atreladas à Igreja Católica. Contudo, mesmo sem a devida exatidão de dados para conclusões mais precisas, houve, neste contexto, a rigor, parceria entre o setor público e o setor privado.

A implantação das IES em Palmas, levando em consideração os aspectos particulares e singulares, só pode ser entendida nas suas mediações com o geral e universal. Portanto é necessário, mesmo que brevemente, elencar os aspectos históricos no âmbito mais amplo para que o processo de efetivação das IES possa ser entendido na sua totalidade.

No início da década de 1950 e, adquirindo caráter estrutural após o Golpe Militar de 1964, o desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira se caracteriza pela irrupção do capitalismo monopolista. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, os processos de industrialização, modernização, monopolização e do populismo (instrumento de dominação das massas incorporadas à política), a educação como um investimento se volta para a formação do homem brasileiro levando em consideração o crescimento econômico de caráter nacionalista. Tem-se, portanto, a estreita relação entre educação e desenvolvimento.

Nesse contexto tem-se a aprovação, em 1961⁵³, da LDBEN nº. 4.024⁵⁴, que entre outras questões, garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio. Esta mudança na legislação acarretou num aumento de demanda por educação em nível superior, pois, tornou possível que o aluno tendo concluído qualquer ramo do ensino médio, tivesse acesso, via vestibular, a qualquer carreira do ensino superior. De acordo com Cunha (2003), a demanda pelo ensino superior foi respondida pelo governo federal sob três formas: 1) criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas; 2) gratuidade dos cursos superiores em instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos; 3) a federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades.

A partir da implantação da Ditadura Civil-Militar que se deu com o golpe de 31 de março de 1964, são firmados acordos envolvendo o MEC e a United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) - USAID em 1965 e 1967 (que vai até 1971, último ano de vigência dos acordos MEC/USAID). O discurso era de que a Universidade deveria ter autonomia e se liberar das amarras do Estado, implantando na sua administração o modelo industrial de gestão, se desenvolvendo enquanto empresa privada. Neste sentido, o ensino superior é marcado pelo processo de grupos hegemônicos do capital e pela sustentação destes no Estado hasteando juntos a bandeira de modernização do país, começando pelo sistema educacional. Resumia-se em “[...] sincronizar a

⁵³ “Em, 1961, finalmente, o Legislativo brasileiro conservando sua vocação conservadora votou uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional submissa aos interesses da iniciativa privada – previa ajuda financeira à iniciativa privada de forma indiscriminada – e aos da Igreja” (SHIROMA, 2007, p. 26).

⁵⁴ Esclarecendo segundo Saviani (2008, p. 20-21): “Do ponto de vista da organização do ensino a LDB (Lei 4.024/61) manteve, no fundamental, a estrutura em vigor decorrente das reformas Capanema, flexibilizando-as, porém. Com efeito, do conjunto das leis orgânicas do ensino decretadas entre 1942 e 1946 resultou uma estrutura que previa, grosso modo, um curso primário de quatro anos seguido do ensino médio com a duração de sete anos dividido verticalmente em dois ciclos, o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos, divididos horizontalmente, por sua vez, nos ramos secundários, normal e técnico, sendo este, por seu turno, subdividido em industrial, agrícola e comercial. Ocorre que, nessa estrutura, apenas o ensino secundário dava acesso a qualquer carreira do ensino superior. Os demais ramos do ensino médio só davam acesso às carreiras a eles correspondentes. Por outro lado, se um aluno quisesse passar de um ramo a outro do ensino médio, ele perderia os estudos já feitos, tendo que começar do início no novo ramo. Ora, a LDB [...] também possibilitou o aproveitamento de estudos de modo que determinado aluno pudesse se transferir de um ramo para outro matriculando-se na mesma série ou na subsequente àquela em que fora aprovado no ramo que cursava anteriormente”.

educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social” (CUNHA, 2003, p. 172).

O apoio à iniciativa privada em relação à educação é evidente na Constituição de 1967. No Artigo 168, parágrafo 02, se afirma que “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”. Em relação ao ensino superior percebe-se este apoio no Art. 168, parágrafo 03, Alínea III, segunda parte, “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”. O foco não é a responsabilização do Estado no que se refere à educação em nível superior. Torna-se evidente a concessão de bolsas aos estudantes para que possam arcar com as despesas de formação, exigindo posteriormente o reembolso do valor da bolsa concedida. Se por um lado a Constituição de 67 suprime os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados em educação pela União, Distrito Federal e Estados, por outro ela mantém a obrigatoriedade com os municípios e incentiva “[...] a proliferação de escolas superiores isoladas de qualidade duvidosa, em sua maioria exploradas pela iniciativa privada” (GERMANO, 1994, p.207).

Em relação à educação como um dever do Estado aparece pela primeira vez na Constituição Brasileira na Emenda de 1969 no Art. 176. Todavia percebe-se que mesmo sendo um dever do Estado, a extensão de oferta de ensino superior se deu, na sua maioria, via setor privado, com o amparo legal, técnico e financeiro do Estado. De acordo com Germano (1994, p. 196).

A partir do golpe de 1964 que as empresas educacionais vão alcançar notável expansão. Isto ocorreu na medida em que o Estado criou mecanismos de ordem legal, muito expressivos – como a Constituição -, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo. Com efeito, os governos militares tentaram não somente se desincumbir de financiar a educação pública e gratuita, mas também cuidaram de estabelecer as condições legais que permitissem a transferência de recursos públicos para a rede particular.

Neste contexto no dia 28 de novembro de 1968 é formulada a Lei nº. 5.540 conhecida como a Lei da Reforma Universitária⁵⁵. Segundo Cunha (2003) com um caráter predominantemente organizacional, de inspiração taylorista e economicista, esta lei só pode ser entendida por meio da articulação dialética entre a mundialização do capital e a luta pela hegemonia política (luta de classes), tendo, nos acordos MEC/USAID, um meio para estabelecer as relações devidas entre os interesses das classes dominantes brasileiras e os interesses do capital internacional, especificamente, o estadunidense.

Sintetizando, é após o golpe militar de 1964 que, devido ao acentuado aumento de IES (na sua maioria, privadas), é que temos a primeira expansão, de forma mais significativa, deste nível de ensino no país. O governo militar, por meio do Conselho Federal de Educação, propiciou uma abertura muito considerável de instituições privadas, convertendo estas na regra da expansão do ensino superior.

Segundo Cunha (2007), o regime militar favoreceu a iniciativa privada no campo educacional. As forças armadas, por sua vez, não eram espontaneamente privatistas, mas os agentes e colaboradores do golpe faziam parte ou tinham afinidades político-ideológicas com os grupos que defenderam o projeto da primeira LDBEN, em 1961, de orientação privatista. Portanto, a estruturação dos sistemas de ensino previstos pela LDB favoreceu os interesses privados, por atribuir aos conselhos de educação, federal e estaduais, competências antes concentradas nos detentores dos cargos executivos.

⁵⁵ Com relação à lei da reforma universitária CUNHA (2003, p. 180, grifos meus) salienta que “Contraopondo-se à tradição brasileira, já secular, *esta reforma Universitária*, determinou que a universidade fosse a forma de organização por excelência do ensino superior, restando à instituição isolada o status de excepcional e transitória. No entanto, as afinidades políticas eletivas entre os governantes militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação (CFE) assumisse uma feição crescentemente privatista. Assim, no momento em que a reforma do ensino superior proclamava sua preferência pela universidade como forma própria de organização do ensino superior, o CFE já se empenhava em propiciar a aceleração do crescimento dos estabelecimentos privados, a grande maioria isolados, contrariando a lei recentemente promulgada. O Congresso Nacional, fechado pelo acirramento do autoritarismo, menos de um mês após a promulgação da lei da reforma universitária, permaneceu a margem desse novo impulso atomizador acionado pelos grupos privatistas”.

Os membros desses conselhos, nomeados livremente pelo Presidente da República e pelos governadores dos estados, recaíram em pessoas escolhidas mediante pressão e articulação privadas. Complementarmente, esses conselheiros ficaram expostos a pressões e atrativos de diversas espécies. Além disso, divididos os centros de tomada de decisão, tornou-se mais difícil a resistência às pressões e aos atrativos das instituições privadas de ensino (CUNHA, 2007, p. 812).

Considerando o processo de industrialização, desenvolvimento e desnacionalização (“milagre econômico”: 1968-1973), os benefícios da diplomação em nível superior, principalmente os de formação de mão-de-obra, justificaram uma maior flexibilidade na abertura de instituições superiores, não só nos grandes centros, mas também no interior dos Estados. Isto acarretou no país uma modernização do ensino superior (SILVA JR;SGUISARDI, 1999). Nesse contexto tem-se, no processo de expansão do ensino superior, os empresários da educação, que já vinham atuando nos níveis de primeiro e segundo graus e, os empresários do ramo de prestação de serviços. Ambos – “Impulsionados pela demanda de vagas, pelo freio na velocidade de expansão das redes públicas de ensino e, especialmente, pelas normas facilitadoras, as instituições privadas de ensino multiplicaram-se em número e cresceram em tamanho” (CUNHA, 2004, p. 802) - viram na prestação de serviços educacionais em nível superior uma oportunidade promissora para a expansão dos negócios e a lucratividade.

No âmbito do Estado do Paraná⁵⁶, a “ideologia do desenvolvimento integrado” foi a base do programa do governo de Pimentel (1965-1968), refletindo

⁵⁶ O Estado do Paraná, jovem província do império se configurou no cenário nacional em 02 de agosto de 1853 quando se emancipa da província de São Paulo. Só na década de 1960 que o território paranaense pode ser considerado como quase que totalmente ocupado. Isto porque, nesta época cessaram de existir as frentes pioneiras. Wachowicz (2002) salienta a divisão do Estado em três áreas histórico-culturais. A primeira se refere ao *Paraná Tradicional* que se expandiu desde o século XVII. Foi esta sociedade que tinha suas bases em Paranaguá (litoral), Curitiba (primeiro planalto), e Campos Gerais que, posteriormente, promoveu, na primeira parte do século XIX, a ocupação dos Campos de Guarapuava e Palmas. Até meados do século XIX nesta área ocupacional se caracteriza a economia de fazendas, isto é, do criatório e a exploração de erva-mate. Importante registrar que a influência de correntes migratórias, a partir do século XIX, foram preponderantes para o setor urbano e rural. A colonização da segunda área cultural – Norte do Paraná/frente nortista, mais ligados à São Paulo – teve início na década de 1840 onde se caracteriza economicamente pela agricultura de subsistência e a exploração da floresta tropical. Só nos últimos anos do século XIX e início do século XX que o café tornou-se economicamente viável. A terceira área cultural refere-se a meados da década de 1950 onde uma nova frente pioneira penetrou em, maior parte do sudoeste e parte do oeste - frente sulista. Esta frente pioneira estimulou-se pelos problemas da mão de obra agrícola no Rio Grande do Sul e Santa Catarina buscando, desta forma, no Paraná um lugar fértil para tal processo de trabalho, o

a necessidade de implantar infraestrutura básica como transportes, telecomunicação, energia elétrica como também estimulando à diversificação agrícola e à industrialização (SCHMIDT, 1999).

Sob a égide de um projeto desenvolvimentista, era preciso criar estratégias para atender questões como a habitação, a saúde, o saneamento e a educação. Contudo, era necessário formar e qualificar recursos humanos. Embora a educação superior não fosse prioridade, muitas referências eram feitas ao sistema de ensino. Segundo Luporini (2008, p. 55) “[...] todas essas questões políticas são importantes para configurar o processo de implantação e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Paraná”. No entanto, Schmidt (1999, p. 97) aponta que as IES do Paraná “[...] foram criadas não atendendo às expectativas e demandas da sociedade com um todo, mas, sim, aos apelos oriundos dos segmentos e regiões com maior capacidade política de pressão sobre o Estado”. Isto evidencia as influências políticas no âmbito do Estado para a implantação das faculdades em Palmas, tendo como principal mediadora a Igreja Católica⁵⁷.

O ensino superior no Paraná apresentou um processo de interiorização elevado em relação a outros Estados Brasileiros, na ordem de 86% entre os anos de 1962 e 1972. O Paraná “[...] foi o segundo colocado ao lado do Rio Grande do Sul, ambos com 86% de participação, precedidos pelo Rio de Janeiro que apresentou um percentual de 87%. Os Estados que vieram a seguir foram: São Paulo com 74% e Minas Gerais com 72%” (SHEEN, 1986, p. 03-04). Segundo a autora, há dois aspectos que caracterizam a expansão do ensino superior no Paraná: a interiorização de IES e a implantação do ensino pago em universidades públicas, e o privilégio da forma organizacional universitária. Por sua vez, o processo de interiorização se constitui em três: 1) Anos 50 e 60 pela criação de estabelecimentos isolados; 2) Interiorização do ensino universitário ocasionando

agrícola. Segundo Luporini (2008) até o ano de 1960 a hegemonia política no Paraná estava sob comando de dois grupos: um formado pelos tradicionais proprietários de terras e outro por representantes da burguesia-comercial. Desde os tempos da Província, o segundo grupo só toma para si a direção do processo a partir da República. Essa alternância no poder político se manterá até 1964 (Governo Ney Braga: 1962-1964). De 1965 até 1968, Paulo Pimentel – representante da frente nortista – assumiu o governo do Paraná, início este da ditadura militar no Brasil.

⁵⁷ Historicamente, no seu aspecto macro, a Igreja Católica buscou recursos do Estado para financiar a iniciativa privada (escolas confessionais). O debate que precedeu a LDBEN nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 é um bom exemplo.

no final dos anos 60 a criação de três universidades estaduais: Ponta Grossa - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), de Londrina - Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Maringá - Universidade Estadual de Maringá (UEM) e; 3) A partir de 1975, com a expansão de IES municipais (SHEEN, 1986).

Inserem-se, portanto, nesse cenário, as IES no Município de Palmas. Até a criação das IES, a elite procurava a formação em nível superior em cidades como Curitiba-PR, Florianópolis-SC e Ijuí-RS. Todavia estas instituições, em Palmas, além de atenderem uma parte da elite, pois a maioria ainda se deslocava para outras cidades devido aos cursos que procuravam, as instituições atendiam à formação/qualificação de mão-de-obra da classe trabalhadora para uma futura inserção no mercado de trabalho, com cursos de licenciaturas, na área contábil e administrativa (empresarial e rural).

A totalidade de acontecimentos influenciou e conduziu o processo. As demandas locais e regionais e as mobilizações sociais, tendo a Igreja Católica como condutora, foram preponderantes para que a educação em nível superior fosse implantada. Entretanto os aspectos macro também contribuíram para que isso fosse possível. No contexto nacional, a educação nas décadas de 1960 e 1970 passou a ter vínculo rigoroso com o mercado de trabalho, visava a formar “capital humano” na perspectiva de acelerar o processo de desenvolvimento econômico no país. Portanto consideramos que o surgimento destas instituições está atrelado à instalação do Estado militar no Brasil em 1964 e o projeto socioeconômico que se queria para este país. Projeto este influenciado pelo governo estadunidense com vistas a expandir a lógica do capital. O Estado brasileiro envolvido diretamente na organização da produção capitalista transferiu grandes somas de recursos ao capital privado. Estado cuja função de “domínio” se sobrepõe à função de “direção” (GERMANO, 1994).

Portanto, a criação do ensino superior em Palmas acompanhou a significativa expansão do ensino superior no Brasil e no Estado do Paraná. Momento em que o Estado visava, em consonância com os requerimentos do capital internacional, a modernizar o país, começando pelo sistema educacional. Buscou-se na educação a aliança necessária para o desenvolvimento econômico e social.

No início da década de 1990, houve uma tentativa, via governo estadual,

de se criar a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu (UNIVALE), com sede na cidade de Palmas, reunindo a FAFI, Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória (FACE) de União da Vitória, a FAFI e FACEPAL de Palmas, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (FUNESP) de Pato Branco e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), de Francisco Beltrão. Pela Lei nº. 9.484 de 17 de dezembro de 1990 a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se institui a UNIVALE (LIMA, 1997).

Segundo Cunha (2007, p. 813), nos anos 1980, “[...] a transição para a democracia levou a uma inflexão na política de subsídios indiscriminados às instituições privadas de ensino”. Portanto, a tentativa de estadualização das faculdades de Palmas, entre outras, pode ser entendida neste contexto.

O Governo do Estado, no Decreto nº. 6.664 de 29 de março de 1990, designou uma comissão (composta pelos diretores das instituições envolvidas, representante da Associação dos Municípios Sul Paranaense (AMSULPAR), e da AMSOP, presidentes das fundações ou mantenedoras das faculdades envolvidas, representante do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e representante estudantil) para coordenar as atividades de planejamento e estruturação do projeto e a implantação da UNIVALE. Após estudo⁵⁸ e planejamento, realizado pelos membros da comissão, foi apresentado ao Governo do Estado um relatório com a comprovação documentada de todos os trabalhos desenvolvidos. Como último ato do Governo Álvaro Dias, o estatuto da “nova” universidade foi assinado às dezoito horas do último dia de seu mandato. Mais um exemplo de política do espetáculo. Vale ressaltar que o CPEA “[...] foi a primeira entidade a fazer a *doação do patrimônio* de suas faculdades, ao Governo do Estado do Paraná, na tentativa de agilizar o processo de constituição de uma universidade forte e madura voltada aos reais interesses da comunidade regional” (LIMA, 1997, p. 15, *grifos nossos*), conforme Matrícula nº. 6.864, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas, datada em 11 de junho de 1991. Neste sentido, segundo a Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA, de 23 de

⁵⁸ Levando em consideração a realidade de cada faculdade e suas respectivas regiões, o estudo tratou da “[...] qualificação docente, do patrimônio, do plano de carreira dos professores, do plano de cargos para o pessoal técnico-administrativo, do estabelecimento de sistemas comuns para o controle acadêmico, patrimonial, movimentação financeira e biblioteca; da revisão curricular; da adequação de cursos à realidade regional, e da elaboração do projeto de estatuto e regimento geral” (LIMA, 1997, p. 15).

março de 1991, mesmo com a implantação da UNIVALE, o CPEA continuaria existindo, mas atuando em outros setores que não o terceiro grau.

Lima (06 abr. 2015), se referindo ao patrimônio doado ao Estado do Paraná destaca que “[...] se o Estado não implantasse a Universidade, este patrimônio voltaria ao CPEA. De um lado, os alunos queriam o ensino gratuito. De outro, Dom Agostinho, se antecipou e fez a doação. Na verdade, foi uma jogada política muito grande”.

Mesmo não tendo acesso aos dados que, de fato, apresentem os reais motivos para a doação da estrutura ao Estado do Paraná, se efetivando assim, a criação e implantação da UNIVALE, com sede em Palmas, é importante destacar, com base na Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA de 31 de março de 1990, que as Faculdades de Palmas e o CPEA enfrentavam problemas financeiros, mesmo minimamente. Dom Agostinho afirmou, na ocasião, que tais problemas advêm e poderão ser ampliados, ainda mais, em consequência dos compromissos com a construção do *campus*. No entanto, possíveis conclusões a despeito desta questão demandam novas investigações.

As discussões para a criação da UNIVALE estavam bem avançadas, porém, com a mudança no governo estadual as discussões perderam força. Roberto Requião (1991-1994) adota o discurso da falta de recursos o que torna um fator favorável para o não investimento em educação superior pública estadual, no caso, a criação da UNIVALE. De acordo com Lima (1997, p. 16) “[...] o Estado do Paraná não dispunha de recursos suficientes para absorver mais gastos com o ensino superior e que mais uma universidade, englobando seis faculdades, era totalmente inviável”. A autora enfatiza que a estratégia adotada pelo Governo foi de, via Lei nº. 9.663/91, transformar em autarquias todas as fundações estaduais, permitindo assim ao governo maior controle orçamentário bem como a revisão dos atos constitutivos dessas fundações. A partir de inúmeras audiências, a Comissão de Implantação da UNIVALE propõe, em 10 de setembro de 1991, ao Governo Estadual, um Termo de Cooperação Financeira, visando a subsidiar as IES que estavam envolvidas no processo de estadualização. No final do ano de 1993, o Governo assina um convênio de Amparo Técnico e Financeiro para as Faculdades de Palmas e Francisco Beltrão, uma vez que a Faculdade de União da Vitória já estava estatizada e a de Pato

Branco com o processo bem adiantado de federalização. Segundo o Lima (06 abr. 2015),

Nós, na época, já tínhamos uma desconfiança, quase uma certeza de que o Requião não faria uma universidade, porque, ele chegou a dizer que “se eu não prometi isso num palanque, porque eu vou absorver todas essas faculdades”. Uma universidade que começaria com um gasto enorme. A situação foi a seguinte: “Requião, você não implanta a universidade, o que você dá em troca?” “Eu subsidio”. Aí é que surgiu o subsídio. Este amparo técnico resultou, em subsídios para descontos nas mensalidades, financiamento de projetos de pesquisa, investimentos em laboratórios e no acervo bibliográfico.

Nesta ação do Estado, percebe-se que, a questão do repasse de verbas públicas à instituições privadas “[...] continua envolta da penumbra de ambiguidade que sempre obscurece a política de utilização dos recursos financeiros de origem pública no custeio da educação” (SEVERINO, 2005, p. 39).

Por sua vez, o processo de não implantação desta Universidade pública deve ser entendido nos aspectos históricos que estavam em pauta na década de 1990. Período em que houve a legitimação da política neoliberal no Brasil, enfatizada pelos organismos multilaterais, assumida também pelo Estado do Paraná, que estimula e reforça todo um processo de privatização das demandas sociais. Este cenário mais amplo também sinaliza para a parceria público/privado em que se estabeleceu no não investimento em ensino superior público e na aplicação de recursos financeiros na iniciativa privada. A efetivação de tais ações por parte do Governo não o descaracteriza de um Estado mínimo, para as políticas públicas sociais e, máximo, para o capital.

A partir dos anos 1990, a Igreja Católica no intuito de garantir verbas públicas e de demarcar seu espaço no processo de competição com outros grupos de caráter assumidamente privatistas, se manifesta por meio de documentos demonstrando o quanto está atenta à nova conjuntura histórica. Segundo Sant’Ana (2002, p. 231-232),

[...] a Igreja desempenhará um importante papel na formação de um tipo de liderança que, no seu entendimento, apta a articular ciência e fé, trabalhe na construção de uma sociedade totalmente de acordo com o paradigma neoliberal, para o qual a participação social encaminha-se, não para a contestação e para o conflito e, sim, neste mesmo receituário, para a fraternidade.

Num destes documentos, o *Jornal das Universidades Comunitárias* (1997, n.º. 01), a Igreja enfatiza que as IES comunitárias embora não-estatais, são também “públicas”, pois prestam um serviço público de interesse coletivo.

Instituições públicas não estatais, as Universidades Comunitárias têm como traço comum a prestação de serviço público, de interesse coletivo, sem fins lucrativos. Num país como o Brasil – em que o público sempre foi sinônimo de estatal – evocar esta diferenciação causa espanto. [...] se o governo tem como meta uma educação de qualidade, que atinja a totalidade da população, precisa reconhecer a incapacidade de atingir sozinho este objetivo (*apud* SANT’ANA¹, 2002, p. 231).

Mesmo com o apoio técnico e financeiro do Estado pelo qual se destinaram recursos para subsídios de mensalidades de alunos e para a compra de equipamentos, os dirigentes das Faculdades de Palmas não estavam tão otimistas com a continuação desta parceria nos governos futuros. Na busca de alternativas mais consistentes, solicitam a implantação de novos cursos, bem como, na data de 04 de outubro de 1993, protocolam em Brasília um processo objetivando a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná. Após tramitar pelos órgãos responsáveis, o processo foi arquivado devido ao fechamento do Conselho Federal de Educação (LIMA, 1997).

A LDB de 1996, com a priorização dos investimentos estatais no ensino fundamental ampliou, por outro lado, o caráter privatista das políticas educacionais por abrir mais os espaços dos segmentos médio e superior para os parceiros privados do Estado. Entre os setores, está o sistema escolar controlado pela Igreja (SENRA, 2008).

A partir de então, houve um aumento significativo de alunos matriculados na instituição de Palmas chegando a somar aproximadamente cinco mil alunos entre graduação e pós-graduação (*lato sensu*) o que, provavelmente, deve ter tido um aumento considerável nas receitas do CPEA.

No bojo das políticas neoliberais, a Igreja busca adequar-se às políticas educacionais, apresentando-se como um executor confiável. Diante do novo cenário político e das novas exigências tecnológicas e produtivas, ela toma como base para sua reivindicação a experiência e a importância de sua atuação na história educacional brasileira, destacando, além do caráter ético do ensino por ela ministrado, a qualidade de seus serviços educacionais. A Igreja destaca também a desvinculação das preocupações com o lucro, distinguindo-se, neste sentido, do ensino oferecido pelas escolas particulares laicas (SENRA, 2008).

Confundindo ainda mais a relação entre o que é de caráter público e o que é de caráter privado, a Igreja, e sua atuação em Palmas, também pode ser entendida nesta perspectiva, se coloca como prestadora de serviços públicos embora não-estatais.

Embora os interesses particulares sejam privados, opostos ao interesse público, apresentam-se como devotados ao atendimento do público, assentando-se na concepção de que os projetos privados têm um interesse público, tem um sentido social. E tal direcionamento argumentativo estrutura tanto os interesses privado preocupados com o empresariamento das instituições escolares quanto com os interesses privados, de natureza confessional, que concebem a educação escolar como uma instância de irradiação de evangelização (ARAÚJO, 2005).

Na Ata da Assembleia Extraordinária do CPEA do dia 01 de julho de 1998 foi aprovada a criação do Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (CEUDS) integrando a FAFI, mantida pelo CPEA, e a FACEPAL, mantida pela Prefeitura e administrada pelo CPEA, com processo tramitando para a transferência de mantenedora da Prefeitura para o CPEA.

No dia 23 de junho de 2000, houve a transferência da Mantenedora da FACEPAL, da Municipalidade para o CPEA sob a Portaria nº. 889, publicada do DOU nº. 122-E de 27 de junho de 2000. Em 2001, por meio da Portaria 285 de 15 de fevereiro de 2001 (publicada no DOU nº. 35-E de 19 de fevereiro de 2001) houve a junção da FAFI e da FACEPAL, surgindo as Faculdades Integradas de Palmas. Em 23 de outubro de 2002, sob a Portaria nº. 2.993, publicada no DOU nº. 207 de 24 de outubro de 2002, passou a denominar Faculdades Integradas Católicas de Palmas (FACIPAL).

Essa mesma instituição, em 17 de maio de 2004, sob a Portaria nº. 1.274 (DOU nº. 94 de 18 de maio de 2004) foi transformada em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, mudando sua denominação em 2008 para UNICS (Portaria MEC/Secretaria de Educação Superior (SESu) nº. 502 de 14 de julho de 2008; DOU de 15 de julho do mesmo ano). Por conta da criação do Centro Universitário, Dom Agostinho afirmou, segundo consta na Ata da Assembleia Geral Extraordinária do CPEA, do dia 16 de dezembro de 2004, que “[...] a caminhada não está acabada. Tem-se muito a realizar para que se faça a Universidade Católica do Sudoeste do Paraná”.

Segundo Cunha (1997), com o Estatuto de 1931 (Decreto n. 19.851), a instituição idealizada para o ensino superior brasileiro tem sido a universidade, caracterizada essencialmente pela universalidade de campo. Quando o espaço do ensino superior fosse totalmente ocupado pelas universidades, as instituições de segunda classe, embora majoritárias, as faculdades isoladas, tenderiam a desaparecer. Com o desenvolvimento da pós-graduação nas universidades federais e nas universidades paulistas, na década de 1970, a investigação científico-tecnológica passou a ser a característica co-essencial da instituição universitária. Posteriormente, a LDB de 1996 previu a possibilidade da universidade especializada por campo do saber como, também, “[...] a possibilidade da atribuição da autonomia a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público” (CUNHA, 1997, p. 42).

Com base nesta LDB, em 1997 é criado o Decreto nº. 2.207⁵⁹, dando um formato peculiar ao sistema federal de ensino superior. Quanto à organização acadêmica, as instituições podem, a partir deste momento, adotar cinco formatos diferentes: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores. A grande novidade é o aparecimento dos centros universitários que se caracterizam pela excelência do ensino produzido ocupando o lugar da universidade de ensino, definido por oposição à universidade de pesquisa (CUNHA, 1997).

⁵⁹ Este Decreto foi revogado em 19 de agosto de 1997 pelo Decreto nº. 2.306, com alteração no Decreto nº. 3.860 de 09 de julho de 2001 (NEVES, 2002) e, revogado pelo Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006.

No quadro 02, cita-se a trajetória dos cursos de graduação que foram sendo implantados no UNICS no decorrer de sua história.

Quadro 02: Cursos de Graduação. Ano/Semestre: Início e Término.

CURSOS DE GRADUAÇÃO	IES	ANO/SEMESTRE	
		INÍCIO	TÉRMINO
Letras Português–Francês e respectivas Literaturas	FAFI	1969/1	1979/2
Filosofia	FAFI	1969/1	2004/2
Pedagogia Licenciatura <i>Habilitação:</i> Magistério das matérias pedagógicas do segundo grau (1969/1 a 1996/1) e, - Administração escolar para exercício nas escolas de 1 e 2 graus (1975/1 a 2002/2) - Orientação educacional (1975/1 a 2005/2) - Supervisão escolar para exercício nas escolas de 1 e 2 graus (1979/1 a 2003/2) Em 1996 com a nova LDBEN o curso de Pedagogia mudou. <i>Habilitando:</i> Magistério das matérias pedagógicas do ensino Fundamental e Médio (1996) e, <i>Habilitação:</i> Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental (1997/1 a 2004/2).	FAFI	1969/1	
Letras - Habilitação: Português-Inglês e respectivas Literaturas	FAFI	1975/1	
Letras - Habilitação: Português e Literaturas da Língua Portuguesa	FAFI	1979/1	2006/1
Administração	FACEPAL	1980/2	
Ciências Contábeis	FACEPAL	1980/2	
Ciências Econômicas – bacharelado	FACEPAL	1980/2	2004/2
Educação Física: Licenciatura	FACEPAL	1983/1	
Tecnologia - Modalidade Administração Rural	FACEPAL	1983/1	2008/2
Ciências: Matemática, Química e Biologia Em 2003/1 mudou as habilitações e os cursos ficaram separados em Matemática, Química e Ciências Biológicas, ambos Licenciatura.	FACEPAL	1985/1	
Análise de Sistemas Em 2001 este curso mudou para Sistemas de Informação	FACEPAL	1996/2	
História	FAFI	1996/1	2007/2
Física – Licenciatura	FACEPAL	1998/1	2007/2
Secretariado Executivo Bilíngue	FAFI	1998/2	2007/2
Letras - Habilitação: Português-Espanhol e respectivas Literaturas	FAFI	1999/1	
Ciências Políticas e Sociais – bacharelado	FAFI	1999/1	2004/2
Direito	UNICS	2004/2	

Farmácia	UNICS	2004/2	
Enfermagem	UNICS	2005/1	
Educação Física: Bacharelado	UNICS	2006/1	
Tecnologia Agroflorestal	UNICS	2006/1	2009/1
Engenharia Civil	UNICS	2008/1	
Engenharia Agrônômica*	UNICS	2009/1	
Artes visuais*	UNICS	2009/1	

Fonte: Pesquisa Leandro Turmena.

*Estes cursos foram oferecidos pela primeira vez no vestibular de 2008.

O quadro apresenta um cenário de aberturas e fechamentos de cursos na história da instituição estudada. Alguns cursos foram fechados devido à falta de demanda suficiente para garantir uma receita satisfatória para sua manutenção. Outros foram sendo implantados devido à demanda e, como forma de atrair, pela diversidade de cursos ofertados, mais acadêmicos, estabelecendo assim, uma receita positiva que garantisse a sobrevivência desta IES.

Importante enfatizar que esta instituição ofereceu, no decorrer de sua história, diversos cursos de Pós-Graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) em nível de Especialização que eram ofertados pela própria instituição e, alguns cursos de Mestrado que se desenvolveram em três programas distintos: 1) o primeiro, em Educação, foi oferecido no ano de 1994 em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que emitia os diplomas, contando com 30 alunos; 2) em 1998 a instituição ofereceu dois programas: a) em Educação contando com três terminalidades – Formação de professores, Educação Física e Saúde e Educação Matemática; b) em Ciências Empresariais, com duas terminalidades – Contabilidade, Economia e Recursos Humanos. No total, estes programas contabilizaram 223 alunos, porém, o maior empecilho foi o reconhecimento pelo MEC que ocorreu apenas em 2006 sendo, os diplomas, emitidos pelo UNICS; 3) o último programa, em Educação, se desenvolveu em 2008 em convênio com a PUC-PR, que emitiu os diplomas, contando com 30 alunos. De acordo com Lima (06 abr. 2015) os dois primeiros programas de mestrado renderam muito dinheiro à Instituição, pois os alunos pagavam as mensalidades, que não eram valores baixos, à FAFI/FACEPAL que, por sua vez, pagava os professores. Já no terceiro, quase todo o valor arrecadado com as mensalidades era repassado à PUC-PR.

Embora a instituição tivesse uma envergadura considerável, em relação ao número de alunos de graduação e pós-graduação, Lima (1997) já sinalizava alguns aspectos da situação em que se encontravam as Faculdades de Palmas em relação à sociedade local e regional: 1) esta instituição precisava estar mais voltada para as demandas sociais, com os movimentos sociais, os trabalhadores e excluídos; 2) embora, sua sobrevivência dependia das receitas oriundas das mensalidades dos acadêmicos, a Instituição procurou, historicamente, criar e ampliar os recursos necessários, no intuito de conquistar espaço maior no âmbito das universidades e; 3) era, portanto, preciso, além do apoio de outros parceiros, uma reestruturação organizacional e administrativa para a definição de metas e diretrizes político-pedagógicas visando a um desenvolvimento regional arrojado, levando em consideração, a vocação regional.

Uma das questões a destacar é a preocupação da autora às ações desta Instituição em relação às demandas sociais, à conquista de espaço no âmbito das IES da região e o enfoque atribuído à questão de que a sua sobrevivência dependia das receitas oriundas das mensalidades dos acadêmicos, o que demanda uma reorganização administrativa.

Historicamente, percebe-se que esta IES enfrentou momentos de crise financeira o que ocasionou momentos nebulosos em relação ao seu futuro, colocando em xeque a manutenção de suas atividades.

3.2 CRISE FINANCEIRA DO UNICS

A pesquisa que realizamos no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa⁶⁰, atentou para o fato de que as instituições privadas de ensino superior da região Sudoeste do Paraná estavam passando por momentos de dificuldades financeiras, pois houve

⁶⁰ TURMENA, Leandro. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital**: a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2009.

significativa diminuição de alunos e, conseqüentemente, queda nas receitas. Tais dificuldades foram entendidas como “crises que demandam novas investigações”.

Estava ocorrendo uma significativa redução de alunos nas instituições privadas da região. Muitas das vagas ofertadas nos vestibulares não eram preenchidas. Como exemplo, foram observados e apresentados os dados do UNICS em relação ao número de vagas ofertadas no vestibular de 2008 e as vagas preenchidas por curso, e o número de ingressantes em 2009. Dos 16 cursos ofertados, apenas 11 cursos abriram turma, e das 950 vagas ofertadas, foram preenchidas somente 390 vagas, conforme segue na tabela 12.

Tabela 12: Cursos, vagas ofertadas e matriculados no UNICS.

CURSO	VAGAS OFERTADAS	MATRICULADOS
Administração	75	33
Agronomia	60	38
Artes visuais	60	50
Ciências Biológicas	50	-
Ciências Contábeis	75	27
Direito	60	47
Educação Física	60	32
Enfermagem	60	31
Engenharia Civil	60	54
Farmácia	60	25
Letras	60	-
Matemática	50	-
Pedagogia	60	-
Química	50	27
Sistemas de Informação	50	26
Tecnologia em Produção Multimídia: Rádio e TV	60	-

Fonte: Pesquisa - Leandro Turmena.

Destacam-se alguns fatores que poderiam ter contribuído para a respectiva crise: 1) o grande número de egressos do ensino superior a partir da década de 1990, que viam neste nível de ensino um meio para a melhoria da vida, contudo, o mercado não absorveu tantos profissionais formados; 2) o aumento do número de IES privadas, gerando uma grande concorrência; 3) a sobreposição de cursos nas instituições; 4) a formação para *o trabalho complexo* não é, muitas vezes, encarada por uma parcela dos egressos do ensino médio, por exemplo, como

condição de melhoria salarial ou ainda, de vida, principalmente nos cursos em que há um excedente de força de trabalho; 5) baixos salários em algumas áreas de atuação profissional, devido também ao exército de reserva; 6) condições financeiras para pagamento de mensalidades; 7) o aumento de Universidades públicas na região; 8) o número de profissionais formados na região e; 9) o cenário instável e inseguro ocasionou, de certa forma, o medo de se estudar para o (des)emprego.

Cabe aqui uma questão: como se produziu a crise do UNICS? Serão pontuados a seguir os motivos elencados pelo CPEA, com o objetivo de entender a crise que desencadeou na extinção do UNICS. Esta análise tem por base o estudo, realizado em 2009, pela equipe de gestão do CPEA denominado “Plano de Desenvolvimento do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS (2009 a 2019)”, que objetivou entender os desafios colocados para o desenvolvimento futuro desta IES, bem como, avaliar suas reais condições e projetar seu futuro.

O estudo é dividido em três partes: 1) análise da realidade externa; 2) análise da realidade interna, e 3) projeção – Plano de ação (2009-2019). Primeiramente, buscou-se compreender a realidade externa do UNICS, apontando as condições locais e regionais nos seus aspectos econômicos, políticos e educacionais. O objetivo do documento foi visualizar a realidade do ensino superior (público e privado) da região de sua abrangência, as projeções de desenvolvimento econômico regional, o IDH, o desenvolvimento demográfico e do ensino médio para os próximos anos na região. Num segundo momento foi avaliada a condição (ano de 2009) do UNICS no intuito de projetar a real necessidade de alunos para a manutenção e desenvolvimento da instituição. Nesse sentido foi analisada a estrutura administrativa e pedagógica da IES, considerando a realidade de cada curso (número de alunos, custos de cada curso, contribuição financeira dos cursos para a manutenção da instituição) e os itens que comprometem o desenvolvimento de cada curso (concorrência, evasão, custo com professores, custos com laboratório). Por fim, buscou-se desenvolver a partir das análises externa e interna, um programa de desenvolvimento visando à sustentabilidade da Instituição.

O documento divide a região de abrangência do UNICS, pelas cidades de seu entorno, em dois grupos: a) cidades de abrangência direta: Palmas-PR, Mangueirinha-PR, Clevelândia-PR, Coronel Domingos Soares-PR e Abelardo Luz-SC; b) cidades de abrangência indireta: Pato Branco-PR, Mariópolis-PR, Passos Maia-SC, Xanxerê-SC, Santo Domingos-SC, Galvão-SC, Ipuacu-SC.

Em relação à realidade externa, a figura 13 sinaliza para o número de IES, entre outras, com as quais o UNICS concorre. Segundo o documento do CPEA (2009a), ao todo são 21 instituições sendo que destas, 19 estavam em funcionamento e 02 estavam em processo de abertura: UFFS e União de Ensino do Sudoeste do Paraná (UNISEP), *campus* Francisco Beltrão.

Figura 13: Dados gerais do ensino superior – Instituição, caráter, vagas, média das mensalidades, mensalidades mais baixas e mensalidades mais altas.

DADOS GERAIS ENSINO SUPERIOR							
INSTITUIÇÃO	Caráter	Vagas	Média Mens		Men + Baixa	Men+ Alta	
UNIOSTE - Fco Beltrão	Publica	345					
UTFPR - Dois Vizinhos	Publica	194					
UTFPR - Pato Branco	Publica	334					
Uni Federal da Fronteira Sul	Publica	550					
FESC - Clevelândia	Semi - Publica	160	R\$	303,00	R\$	270,00	R\$ 370,00
UNILAGOS - Mangueirinha	Semi - Publica	200	R\$	387,75	R\$	299,00	R\$ 389,00
UNICS - Palmas	Comunitaria	842	R\$	502,09	R\$	349,30	R\$ 784,97
VIZIVALI - Dois Vizinhos	Comunitaria	370	R\$	354,33	R\$	307,78	R\$ 440,00
FAF - Barracão	Comunitaria	300	R\$	355,34	R\$	319,02	R\$ 391,27
UNOCHAPECÓ - Chapecó	Comunitaria	2175	R\$	600,35	R\$	309,16	R\$ 1.940,21
UNOESC - Xanxerê	Comunitaria	1030	R\$	565,89	R\$	420,00	R\$ 1.070,00
FADED - Pato Branco	Privada	735	R\$	621,39	R\$	369,79	R\$ 899,81
Mater Dei - Pato Branco	Privada	860	R\$	541,62	R\$	361,00	R\$ 946,90
UNISEP - Dois Vizinhos	Privada	600	R\$	636,33	R\$	432,90	R\$ 1.364,40
UNISEP - Fco Beltrão	Privada	???					
UNIPAR - Fco Beltrão	Privada	940	R\$	473,17	R\$	323,00	R\$ 600,00
CESREAL - Realeza	Privada	230	R\$	380,00	R\$	380,00	R\$ 380,00
FAMPER - Ampere	Privada	250	R\$	353,90	R\$	304,00	R\$ 399,50
CELER - Xaxim	Privada	620	R\$	330,47	R\$	165,00	R\$ 468,00
CELER - Chapecó	Privada	400	R\$	421,29	R\$	285,00	R\$ 495,00
UNIGUAÇU - União da Vitória	Privada	1130	R\$	513,74	R\$	345,69	R\$ 757,53
Total	21	12265	R\$	458,79	R\$	327,54	R\$ 731,04

Fonte: CPEA (2009a).

Segundo o CPEA (2009a), o número de vagas ofertadas, que perfaz 12.265, é elevado, se comparado ao número de alunos que se formam no ensino médio anualmente na região. Isto acarreta algumas consequências: a) acirramento da concorrência e disputa por alunos; b) tendência geral: baixar preços das mensalidades para atrair alunos; c) ampliação de campanhas publicitárias e de marketing; d) as IES que não tiverem recursos ao baratarem as

mensalidades não terão como investir em infraestrutura e, conseqüentemente, irão desqualificar o ensino; e) instituições serão fechadas nos próximos anos.

A região Sudoeste do Paraná, acompanhando o cenário nacional e estadual, teve uma expansão acentuada de IES, em maior escala por meio do setor privado, a partir dos anos 1990. De 1999 a 2008 são criadas 18 instituições na região. De acordo com Turmena (2009) a região possui 05 Universidades, 01 Centro Universitário e 12 Faculdades. Com relação às Universidades, 01 é particular em sentido estrito, Universidade Paranaense (UNIPAR), em Francisco Beltrão), 02 estaduais: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Chopinzinho, e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Francisco Beltrão) e, 02 são federais: UTFPR, Pato Branco, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão; e UFFS em Realeza. O UNICS, em Palmas, é confessional e comunitário. Com relação às faculdades, 08 são particulares em sentido estrito: Faculdade de Pato Branco (FADEP) e Mater Dei, Pato Branco; Centro Sulamericano de Ensino Superior (CESUL) e UNISEP, Francisco Beltrão; UNISEP, Dois Vizinhos; Palas Atenas, Chopinzinho; Faculdade do Iguaçu, Capanema; Centro de Ensino Superior de Realeza (CESREAL), Realeza; e Faculdade de Ampère (FAMPER), em Ampère; 02 são confessionais e comunitárias Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI), Dois Vizinhos, e Faculdade da Fronteira (FAF), em Barracão; e 02 são comunitárias: Unilagos, Mangueirinha e Fundação de Ensino Superior de Clevelândia (FESC) em Clevelândia. Nestes dados não foram contabilizadas as instituições que ofertam ensino superior não-presencial, ou seja, na modalidade Educação a Distância (EaD).

Na relação público-privado, o Estado buscou atender às demandas sociais por ensino superior, por meio das vagas privadas. A contradição, portanto, não se dá pela ausência do Estado em promover educação pública superior e, sim, pela sua presença no atendimento das demandas da iniciativa privada na medida em que, assumindo característica gestora, legislou e financiou a educação superior segundo as necessidades do privado. Com o aval do Estado, houve uma aceleração na expansão do ensino superior, de forma eloquente no número de instituições privadas e no número do alunado abrangido pelo setor.

A criação de instituições públicas e, na sua maioria, privadas, tornou possível um aumento significativo na oferta de vagas, conforme já demonstrado neste estudo. Estes aspectos também contribuíam para a crise enfrentada pelo UNICS que teve o agravante de estar geograficamente distante da região central do Sudoeste.

Neste contexto expansionista, o CPEA e UNICS também ampliaram a oferta de vagas de ensino superior no Sudoeste do Paraná com a implantação da VIZIVALI no ano de 1999, e da FAF em 2001. De acordo com Lima (06 abr. 2015), “Houve uma expansão do UNICS. Por ele estar consolidado, achou que era o momento de expandir fora da sede. Os recursos saíram do UNICS”. Ainda segundo a entrevistada, “Houve, a partir de 1990, uma expansão desenfreada do ensino superior privado. Lembro que o Paulo Renato, que era o Ministro da época, tinha a seguinte convicção, de que o mercado iria regular estas instituições. E na verdade, sabemos que não é bem assim”. Em entrevista concedida no dia 01 de abril de 2015, Renata Vascolcellos Basso Fonseca⁶¹, em relação à expansão das ações do CPEA e UNICS, destaca que “Vinha ao encontro, com a criação da FAF e VIZIVALI, a um desejo do Bispo Diocesano Dom Agostinho de criação de uma Universidade do Sudoeste”.

O que o ex-ministro da educação Paulo Renato Souza do governo FHC tinha razão é que iriam sobreviver as IES mais fortes, nesta lógica, as estritamente mercadológicas. Por outro lado, em relação à expansão do ensino superior privado no Brasil, o mercado mostrou-se ineficaz ao processo de regulação das IES. O Estado interveio e, em 2004, é instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que estava previsto no Art. 9º, VI, VIII e IX da LDBEN 9.394 de 1996. O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes⁶², com o objetivo de avaliar todos os aspectos que giram em torno de

⁶¹ No período de “federalização” do UNICS exercia a função de Vice-Presidente do CPEA (a partir de maio/2008 - até outubro/2011), passando a exercer a função de Diretora Geral do CPEA, a qual exerce até o momento.

⁶² A avaliação dos cursos já havia sido implantada no período de 1996 a 2003 como o Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão), aplicado aos formandos, que tinha como objetivo avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem. Hoje este processo de avaliação é chamado de Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que tem objetivo de conferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

três eixos: o ensino, a pesquisa e a extensão; a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. O artigo 1º, inciso um, desta Lei, traz a finalidade deste órgão.

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Se por um lado o Estado normatizou a expansão do ensino superior - o que o mercado (sozinho) não é capaz de regular - por outro, implantou um processo avaliativo como freio regulatório para tal expansão, e também como forma de controle no processo de diferenciação qualitativamente técnica das instituições.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, no dia 07 de abril de 2015, Ivânia Marini Piton⁶³ afirma que

As políticas neoliberais, com Paulo Renato, geraram a expansão do particular. Aí no Governo Lula continua a expansão do particular, mas também, de forma expressiva a expansão do público. Aí nós ficamos no meio dessas duas expansões sem contar que nós tínhamos uma história de tentativa de tornar público pela própria forma com que esta Instituição foi construída. Pelo caráter comunitário que o UNICS tinha, sempre houve um empoderamento da comunidade, do público sobre o Centro Universitário.

De fato, A LDBEN de 1996 estabelece critérios mais flexíveis para a abertura de entidades educacionais, públicas e privadas. Se nas legislações passadas a educação privada era uma concessão do Estado, com a Constituição de 1988, a noção de coexistência institucional (Art. 206, III) deslocou a categoria concessão para a de autorização e avaliação de qualidade (Art. 209). A avaliação,

⁶³ Exerceu a função de reitora do UNICS no período de 2008 a 2009 e atualmente é professora do IFPR- *campus* Palmas.

neste contexto, é uma espécie de “exame de saída” das instituições, conforme o Art. 9º da LDB (CURY, 2005).

Uma das preocupações, elencadas pelo documento do CPEA (2009a), em relação ao UNICS, é a expansão das IES públicas e privadas na região. Diante desse contexto, segundo o documento, o planejamento futuro do UNICS deveria levar em conta que muitos cursos iriam saturar no mercado, exemplo: Administração, Contábeis, Farmácia, Enfermagem, Agronomia, Direito etc. Portanto, estes cursos teriam que ter seu fechamento planejado no intuito de evitar investimentos desnecessários e prejuízos financeiros. Podemos observar, na figura 14, o cenário de cursos e vagas nas instituições elencadas na tabela 12.

Figura 14: Cursos, IES e vagas na região de abrangência do UNICS.

CURSOS	IES	VAGAS
Administração	14	1.050
Direito	9	700
Pedagogia	9	505
Ciências Contábeis	8	540
Sistemas de Informação	6	390
Agronomia	5	340
Artes Visuais	5	250
Educação Física – (Licenciatura)	5	377
Geografia	5	225
Serviço Social	5	270
Ciências Biológicas	4	180
Enfermagem	4	320
Farmácia	4	290
Fisioterapia	4	260
História	4	210
Matemática	4	180
Nutrição	4	215
Arquitetura e Urbanismo	3	235
Educação Física – (Bacharelado)	3	185
Letras Português/Espanhol	3	135
Letras Português/Inglês	3	169
Medicina Veterinária	3	195
Tecnologia em Sistemas para Informática	3	140
Administração - Habilitação Gestão de Negócios	2	100
Administração com Ênfase em Agronegócios	2	110
Biomedicina	2	140
Ciência da Computação	2	90
Ciências Econômicas	2	100
Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo	2	105
Comunicação Social em Publicidade e Propaganda	2	150

Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais	2	90
Design de Moda	2	130
Engenharia Civil	2	110
Filosofia	2	90
Letras Português	2	90
Psicologia	2	100
Química	2	80
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2	90
Tecnologia Marketing	2	110
Administração em Comércio Exterior	1	50
Administração em Cooperativismo	1	50
Administração em Gestão de saúde	1	50
Administração em Marketing	1	50
Administração em Recursos Humanos	1	50
Administração Pública	1	50
Ciências Biológicas Bacharelado	1	80
Ciências da Religião	1	50
Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda	1	50
Curso Superior de Tecnologia em Estética E Cosmética	1	160
Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia	1	40
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	1	40
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial	1	50
Curso Superior de Tecnologia em Logística	1	40
Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários	1	50
Design Gráfico	1	35
Design Industrial	1	35
Economia Doméstica	1	40
Engenharia Ambiental	1	80
Engenharia Bioenergética	1	40
Engenharia de Alimentos	1	50
Engenharia de Computação	1	44
Engenharia de Produção	1	50
Engenharia de Produção Civil	1	22
Engenharia de Produção Eletromecânica	1	22
Engenharia Florestal	1	50
Engenharia Industrial Elétrica	1	22
Engenharia Química	1	50
Física – (Licenciatura Plena)	1	50
Geografia (Bacharelado)	1	40
Letras Inglês	1	50
Letras Português/Inglês/Espanhol	1	60
Medicina	1	40
Odontologia	1	50
Pedagogia (Complementação)	1	40
Pedagogia para Educação do campo	1	50
Pedagogia: Docência na Educação Básica e Gestão Educacional	1	50
Publicidade e Propaganda	1	50

Química – (Bacharelado em Química Industrial)	1	30
Secretariado Executivo de Gestão	1	50
Sociologia	1	40
Técnico em Agronegócio	1	120
Técnico em Design de Moda	1	60
Técnico em Gestão Ambiental	1	40
Técnico em Produção Publicitária	1	50
Técnico em Sistemas para Internet	1	120
Técnico em Redes de Computadores	1	50
Técnico em Vestuário	1	50
Teologia – (Bacharelado)	1	40
Turismo	1	50
Zootecnia	1	40
	TOTAL	11.616

Fonte: CPEA (2009a).

Tem-se uma diversidade de oferta de cursos bem como sobreposições de cursos em diversas instituições. De acordo com o CPEA (2009a), era preciso planejar a abertura e o fechamento dos cursos. Indicativos numéricos apontavam que as IES privadas atenderiam cada vez mais demandas locais e regionais de curto prazo. Saturadas estas demandas os cursos tendem a não atingirem mais seu ponto de equilíbrio. Se isto proceder, o UNICS teria uma área de abrangência muito limitada, pois se encontrava distante geograficamente de outras cidades.

Outro aspecto elencado no documento é que o planejamento da abertura de cursos teria de ser rigoroso no tocante ao investimento em laboratórios. A abertura de novos cursos teria que levar em consideração o aproveitamento de laboratórios já existentes e a maximização da utilização destes para todos os cursos (CPEA, 2009a).

Segundo o documento (CPEA, 2009a), em relação aos valores das mensalidades, destacava-se que o UNICS possuía um custo médio competitivo em suas mensalidades, se comparado às IES de médio e grande porte. Este valor era de R\$502,09. Existia valores médios mais baixos oriundos de instituições municipais que recebiam apoio de prefeituras, ou então, de instituições menores que possuíam grande número de vagas em cursos de licenciaturas ou técnicos. Fica evidente que o valor médio das mensalidades no UNICS estava de acordo com a média de outras instituições da região. Não havia uma elevação de valor

das mensalidades de forma exorbitante. Estava dentro dos padrões do mercado regional de oferta de educação superior.

Em relação à projeção do número de alunos no Ensino Médio entre os anos de 2009 a 2014, na área de abrangência direta e indireta do UNICS, tem-se os dados na figura 15.

Figura 15: Ensino Médio (público e privado) – período de 2009 a 2014.

Município	2009			2010			2011		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Palmas	347	48	395	335	47	382	348	49	397
Clevelândia	285	0	285	276	0	276	287	0	287
Coronel Domingos Soares	58	0	58	56	0	56	58	0	58
Mangueirinha	199	0	199	192	0	192	199	0	199
Abelardo Luz	153	0	153	155	0	155	159	0	159
Total abrangência direta	1041	48	1090	1013	47	1061	1051	49	1100
Pato Branco	817	176	993	789	171	960	820	178	998
Mariópolis	78	0	78	75	0	75	78	0	78
Passos Maia	37	0	37	37	0	37	39	0	39
São Domingos	99	0	99	100	0	100	103	0	103
Total abrangência indireta	1031	176	1207	1002	171	1173	1040	178	1217
Municípios Sudoeste/PR	5161	218	5378	4991	209	5200	5184	217	5401
Municípios próximos Oeste/SC	2647	430	3077	2682	435	3118	2760	448	3208
Município	2012			2013			2014		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Palmas	349	49	398	343	48	391	347	49	396
Clevelândia	287	0	287	282	0	282	286	0	286
Coronel Domingos Soares	58	0	58	57	0	57	58	0	58
Mangueirinha	200	0	200	196	0	196	199	0	199
Abelardo Luz	158	0	158	156	0	156	155	0	155
Total abrangência direta	1053	49	1102	1034	48	1082	1045	49	1094
Pato Branco	822	178	1000	808	175	982	818	177	995
Mariópolis	78	0	78	77	0	77	78	0	78
Passos Maia	38	0	38	38	0	38	38	0	38
São Domingos	103	0	103	101	0	101	101	0	101
Total abrangência indireta	1042	178	1220	1023	175	1198	1034	177	1211
Municípios Sudoeste/PR	5198	218	5416	5105	214	5319	5171	217	5388
Municípios próximos Oeste/SC	2745	446	3191	2696	438	3134	2692	437	3129

Fonte: CPEA (2009a).

Na figura 16, visualiza-se os números referentes ao cenário de alunos do Ensino Médio no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina nos períodos de 2009 a 2014.

Figura 16: Ensino Médio (Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina) – 2009 a 2014.

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Sudoeste do Paraná						
Ampére	217	209	218	218	214	217
Barracão	126	122	127	127	125	127
Boa Esperança do Iguaçu	34	33	34	34	34	34
Bom Sucesso do Sul	46	44	46	46	45	46
Capanema	245	237	246	247	243	246
Chopinzinho	299	289	300	301	296	299
Clevelândia	285	276	287	287	282	286
Coronel Domingos Soares	58	56	58	58	57	58
Coronel Vivida	295	285	296	297	291	295
Cruzeiro do Iguaçu	53	52	54	54	53	54
Dois Vizinhos	510	493	512	514	504	511
Enéas Marques	90	87	90	90	89	90
Flor da Serra do Sul	64	62	64	64	63	64
Francisco Beltrão	1117	1080	1122	1125	1105	1119
Honório Serpa	98	95	99	99	97	99
Itapejara D' Oeste	128	124	129	129	127	128
Mangueirinha	199	192	199	200	196	199
Mariópolis	78	75	78	78	77	78
Marmeleiro	157	152	158	158	156	158
Nova Esperança do Sudoeste	56	54	56	56	55	56
Nova Prata do Iguaçu	115	111	115	116	114	115
Palmas	395	382	397	398	391	396
Pato Branco	993	960	998	1000	982	995
Perola D'Oeste	76	73	76	76	75	76
Pinhal de São Bento	43	41	43	43	42	43
Planalto	150	145	150	151	148	150
Pranchita	73	71	74	74	72	73
Realeza	197	190	198	198	195	197
Renascença	69	67	69	70	68	69
Salgado Filho	68	65	68	68	67	68
Salto do Lontra	175	169	176	176	173	176
Santa Izabel do Oeste	152	147	153	153	150	152
Santo Antônio do Sudoeste	208	201	209	209	205	208
São João	142	137	142	143	140	142
São Jorge D'Oeste	101	97	101	101	100	101

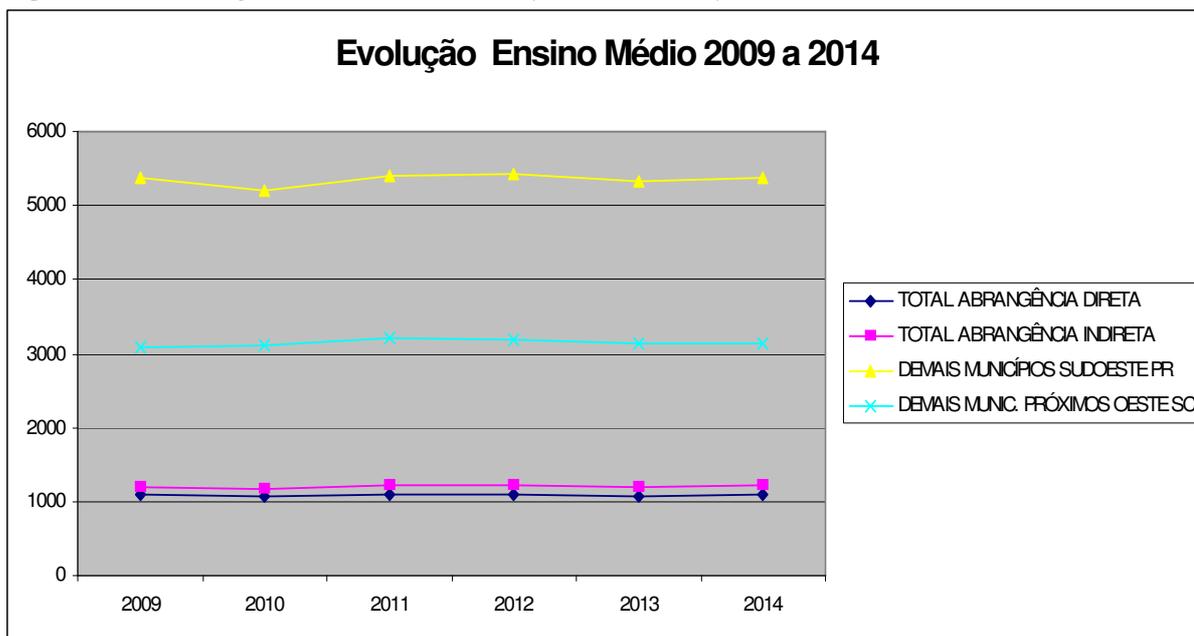
Saudade do Iguaçu	63	61	63	63	62	63
Sulina	44	42	44	44	43	44
Verê	108	104	108	109	107	108
Vitorino	61	59	62	62	61	61
Oeste de Santa Catarina:						
Abelardo Luz	153	155	159	158	156	155
Chapecó	1683	1705	1754	1745	1714	1711
Faxinal dos Guedes	98	100	103	102	100	100
Galvão	46	47	48	48	47	47
Ipuaçu	52	53	55	54	53	53
Jupia	21	21	22	21	21	21
Ouro verde	18	19	19	19	19	19
Passos Maia	37	37	39	38	38	38
Ponte Serrada	101	102	105	105	103	102
São Domingos	99	100	103	103	101	101
São Lourenço Do Oeste	227	230	237	236	231	231
Xanxerê	572	580	597	593	583	582
Xaxim	258	262	269	268	263	263
TOTAL	10752	10551	10927	10928	10733	10822

Fonte: CPEA (2009a).

Em relação aos dados referentes ao Ensino Médio, o CPEA (2009a) afirma que não haveria uma significativa expansão do número de alunos neste nível de ensino para os próximos cinco anos (figura 17).

No entanto, a partir de 2016 entra em vigor a obrigatoriedade do ensino dos 04 aos 17 anos, conforme consta da Emenda Constitucional nº. 59 de 11 de novembro de 2009, o que implicou ampliação do número de alunos no ensino médio.

Figura 17: Evolução – Ensino Médio (2009 a 2014).



Fonte: CPEA (2009a).

Observa-se, de acordo com o CPEA (2009a), a desproporcionalidade entre o número de formandos no ensino médio e o número de vagas oferecido pelas IES. De acordo com os dados gerais, existe, no entorno do UNICS, uma oferta de 11.616 vagas sendo oferecidas pelas IES (privadas e públicas). Por sua vez, se formarão no ensino médio nesta mesma região nos próximos anos, em números aproximados, 10.785 alunos. Destes, se apenas 30% ingressarem no ensino superior, ou seja, 3.253 alunos, a desproporcionalidade aumenta. Se os dados se comprovarem, estima-se que existem aproximadamente 370% mais vagas sendo oferecidas no ensino superior do que candidatos oriundos do ensino médio. Este cenário é mais trágico quando examinamos os dados, tanto do número de vagas no ensino superior quanto da evolução do ensino médio, na área de abrangência direta e indireta do UNICS. Exemplificando, em 2009 a oferta de vagas no ensino superior na região chega a 3.128, incluindo seis IES (UTFPR, FESC, UNILAGOS, UNICS, FADEP e MATER DEI). Levando em consideração os números do ensino médio nesta região, neste mesmo ano, apenas 689 alunos procuraram o ensino superior. Isto é, na região de abrangência direta e indireta do UNICS existem 450% mais vagas sendo oferecidas no ensino superior do que candidatos (com base nos dados do ensino médio).

Segundo o CPEA (2009a), diante daquele cenário de estabilidade nos números do ensino médio e da alta oferta de vagas no ensino superior: 1) muitos cursos fechariam, pois não haveria candidatos e as demandas regionais estariam esgotadas; 2) havia setores, como as licenciaturas, que há um bom tempo tinham uma procura reduzida; 3) em nível estratégico, deveria haver o planejamento de cursos que atendessem profissionais já formados e que não necessariamente viessem do ensino médio. Nessa esteira, os cursos técnicos atenderiam estas demandas - profissionais que procuram formação alternativa da que já possuem.

O CPEA também sinaliza para a crise que o ensino superior estaria a enfrentar nos próximos anos na região, de maneira específica o UNICS. Observa-se que uma das saídas apontadas é a oferta de cursos técnicos, embora, nesta região, historicamente, esta modalidade de ensino não tenha se firmado nas IES.

Outro ponto destacado no documento é o IDH (renda, longevidade e educação) dos municípios de abrangência direta e indireta do UNICS, dos anos 1991 e 2000, conforme consta abaixo na figura 18. No que diz respeito à média do IDH dos municípios de abrangência direta e indireta, é considerada médio. Em relação à média do IDH – Educação, é considerada alto. Importante enfatizar que já se encontravam disponíveis os dados referentes ao IDH de 2010, conforme apresentados nesta tese. Contudo, o CPEA utilizou a base de dados dos anos de 1991 e 2000.

Figura 18: IDH (renda, longevidade e educação) – Município de abrangência direta e indireta. Sudoeste/PR e Oeste/SC.

Município	IDH 1991	IDH 2000	IDH Renda 1991	IDH Renda 2000	IDH Longevidade e 1991	IDH Longevidade 2000	IDH Educação 1991	IDH Educação 2000
Palmas	0,677	0,737	0,638	0,689	0,651	0,716	0,743	0,806
Clevelândia	0,658	0,73	0,579	0,653	0,651	0,716	0,744	0,822
Coronel Domingos Soares	0,594	0,704	0,487	0,554	0,688	0,767	0,607	0,792
Mangueirinha	0,632	0,754	0,528	0,651	0,651	0,79	0,718	0,822
Abelardo Luz	0,697	0,785	0,59	0,686	0,792	0,847	0,709	0,822
Média IDH – Abrangência direta	0,652	0,742	0,564	0,647	0,687	0,767	0,704	0,813
Pato Branco	0,752	0,849	0,704	0,759	0,715	0,851	0,836	0,937
Mariópolis	0,682	0,799	0,57	0,69	0,704	0,816	0,772	0,89
Passos Maia	0,642	0,732	0,538	0,619	0,705	0,76	0,683	0,817
São Domingos	0,699	0,793	0,572	0,729	0,761	0,789	0,764	0,862
Média IDH – Abrangência indireta	0,694	0,793	0,596	0,699	0,721	0,804	0,764	0,877
IDH Médio – Municípios Sudoeste/PR	0,663	0,758	0,564	0,657	0,686	0,770	0,738	0,849
IDH Médio – Municípios Oeste/SC	0,690	0,779	0,600	0,685	0,741	0,796	0,729	0,858

Fonte: CPEA (2009a).

Elencados os aspectos da realidade externa do objeto deste estudo, analisar-se-á a partir de agora a realidade interna, de acordo com CPEA (2009a).

Na figura 19, consta o número de alunos, por município, matriculados no UNICS entre o primeiro semestre do ano de 2004 até o primeiro semestre de 2009.

Figura 19: Procedência dos alunos matriculados no UNICS – período 01/2004 a 01/2009.

Total de alunos Matriculados - 2004-1/2009-1

	2004-1	2004-2	2005-1	2005-2	2006-1	2006-2	2007-1	2007-2	2008-1	2008-2	2009-1
Abelardo Luz	67	67	85	81	92	75	87	76	102	79	96
Chapecó	16	17	17	14	9	7	5	3	3	2	2
Clevelândia	76	75	95	74	91	82	88	71	81	65	72
Coronel Domingos Soares	19	16	17	14	24	22	28	24	48	33	54
Francisco Beltrão	35	27	20	18	8	6	4	4	9	5	12
Ipuaçu	33	30	32	21	22	20	24	18	22	16	13
Laranjeiras do Sul	28	22	19	15	9	8	6	6	8	8	4
Mangueirinha	67	56	74	57	67	53	76	65	81	62	75
Mariópolis	43	37	52	50	44	33	32	26	21	18	30
Outros	1079	891	844	641	577	458	427	308	264	180	170
Palmas	613	550	723	651	793	648	750	600	863	672	706
Pato Branco	50	45	48	42	37	31	35	25	41	29	37
Pranchita	18	16	16	14	12	12	16	15	11	10	8
São Domingos	31	27	27	23	23	22	22	14	19	12	10
Vitorino	8	6	8	7	11	10	15	14	13	12	12
Total	2183	1882	2077	1722	1819	1487	1615	1269	1586	1203	1301

Fonte: CPEA (2009a).

A partir do segundo semestre do ano de 2005, percebem-se constantes oscilações, com tendência de redução, de alunos matriculados. As matrículas de alunos do município de Palmas e dos municípios mais próximos mantêm-se com certa regularidade. Por outro lado, há uma significativa redução de matrículas de alunos oriundos de municípios distantes de Palmas. Nos municípios que fazem parte do item “outros” – localidades estas em que se percebe o maior índice de redução de alunos matriculados – são contemplados vários municípios de diversas regiões dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tais acadêmicos estudavam sob o regime de “Semanas de Estudos de Caráter Intensivo”. De acordo com Lima (06 abr. 2015),

Em 1987, o Ministro da Educação deliberou pela obrigatoriedade dos 75% no ensino superior, porque não existia legislação. A solução para as Faculdades de Palmas foi a de criar uma alternativa onde os alunos pudessem ter uma oferta de 100% dos estudos e praticar 75% em Semanas Intensivas, estabelecidas em calendário próprio. Estas Semanas foram aprovadas no Regimento pelas instâncias superiores (MEC). Por isso que eles nunca nos fizeram fechar. Passou-se despercebido, depois eles tiveram que arcar. Este modelo foi até 2009.

Há que se considerar que, por muitos anos, o UNICS conseguiu equilibrar-se financeiramente por meio das mensalidades de alunos que frequentava este modelo de ensino. De acordo com a entrevista acima, o maior número de alunos que frequentava a IES de Palmas se deu entre os anos de 1991 e 2007, particularmente, por meio das semanas intensivas, pois vinham alunos de vários municípios dos estados do sul do país. Neste período, a Instituição chegou a ter cinco mil alunos, entre graduação e pós-graduação (especialização - *lato sensu*), nesta, os cursos nem sempre eram em Palmas.

Outro aspecto importante a salientar é em relação à adesão pela Instituição de Palmas, em 2001 (se prolongando até o ano de 2009) ao FIES, programa do MEC criado por meio da Lei nº. 10.260, de 12 de julho de 2001, que visa a financiar em até 100% o curso de estudantes matriculados em instituições privadas.

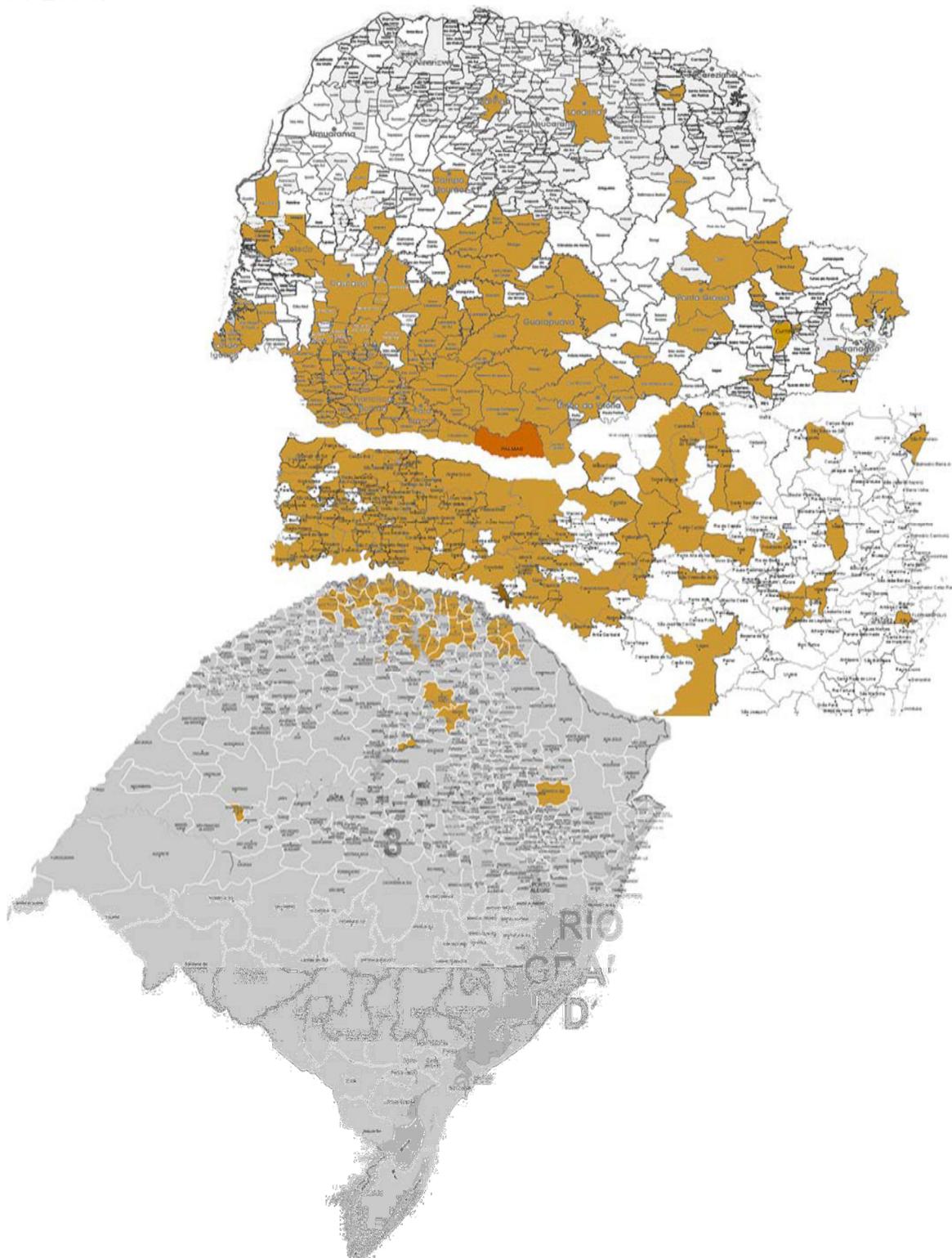
Mesmo assim, o número de alunos foi diminuindo progressivamente, devido ao aumento de IES em outros municípios. Com a redução de alunos, as Semanas de Estudos de Caráter Intensivo “Não tinham mais razão de ser. Porque os alunos que vinham de municípios mais distantes, não vinham mais. Pois eles tinham três ou quatro opções de IES, sem falar nas ofertas de EaD” (LIMA, 06 abr. 2015). “Não se tinha mais demanda. Este modelo não se sustentava mais” (FONSECA, 01 abr. 2015).

Observa-se que o segundo semestre de 2009 não foi computado, na figura 18, pois o estudo do CPEA (2009a), realizado no primeiro semestre de 2009, objetivava pensar a crise financeira enfrentada pelo Centro Universitário.

Na figura 20 apresenta-se o mapa da distribuição de alunos matriculados no UNICS, por Estado e município, desde o 1º semestre de 2004 até o 1º

semestre de 2009. Os alunos são oriundos de diversos municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 20: Mapa dos alunos matriculados no UNICS – período de 01/2004 a 01/2009.



Fonte: UNICS – DVD (2009).

Na Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA de 15 de março de 2003 são apresentados números que refletem a diminuição de alunos da FACIPAL. No ano 2000, eram 4.183 alunos matriculados; em 2001, 3.940 alunos; no ano de 2002, 3.480 alunos e, em 2003, 2.942 alunos. Houve, portanto, uma redução de 1.241 alunos.

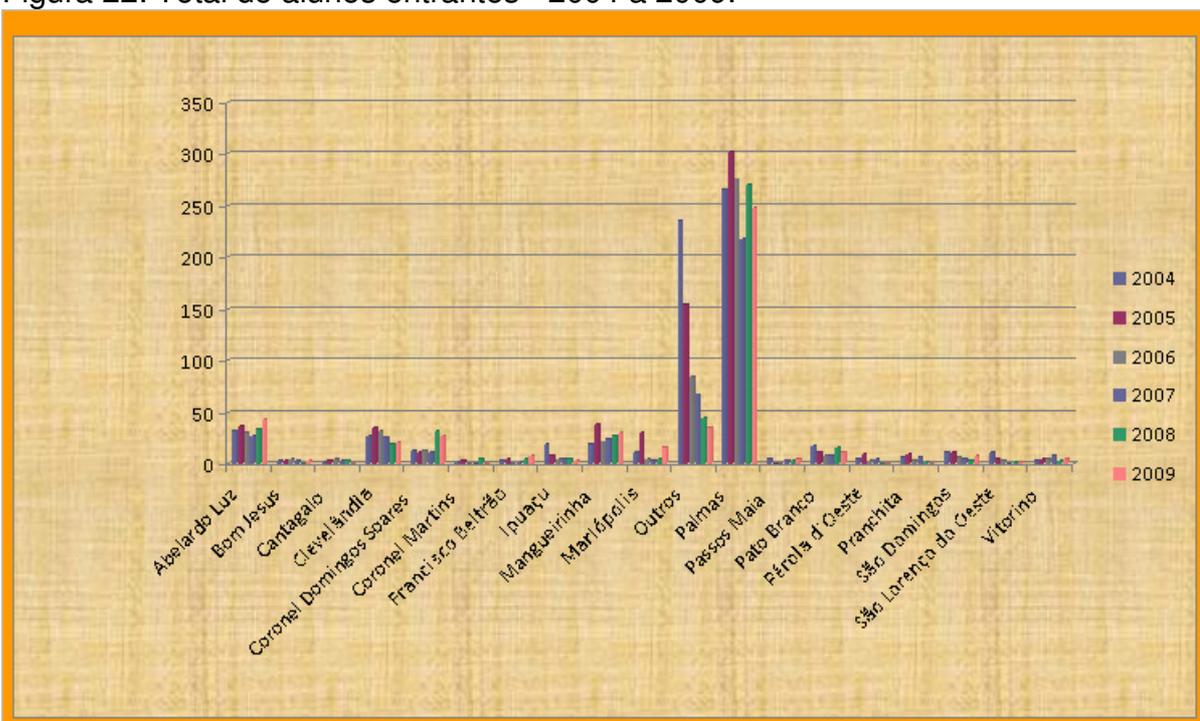
Em relação aos alunos ingressantes no UNICS nos anos de 2004 a 2009, conforme as figuras 21, 22 e 23, observa-se uma redução de alunos que ingressam a partir do ano de 2006, principalmente oriundos de localidades mais distantes. A oscilação é similar aos dados da Tabela 10.

Figura 21: Total de alunos ingressantes - 2004 a 2009.

Totais de alunos Entrantes – 2004/2009						
Em Números						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abelardo Luz	32	36	30	26	33	42
Bom Jesus	2	2	4	2	0	2
Cantagalo	1	3	4	2	3	0
Clevelândia	26	34	31	25	19	20
Coronel Domingos Soares	12	10	13	10	31	26
Coronel Martins	1	3	0	0	5	0
Francisco Beltrão	3	4	0	1	4	7
Ipuaçu	18	8	4	5	5	2
Mangueirinha	19	37	21	24	27	29
Mariópolis	10	29	4	3	4	16
Outros	235	154	83	67	44	35
Palmas	265	301	275	217	269	247
Passos Maia	5	0	0	3	2	5
Pato Branco	17	11	7	8	15	11
Pérola d'Oeste	5	9	2	4	0	0
Pranchita	6	9	3	6	1	0
São Domingos	11	10	6	5	3	7
São Lorenzo do Oeste	10	5	3	0	1	1
Vitorino	3	4	5	8	2	4
TOTAL	681	669	495	416	468	454

Fonte: CPEA (2009a).

Figura 22: Total de alunos entrantes - 2004 a 2009.



Fonte: CPEA (2009a).

Figura 23: Total de alunos entrantes - 2004 a 2009, em porcentagem.

Entrantes em porcentagem						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abelardo Luz	4,70%	5,38%	6,06%	6,25%	7,05%	9,25%
Bom Jesus	0,29%	0,30%	0,81%	0,48%	0,00%	0,44%
Cantagalo	0,15%	0,45%	0,81%	0,48%	0,64%	0,00%
Clevelândia	3,82%	5,08%	6,26%	6,01%	4,06%	4,41%
Coronel Domingos Soares	1,76%	1,49%	2,63%	2,40%	6,62%	5,73%
Coronel Martins	0,15%	0,45%	0,00%	0,00%	1,07%	0,00%
Francisco Beltrão	0,44%	0,60%	0,00%	0,24%	0,85%	1,54%
Ipuauçu	2,64%	1,20%	0,81%	1,20%	1,07%	0,44%
Mangueirinha	2,79%	5,53%	4,24%	5,77%	5,77%	6,39%
Mariópolis	1,47%	4,33%	0,81%	0,72%	0,85%	3,52%
Outros	34,51%	23,02%	16,77%	16,11%	9,40%	7,71%
Palmas	38,91%	44,99%	55,56%	52,16%	57,48%	54,41%
Passos Maia	0,73%	0,00%	0,00%	0,72%	0,43%	1,10%
Pato Branco	2,50%	1,64%	1,41%	1,92%	3,21%	2,42%
Pérola d'Oeste	0,73%	1,35%	0,40%	0,96%	0,00%	0,00%
Pranchita	0,88%	1,35%	0,61%	1,44%	0,21%	0,00%
São Domingos	1,62%	1,49%	1,21%	1,20%	0,64%	1,54%
São Loreço do Oeste	1,47%	0,75%	0,61%	0,00%	0,21%	0,22%
Vitorino	0,44%	0,60%	1,01%	1,92%	0,43%	0,88%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

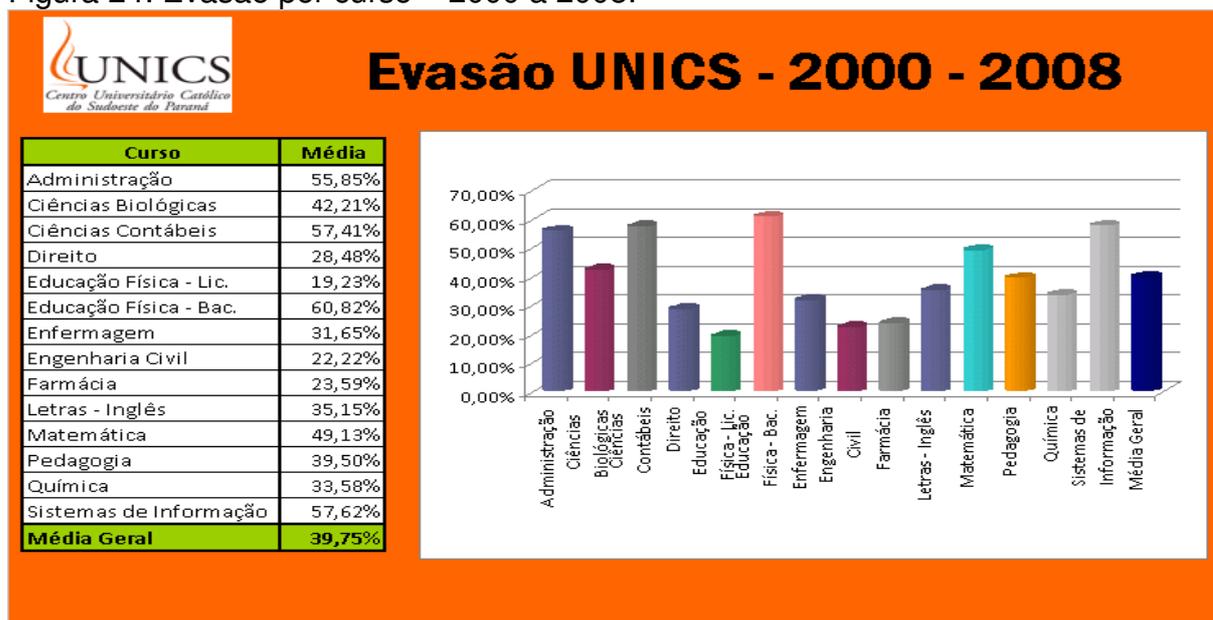
Fonte: CPEA (2009a).

Houve entre os anos de 2004 a 2009 uma queda significativa do número de alunos. Em 2004, 2.183 alunos efetuaram a matrícula, já em 2009, apenas 1.302. Em média, nestes 05 anos, o UNICS teve 147 alunos matriculados a menos por ano, perfazendo um total de 882 alunos. Em 2004, 1.079 alunos matriculados eram de outros municípios. Em 2009, esse número cai para apenas 170. Esta queda também se reflete no número de entrantes, que caiu de 235 em 2004 para 35 em 2009. Contudo, estes 35 se matricularam em cursos novos e não em cursos de “Caráter Intensivo”, pois esta modalidade não estava sendo mais oferecida. Os dados apontam para ponto de equilíbrio no número de entrantes. Ocorre uma variação entre 400 a 500 alunos ingressantes entre os anos de 2006 a 2009.

Há um significativo distanciamento numérico em relação ao número de vagas ofertadas e o número de entrantes. Se os números de entrantes se mantivessem neste patamar, entre 400 e 500, e o UNICS mantivesse uma oferta de vagas de em média 842 vagas, o que perfaz o dobro da sua capacidade de absorção, esta instituição teria uma defasagem grande, o que implicaria em redução de suas receitas.

Importante destacar também os dados referentes à evasão, por curso, no Centro Universitário. A partir da figura 24, constata-se que o curso de maior evasão, com uma porcentagem acima dos 50%, entre os anos 2000 a 2008, é Educação Física (bacharelado), seguido de Sistemas de Informação, Ciências Contábeis e Administração. Entretanto, ocorreu, na sua maioria - com uma média de 39,75% - um alto índice de evasão em todos os cursos ofertados.

Figura 24: Evasão por curso – 2000 a 2008.



Fonte: CPEA (2009a).

Os dados trazidos sobre a realidade externa e interna do UNICS vão refletir no aspecto financeiro. Na figura 25, comprova-se o orçamento do Centro Universitário do primeiro semestre de 2009.

Figura 25: Orçamento do UNICS – primeiro semestre de 2009.

Orçamento 1-2009

Descrição / Meses	%	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Semestre
Receita Bruta		743.142,89	743.142,89	743.142,89	743.142,89	743.142,89	743.142,89	4.458.857,35
Descontos		85.570,35	85.570,35	85.570,35	85.570,35	85.570,35	85.570,35	513.422,09
Inadimplência - Evasão	10%	85.757,25	85.757,25	85.757,25	85.757,25	85.757,25	85.757,25	394.543,53
Receita Efetiva		591.815,29	591.815,29	591.815,29	591.815,29	591.815,29	591.815,29	3.550.891,73
Folha	48,31%	285.916,47	285.916,47	285.916,47	285.916,47	285.916,47	285.916,47	1.715.498,81
Encargos + Provisões	31,40%	185.845,70	185.845,70	185.845,70	185.845,70	185.845,70	185.845,70	1.115.074,23
Folha Acadêmica	28,46%	168.456,67	168.456,67	168.456,67	168.456,67	168.456,67	168.456,67	168.456,67
Encargos + Provisões - acadêmico	18,50%	109.496,84	109.496,84	109.496,84	109.496,84	109.496,84	109.496,84	31.167,62
Folha Administrativa	19,85%	117.459,80	117.459,80	117.459,80	117.459,80	117.459,80	117.459,80	117.459,80
Encargos + provisões - administrativo	12,90%	76.348,87	76.348,87	76.348,87	76.348,87	76.348,87	76.348,87	15.153,25
Administração	6,00%	44.588,57	44.588,57	44.588,57	44.588,57	44.588,57	44.588,57	267.531,44
Valor Locativo	6,00%	44.588,57	44.588,57	44.588,57	44.588,57	44.588,57	44.588,57	267.531,44
Resultado Parcial		30.875,97	30.875,97	30.875,97	30.875,97	30.875,97	30.875,97	185.255,82
Despesas Operacionais	26,40%	156.260,00	156.260,00	156.260,00	156.260,00	156.260,00	156.260,00	937.580,00
Resultado Financeiro		(125.384,03)	(125.384,03)	(125.384,03)	(125.384,03)	(125.384,03)	(125.384,03)	(752.304,18)
Resultado (%)		-21,19%						

Fonte: CPEA (2009a).

O UNICS possuía um déficit mensal de R\$125.000,00, de acordo com a estrutura orçamentária do primeiro semestre de 2009. No final do semestre o déficit chegaria a aproximadamente R\$752.304,18. O impacto deste déficit é muito grande sobre as contas do CPEA, que arca com a diferença orçamentária e ainda banca os investimentos. Segundo o CPEA (2009a), este déficit é oriundo de três fatores fundamentais: 1) alto custo com o setor administrativo do UNICS que perfaz a um valor de 32,75% do total da arrecadação do UNICS. Os custos com professores também é alto se comparado com a estrutura geral do orçamento; 2) dos 17 cursos do UNICS, 10 são deficitários financeiramente. Alguns requerem atenção especial: Biologia, Matemática, Química, Pedagogia, Letras e Tecnologia Agroflorestal - a maioria destes cursos tende a não arrecadar nem para cobrir as despesas com folha (conforme figura 26 abaixo); 3) os altos índices de evasão. No decorrer de um ciclo completo de um curso a evasão média é de 39,75%. Alguns cursos ultrapassam a 50% da evasão, é caso do curso de Administração, Ciências Contábeis, Educação Física – bacharelado e Sistema de Informação.

Segundo a figura acima, observa-se também que os descontos oferecidos variam entre 10 e 15% (Cursos de: Letras, Pedagogia, Química e Sistema de Informação), sendo que estes são oferecidos por pontualidade no pagamento das mensalidades. Os cursos com maior desconto são os de licenciatura que apresentam as maiores dificuldades para preencher as vagas ofertadas.

Figura 26: Resultado financeiro por curso.

Resultado por Curso										
Curso	Receita Bruta	Descontos	Inadimplência - Evasão	Receita Efetiva	Folha Total	Administração	Valor Locativo	Despesas Operacionais	Resultado	(%)
Administração	R\$ 51.550,88	R\$ 6.186,11	R\$ 4.536,48	R\$ 40.828,30	R\$ 24.820,22	R\$ 2.449,70	R\$ 2.449,70	R\$ 13.597,32	-R\$ 2.488,63	-6,10%
Agronomia	R\$ 26.973,00	R\$ 3.236,76	R\$ 2.373,62	R\$ 21.362,62	R\$ 9.540,35	R\$ 1.281,76	R\$ 1.281,76	R\$ 5.584,56	R\$ 3.674,19	17,20%
Artes Visuais	R\$ 17.920,00	R\$ 2.150,40	R\$ 1.576,96	R\$ 14.192,64	R\$ 4.581,27	R\$ 851,56	R\$ 851,56	R\$ 4.612,05	R\$ 3.276,21	23,22%
Biologia	R\$ 9.223,76	R\$ 1.106,85	R\$ 811,69	R\$ 7.305,22	R\$ 7.669,43	R\$ 438,31	R\$ 438,31	R\$ 2.761,23	-R\$ 4.002,07	-54,78%
Ciências Contábeis	R\$ 68.245,25	R\$ 8.189,43	R\$ 6.005,58	R\$ 54.050,24	R\$ 21.205,22	R\$ 3.243,01	R\$ 3.243,01	R\$ 16.484,74	R\$ 9.874,25	18,27%
Direito	R\$ 124.329,84	R\$ 14.919,58	R\$ 10.941,03	R\$ 98.469,23	R\$ 34.978,72	R\$ 5.908,15	R\$ 5.908,15	R\$ 23.284,79	R\$ 28.389,41	28,83%
Educ Física - Bacharelado	R\$ 17.721,00	R\$ 2.126,52	R\$ 1.559,45	R\$ 14.035,03	R\$ 11.680,08	R\$ 842,10	R\$ 842,10	R\$ 4.775,35	-R\$ 4.104,60	-29,25%
Educ Física - Licenciatura	R\$ 47.308,50	R\$ 5.677,02	R\$ 4.163,15	R\$ 37.468,33	R\$ 17.392,06	R\$ 2.248,10	R\$ 2.248,10	R\$ 10.790,97	R\$ 4.789,10	12,78%
Enfermagem	R\$ 52.778,70	R\$ 6.333,44	R\$ 4.644,53	R\$ 41.800,73	R\$ 26.776,84	R\$ 2.508,04	R\$ 2.508,04	R\$ 12.228,31	-R\$ 2.220,50	-5,31%
Engenharia Civil	R\$ 54.579,76	R\$ 6.549,57	R\$ 4.803,02	R\$ 43.227,17	R\$ 14.908,23	R\$ 2.593,63	R\$ 2.593,63	R\$ 11.164,61	R\$ 11.967,07	27,68%
Farmácia	R\$ 135.541,70	R\$ 16.265,00	R\$ 11.927,67	R\$ 107.349,03	R\$ 32.010,38	R\$ 6.440,94	R\$ 6.440,94	R\$ 22.918,54	R\$ 39.538,22	36,83%
Letras Inglês	R\$ 11.750,71	R\$ 1.575,86	R\$ 1.017,48	R\$ 9.157,36	R\$ 10.611,26	R\$ 549,44	R\$ 549,44	R\$ 4.329,79	-R\$ 6.882,57	-75,16%
Matemática	R\$ 8.668,57	R\$ 1.040,23	R\$ 762,83	R\$ 6.865,50	R\$ 7.473,50	R\$ 411,93	R\$ 411,93	R\$ 2.843,50	-R\$ 4.275,35	-62,27%
Pedagogia	R\$ 10.589,79	R\$ 1.514,73	R\$ 907,51	R\$ 8.167,55	R\$ 11.989,26	R\$ 490,05	R\$ 490,05	R\$ 4.193,84	-R\$ 8.995,65	-110,14%
Química	R\$ 27.233,85	R\$ 3.570,89	R\$ 2.366,30	R\$ 21.296,66	R\$ 18.181,89	R\$ 1.277,80	R\$ 1.277,80	R\$ 7.879,84	-R\$ 7.320,67	-34,37%
Sistemas de Informação	R\$ 27.028,40	R\$ 3.926,90	R\$ 2.310,15	R\$ 20.791,35	R\$ 11.921,47	R\$ 1.247,48	R\$ 1.247,48	R\$ 6.556,60	-R\$ 181,68	-0,87%
Tecnologia Agroflorestal	R\$ 10.008,68	R\$ 1.201,04	R\$ 880,76	R\$ 7.926,87	R\$ 10.621,04	R\$ 475,61	R\$ 475,61	R\$ 3.468,97	-R\$ 7.114,36	-89,75%
Total	701.452,39	85.570,35	61.588,20	554.293,84	276.361,21	33.257,63	33.257,63	157.475,00	53.942,37	19,52%

Fonte: CPEA (2009a).

A partir dos dados financeiros observados acima, considera-se que seria difícil o UNICS se manter no cenário educacional, devido à crise financeira que a instituição estava enfrentando.

No geral, este cenário foi produzido pela expansão do ensino superior privado no país, com a abertura de várias IES na região, a partir do ano de 1990. Neste contexto, o número de alunos que vinham estudar em Palmas diminuiu, ocasionando uma crise financeira no UNICS. No aspecto particular, o CPEA percebeu tarde este novo cenário e não ousou em realizar o que estava delineado em seu Estatuto.

O CPEA, na implantação de unidades de ensino superior ou na expansão do mesmo, deverá sempre obedecer a um planejamento global, dando prioridade às comunidades de Palmas, de Pato Branco, de Francisco Beltrão e a outras de âmbito diocesano, desde que, as condições do meio e a necessidade dos cursos, com base no mercado de trabalho, ouvido o Conselho Departamental dos Cursos Superiores já existentes, se imponham e, respeitando sempre os altos interesses do desenvolvimento nacional e regional (CPEA, 2004, Parágrafo Único).

Dom Agostinho, diante da situação, insistiu para que Palmas se mantivesse como centro administrativo e intelectual do Sudoeste. De acordo com Diel (29 abr. 2015),

[...] ele resistiu muito à abertura de outras IES em cidades que tornaram-se na década de 70 e na década de 80 estratégicas economicamente, que foi o caso de Beltrão e Pato Branco. Isso historicamente, se constituiu um erro estratégico para o CPEA e principalmente para o ensino superior. No momento em que cheguei em Palmas no ano de 2001 e 2002, os administradores do CPEA e das próprias faculdades acreditam que os alunos de todo o sudoeste, oeste de Santa Catarina, noroeste do Rio Grande do Sul ainda continuariam indo a Palmas para estudar. Esse foi um erro estratégico grave porque justamente isso não aconteceu e o ensino superior se difundiu em larga escala em cidades sedes destas regiões e Palmas ficou lentamente a mercê desse processo e foi perdendo poder financeiro, poder de investimento e conseqüentemente poder de desenvolvimento das suas instituições. Dom Agostinho é essa figura, ele insistiu nessa perspectiva de que Palmas se mantivesse o centro administrativo e centro cultural da região e por isso estrategicamente não se investiu em outras regiões. Isso se constituiu um erro.

Percebe-se que o CPEA, por erros estratégicos, “perdeu o bonde andando”, no sentido de expandir IES na região ficando estagnado e, restrito a Palmas. O idealismo, em suma, o lançou para o erro em termos de estratégia.

Quando da expansão na década de 1990, o CPEA correu para recuperar a herança perdida com a abertura de instituições em Dois Vizinhos e Barracão e, a transformação da Faculdade de Palmas em Centro Universitário. Para Palmas restou um “elefante branco”, ou seja, uma instituição, com uma estrutura muito grande, maior que as demandas de Palmas e da própria região que já não vinha mais a Palmas para estudar. Sendo assim, a existência desta Instituição estava comprometida.

Perguntado sobre o sonho de se criar uma Universidade do Sudoeste do Paraná, pelo CPEA delineado na década de 1970, em Palmas e, a crise enfrentada pelo UNICS, comprometendo sua existência, Diel (29 abr. 2015) afirma que,

[...] No momento em que o CPEA assume essa missão, isso era plenamente viável se houvesse, na minha opinião duas coisas: o primeiro aspecto era justamente investir nos locais certos, nas cidades certas, com cursos certos, ou seja, ampliar este processo de expansão do CPEA como centro de formação, julgo como erro estratégico de investimento. Outro que vejo é de nível pedagógico. O CPEA se manteve e, suas instituições se mantiveram com um nível de ensino, de pesquisa e de extensão, que são essenciais a uma universidade, num nível muito provinciano. Palmas não investiu, por exemplo, no seu quadro docente. O CPEA sonhou numa universidade, mas não investiu para ser uma universidade. [...] eu configuro estas duas problemáticas, você não se organizou pedagogicamente para ser uma universidade, eu acho que o erro fundamental foi não investir em professores, em estrutura de pesquisa, de ensino e desenvolvimento e a outra foi, justamente não ter investido nos locais certos para se constituir uma universidade regional. [...] um segundo erro administrativo, o investimento massivo em Palmas, criou-se uma estrutura muito grande que as poucos se revelou insustentável ao invés de ter investido em outros locais. Então, se sonhou numa universidade para Palmas, mas isso desde o início até o fim do UNICS era uma leitura óbvia que Palmas não sustentaria sozinha uma universidade.

A transformação da FACIPAL em Centro Universitário em 2004 também foi um dos motivos geradores da crise, pois onerou a instituição e o CPEA devido ao cumprimento legal por ser Centro Universitário, o qual deveria oferecer ensino de excelência, comprovada pela qualificação do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidos à comunidade escolar por meio da extensão universitária. Nesta perspectiva, Diel (29 abr. 2015) afirma que,

O centro universitário é a realização do sonho frustrado de ser universidade. [...] Ele saiu tarde e no momento errado. O centro universitário agregou mais responsabilidades financeiras e pedagógicas que a instituição já tinha dificuldade de cumprir quando era apenas faculdade. Então, na verdade, o centro universitário, embora tenha sido festejado e foi uma conquista, é a realização da frustração de não ter sido universidade e saiu num momento absolutamente equivocado, pois o CPEA já não tinha condições de manter a estrutura de um centro universitário porque

tinha que elevar número de professores para 40 horas, despesas de estrutura [...] isso acabou precipitando a crise do CPEA, pois houve muitas exigências financeiras.

Considerando que o Centro Universitário tornou-se inviável, pelas razões demonstradas neste estudo, pode-se dizer que a sua venda e a implantação do IFPR – *campus* Palmas, constitui-se na realização frustrada do sonho frustrado de ser universidade, pois o IF é uma instituição educacional de caráter mais enxuto, conforme demonstrado no capítulo um.

A criação do Centro Universitário foi uma estratégia, com a expansão de outras IES na região, de se diferenciar no mercado educacional como uma instituição que, mesmo não sendo universidade, poderia se diferenciar das demais Faculdades. Entretanto, segundo Diel (29 abr. 2015),

O conceito Centro Universitário não agregou nada às opções dos alunos. Pois já havia um conceito, anterior a isso, da ausência de uma qualidade mais objetiva. Faço até uma ressalva, não que seja uma formação completamente equivocada mas, eu estou insistindo numa ideia muito aquém de uma universidade. [...] o CPEA e o UNICS, de um modo geral, deram contribuições históricas fantásticas mas faltou planejamento, faltou uma leitura de quadro do desenvolvimento do ensino superior principalmente depois da segunda metade da década de 1990.

A crise do UNICS, que impactava financeiramente para a mantenedora, foi provocada pela

[...] diminuição drástica e radical do número de alunos. Porque o CPEA e o UNICS viviam única e exclusivamente de mensalidades de alunos. [...] os fatores que levaram a essa diminuição [...] foi, basicamente, a ampliação e oferta em todo o entorno do CPEA de IES. [...] por outro lado o UNICS passou a depender cada vez mais de alunos da região de Palmas [...] do entorno mais próximo. [...] ai tem um outro agravante, pois a cidade de Palmas tem um dos piores IDHs do Sudoeste. A capacidade do aluno trabalhar que não tem bons empregos ou tem o emprego da indústria da madeira que remunera mal, o jovem que trabalha na indústria da madeira ele não tinha condições de acessar o ensino superior, pois não tinha condições de pagar [...]. Por outro lado, aconteceu outro fator. Para atrair alunos, começou-se a investir em cursos das áreas mais tecnológicas [...] engenharia civil, farmácia, enfermagem, cursos de ponta, mas que tem um custo muito alto por causa dos investimentos de laboratório, conseqüentemente estes cursos tem mensalidades mais caras. Por outro lado, tem

outra crise que se soma a essa, é a crise das licenciaturas. 50% dos cursos do CPEA eram de licenciatura, mas você não tem mais jovens interessados em estudar licenciatura. Essa crise foi muito pesada porque deixou o UNICS extremamente vulnerável. [...] Outro fator é a qualidade pedagógica. A qualidade pedagógica nunca atraiu os alunos para Palmas. O que atraia o aluno para Palmas foram as facilidades dadas pelo Regime de Caráter Intensivo. [...] não se preparou pedagogicamente para ser uma universidade. [...] Se houvesse um alto conceito, um alto padrão do CPEA e do UNICS provavelmente os alunos mais distantes, talvez alguns, ou os pais que tivessem essa noção investiriam para que os filhos fossem estudar num curso em Palmas. [...] o CPEA não conseguiu fazer, por manter aquela cultura muito caseira, não investir em professor, não investir em pesquisa, em conhecimento de modo geral (DIEL, 29 abr. 2015).

No entanto, vale a pena fazer uma digressão em relação a aspectos que possivelmente contribuíram para a produção da crise do UNICS. Todavia, tais afirmações, em alguns aspectos, carecem de materialidade comprovativa. Historicamente, percebe-se que há uma cultura impregnada em Palmas – e o CPEA e o UNICS neste contexto – da deterioração para, posteriormente, se buscar soluções/alternativas. Ainda sobre o tema, Diel (29 abr. 2015) afirma que

Mesmo a tradição quando não se renova, acaba asfixiando as instituições e as pessoas, ela se torna doentia, as instituições morrem, a cultura também mata. Os palmenses não entendem isso. Você tem que se renovar. Há sociedades que tem padrões altamente tradicionais mas que conseguem unir tradição com modernização. [...] as instituições tem que se renovar. O CPEA sofreu fortemente por este processo de envelhecimento sem renovação [...] isso comprometeu muito suas instituições. Elas tinham modelos administrativos patéticos, arcaicos, no bolso, sem controle, uma coisa muito comprometedoras a nível administrativo.

A concorrência é o mecanismo pelo qual as leis do capitalismo operam ou se impõem, portanto, nessa lógica, se os setores econômicos e, na mesma esteira, as IES menos competitivas, mesmo se reestruturando constantemente às lógicas do mercado, como a tendência do capital é de gerar crises, tenderão à extinção.

Historicamente, a Igreja Católica, temerosa de rupturas, se coloca ao lado do tradicionalismo. Comprometida com o passado, ela age, mesmo se adaptando aos novos tempos, de forma lenta diante dos sucessivos progressos da modernidade. Antônio Gramsci, a partir do contexto italiano no século XX, se

propõe a analisar, em suas obras, as forças que atuam na história de um determinado período e a definição das relações entre elas. Uma das forças estudadas por ele é a religião, de modo específico a Igreja Católica. Gramsci considera, a Igreja, como uma forte organização intelectual, como uma Sociedade Civil dentro da Sociedade Civil (GRAMSCI, 2000; 2001).

Assim, uma das características assumidas pela Igreja, para manter a perenidade do poder eclesiástico, é garantir a homogeneidade ideológica, no interior do bloco social que ela controla, que é assegurada por uma unidade doutrinária de todos os fiéis. Ocorre que a condição para se garantir essa unidade é a assimilação diferenciada da doutrina católica por parte dos diferentes estratos da massa religiosa. Portanto, o grau de sofisticação doutrinária da religião destinada aos intelectuais é semelhante ao da filosofia, por sua vez, o grau de elaboração do catolicismo destinado às pessoas simples é análogo ao do senso comum. Dessa forma, a Igreja age com o recurso do movimento progressivo, ou seja, satisfaz a ciência e a filosofia lentamente, para os “mais simples” não perceberem (GRAMSCI, 2001).

A Igreja, de acordo com Gramsci, a partir dos compromissos firmados com a nascente burguesia industrial que assegurava a influência do catolicismo sobre uma grande parte da sociedade civil italiana, estabelece uma relação racional e justa entre os intelectuais da sociedade e o povo simples. Ela imprime um movimento progressivo

[...] que tende a satisfazer parcialmente as exigências da ciência e da filosofia, mas com um ritmo tão lento e metódico que as modificações não são percebidas pela massa dos mais simples, se bem que elas apareçam como ‘revolucionárias’ e demagógicas aos olhos dos “integristas’ (MONASTA, 2010, p. 76).

Historicamente, no Brasil, a Igreja Católica age e se pronuncia, geralmente, com esta característica. Um exemplo, como já abordado neste estudo, é a questão da neocrisandade que teve reflexos na instalação da Diocese de Palmas, no século XX, e pelas instituições por ela criadas, especificamente no campo educacional.

Gramsci, no contexto histórico de sua época, destaca também que a Igreja não possui um programa de reforma econômica, pois no passado ela era

diretamente proprietária fundiária. Sendo assim, não se compromete na vida prática econômica. Ela está disposta a lutar para defender as suas liberdades corporativas particulares - de Igreja como Igreja, organização eclesiástica (PIMENTA, 1984).

Nessa perspectiva, a leitura de Gramsci ajuda a entender o processo de decadência do UNICS. Historicamente, o CPEA não o conduziu de acordo com as diretrizes de mercado, da administração organizacional racional e científica. A gestão foi sendo conduzida de forma lenta, arcaica, com elevado grau de paroquialismo. Não se assumiu, de fato, o caráter privado da instituição que deveria ser conduzida dentro dos rigores da administração empresarial, pois estas são as exigências do mercado para manter-se em pé. Entretanto, devido à concorrência no mercado educacional a partir dos anos 90, que na gênese do UNICS na década de 1960 não era significativa, pois, o número de instituições na região era muito pequeno, se buscou a reestruturação administrativa da instituição; contudo, era tarde demais.

Outra questão que, possivelmente, contribuiu para agravar a crise financeira do UNICS foi o repasse de sua arrecadação financeira para a sua mantenedora, o CPEA, que também mantinha outras instituições. Sabe-se que o Centro Universitário, em muitas ocasiões, pagava a conta que não era dele, por exemplo: com as ações judiciais enfrentadas pela VIZIVALI em Dois Vizinhos-PR, oriundos do caso VIZIVALI/IESDE.

Estas observações são importantes e necessárias para se entender as relações e mediações entre o particular e o geral, e conseqüentemente, entender a totalidade concreta dos fenômenos analisados.

Não são apenas fatores gerais que explicam o que ocorre em cada caso particular, mas são também os fatores específicos no “[...] interior de cada país, da estrutura peculiar a cada Estado ou sistema de educação superior que poderão facilitar o entendimento das dimensões mais gerais da mudança que se verifica em termos quase globais” (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, p. 25).

3.3 BUSCAS DE ALTERNATIVAS PARA A CRISE

Devido à crise financeira, a mantenedora do UNICS apontou as estratégias que deveriam ser tomadas para poder dar continuidade às atividades da IES. Devido à queda do número de alunos na instituição e, para manter-se com condições de competir no mercado educacional, necessitaria qualificar o ensino, ter um rol de cursos capaz de atrair os alunos, investir em campanhas de marketing bem articuladas com a vocação do UNICS e abertura de cursos que atraíssem não só alunos egressos do ensino médio, mas pessoas já formadas e que procuram outras qualificações. Ainda, enfatizou-se a necessidade de se pensar a estrutura dos cursos, para se chegar a um equilíbrio mais adequado entre a oferta de vagas e a capacidade de absorção. A redução da oferta de vagas, bem como o fechamento de alguns cursos, possibilitaria que os mesmos chegassem ao um ponto de equilíbrio mais razoável e de forma mais rápida, já que os alunos não se dispersariam em vários cursos dificultando o ponto de equilíbrio e o próprio planejamento institucional (CPEA, 2009a).

A questão da diminuição na oferta do número de vagas seria um esforço de adequar o UNICS à sua condição local e regional uma vez que houve uma expansão na oferta de educação em nível superior na região. Esta IES chegou, no decorrer de sua história, a ter 4.300 alunos. No primeiro semestre de 2009, o número de alunos era de apenas 1.302. O UNICS dependeria cada vez mais do município de Palmas para manter-se. Em relação à evolução do número de matriculados temos que, em 2004 apenas 28,8% dos alunos matriculados eram de Palmas, em 2009 este percentual sobe para 55,29%, pois o número de alunos vindos de outros municípios diminuiu. Por sua vez, de 2004 a 2009 a evolução de matriculados oriundos de Palmas teve certa estabilidade. O aumento do percentual do número de alunos de Palmas se deve à queda no número de matrículas de alunos de outros municípios – abrangência direta e indireta – que caiu de 52,22% em 2004 para 13,31% em 2009.

Outra medida destacada pelo CPEA foi sobre a redução de gastos com investimentos e pessoal. Sobre as despesas com pessoal, o documento do CPEA (2009b) “Proposta para reformulação das atividades do corpo funcional do UNICS

e CPEA” aponta que uma das alternativas para amenizar a situação de crise era adequar a folha de pagamento com a realidade financeira da Instituição.

Neste 1º semestre de 2009, mensalmente temos um déficit projetado de mais de R\$ 100.000,00. [...] As despesas com folha chegam hoje a absurdos 72,22% do faturamento líquido. Se considerarmos uma margem de 15,56% para um fundo de verbas indenizatórias, (percentual usado pelo mercado) pensando em possíveis demissões, os gastos projetados com folha chegam a 79,74% do faturamento líquido. O ideal seria trabalharmos com algo em torno de 55% a 60% de gastos com folha (CPEA, 2009b, p. 01).

Nesse contexto foi implantada a Reestruturação Curricular objetivando uma adaptação nas grades curriculares dos cursos, de forma que várias disciplinas fossem compartilhadas entre os cursos podendo, assim, juntar uma ou mais turmas com um mesmo professor. Com isso, constatou-se que, no primeiro semestre de 2009, foram economizados R\$ 6.150,00 mensalmente. Houve, de certa forma, uma precarização das condições de trabalho docente, elevada carga horária em sala de aula e um número elevado de alunos por turma. Além do que, embora seja a mesma disciplina, turmas de áreas de conhecimento diversas num mesmo ambiente de aprendizagem põem em risco as especificidades de cada área e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

Segundo CPEA (2009b, p. 01) “Com o passar dos anos esta economia aumenta de acordo com os cursos oferecidos, chegando ao seu ápice daqui a três anos e meio, que é quando termina-se de implantar as grades novas”. Outra medida tomada foi o término das aulas de “Caráter Intensivo” no período matutino que, além de gastos com pessoal, demandava gastos com água, luz etc.

No primeiro semestre de 2009 o UNICS tinha um corpo administrativo composto por 60 funcionários e um corpo docente composto por 126 professores. Segundo a legislação em vigor, 20% do corpo docente precisa estar trabalhando em tempo integral. Diante do número total de docentes, 26 professores deveriam trabalhar em regime de trabalho integral. Porém, somente 19 professores trabalhavam efetivamente nesse regime e 08 professores constavam nos registros, mas não tinham esta carga horária na IES. Os professores em regime integral tinham a carga horária dividida, para o fechamento das 40 horas

semanais, entre: sala de aula e trabalhos diversos (chamadas “horas acessórias”). A exceção se dava para os coordenadores de curso que tinham uma carga horária destinada aos trabalhos de coordenação. A proposição seria de diminuir 35% dos valores reservados para estas horas acessórias. Se fossem feitas tais alterações (com demissões de professores), haveria um ganho mensal de R\$ 9.569,71; ou seja, uma economia de 38,14%. Este percentual ficaria próximo ao objetivo de redução dos gastos, neste setor, em 40% (CPEA, 2009b).

Outro setor da IES que deveria passar por reestruturação seria a secretaria acadêmica que contava com 10 funcionários e um custo mensal de R\$ 18.063,97. A proposta seria uma redução de 30% deste valor. Com as devidas alterações - demissão de funcionários - ocorreria um ganho mensal de R\$ 5.185,09, ou seja, 28,7%. Percentual próximo ao objetivo de 30% de corte. Além da redução no número total de funcionários, seria exigida da secretaria acadêmica maior responsabilidade e produtividade (CPEA, 2009b).

Outra mudança que deveria ser feita neste processo de reestruturação do Centro Universitário, seria o remanejamento do Curso de Direito para o *campus* II (até o final do ano de 2008 o curso de Direito funcionava no *campus* I. Atualmente, nessa estrutura funciona a administração do CPEA, que gerencia, entre outras coisas, duas faculdades e dois colégios). Com a ida deste curso para o *campus* II, o gasto com funcionários diminuiria em R\$ 984,55 mensais (CPEA, 2009b).

E, finalmente, a unificação dos setores administrativos (tesouraria/cobrança, administrativo, secretarias de setores, informática, limpeza, pró-reitoria de administração e planejamento, recursos humanos e, marketing e comunicação) entre CPEA e UNICS. A folha de pagamento destes setores era de R\$44.771,70. Com o enxugamento de funcionários que deveria ser feito, o ganho mensal ficaria em R\$25.538,07 (CPEA, 2009b).

Em síntese a economia, em valores aproximados, ficaria em R\$ 41.277,43 diretamente com folha de pagamentos, sendo R\$ 24.953,09 no UNICS e R\$ 16.324,34 no CPEA, o que ocasionaria uma economia com encargos de mais R\$ 26.830,32; sendo R\$ 16.219,50 no UNICS e R\$ 10.610,82 no CPEA. Totalizando, a reestruturação acarretaria uma economia mensal de R\$ 26.935,16 no CPEA e R\$ 41.172,59 no UNICS, totalizando R\$ 68.107,75 mensais de economia (CPEA,

2009b). A medida tomada para conter a crise seria o enxugamento na folha de pagamento, tanto do UNICS quanto do CPEA.

Importante destacar que estas medidas foram sendo implantadas gradualmente, a partir de 2008, no Centro Universitário. Todavia, não foram suficientes para conter a crise da Instituição.

Rodrigues (2007) afirma, em seu estudo que, em âmbito nacional, as instituições privadas tendem a continuar expandindo. O cenário, porém, não é muito animador. Os salários dos docentes da educação superior serão rebaixados, o número de estudantes por classe será ampliado, entre outros mecanismos que serão vislumbrados pela astúcia da razão burguesa. Por outro lado, com as variações na oferta e procura por força de trabalho docente, a iniciativa privada costuma pagar altos salários em algumas áreas de atuação.

Os dados analisados referentes à situação externa e interna do UNICS nos ajudam a entender melhor a crise enfrentada por esta Instituição. O alto índice de IES criadas na região de abrangência direta e indireta do UNICS, a redução do número de alunos matriculados, a porcentagem de evasão escolar e os gastos com os trabalhadores (docentes e funcionários administrativos) resultou numa significativa redução das receitas, atingindo um alto déficit. As alternativas para esta situação elencadas pelos gestores do CPEA seriam: adequar o UNICS à condição de Palmas e sua região de abrangência direta, pois seu raio de ação ficaria bastante limitado, já que a sua condição geográfica é desfavorável; reorganizar os cursos de graduação (abertura e fechamento de cursos e ajustes do número de vagas ofertadas); qualificar o ensino; cursos atrativos e que deem conta das demandas sociais; investimento em campanhas de marketing; e diminuição do número de professores e de técnicos administrativos para enxugar a folha de pagamento. Para tanto, o UNICS teria que ser de porte médio, qualificado e sustentável a médio e longo prazo. Ou seja, teria que deixar de ser Centro Universitário e voltar a ser Faculdade, pois diminuiria a obrigatoriedade legal de docentes contratados em regime de tempo integral bem como a porcentagem de docentes com titulação de mestrado e doutorado.

Voltar a ser faculdade talvez pudesse ser a opção mais correta, segundo Diel (29 abr. 2015),

[...] eu cheguei a puxar esta discussão, mas com a absoluta ignorância de todos os outros. A minha ideia era reduzir a faculdade de Palmas para 07 ou 08 cursos o que poderiam viabilizá-la financeiramente. Nós estávamos com 15 cursos e todos com entradas muito ruins. Nós fazíamos vestibular e oferecíamos cursos com 12 alunos, daí a gente estabeleceu o princípio do ponto de equilíbrio que daí os números foram dependendo do curso para 30 ou 35 alunos.

De acordo com o Fonseca (01 abr. 2015) “Esta possibilidade foi cogitada, porém seria um desgaste muito grande que não seria compreendido. Dificilmente a comunidade assimilaria isso. Teríamos que fechar cursos e fazer alguns ajustes”. “Seria um retrocesso. Não teria como explicar isso para a comunidade. Foi optado pelo caminho de publicizar, de tornar público. Se não tivesse dado isso, talvez, fosse uma opção” (PITON, 07 abr. 2015).

A busca de alternativas, junto ao Estado, para conter a crise financeira, tem sido, historicamente, uma prática muito comum desencadeada pelo CPEA. A título de exemplo, na data de 12 de dezembro de 2005, os Bispos da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, Dom José Antônio Peruzzo e Dom Agostinho José Sartori (Bispo Emérito), enviaram um Ofício ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, no intuito de solicitar ajuda do Estado para a situação que o CPEA e UNICS estavam enfrentando. Segundo o texto, a manutenção da porcentagem elevada de mestres e doutores com dedicação em tempo integral, para cumprir a legalidade estabelecida pelo MEC, que acabava onerando sobremaneira a folha de pagamento da Instituição, o e a abertura indiscriminada de IES na região acarretaram uma diminuição significativa de alunos no UNICS e, conseqüentemente, o enfretamento de sérios problemas financeiros inviabilizando, inclusive, o repasse de percentuais mais significativos de reajustes salariais aos funcionários e professores.

O texto também alerta para uma possível descontinuidade dos trabalhos educacionais e assistenciais desenvolvidos pelo CPEA e UNICS, por exemplo, administração das Faculdades VIZIVALI e FAF, participação financeira na formação dos seminaristas do Seminário Diocesano São João Maria Vianney e no Lar dos Velhinhos Nossa Senhora das Graças, contribuição econômica e administrativa junto à EISPAL, subsídio às mensalidades dos acadêmicos indígenas, programas de bolsa de estudos a alunos carentes, programa voluntário

de alfabetização de jovens e adultos, entre outras atividades.

No intuito de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo CPEA e UNICS um dos caminhos possíveis seria aumentar o valor das mensalidades, o que os acadêmicos, na sua maioria, não conseguiriam pagar. Nesse contexto, os bispos solicitam, já em 2006, ao Governador do Estado, entre outras coisas, a: 1) inclusão do CPEA e UNICS nas dotações orçamentárias para obras no prédio central e *campus* II com reformas (pintura e manutenção – aquisição de equipamentos, instrumentais e materiais para laboratórios dos cursos das áreas de exatas, biológicas e saúde) e; 2) convênio de parceria imediata com o objetivo de destinar aporte financeiro do Estado para que o UNICS possa manter a continuidade de seus programas.

A situação financeira do UNICS é destacada na Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA do dia 29 de abril de 2006. Segundo consta, a situação da Instituição é preocupante, pois estava previsto o encerramento do primeiro semestre com déficit.

Devido à crise financeira, a solicitação enviada pelos bispos foi atendida pelo Governo do Estado. Havendo, assim, o repasse de dinheiro público para o UNICS, por meio da SETI, numa quantia de R\$2.074.594,49 segundo consta na ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA do dia 17 de abril de 2007.

Foi um convênio com a SETI, em meados de junho de 2006, que resultou numa verba de dois milhões de reais para a compra de um micro ônibus, trator e, investimentos em laboratórios de química, engenharia civil e farmácia, pois a instituição já vinha numa trajetória de dificuldades de se manter (FONSECA, 01 abr. 2015).

Na ata citada acima, a utilização do dinheiro resultará na construção de laboratórios para análise de água, solo e combustíveis; construção de viveiros; aquisição de um ônibus (já adquirido); construção do biotério (já construído), bem como a melhoria do complexo de educação física e em mudanças na estrutura física do Bloco A.

Percebe-se, aqui, que recursos são transferidos para o setor privado ao invés de serem utilizados para a ampliação quantitativa e qualitativa da rede pública. No ensino superior, resultante da ineficiente expansão de IES públicas, o

principal subsídio é a verdadeira reserva de mercado, resultante deste processo (CUNHA, 2009).

Segundo Cunha (2009), a destinação de recursos públicos à iniciativa privada tem gerado discussões há décadas.

Como um aspecto da privatização da coisa pública, ou seja, da utilização de recursos públicos para apoiar a acumulação privada do capital, os subsídios governamentais ao ensino privado têm sido no Brasil um dos importantes eixos por onde se exerce tal apoio. Neste caso, mais do que em outros, o caráter antidemocrático da transferência de recursos públicos para o ensino privado se revela sem disfarces. Esse fato é tão mais grave quando se leva em conta que os recursos fazem falta não só para a expansão quanto para a própria manutenção do ensino público (p. 301-302).

Importante lembrar que no Brasil, paternalismo, oportunismo, compadrio e privilégios têm sido, desde o período colonial, o apanágio do tráfico realizado entre as mais importantes empresas particulares mantenedoras de escolas e o Estado (ALVES, 2005).

Em relação aos estudos desenvolvidos pelo CPEA (2009a, 2009b) no intuito de planejar uma reestruturação no UNICS, Diel (29 abr. 2015) destaca,

Nós fizemos um estudo amplo, de projetar para dez anos a Instituição. Depois que este estudo ficou pronto, tinha que se fazer, para se chegar a um equilíbrio mínimo, mudanças radicais de rumo. [...] a maioria de nós não estava preparada e disposta a fazer. A opção mais conveniente foi tentar a federalização.

Segundo a ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA do dia 06 de abril de 2009, o UNICS contabiliza 1.302 alunos, 111 professores, 66 funcionários. Sendo assim, seus gestores enfatizam a luta pela sua inclusão no processo de federalização que conta com o apoio de empresários, deputados, senadores e população.

Portanto a alternativa entendida como mais viável pelos dirigentes tanto do Centro Universitário quanto de sua mantenedora, era a “federalização” por meio da abertura de um *campus* da UFFS, que havia sido criada pelo Projeto de Lei nº 3774 de novembro de 2008. Discussões que os gestores do CPEA já vinham

participando desde o ano de 2005, no que diz respeito ao debate para pertencerem a esta Universidade com a incorporação da instituição de Palmas.

Segundo Diel (29 abr. 2015)

[...] Dom Agostinho a princípio não quis, foi reticente, Dom José no início foi muito cético. Mas quem de fato tomou a frente no processo de federalização foi a Profa. Ivânia, a Profa. Renata com o apoio um pouco mais a distância da Profa. Madalena. O Dom José depois que viu que o movimento tomou corpo ele incorporou a ideia.

Neste contexto, foi organizado pelo CPEA e UNICS um documento intitulado “Proposta de implantação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS como Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS” no ano de 2009.

O conteúdo enfatiza a necessidade de intervenção estatal na abertura de vagas públicas de educação em nível superior, pois existe uma grande demanda por matrículas especialmente as que se referem a populações historicamente excluídas, tais como povos indígenas, remanescentes de quilombolas, assentados de barragens, assentamentos de trabalhadores rurais sem terra e pequenos agricultores. Conforme dados do Plano Municipal de Educação (PME) de Palmas, aprovado em dezembro de 2008, apenas 4% da população possui graduação e 2% possui especialização, o que tornaria urgente a elevação do nível de escolaridade de Palmas e região (CPEA;UNICS, 2009a).

O documento destaca o trabalho que o UNICS desenvolveu para Palmas e região nas últimas décadas, durante as quais formou mais de 28 mil profissionais na mesorregião da fronteira sul, destacando-se também no aspecto da extensão universitária onde está o seu trabalho mais vocacionado. Todavia, Palmas continua apresentando um baixo IDH e IDEB (CPEA;UNICS, 2009a). Historicamente Palmas formou “os de fora”. E o prometido desenvolvimento para com “os da casa”, os “historicamente excluídos”, conforme idealizado na criação do CPEA e do UNICS?

O texto afirma que a luta pela federalização do UNICS tem apoio na ação popular e que, lideranças de Palmas e municípios vizinhos estavam desenvolvendo um amplo movimento junto à comunidade e a seus representantes

políticos. Neste sentido, aponta-se para as estratégias, as metas e os responsáveis neste processo conforme citação:

4. Estratégia: 4.1 - Mobilização de lideranças políticas e da sociedade civil organizada em torno da demanda de criação de vagas públicas para o ensino superior, pela integração do UNICS como campi da UFFS. Meta 01: Incluir, por meio de emenda parlamentar, o UNICS como campi da UFFS. Responsáveis: Lideranças políticas, reitoria do UNICS e CPEA. Meta 02: acompanhar o processo de elaboração e votação de Projeto de Lei destinado à inserção do UNICS na UFFS. Responsáveis: UNICS, CPEA, lideranças políticas e sociedade civil organizada de Palmas e região. 4.2 – Localização e inclusão dos beneficiários da implantação da UFFS. Meta 01: Articular as informações do sistema público estadual de ensino com a proposta de alcance da meta nacional para o ensino superior visando a matrícula de estudantes, com idade entre 18 e 24 anos e, demais interessados em concluir cursos de graduação propostos pela UFFS no campi do UNICS. Responsáveis: Secretaria de Estado de Educação, Núcleos Regionais de Educação, Reitoria do UNICS, Coordenadoria de Apoio ao Estudante do UNICS, diretores e pedagogos das escolas da rede pública e privada do Estado do Paraná e região. Meta 02: Permanência, com sucesso, de estudante com idade entre 18 e 24 anos e demais interessados em concluir cursos de graduação propostos pela UFFS, por meio de estratégias de nivelamento e acompanhamento das atividades universitárias por meio da aplicação de sua política educacional. Responsáveis: Dirigentes da UFFS e corpo docente e técnico-administrativo do UNICS. 4.3 – Localização e inclusão de sem terra, assentados, indígenas e quilombolas ao ensino superior. Meta 01: Articular ações dos dirigentes municipais no sentido de localizar e promover o acesso a populações excluídas. Responsáveis: Dirigentes de Secretarias/Departamentos de Educação dos municípios da área de abrangência geoeducacional do UNICS, Reitoria do UNICS e Coordenadoria de Apoio ao Estudante do UNICS. Meta 02: Apoio específico aos alunos oriundos de populações excluídas visando a sua permanência e terminalidade no ensino superior. Responsáveis: Dirigentes de Secretarias/Departamentos de Educação dos municípios da área de abrangência geoeducacional do UNICS, Reitoria do UNICS e Coordenadoria de Apoio ao Estudante do UNICS (CPEA;UNICS, 2009a, p. 07-08).

Por fim, o documento destaca que os recursos destinados à implantação da UFFS em Palmas poderiam ser oriundos do Tesouro Nacional, conforme proposta orçamentária a ser discutida entre as partes representadas: governo brasileiro e CPEA/UNICS.

Representantes destas duas entidades (CPEA e UNICS), contando com o apoio de empresários e comerciantes da Associação Comercial e Empresarial de Palmas (ACIPA), prefeituras dos municípios de Palmas e região, câmaras municipais de vereadores de Palmas e região, paróquias atreladas à Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, entidades organizadas e, da população de Palmas e região, buscaram apoio político por meio de deputados estaduais, deputados federais, senadores da República, Governador do Estado do Paraná, Ministro da Educação e Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e prefeitos dos municípios da região.

A estratégia foi de mobilizar a região por meio dos prefeitos, vereadores, padres, representantes de instituições, empresários, comerciantes e população em geral para pressionarem os políticos acima citados para que a luta em prol da federalização do UNICS fosse possível, o que traria desenvolvimento para a região, oportunizando a oferta de ensino superior público e de qualidade.

Constam nos registros, inúmeros ofícios enviados e realizadas algumas visitas a políticos (Ver algumas fotos no Anexo II), entre os meses de fevereiro, março e abril de 2009. Esses ofícios foram assinados pelo Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, Dom José Antonio Peruzzo, pela Reitora do UNICS, Prof. Dra. Ivânia Marini Piton e pela Primeira Vice-Presidente do CPEA, Profa. Ms. Renata Vascolcelos Basso Fonseca. Eram endereçados aos políticos, gestores públicos e representantes de entidades, solicitando apoio para a implantação do sexto *campus* da UFFS em Palmas, por meio da federalização do UNICS. Juntamente a esses estes ofícios foram encaminhadas inúmeras *moções de apoio*⁶⁴.

⁶⁴ Moções de apoio de: 1) prefeituras e câmaras de vereadores dos municípios: Palmas (PR), Coronel Domingos Soares (PR), Pato Branco (PR), Clevelândia (PR), Chopinzinho (PR), Coronel Vivida (PR), Honório Serpa (PR), Mariópolis (PR), Saudade do Iguaçu (PR), Francisco Beltrão (PR), Bom Sucesso do Sul (PR), Itapejara D'Oeste (PR), Verê (PR), Vitorino (PR), Passos Maia (SC), Água Doce (SC) e São Domingos (SC); 2) paróquias dos municípios: Palmas (Catedral do Senhor Bom Jesus da Coluna, Nossa Senhora Aparecida e Seminário São Joao Maria Vianney), Dois Vizinhos (Santo Antônio de Pádua e Imaculada Conceição), Francisco Beltrão (Co-Catedral Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei e Nossa Senhora da Salete), Pato Branco (São Pedro Apóstolo e Nossa Senhora de Fátima), Barracão (Nossa Senhora Aparecida), Salto do Lontra (Nossa Senhora Aparecida), Santa Izabel D'Oeste (Santa Izabel), São João (São João Batista), Cruzeiro do Iguaçu (Santíssimo Redendor), Santo Antônio do Sudoeste (Santo Antônio de Pádua), São Jorge D'Oeste (São Jorge), Verê (São Joaquim), Realeza (Cristo Rei), Renascença (Cristo Rei), Enéas Marques (São José), Capanema (Nossa Senhora do Sagrado Coração), Pranchita (Nossa Senhora do Carmo), Saudades do Iguaçu (Nossa Senhora Mãe da Igreja), Nova Prata do

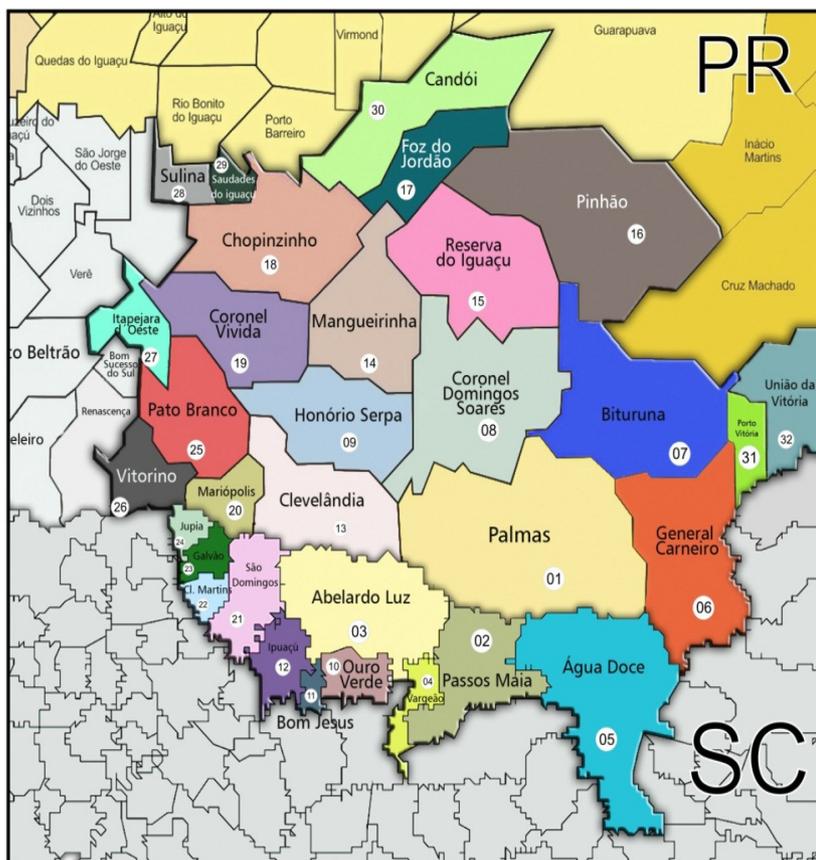
O conteúdo dos ofícios sinaliza para a necessidade de intervenção do Estado em políticas públicas para o ensino superior, pois o Centro Universitário que sempre foi uma referência para o desenvolvimento educacional e socioeconômico de Palmas e região (levando em consideração a realidade de tais municípios: agricultura familiar, Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), comunidades quilombolas, comunidades indígenas e áreas de preservação ambiental), atualmente não colabora mais com a magnitude necessária. A IES de Palmas, que nasceu para ser grande, historicamente, ficou “com os grandes” e, devido ao aumento da concorrência e diminuição das receitas, ocasionando uma crise financeira, buscou refúgio (junto ao Estado) para que este atendesse “os pequenos”.

O documento (CPEA;UNICS, 2009a) aponta que a realidade dos municípios descritos acima comprovam a “vocação” para a inserção da UFFS, conforme o mapa da figura 27.

Iguaçu (Nossa Senhora do Bom Parto), Marmeleiro (Santa Rita de Cássia), Sulina (Sagrada Família), Mariópolis (São Francisco de Salles), Clevelândia (Nossa Senhora da Luz) e Planalto (Nossa Senhora de Lourdes); 3) comunidades quilombolas de Palmas; 4) Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná – Microrregião 14 (ACAMSOP M'14); 5) Instituto Chico Mendes – Biodiversidade (Refúgio da Vida Silvestre – Unidades de Conservação próximas a Palmas-PR); 6) Rede Bom Jesus de Comunicação (Rádios Club AM e Horizonte FM – Palmas-PR; Radio Difusora América AM – Chopinzinho-PR, Rádio Onda Sul FM – Francisco Beltrão-PR e Rede Bom Jesus News; 7) Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Palmas e; 8) União dos Vereadores do Paraná (UVEPAR).

Figura 27: Região de abrangência do UNICS.

REGIÃO DE ABRANGÊNCIA “VOCACIONADA” DO UNICS



* Informações obtidas junto aos sites oficiais do PRONAF, INCRA, ITC, FUNAI e Sindicatos Rurais dos municípios citados.
Obs.: Muitos dos municípios conflitam os dados pois alguns assentamentos fazem parte do programa Agricultura Familiar, já outros municípios não disponibilizam informações de assentados.

Presenças Indígenas:
Iguaçu - SC: 760 famílias.
Em áreas compreendidas na fronteira de Palmas e Abelardo Luz, vivem 650 índios.
Presença de Quilombolas:
Palmas conta com 3 comunidades, são elas:
Castorina Maria da Conceição/Barro Fortunato
Adelaide Maria Trindade Batista/Barro São Sebastião
Rocio e Tobias Ferreira/Barro Lagolo.

LEGENDA

	Agricultura Familiar*	Assentamentos*	Distância (Km)
01	202 famílias	205	
02	300 famílias	438	33
03	1055 famílias	1418	45
04	236 famílias		113
05	620 famílias	287	149
06	286 famílias	150	96,5
07	1300 famílias		152
08	575 famílias	320	46,5
09	200 famílias	500	94
10	375 famílias		62
11	190 famílias	18	67
12	460 famílias		49
13	541 famílias	208	40
14	1039 famílias	346	70
15	115 famílias		153
16	1700 famílias	201	228
17	122 famílias		141
18	1626 famílias		110
19	1862 famílias	1500	116
20	480 famílias		74
21	600 famílias		76
22	300 famílias	2 (assentamentos)	96
23	946 famílias		97
24	400 famílias		107
25	840 famílias		91
26	480 famílias		104
27	00		132
28	617 famílias		150
29	316 famílias	180	136
30	997 famílias		134
31	200 famílias		143
32	700 famílias	180	140

Fonte: UNICS – DVD (2009).

Foi observada também a estrutura física⁶⁵ do UNICS. Algumas fotos da estrutura predial do UNICS constam no Anexo III.

⁶⁵ O Centro Universitário ocupa no *campus* I, um terreno no centro de Palmas com um prédio de 8.500 m² e no *campus* II uma área de 761.235 m², com diversos prédios, somando, 19.142 m² de área construída. A estrutura física dispõe de 72 salas de aulas e 64 salas destinadas à administração, coordenações e professores, 21 laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, salas ambiente, um grande complexo desportivo, auditórios, biblioteca setorial e uma ampla biblioteca central totalmente informatizada, com um acervo de 104.088 exemplares de livros e periódicos, com gabinetes e salas de estudo. No primeiro semestre de 2009 tinha em torno de 1.300 alunos, sendo que, anualmente são oferecidas 845 vagas. No que se refere aos recursos humanos possui 60 funcionários técnico-administrativos e 126 professores. Oferta, neste período, os seguintes cursos: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Direito, Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Enfermagem, Farmácia, Letras, Matemática, Pedagogia, Química, Sistemas de Informação e Tecnologia Agroflorestal. O planejamento contido no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI prevê a implantação de Tecnólogo em Turismo – foco em Turismo Rural e Tecnologia em Produção Leiteira.

Segundo o teor destes ofícios, o município de Palmas participou desde o ano de 1998 de fóruns e seminários com temáticas voltadas à situação e às perspectivas da região no intuito de traçar, junto com outros municípios, estratégias para melhor aproveitar as oportunidades, criando e fomentando novos investimentos para a região. No ano de 2002, quando o MIN lançou a Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, estimulando a criação dos fóruns das mesorregiões do país, com vistas a articular ações conjuntas, viabilizando um desenvolvimento integrado e sustentável das diferentes regiões, representantes do UNICS e sua mantenedora participaram de diversas discussões ao longo do processo. Na oportunidade, Palmas manifestou o seu interesse em sediar um *campus* da Universidade Federal, que abrangeria a Mesorregião da Fronteira Sul. A última reunião em que estes representantes participaram se deu no mês de novembro de 2007 no município de Francisco Beltrão-PR onde se convencionou que na próxima reunião, em Florianópolis-SC, seriam definidas as sedes dos *campi* desta Universidade. Entretanto a partir deste momento cessaram as informações sobre as reuniões e, posteriormente surgiu a notícia da definição de criação de 03 campi (Chapecó-SC, Erechim-RS e Laranjeiras do Sul-PR), com 02 cursos para cada *campi* voltados a áreas técnicas da agricultura familiar. Contudo, a configuração foi outra. A criação de 05 *campi*, com todas as áreas de conhecimento que o UNICS oferta e com dez mil vagas. Neste sentido, devido à sólida presença institucional nas diversas áreas de conhecimento, à participação nos fóruns da Mesorregião e a atuação nos aspectos socioeducacionais, o UNICS, sua mantenedora, a comunidade local e regional passou a se manifestar para integrar esta IES como um *campus* desta Universidade da Mesorregião.

Na oportunidade, o Bispo Emérito de Palmas – Francisco Beltrão encaminhou um ofício para o Governador do Paraná Roberto Requião. O teor do ofício é uma solicitação pessoal de apoio, diante da amizade e admiração pelo homem público que o Bispo dedica ao Governador, quanto à possibilidade de o mesmo interceder junto à Presidência da República, no sentido de viabilizar a instalação de um *campus* da UFFS. No texto, o Bispo afirma que a força do Governador é decisiva e determinante para o êxito desse pleito.

As discussões para a implantação de um *campus* da UFFS em Palmas

tomaram uma envergadura significativa em Palmas e região com o envolvimento de políticos, empresários e a população em geral. Neste contexto, no dia 02 de abril de 2009 o Deputado Federal Airton Roveda apresentou Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei nº 2199 de 2007 que autoriza a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFGFM). Pela Emenda o Art. 4ª do Projeto de Lei nº 2199 passa a contemplar Palmas-PR com um *campus* da UFGFM.

A Universidade UFGFM terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o Norte do Rio Grande do Sul, com *campus* nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o Oeste de Santa Catarina, com *campus* no Município de Chapecó, e o Sudoeste do Paraná e seu entorno, com *campus* nos Municípios de Laranjeira do Sul, Palmas e Realeza (BRASIL, 2009, Art. 04).

Na data de 07 de abril de 2009, o então Governador do Paraná em exercício, Orlando Pessuti, encaminhou o Ofício (OF CEE/G 032/09) ao Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad. Neste, enfatiza a relevância da incorporação do UNICS – que desenvolve a mais de 40 anos o nobre trabalho em formar cidadãos, sejam docentes, sejam profissionais de outras áreas – à UFFS, uma vez que o mesmo passa por dificuldades.

O Deputado Federal Ângelo Vanhoni, no dia 15 de abril de 2009, apresentou a Emenda Modificativa nº 03 ao Projeto de Lei nº 2199/2007, na qual afirma em seu texto de justificativa que “Ressaltando que o município de Palmas tem uma larga história no âmbito educacional da mesoregião da fronteira sul, sendo de suma importância a sua inclusão”.

O Deputado Federal Alfredo Kaefer, na função de Relator, na data de 15 de abril de 2009, por meio de Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 3774 de 2008, apensado ao Projeto de Lei nº 2199/2007. Via esta Emenda, o Art. 02 passa a contemplar Palmas-PR com um *campi* da UFFS.

A Universidade UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o Norte do Rio Grande do Sul, com campi nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o Oeste de Santa Catarina, com campi nos Municípios de Chapecó, e o Sudoeste do Paraná e seu entorno, com campi nos Municípios de Laranjeira do Sul, Palmas e Realeza (Art. 02).

De acordo com Piton (07 abr. 2015), de 13 a 17 de abril de 2009, a comissão do CPEA/UNICS visitou, juntamente com Alexandre de Carli (representando os empresários e comerciantes de Palmas) e o vereador Nilo Deitos, em Brasília-DF, deputados e senadores para apresentar o projeto para incorporar o UNICS à UFFS. A foto da visita consta do Anexo IV.

Contudo, a “federalização” do UNICS por meio da UFFS não foi possível. Segundo a Deputada Estadual Luciana Rafagnin, envolvida no processo, a ideia de incorporação do UNICS à UFFS não tem a eficácia desejada porque a UFFS está em fase de implantação e, porque o desenho dela envolve três Estados. “Para o MEC, teria de se pensar um *campus* a mais não só no Paraná, mas também nos outros dois Estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a fim de contentar todos os atores sociais envolvidos” (RAFAGNIN, 2012, p. 01).

Em relação à tentativa frustrada da UFFS incorporar o UNICS, Diel (29 abr. 2015) afirma que,

A UFFS era uma instituição que veio com cartas bem marcadas, pois ela foi fortemente influenciada pelos movimentos sociais e quem abraçou de fato e não largou mais para discussão e abertura foram os prefeitos PT, os candidatos do PT e não viam com bons olhos esta integração. [...] Queria se criar uma universidade para os movimentos sociais. [...] inclusive foram feitas reuniões sem que a gente soubesse e aí quando se viu as decisões já estavam tomadas, os municípios decididos.

Segundo as entrevistas realizadas, o projeto da UFFS não era para incluir Palmas. “Ficou muito claro que a intenção da Fronteira Sul, a partir das reuniões que participamos, era tirar Palmas do processo. Eles tinham medo que Palmas fosse sede. Na verdade, Chapecó queria ser sede” (LIMA, 06 abr. 2015). De acordo com Piton (07 abr. 2015), os políticos diziam que tanto o UNICS quanto

Palmas eram conservadores e, que a Fronteira Sul era uma instituição desenhada para os movimentos sociais. “No projeto deles não tinha espaço para nós. Mas, nós, com o apoio do Deputado Federal Rodrigo Rocha Loures, usamos isso, para poder chegar”.

Fonseca (01 abr. 2015) destaca que “Foi uma sacada política. Foi a forma como nós conseguimos para entrar na briga”. Neste mesmo sentido, Piton (07 abr. 2015) afirma que “Foi uma sacada política, com contribuição do Deputado Federal Airton Roveda que fez a emenda parlamentar”. No Anexo V consta a foto de integrantes do UNICS e CPEA participando da reunião, no Município de Realeza-PR, referente à implantação dos *campi* da UFFS.

Outra tentativa sinalizada pelo UNICS e CPEA foi de implantar um *campi* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Em Ofício enviado ao Reitor desta Universidade destaca-se novamente a necessidade da intervenção do poder público com a oferta de ensino superior público na região, garantindo assim maior acessibilidade à formação acadêmica de nossos cidadãos. Entretanto, este processo não obteve êxito.

Segundo Piton (07 abr. 2015), as aproximações com a UFPR se deram via tentativas orais em que o Rodrigo Rocha Loures marcava reuniões com o Reitor da Universidade. Fonseca (01 abr. 2015) afirma que a UFPR se mostrou interessada. Porém, “Nós teríamos que entrar no REUNI, era uma possibilidade menos concreta, o que poderia demorar muito. Eles não tinham verba para assumir e, não iriam incorporar os alunos” (PITON, 07 abr. 2015). Porém, segundo as entrevistadas, o processo de incorporação à UFPR demandaria muito esforço o que não foi encarado como viável pelos gestores do CPEA.

Então, diante das tentativas frustradas de “federalizar” o UNICS, surge a possibilidade, por meio de articulações político-partidárias, do Centro Universitário ser incorporado pelo IFPR, pois, este, estava expandindo seus *campus* pelo Estado. Assim, no capítulo seguinte, explicitam-se as redes e os meandros da negociação entre as esferas pública e privada, que resultou na implantação do IFPR – *campus* Palmas.

4. O PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO UNICS

O capítulo final deste estudo objetiva problematizar e explicar os meandros e as redes do processo de “federalização”, ou seja, da venda do UNICS para o Estado do Paraná, a doação do centro universitário para o Governo Federal e, a partir daí, a implantação de um *campus* do IF. Para tanto, foi priorizada a análise das questões que foram decisivas para a extinção da instituição, que foi “federalizada”.

4.1 A IMPLANTAÇÃO DO IFPR – *CAMPUS* PALMAS

Com as políticas de expansão da educação pública federal, o governo instituiu a Rede Federal de EPCT, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008). É nesse contexto que, em meados do ano de 2009 - uma vez que as tentativas, de forma mais particular, de incorporação do UNICS à UFFS foram frustradas, pois o Governo Federal descartou a proposta alegando que isso retardaria a instalação da mesma e que não havia dotação orçamentária para tanto – houve a possibilidade de criação de um *campus* do IFET, hoje, IFPR em Palmas, pois o Instituto estava em processo de expansão de seus *campi* no Estado.

Segundo Diel (29 abr. 2015)

[...] surgiu a possibilidade do Instituto Federal. Nós não conhecíamos o Estatuto, o Regimento [...] fomos estudar os documentos. [...] quando olhei os documentos, vi com bons olhos pois o Instituto Federal integraria ensino técnico, o ensino superior com possibilidade inclusive de pós-graduação lato e stricto sensu. Eu achei que para o ambiente de Palmas isso seria extremamente interessante por ser uma região pobre. [...] aí construiu-se toda a articulação política ao redor justamente da federalização.

Considerando o processo de articulação política, segundo Piton (07 abr. 2015)

No final do mês de abril de 2009, por ocasião do encontro com os prefeitos em Curitiba, em que estavam presentes o Governador do Estado do Paraná e o Ministro da Educação, o Rocha Loures ligou e pediu para falar com os dois bispos. Neste telefonema, os bispos conversaram com o Fernando Haddad e com o Requião e trataram que o UNICS seria transformado em Instituto Federal.

Foi, então, elaborado pelo CPEA e UNICS o documento “Proposta de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Unidade Sudoeste/Sul do Paraná – na atual estrutura do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS”.

O documento é semelhante, com pequenas modificações, ao enviado anteriormente à UFFS. Dentre outras modificações, a que destacamos é em relação aos investimentos para a compra da estrutura do UNICS. O texto aponta que os recursos para a compra do Centro Universitário poderiam ser oriundos do Estado do Paraná e do Tesouro Nacional, conforme proposta orçamentária a ser discutida entre as partes representadas: Governo do Estado, Governo Federal e CPEA/UNICS (CPEA;UNICS, 2009b). Aparece, portanto, o Governo do Estado do Paraná como uma das partes representativas no processo de “federalização” da Instituição.

Segundo Piton (07 abr. 2015) e Fonseca (01 abr. 2015), no início do mês de maio de 2009 a comitiva do CPEA/UNICS representou o Bispo Dom Agostinho junto ao Governador. Na ocasião, o Chefe de Gabinete do Governador afirmou que não seria possível a incorporação do UNICS à UFFS, mas sim possível junto ao IFPR, que pode oferecer cursos superiores e pode manter os cursos vigentes, o que tinha sido uma exigência do CPEA. Tal exigência feita pela mantenedora pode ser entendida como estratégia artífice de, moralmente, “cair em pé”. Ainda de acordo com os entrevistados, no dia 21 de maio, Alípio Leal (Reitor do IFPR) e Carlos Moreira (Chefe de Gabinete do Governador) com uma comitiva, visitaram o UNICS para conhecê-lo. De acordo com Piton (07 abr. 2015), “na semana subsequente eu, a Renata, o Dom José, o Vanhoni, e o Rocha Loures, fomos falar com Fernando Haddad”.

A proposta de implantação do IFPR em Palmas foi analisada, avaliada e discutida também pelo Conselho Universitário do UNICS (CONSUN) e pelo CPEA no dia 23 de junho de 2009. Posteriormente, a questão foi levada ao Conselho

Diretor, entidade máxima do CPEA, que convocou uma Assembleia dos seus associados para que juntos com o UNICS (Reitoria, professores, representantes discentes e comunidade como um todo) pudessem firmar algumas diretrizes para embasar as conversações com o IFPR, Governo do Estado e União. Depois de estudada a legislação que regulamenta a criação dos IFs, chegou-se à conclusão de que é até mais adequada a criação deste do que uma universidade, pois o mesmo atende de forma mais ampla e objetiva a região de Palmas, oferecendo educação gratuita que vai do ensino médio, passando por graduação até pós-graduação.

Este processo de federalizar o UNICS se fazia num contexto histórico em que estava acontecendo uma significativa ampliação de vagas públicas federais tanto para o ensino superior como para o ensino técnico, com o aumento de vagas em universidades (REUNI), criação de novas universidades e criação dos IFs. Era o momento em que havia uma pressão muito forte pela gratuidade do ensino, segundo Lima (06 abr. 2015), “[...] foi nesse momento que o CPEA teve a sensibilidade de entender que tinha que cumprir esse papel social. E que, se ele não podia dar esta gratuidade, teria que passar a alguém que podia”.

Nesse contexto, em 02 de julho de 2009, o Bispo Diocesano Dom José Antonio Peruzzo, escreve um Ofício ao Núncio Apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldissieri, portanto, se remetendo à Sé Apostólica, para consultar sobre a federalização do UNICS e venda dos prédios e laboratórios. No Anexo VI tem-se a foto do momento do encontro.

O ofício enfatiza o complexo momento histórico da criação do UNICS, o que gerou, também para o CPEA, sérios problemas financeiros, devido à regulamentação do ensino superior no Brasil a partir da década de 1990, o que significou a entrada de capital privado para investimentos na educação superior. Desta forma, cresceram de forma assustadora e desregulamentada as universidades e faculdades privadas. No bojo destas mudanças houve, também, um aumento de oferta de EaD.

O documento cita alguns problemas enfrentados pelo UNICS dentre os quais se destacam: 1) a ampliação do número de instituições de ensino em toda a região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina; 2) desproporcionalidade, que ultrapassa 400%, entre oferta de vagas para cursos do ensino superior e o

número de candidatos formados do ensino médio; 3) como Centro Universitário cumpre a obrigatoriedade legal do percentual de docentes, mestres e doutores trabalhando em regime de tempo integral, o que elevou os custos da folha de pagamento; 4) condição regional em que o UNICS está inserido, pois o mesmo encontra-se distante dos centros econômicos regionais, dificultando o acesso do aluno à instituição; 5) baixo IDH e baixa renda per capita de Palmas indica que a maioria da população deste município é pobre, o que dificulta o acesso dos alunos já que não têm condições de pagar as suas mensalidades e; 6) investiu-se numa estrutura muito grande e, somente em Palmas, acreditando que os alunos continuariam vindo a este município. Hoje, a Instituição possui uma estrutura grande e moderna o que exige um alto custo fixo para a sua manutenção.

Assim, segundo o documento, o CPEA julgou positiva a federalização pelos seguintes fatores: 1) tornará pública uma instituição que manterá sua missão de educar e formar pessoas numa região bastante carente; 2) retirará do CPEA um ônus muito pesado, pois a mantenedora banca as diferenças orçamentárias do UNICS, o que a médio prazo, não terá mais condições financeiras. Esta crise poderá se alastrar para a Diocese o que lhe traria muitos problemas; 3) a federalização não significa o fim do CPEA. Este continuará existindo e promovendo a educação superior na Diocese já que administra duas outras faculdades, a FAF, a VIZIVALI e os Colégios Bom Jesus (municípios de Palmas e Chopinzinho); 4) a federalização não trará perdas financeiras para o CPEA, pois está se negociando a venda de suas instalações que foram averbadas por técnicos e estão orçadas em 21 milhões de reais. Negocia-se também, juntamente ao processo de federalização, uma verba indenizatória para efetuar a demissão de todos os funcionários e professores, garantindo-lhes seus direitos e isentando assim a mantenedora de qualquer perda financeira e; 5) o CPEA concretizará juntamente com a comunidade palmense o velho sonho de possuir na sua cidade uma universidade, gratuita e de qualidade.

Por fim, solicitando que a Santa Sé acolha positivamente a proposta de “federalização” do UNICS e a venda da propriedade que abrigou esta Instituição – enfatiza que será um ganho cultural, político e social para toda a região de Palmas e também para a Igreja Diocesana, pois a mesma terá mais tranquilidade para se concentrar em suas atividades pastorais e de formação com as outras

instituições que ainda ficarão sobre a administração do CPEA. No entanto, não tivemos acesso à resposta da Santa Sé, em relação à venda do Centro Universitário.

Segundo Diel (29 abr. 2015), “[...] foi feito todo um processo para que a Santa Sé admitisse isso, porque a Igreja não vê com bons olhos o fechamento de suas instituições. Ela quer manter suas instituições ativas, influenciando e formando pessoas, dentro da ideologia”.

Graças a sua evangelização, as IES católicas, estão diretamente vinculadas ao preparo do cidadão responsável, por contribuir para o direcionamento da sociedade de acordo com os valores do catolicismo, o bem-comum e a fraternidade (SANT’ANNA, 2002). A razão fundamental da existência da rede de educação católica está ligada ao processo de divulgação dos princípios ideológicos católicos (SENRA, 2008).

É penoso para a Igreja perder suas instituições educacionais, pois as mesmas objetivam, num mundo secularizado, garantir o equilíbrio entre ciência, fé e razão. Inclusive o lema do UNICS que estampava sua página na internet e nas placas de publicidade era “Ciência, Razão e Fé”. Nesse sentido, o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) no documento “Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano” realizado em Santo Domingo, na República Dominicana, no ano de 1992, destaca um desafio enfrentado pela Igreja no processo de evangelização.

Um destes desafios à evangelização é intensificar o diálogo entre as ciências e a fé, em ordem a criar um verdadeiro humanismo cristão. Trata-se de mostrar que as ciências e a técnica contribuem para a civilização e humanização do mundo, na medida em que estão penetradas pela sabedoria de Deus. A este propósito desejo encorajar vivamente as Universidades e Centros de Estudos Superiores, especialmente os que dependem da Igreja, a renovar o seu empenhamento no diálogo entre fé e ciência (*apud*, SANT’ANNA, 2008, p. 224).

Sintetizando, os documentos analisados, escritos pelo CPEA/UNICS, enfatizaram, na sua maioria, que o ensino superior no Brasil, a partir dos anos de 1990, sofreu significativo processo de transformação o que ocasionou uma ampliação da oferta de vagas na região, acarretando uma defasagem entre as

vagas oferecidas pelas IES, em contrapartida aos egressos do ensino médio que efetivamente procuram a educação em nível superior em Palmas e, conseqüentemente, um déficit financeiro, na IES investigada. Segundo os documentos, pelo comprometimento do CPEA e do UNICS com o desenvolvimento regional, há a necessidade da intervenção estatal no que concerne à oferta de ensino superior público, garantindo maior acessibilidade à formação acadêmica aos cidadãos de Palmas e região, tendo em vista os baixos índices de IDH, IDEB e de renda per capita. Isto concretizaria o sonho da sociedade palmense de ter uma IES pública e desoneraria o CPEA e a Diocese de Palmas e Francisco Beltrão.

A palavra “solução” é encontrada em vários registros de depoimentos de políticos e das pessoas envolvidas neste processo. Portanto, todos os envolvidos buscavam uma solução para a crise do UNICS. A ideia de realização do sonho, com a implantação do IF, de se ter uma universidade em Palmas foi usado como artifício linguístico falacioso. Na verdade, os acordos entre o público e o privado contribuíram para solucionar um pesadelo.

No decorrer do segundo semestre de 2009, o processo de integração do UNICS ao IFPR já estava sendo delineado. A partir de Piton (07 abr. 2015), “O processo de integração ganhou mais força quando, nesta luta assumiram políticos como os deputados federais Ângelo Vanhoni e Rodrigo Rocha Loures” que fizeram toda a articulação política com o Governo Federal, mais especificamente com o Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Com a aprovação em Assembleia e dos Conselhos do CPEA e do UNICS, conforme consta em ata, e com anuência do IFPR e incentivo dos empresários e associações de classe, o processo conduzido por Dom José Antônio Peruzzo e pelas professoras Ivania Marini Piton e Renata Vasconcelos Basso Fonseca, com o apoio da Comissão Pró-Federalização, seguiu sua tramitação legal. Ressalta-se que o direito dos alunos seria resguardado (CPEA, ATA 02/2010). O acordo foi o seguinte: o Governo do Estado do Paraná desapropriaria, junto ao CPEA, a estrutura física do UNICS e o Governo Federal assumiria a antiga Instituição, com todos os cursos que estavam em andamento e os alunos matriculados, criando um novo *campus* do IFPR.

A notícia se espalhou pela da mídia falada e escrita. Como exemplo

citamos a reportagem do dia 19 de novembro de 2009 do Jornal Tribuna de Cianorte enfatizando que o Ministro da Educação, Fernando Haddad, garantiu mais 08 IFET's para o Estado do Paraná. Um deles seria o *campus* Palmas “[...] onde o Governo do Estado vai desapropriar um prédio e doar ao Governo Federal para que instale uma unidade do IFET” (Tribuna de Cianorte, 2009, p. 01).

Desde a década de 1990, o processo e as intenções de tornar públicas as Faculdades de Palmas “[...] ficaram na memória de Dom Agostinho e do Requião. Inúmeras vezes o Requião nos falava que ele devia isso para Dom Agostinho” (PITON, 07 abr. 2015). Segundo esta entrevistada, “A amizade do Dom Agostinho com o Requião foi fundamental para o processo de federalização. Também, teve um contexto de expansão de instituições públicas, propício”. Segundo Nazaro (2011) Dom Agostinho recebeu ajuda de seu grande amigo, Requião, para federalizar o UNICS.

Em entrevista concedida para a pesquisa na data de 08 de agosto de 2013, Roberto Requião destaca as ações do seu governo em relação à educação superior, relembra a tentativa de tornar públicas as Faculdades de Palmas na década de 1990 e afirma que atendeu ao pedido de Dom Agostinho para federalizá-la.

O Paraná tem seis Universidades Estaduais e sete Faculdades estaduais. Pela Constituição, o ensino superior é de responsabilidade do Governo Federal. Mas de 2003 a 2010 assumi esta conta para garantir qualidade e continuidade dos cursos. Neste período, o Governo do Paraná investiu R\$ 6,3 bilhões em ciência, tecnologia e ensino superior. Desde a década de 90 havia negociações para tornar a Instituição pública. A UNICS precisava de apoio e atendendo um pedido do Dom Agostinho, o Governo do Estado desapropriou e adquiriu as instalações do Centro Universitário por R\$ 14 milhões (REQUIÃO, 08 ago. 2013).

Enfatizando sobre o movimento de algumas instituições e de políticos que se engajaram no processo de articulação para a “federalização” do UNICS, Diel (29 abr. 2015) destaca a relação entre Dom Agostinho e Requião:

[...] o importante foi a mobilização local de algumas instituições e também a participação de políticos que foram contatados e simpatizaram com a ideia. Um fator decisivo era justamente a boa relação que Dom Agostinho tinha com o Requião. Uma relação histórica de amizade de trocas recíprocas de favores. De longa data eles tinham uma relação altamente positiva, a nível individual e isso também acho que se reverteu em algumas situações públicas para a Igreja e politicamente para o Requião. Ai então o Requião topou a ideia (DIEL, 29 ago. 2015).

Falando da sua participação no processo de “federalização” do UNICS Requião (08 ago. 2013) destaca que, “Era governador na época e viabilizei a desapropriação do prédio. E também tinha uma boa relação com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, que foi muito sensível à nossa demanda”. O entrevistado continua afirmando que “A amizade com Dom Agostinho, a preocupação em garantir ensino superior de qualidade para nossos alunos e o desenvolvimento de Palmas e região foram as razões que me colocaram nesta luta”.

A relação de amizade entre Dom Agostinho José Sartori e Roberto Requião⁶⁶ se estendeu por décadas. Muitas foram as visitas e telefonemas trocados para o tratamento de assuntos de interesse de ambas as partes. Como exemplo, cita-se o apoio público de Dom Agostinho à reeleição de Requião ao Governo do Estado e a declaração deste se referindo à ajuda do Estado (no seu governo) ao UNICS (conforme explicitado já neste trabalho), quando do encontro no Palácio da Coluna (residência do Bispo). Segundo a reportagem do Jornal Impacto *on-line* de 17 de agosto de 2010 o Bispo Dom Agostinho teria afirmado:

⁶⁶ Quando do falecimento de Dom Agostinho em 06 de junho de 2012, Roberto Requião, então Senador da República, em pronunciamento, no Senado Federal, destacou: “Ao longo da minha vida política, foi um de meus amigos mais próximos e fraternos. Dom Agostinho não honrou apenas a Igreja Católica. Honrou o nosso Paraná e o nosso Brasil. [...] A Bíblia nos fala dos homens bons, que agradam a Deus e a quem devemos reverenciar. Dom Agostinho José Sartori era um desses homens bons, justos e honestos de que falam as escrituras. Que Deus o tenha, meu velho amigo e companheiro” (<<http://www.robortorequiao.com.br/requiao-lamenta-morte-de-dom-agostinho-bispo-emerito-de-palmasfrancisco-beltrao/>>. Acesso em: 12 fev. 2014). Para ver pronunciamento completo acessar: <http://www.youtube.com/watch?v=eRubor54iNY>. Acesso em: 14 fev. 2014.

Não posso deixar de dizer que gostaria que ele continuasse no Governo do Estado. Ele tem demonstrado muita sensibilidade por Palmas e pela região, que é uma das mais necessitadas do Paraná, merece e precisa da atenção do governo e de todos os que se dedicam a trabalhar pelo povo.

E continua afirmando que as instituições de Ensino Superior de Palmas melhoraram significativamente no Governo Requião, “Ele (Requião) prestou especiais serviços de estímulo ao UNICS e às Faculdades Integradas de Palmas, restabelecendo o entusiasmo da comunidade acadêmica da cidade”. Na ocasião Requião destacou que a parceria entre o Estado e o UNICS deveria servir de modelo para outras instituições de ensino superior, demonstrando, portanto, como são porosas ou tênues as fronteiras entre o público (Estado) e o privado (aqui - a Igreja).

No meu primeiro governo (1991-1994), fiz um acordo com o Dom Agostinho para repassar recursos para a UNICS, e em troca se estabeleceu quase a gratuidade do ensino. Hoje, a UNICS assume algumas tarefas de apoio ao Estado e se viabiliza financeiramente. Na minha opinião, as universidades convencionais deveriam ser todas públicas, dirigidas pelas instituições religiosas, mas mantidas pelo Estado.

Desconhecendo as razões históricas desta relação de amizade (que de fato era muito forte e presente), o que fica evidente é uma relação de trocas de favores. De um lado a legitimação de um governo visando ajudas financeiras. De outro, ajudas financeiras visando o apoio político eleitoral. A Igreja da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, intermediada por Dom Agostinho, sempre manteve uma relação harmoniosa com Requião. Por meio da Agência de Notícias do Estado do Paraná, foi divulgada a notícia “Bispos aprovam condução social do governo Requião”, fazendo referência à visita feita no dia 17 de janeiro de 2006, por Dom Agostinho ao Governador para apresentar o novo Bispo Diocesano, Dom José Antonio Peruzzo. Na ocasião também estiveram presentes no encontro, a Reitora do UNICS Zenith Santos Ribas⁶⁷ e o Pró Reitor Administrativo e Tesoureiro da mantenedora (CPEA) Guilherme Cremasco (Ver fotos do encontro no Anexo VII).

⁶⁷ Zenith Santos Ribas foi Reitora do UNICS no período de 2004 a 2007.

No dia 15 de agosto de 2009, na *Escola de Governo*⁶⁸ do Paraná, transmitida pelo canal de televisão Paraná Educativa, atualmente E-Paraná, foi divulgado o processo de compra pelo Estado do Paraná da estrutura do UNICS e a doação desta para o Governo Federal. No evento, Carlos Augusto Moreira Junior (Chefe de Gabinete do Governador) destaca a firme decisão do Governador em desapropriar o UNICS para que pudesse ser criada uma IES federal e apresenta, sinteticamente, o trâmite deste processo enfatizando a estrutura do Centro Universitário. O Reitor do IFPR, Alípio Santos Leal Neto, observa a honra do IFPR em participar deste projeto apresentado pelo Governo do Paraná e o UNICS para complementar a falta de um IES pública na região e manter o trabalho que vem sendo feito pelo Centro Universitário. Finaliza enfatizando o entendimento entre o Governador e o Ministro da Educação (Fernando Haddad) e a articulação de sua chefia de gabinete. A Reitora do UNICS, Ivânia Marini Piton, enfatiza os trabalhos desenvolvidos pela Instituição no decorrer da sua história, porém, salienta que o momento histórico motivou a buscar alternativas. Segundo ela, o investimento que o Governo Requião está fazendo é o maior investimento público que o município de Palmas já teve. Renata Vasconcellos Basso Fonseca enfatiza a movimentação de lideranças locais para federalizar o UNICS e a relevância de Dom Agostinho como mediador junto ao Governador para buscar alternativas para a IES. Ou seja, a mantenedora recorreu ao Governador Requião para que a IES se tornasse pública. O Bispo Diocesano, Dom José Antônio Peruzzo, por sua vez, destaca as claras decisões e determinações vigorosas durante o processo e a amizade – de muitos tempos –, entre Dom Agostinho e Requião, que foi fundamental para a realização deste projeto. Por fim, o Governador enfatiza que ele parece ser o Governador, mas quem manda mesmo é o Bispo Dom Agostinho (PARANÁ, 2009b).

Quando perguntado sobre a relação sua com Dom Agostinho, o CPEA e Palmas, Requião (08 ago. 2013), destacando as ações do seu governo em Palmas, afirma que:

⁶⁸ Prevista pela Constituição Estadual, a Escola de Governo do Paraná foi instituída em 25 de outubro de 2004, pelo Decreto Estadual nº 3.764, sob a forma de Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos e sendo vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Missão: promover o desenvolvimento de competências do servidor, com foco em serviços de qualidade para a população, bem como, apoiar o desenvolvimento contínuo da capacidade de governar a cidade (PARANÁ, 2014).

É uma história de cumplicidade e luta. Dom Agostinho foi um amigo fraterno e um guerreiro. Sempre estive à disposição das demandas de Palmas e me esforcei para melhorar a vida de quem mora na região. Quando governador pela última vez construímos na cidade um Centro da Juventude para jovens de 12 a 18 anos terem atividades de lazer e desenvolvimento profissional. Copel e Sanepar investiram pesado em infraestrutura (mais de R\$ 10 milhões). Criamos o Arranjo Produtivo Local (APL) para as empresas do setor de alumínio, reformamos o aeroporto, recuperamos vias de acesso estratégicas. Abrimos leitos de UTI no Hospital São José, criamos o Parque Estadual de Palmas e entregamos casas da Cohapar. Implantamos o Projeto POVO, a Patrulha Escolar e a Patrulha Rural Comunitária com viaturas e pessoal. Construímos e reformamos escolas estaduais. Sem falar na isenção de ICMS para microempresas e redução do imposto para as pequenas empresas e os programas Luz Fraterna, Tarifa Social e Leite das Crianças (REQUIÃO, 08 ago. 2013).

Em depoimento sobre Dom Agostinho, por ocasião da publicação do livro de Nazaro (2011), Requião frisa a relação histórica de amizade e de admiração com e pelo Bispo o que refletiu, também, em ajuda financeira quando Governador do Paraná para a instituição de ensino superior de Palmas.

Costumo dizer que Dom Agostinho Sartori é meu irmão mais velho. Faz tempo, muito tempo, que iniciamos uma fraterna, cordial e respeitosa convivência. O nosso encontro deu-se na defesa comum dos interesses de nossa gente, especialmente dos mais pobres, dos excluídos, dos ofendidos e humilhados.

A generosidade de Dom Agostinho, sua coragem e desassombro, sua absoluta e convicta entrega aos princípios do Evangelho sempre me fascinaram. Um homem de Deus. Um homem bom, como falam as escrituras.

O pastor nunca se afastou do seu povo, mesmo quando isso significava grave risco pessoal, como nos anos 70, em plena ditadura militar, quando saiu em defesa dos deserdados do campo, dos sem-terra, das vítimas da grilagem, do esbulho de propriedades, das desapropriações para a construção de barragens.

Fundador da Comissão Pastoral da Terra, junto com Gernote Kirinus, Dom Agostinho sempre foi um exemplo de bispo comprometido com os desafios do seu tempo, como Dom Helder Câmara, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldaglia.

Minhas opções políticas e ação pastoral do Bispo de Palmas estabeleceram pronta e clara convergência.

Já no meu primeiro governo, nos anos 90, estabeleci com o Bispo uma boa parceria, apoiando as ações da Diocese. Por exemplo, o Estado deu suporte para as iniciativas de Dom Agostinho na área educacional, preocupado àquela época em oferecer à região estabelecimentos de ensino superior.

Em meus dois mandatos posteriores, de 2003 a 2010, fortaleci ainda mais essa parceria. As Faculdades de Palmas, que vi nascer, transformaram-se em Centro Universitário, o UNICS. E da absorção do UNICS pelo Estado, nasce o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Enfim, graças a luta de Dom Agostinho, Palmas e região ganharam uma instituição federal de ensino.

Assim, é com orgulho e satisfação que dou testemunho neste livro sobre a vida e a obra de nosso Bispo. Orgulho de ser seu amigo, de ter compartilhado com ele ideias, propósitos e ações. Satisfação de vê-lo reconhecido, reverenciado, admirado.

Que este livro, que a vida de Dom Agostinho, ilumine outras vidas (REQUIÃO, 2011, p. 270-271).

Segundo Diel (29 abr. 2015) sem a amizade do Dom Agostinho e Requião, a federalização certamente não seria possível. Destaca também que a federalização foi uma saída aos erros do CPEA, especificamente de Dom Agostinho.

Dom Agostinho foi muito reticente, ele morreu com a ideia de que o UNICS fosse universidade. Dom Agostinho era muito inteligente, mas carecia de um elemento muito importante, a autocrítica. Ele deveria ter feito a autocrítica de que estrategicamente o CPEA errou muito nas decisões a nível administrativo. Eu posso garantir [...] que todas as decisões foram tomadas por opção dele. Todo o grupo que administrava o CPEA até o Dom José vir, reagia positivamente a todos os desejos do Dom Agostinho, que era, centralizador (DIEL, 29 abr. 2015).

Segundo o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a administração pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Vê-se que, no objeto estudado, o princípio da impessoalidade é ferido. De acordo com Di Pietro (2011), toda atividade administrativa deve ser norteadada pela finalidade pública e não por relações de amizade, pois, “[...] a administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento” (DI PIETRO, 2011, p. 68). Não houve também, neste caso a supremacia do interesse público, pois:

Se a lei dá à Administração os poderes de desapropriar, de requisitar, de intervir, de policiar, de punir, é porque tem em vista atender ao interesse geral, que não pode ceder diante do interesse individual. Em consequência, se, ao usar de tais poderes, a autoridade administrativa objetiva prejudicar um inimigo político, *beneficiar um amigo*, conseguir vantagens pessoais para si ou para terceiros, estará fazendo prevalecer o interesse individual sobre o interesse público e, em consequência, estará se desviando da finalidade pública prevista na lei (DI PIETRO, 2011, p. 67, *grifos nossos*).

Pode-se afirmar que o Estado (em relação à desapropriação do Centro Universitário), confundindo dinheiro público com dinheiro privado, assume características de patrimonialismo e clientelismo. O caráter antidemocrático da transferência de recursos públicos para o setor privado se revela sem disfarces. O Estado revela descaradamente sua mais intrínseca característica a que, de fato, constitui seu fundamento, ou seja, seu caráter classista, comprometido com as classes hegemonicamente dominantes. Embora tenha socializado, isto é, contemplado também a classe trabalhadora com uma instituição pública, por meio da compra do UNICS, o Estado só agiu para beneficiar a classe proprietária, a Igreja Católica. Ademais, a classe burguesa socializou seu prejuízo e o Estado pagou por sua falência.

É característico de o Estado capitalista salvar, direta ou indiretamente, a iniciativa privada. Geralmente acontece por meio de privatizações de espaços públicos ou de transferência de recursos. No caso da compra do UNICS pelo Estado, a onda de estatização foi também uma atitude salvacionista do Estado para com o privado. Exemplo também desta onda se deu na transferência direta de dinheiro do Estado norte-americano para as montadoras, como expressa Faria (2009, p. 08) “O Estado, no caso os USA, aprovou o repasse de US\$ 14 bilhões para as montadoras GM e Chrysler, que estão em situação pré-falimentar”.

Exemplificando, nesta mesma perspectiva, o governo brasileiro, para conter a crise capitalista mundial de 2008 interveio no sentido de resguardar os interesses privados, salvando bancos e grandes empresas, lançando mão do dinheiro público para impulsionar os gastos com as obras da Copa de 2014, as grandes hidrelétricas e olimpíada de 2016. Ao mesmo tempo em que aumentava os recursos subsidiados, emprestados pelo BNDES para esta finalidade (GOMES, 2014). Parte destes recursos era oriundo dos

[...] créditos do Tesouro Nacional acompanhados pelos sucessivos cortes no Orçamento da União das chamadas despesas sociais. Segundo a própria presidente, o corte de R\$ 50 bilhões, em 2011, não iria recair sobre os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, nem nos gastos com a copa de 2014, prioritários para os lucros das empreiteiras (GOMES, 2014, p.156).

Segundo o autor, a motivação para os cortes se deu para garantir o pagamento da dívida pública e, os ganhos dos bancos e dos fundos de pensão. Sabendo que “[...] parte dessa dívida foi contraída como fruto dos efeitos da crise capitalista mundial, em especial os recursos usados desde 2008 para salvar bancos, empreiteiras, montadoras, agronegócio” (GOMES, 2014, p. 156).

Segundo Faria (2009) não se trata apenas de salvar uma indústria, um banco ou uma financeira. Trata-se de salvar o sistema de capital e sua ideologia. Portanto, este Estado não é um ente qualquer, mas um Estado Capitalista. De acordo com Bottomore (2012, p. 123)

A falência de uma grande firma ou banco, por exemplo, tem implicações para numerosas empresas aparentemente saudáveis, para comunidades inteiras, e, por conseguinte, para a estabilidade política. Assim, para que se mantenha a ordem das sociedades contemporâneas, é necessária a ampla intervenção do Estado.

Como nos exemplos vistos acima, é notório que a onda de estatização que ocorreu em Palmas foi uma ação do Estado para garantir o bem-estar moral e econômico da Igreja e da comunidade pela qual ela é, religiosamente, responsável.

Sob o discurso oficial de que o governo do Estado do Paraná estaria contribuindo (investimento público) para a implantação de uma instituição federal de ensino em Palmas – o que de fato aconteceu -, se mascarou o princípio da real motivação deste ato. Ou seja, a relação de amizade entre o governador Requião e o Bispo Dom Agostinho. Pois, “O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões” (DI PIETRO, 2011, p. 82).

Na data de 18 de dezembro de 2009, os membros do CPEA reuniram-se para Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a

desapropriação/venda do *campus* II do UNICS ao Estado do Paraná. Após a apresentação do Relatório da Comissão de Avaliação designada pelo Estado do Paraná e, análise e discussão a Assembleia aprovou por unanimidade a desapropriação/venda no valor de R\$14.905.000,00, referentes ao terreno, edificações e laboratórios (Ata da Assembleia Extraordinária, 2009).

A desapropriação do imóvel constante da matrícula nº 6.864, situado no município e comarca de Palmas, localizado na PRT-280, Trevo da CODAPAR, de propriedade do CPEA, assim como as edificações, benfeitorias e equipamentos de laboratório, se deu pelo Decreto nº. 5.966 do Governo do Estado do Paraná do dia 22 de dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial do Paraná nº. 8171 de 03 de março de 2010. A desapropriação que se destinou à implantação de um Centro de Educação Tecnológica em parceria com o Governo Federal (Art. 02) tinha caráter de urgência (Art. 3º), sendo que as Secretarias de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Administração e da Previdência ficaram responsáveis pelo recebimento dos bens desapropriados (PARANÁ, 2009a, Art. 6º).

Os valores a serem pagos levaram em consideração a perfeita correspondência entre as áreas efetivas dos imóveis e as constantes das respectivas matrículas (Art. 4º). Para tanto, os recursos para a desapropriação do imóvel, correram à conta da atividade 4501.12364022.183 – Gestão do Sistema Educacional Superior, do Gabinete da Secretaria da SETI, pela natureza da despesa 4590.61 – Aquisição de Imóvel (Art. 7º).

A desapropriação de consolidou por meio da “Escritura Pública de Desapropriação Amigável” entre o Estado do Paraná e o CPEA na data de 09 de março de 2010. Passou a pertencer ao Estado do Paraná o correspondente a

Uma parte de terras, de campos, matos e faxinais, que constitui parte dos quinhões nºs 7 e 9, do imóvel denominado Quiguay, localizado no endereço Rodovia PRT-280, Trevo da CODAPAR no município e comarca de Palmas-PR, com a área de 687.224,00 (seiscentos e oitenta e sete mil e duzentos e vinte e quatro metros quadrados), ou seja, 28 alqueires e 9. 624,00 metros quadrados, com toda flora remanescente, contendo um prédio com dois pavimentos e sub-solo, destinado a complexo esportivo das Faculdades Reunidas da Cidade de Palmas-PR, construído em alvenaria, coberto com telhas de fibro cimento 8mm, medindo uma área total de 1.599,71 metros quadrados, cuja parte de terras, tem

as seguintes medidas e confrontações: Partindo de um marco de imbuia colocado à margem Norte da Rodovia PRT-280, Trevo da CODAPAR e junto a uma cerca de arrame, divisa com terras de José Fabrício de Mello Guimarães, segue nos rumos de 67°24'NO, nas distâncias de 378,10 e 458,10 metros respectivamente, dividindo com a Rodovia PRT-280, Trevo da CODAPAR pela cerca de arrame até um marco de imbuia; daí, segue nos rumos de 19°52'NE, 70°08'NO e 19°52'SO, nas distâncias de 160,00-150,00 e 160,00 metros respectivamente, dividindo com terras de Luis Bresolin pela cerca de arrame até um marco de imbuia; daí, segue nos rumos de 67°28'NO, 59°57'NO, 58°26'NO e 36°19'NO e 20°48'NO, nas distâncias de 64,00, 51,80-45,40-80,40 e 15,90 metros respectivamente, dividindo com a Rodovia PRT 280, Trevo da CODAPAR pela cerca de arrame até a estrada que dá acesso a cidade; daí, segue nos rumos de 02°54'NE e 16°23'NE, nas distâncias de 25,50 e 116,50 metros, respectivamente, dividido com a estrada que dá acesso a cidade pela cerca de arrame até um marco de imbuia; daí, segue no rumo de 19°28'SE, dividindo com parte do Quinhau nº 7, do Centro Pastoral Educacional e Assistencial "Dom Carlos"; aos 68,00 metros, marco de imbuia a margem norte da estrada particular que dá acesso ao complexo do Centro Pastoral Educacional e Assistencial "Dom Carlos"; daí, segue nos rumos de 69°56'NE, 54°17'NE, 69°58'SE, 43°42'SE, e 57°57'SE, nas distâncias de 116,90-198,90-123,70-74,40 e 72,00 metros, respectivamente, divididas com terras do Centro Pastoral Educacional e Assistencial "Dom Carlos" pela estrada até um marco de imbuia a sua margem Norte; daí, segue nos rumos de 87°13'NE, 77°02'SE, 89°28'NE e 17°10'NO, nas distâncias de 133,00-49,00-136,60 e 268,30 metros, respectivamente dividindo com terras do Centro Pastoral Educacional e Assistencial "Dom Carlos" por linhas secas até um marco de imbuia colocado junto a uma cerca de arrame; daí segue no rumo de 75°47'NE, dividindo com terras de Zilda Maria Loyola, pela cerca de arrame: aos 363,00 metros, marco antigo; daí, segue no rumo de 52°28'SE, dividindo com terras de Roque e Ivo A. Dalla Costa pela cerca de arrame: aos 306,50 metros, marco antigo a margem esquerda do Rio Passo Fundo acima até a Foz de um arroio; daí, segue nos rumos de 52°26'SO, 73°52'SO, 33°28'SO e 00°45'SE, nas distâncias de 48,00-171,90-241,90 e 45,90 metros, respectivamente, dividindo com terras de José Fabrício de Mello Guimarães pelo arroio acima até um marco junto a uma cerca de arrame; daí, segue nos rumos de 03°11'SE e 04°39'SE, nas distâncias de 44,80 e 169,40 metros, respectivamente, dividindo com terras de José Fabrício de Mello Guimarães, pela cerca de arrame até o ponto de partida com todas as benfeitorias descritas nas averbações N°S Av 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 sendo Av 20 grava restrição de reserva legal sobre uma área de 13,7445 ha, correspondendo a 20,00% da área total. [...] O imóvel acima descrito está cadastrado no INCRA em maior porção sob nº 724.068.017.213-3; NIRF nº 0.844.204-5. Imóvel este que foi havido pelo outorgante expropriado conforme o Registro nº 02

da Matrícula nº 6.864 do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas-PR (BRASIL, 2010a, pp. 01 e 02).

O imóvel, declarado como de Utilidade Pública para a implantação de Centro de Educação Tecnológica, foi avaliado⁶⁹ e comprado pelo Estado – segundo os registros tal decisão decorreu do gabinete do Governador Roberto Requião (OF CEE/DG SEEG 242/13) - por R\$14.872.152,23, valor este oriundo da SETI por meio de recursos do Fundo Paraná, conforme Dotação Orçamentária nº 4501.12364022.183 - Gestão do Sistema Educacional Superior, Rubrica – 4590-61, Fonte de Recursos 110 - Recursos do Tesouro. Sendo R\$13.466.207,48 atribuídos ao terreno e construções; R\$220.355,18 atribuídos à piscina; e R\$1.185.589,57 atribuídos aos laboratórios e equipamentos existentes nos locais dos mesmos (BRASIL, 2010a, p. 03). O valor pago ficou abaixo do aprovado pelos membros do CPEA em Assembleia Geral Extraordinária e, abaixo do levantamento feito pelo CPEA que avaliou todo o patrimônio em R\$21.485.170,71 (incluindo edificações, terreno, infraestrutura, acervo bibliográfico, equipamentos de informática, móveis e laboratórios). O CPEA, quando das discussões com o Governo do Paraná em relação à desapropriação, sinalizou para o reembolso das despesas referentes aos valores rescisórios do quadro administrativo e docente do UNICS. Segundo o CPEA o valor ficaria em torno de R\$4.972.772,36 (CPEA, s/d). As rescisões trabalhistas de todos os professores e funcionários do UNICS foram feitas no final do ano de 2009 e custou ao CPEA o equivalente a aproximados R\$3.500.000,00. Dinheiro este, retirado do valor total recebido do Estado.

Em síntese, o Governo do Estado do Paraná desapropriou os bens imóveis, terreno, prédios e laboratórios para posterior repasse ao Governo Federal, incluindo o terreno de 687.224,00 m² e os prédios totalizando 17.707,11 m² de área construída e uma biblioteca instalada em prédio próprio.

A quantia financeira utilizada pelo Estado do Paraná para indenizar o CPEA foi, por meio da SETI com recursos do Fundo Paraná. Este Fundo foi criado pela Lei nº. 12.020/98 e alterado pela Lei nº. 15.123/06 para apoiar o

⁶⁹ Foi designada pelo Governo do Estado do Paraná, sob coordenação da SETI, uma equipe (servidores da: UNIOESTE e da UEPG) que compunha a Comissão de Avaliação de Conteúdos do UNICS - CACU com o objetivo de avaliar os equipamentos de laboratórios, mobiliário e acervo bibliográfico. O Relatório final foi entregue no dia 15 de dezembro de 2009.

desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, com o financiamento de programas e projetos de pesquisas institucionais. Suas ações seguem os critérios e normas definidas na Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PDCT), elaborada pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT - Paraná⁷⁰) e aprovada pelo Governador do Estado. O CCT é responsável pela formulação e implementação da PDCT, como parte integrante da política de desenvolvimento econômico e social do Estado. Desta política emanam diretrizes específicas para a aplicação dos recursos do Fundo Paraná (SETI, 2014).

Segundo a lei de criação, um dos recursos do Fundo é para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas desde que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo CCT, com aval do Governador. No manual do usuário, escrito em 2009, da Unidade Gestora do Fundo (UGF) fica estabelecido quem o Fundo pode apoiar, conforme segue:

As solicitações de recursos para execução de projetos considerados estratégicos de governo e de importância social, econômica devem ser sempre de caráter institucional, podendo candidatar-se ao apoio de projetos, as seguintes entidades: Pessoa Jurídica de Direito Público, Instituições de Ensino Superior, e suas Fundações, Centros Tecnológicos e Entidades Privadas sem fins lucrativos (SETI, 2014, p. 02).

Para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, o Fundo Paraná recebe 2% da Receita Tributária do Estado, anualmente: 1% na forma de recolhimento direto e automático à conta especial em nome do Fundo; e 1% na forma de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, tais como ações, direitos de participação, bens patrimoniais ou caixa. Deste montante recebido, o Fundo destina 50% dos recursos a projetos estratégicos da Unidade Gestora do Fundo Paraná; 30% para a Fundação Araucária; e 20% para o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) (SETI, 2014).

⁷⁰ O CCT é composto por 11 membros natos, dentre eles o Governador de Estado (Presidente); os secretários da SETI e Planejamento (SEPL), como representantes do Poder Executivo; e demais membros com representação paritária das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora (SETI, 2014).

Como a lei abre brechas, tem-se, portanto, que a compra do UNICS pelo Estado foi contemplada por esta política. Nota-se que a transferência de recursos públicos à iniciativa privada é, do mesmo modo, a transferência de uma quantia da mais-valia, como receitas do Estado, adquirida através de impostos, que são produzidos pelos trabalhadores, pois quem garante a acumulação capitalista e as receitas que mantêm o Estado é o trabalho assalariado. Sendo assim, a quantia financeira usada para indenizar o CPEA é uma parte da mais-valia que é utilizada para a manutenção do Estado. Portanto, foi o trabalhador quem bancou a compra do UNICS. Germer (2009) procurando identificar os fundamentos teóricos necessários à análise da receita pública, contidos na análise geral do processo de reprodução do Capital de Marx, nos ajuda a entender:

Como o capitalista individual realiza a mais-valia no ato da venda da mercadoria, de igual modo o capitalista coletivo, representado pelo Estado, pode arrecadar a sua parcela da mais-valia no momento do mesmo ato. Assim, uma parte da mais-valia realizada fornece os fundos necessários ao financiamento do consumo capitalista coletivo corrente, representado pela manutenção do Estado, e a outra repõe os fundos para o consumo capitalista individual na rotação seguinte (p. 13).

De acordo com Germer (2009), o Estado, com base no sistema teórico de Marx, constitui um elemento subordinado, o gerente do 'lar coletivo capitalista'.

Embora nada venda, o Estado compra o que necessita para o desempenho das suas funções, devendo portanto possuir uma receita. A receita estatal não resulta, porém, de vendas de mercadorias, mas das transferências que lhe fazem os capitalistas na forma de impostos. Neste sentido, o Estado assemelha-se ao administrador da casa da família capitalista, que recebe determinada dotação orçamentária para as despesas de manutenção da casa (p. 21).

A desejada conquista, pelos seus mentores, pela implantação de uma instituição pública de ensino superior no município de Palmas se concretizou. O acordo se efetivou: O Governo do Estado do Paraná, que tinha como Governador Roberto Requião, comprou do CPEA a estrutura física (bens imóveis e laboratoriais) do UNICS, o qual passou ao Governo Federal para a implantação de um *campus* do IFPR. Este, por sua vez, assumiu, com pessoal próprio, os

cursos em andamento bem como os alunos matriculados.

Importante destacar que as edificações do prédio central da cidade, em que por muitos anos funcionou a Faculdade, continuam de posse do CPEA. As antigas salas de aula foram transformadas em espaços administrativos onde funciona o próprio CPEA e a Mitra Diocesana e espaços que estão alugados para estabelecimentos comerciais.

O encerramento das atividades do UNICS aconteceu no dia 30 de janeiro de 2010 com Missa realizada às 10 horas, na Catedral do Senhor Bom Jesus, homenagens aos professores e funcionários no Clube União Recreativo Palmense às 11 horas, seguido, às 12 horas de um almoço de confraternização (Ver fotos no Anexo VIII) . No decorrer do evento, que contou com dezenas de pessoas, enfatizou-se para além do término das atividades da IES pioneira na região, a continuação de um trabalho que vem sendo desenvolvido há décadas. No Cerimonial de encerramento consta a seguinte frase que ilustrou, oportunamente, o momento “[...] uma história que teve começo, mas com certeza, não tem fim. Tem mudanças, novas trajetórias, novos desenhos, novos mapas nascendo da necessidade de transformação. Da necessidade de acompanhar os novos tempos e construir novos caminhos” (UNICS, 2010, p. 01).

O evento de desapropriação do UNICS pelo Governo do Estado do Paraná ocorreu em 17 de março de 2010, sendo denominado “Complexo Tecnológico Dom Agostinho José Sartori”, no Decreto nº. 6.493 de 17 de março de 2010 do Governo do Estado do Paraná, publicado no Diário Oficial do Paraná nº. 8181 na mesma data. Contudo, a criação e instalação do IFPR Câmpus Avançado de Palmas se deu mais tarde, por meio da Portaria do MEC nº. 1.366 de 06 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U., seção 1, nº. 234, quarta-feira, 08 de dezembro de 2010, p. 07.

O evento de desapropriação do Centro Universitário contou com a presença do Ministro da Educação Fernando Haddad, Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, Vice-Governador do Paraná Orlando Pessuti, Bispo Diocesano de Palmas – Francisco Beltrão e Diretor-Presidente do CPEA Dom José Antônio Peruzzo, Bispo Emérito Dom Agostinho José Sartori, Senador da República Flávio Arns, Primeira Vice-Presidente do CPEA Renata Vasconcellos Basso Fonseca, Reitora Licenciada do UNICS Ivânia Marini Piton, Reitora em

Exercício Madalena M. Mergen Lima, Reitor do IFPR Alípio Santos Leal Neto, Diretora designada para o IFPR - *campus* Palmas Zita Castro Machado, deputados federais: Rodrigo Rocha Loures, Ângelo Vanhoni e Airton Roveda e deputados estaduais: Antônio Anibelli, Nereu Moura e Luciana Rafagnin, Prefeito Municipal de Palmas Hilário Andraschko, vereadores, autoridades, lideranças e população de Palmas e região. Fotos do evento constam no Anexo IX.

No dia deste evento, alguns políticos e gestores, envolvidos no processo de “federalização”, concederam entrevista à equipe de jornalismo da Radio Club AM de Palmas. Abaixo seguem alguns trechos das falas.

A necessidade de intervenção estatal na região foi destacada pelo Deputado Estadual Nereu Moura. Segundo ele, a “Região de Palmas precisa muito de atitudes do Governo do Estado e, essa somatória de forças do Governo do Estado e do Governo Federal fazem muito bem para nossa população”. Por sua vez, o Deputado Federal Ângelo Vanhoni destaca a importância do IFPR - *campus* Palmas para o desenvolvimento da região, atraindo empresas, gerando empregos e profissionalizando a população. Também dá ênfase à atuação do Governo do Estado do Paraná em desapropriar o Centro Universitário e transferi-lo ao Governo Federal:

O Brasil está se desenvolvendo muito. A perspectiva de crescimento de nosso país é muito boa para os próximos anos e nós só vamos poder manter este crescimento e melhorar a qualidade de vida de nosso povo, se nós investirmos de maneira muito decidida na educação. [...] O IFET, o Governo Lula ao instituir, decidir que esta vai ser a grande ferramenta para o desenvolvimento de nosso país, a educação, para nós paranaenses é com grande alegria que recebemos a implantação deste Instituto aqui na região de Palmas. Em parceria com o Governo do Estado, com a desapropriação, com a entrega de todo este equipamento já pronto que a UNICS representa para a região e agora, com o apoio do Governo Federal, com a implantação de um Instituto que vai profissionalizar os nossos jovens até os 17 anos. Vai fazer com que cada jovem possa ter a perspectiva individual de se colocar no mercado de trabalho, mas não só isso; vai fazer com que a região passe por outro momento, outro paradigma do ponto de vista do seu desenvolvimento porque, um Instituto Federal Tecnológico com certeza vai atrair inúmeras empresas de outros perfis em relação à região. Isso vai trazer geração de renda e geração de emprego (VANHONI, 2010).

O Senador da República Flávio Arns sinaliza para a importante decisão tomada de “federalização” do UNICS para a continuidade do que já vinha sendo realizado e para a abertura de novos cursos de ensino superior, nível educacional que o Brasil precisa avançar muito:

[...] fazendo-se análise, neste momento, chegou-se a conclusão de que o mais interessante era ter uma instituição federal. Sem dúvida foi uma decisão sábia e importante. O ensino federal pode enriquecer, sobremaneira, a pesquisa, o conhecimento, o ensino e, se tornar também uma referência a partir de um *campus* universitário da mais alta qualidade. [...] Importante a continuidade do que já vinha acontecendo e a abertura de novas áreas de conhecimento, de acordo com a vocação do Instituto e, de acordo com as necessidades da região. [...] Vai alavancar o desenvolvimento econômico, social, ambiental aqui de Palmas. [...] Os IFs é um investimento necessário. Quando pensamos em educação, particularmente na preparação do cidadão para o mundo do trabalho é um grande desafio que temos. O Brasil precisa avançar muito. O PNE previa que até este ano de 2010 teríamos 30% dos jovens em IES. Estamos atingindo a marca de 15%. Existe um longo caminho a ser percorrido. Queremos que o Brasil seja desenvolvido com tecnologia, conhecimento, informação, com a formação da população em nível superior e para isso essa rede de IFs vai contribuir decisivamente (ARNS, 2010).

O Bispo Diocesano Dom José Antônio Peruzzo destaca a relevância do IF para Palmas, pois contribuirá para o futuro da população com a formação profissional por meio de cursos técnicos e superiores. Também enfatiza as perspectivas de crescimento para o comércio de Palmas:

Agora sim, mais do que antes, podemos falar de tempos de esperança. O IFPR é muito bem vindo em Palmas. [...] Parece que a necessidade de formação técnica em alguns setores é até mais urgente que formação superior. Aqui serão conjugados cursos técnicos e cursos superiores. [...] A história vai mostrar que a despeito da dor em desfazer-me, também foi um gesto de respeito com o futuro deste povo. [...] O maior investimento é a possibilidade de formarmos nossa gente e qualifica-los para os desafios que a economia moderna e pós-moderna estabelecem; formar cidadãos. O mercado imobiliário, o comércio, todos se animam (PERUZZO, 2010).

O Ministro da Educação Fernando Haddad aponta também para a parceria entre o Paraná e a União. Segundo ele, o Município de Palmas não estava

contemplado no plano de expansão de educação profissional. A federalização foi um gesto do Governo do Paraná o que, sem ele, não seria possível:

A educação profissional está vivendo um momento novo. O Presidente Lula insiste em dizer que cumprirá sua promessa de entrega de 214 novas unidades no país. Todos os estados estão sendo contemplados. Esta aqui não está nem contabilizada nas 214 porque é um gesto do Governo do Estado em apoio a este plano de expansão. Acredito que nunca foi tão sintonizado a política pública de educação de um estado com o Governo Federal como é o caso do Paraná. [...] O Governador Requião tem feito um esforço descomunal pela educação profissional. [...] Estamos resgatando uma dívida da União com o Governo do Estado que, historicamente investiu muito em educação profissional e educação superior (HADDAD, 2010).

O Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, peça chave no processo de federalização, afirma a parceria entre o Paraná e o Governo Federal na concretização do IFPR-Palmas:

O Paraná há muito tempo sentia falta da participação federal nas universidades. [...] Com o Governo do Lula e Ministro Fernando estamos ajudando a resolver isso. Estamos instalando o IF num *campus* que acabo por denominar por decreto *campus* Agostinho José Sartori. [...] Um centro universitário para a região, não apenas para Palmas (REQUIÃO, 2010).

Por fim, a Diretora do IFPR - *campus* Palmas Zita Castro Machado já sinaliza para o início das atividades do ano letivo e, andamento do *campus*:

O que começou vai concluir. O Instituto tem uma lógica diferente da universidade, 50% das vagas para cursos técnicos, 20% para licenciaturas, outros 30% para cursos de tecnologia, bacharelado, especialização, mestrado e doutorado. A gente vai ter que fazer alguns arranjos. [...] Primeiramente temos que resolver esta situação. [...] Haverá no semestre um pequeno atraso. É um prejuízo, mas, os alunos estão ganhando com uma instituição federal. Eles não irão pagar mensalidade. Não vi nos alunos que não fosse uma receptividade (MACHADO, 2010).

Na data de desapropriação do Centro Universitário, o Governador do Paraná Roberto Requião e o Reitor do IFPR, Prof. Alípio Santos Leal Neto, firmaram Termo de Cooperação, com prazo de 05 anos, na qual competia a SETI

disponibilizar todas as instalações físicas, constantes na matrícula nº 6.864 do Registro de Imóveis de Palmas, bem como toda a estrutura (edificações, benfeitorias e equipamentos de laboratório) para a implantação do Centro de Educação Tecnológica em parceria com o Governo Federal, com oferta de cursos pelo IFPR. Ao IFPR competia responsabilizar-se administrativamente e pedagogicamente pelo *campus* Palmas.

Tendo em vista as buscas de alternativas para o UNICS, é importante ressaltar a ação decisiva do Governo do Paraná para a implantação do Instituto. Ação esta que teve como propositor o CPEA que, contando com o apoio do Bispo Diocesano, do Bispo Emérito e com a aprovação da Santa Sé abriu mão da condição Institucional Católica, por uma causa maior.

Com os olhos voltados para a população mais carente, e principalmente diante da importância de um Instituto Federal em Palmas, não só como alavanca ao desenvolvimento socioeconômico de Palmas e da região, mas também pela socialização do acesso ao ensino superior gratuito, tomou diante do atual contexto, a decisão que julgou mais viável e justa, deixando um profundo agradecimento a todos que tornaram esta causa possível (CPEA, 2010, p. 04).

De acordo com Fonseca (01 abr. 2015), “Não foi fácil para Dom Agostinho aceitar isso. Ele estava abrindo mão de uma instituição católica, mas não queria que a nova instituição, perdesse os princípios católicos”. “Ele queria a máxima responsabilidade com o processo de federalização” (PITON, 07 abr. 2015). “Dom Agostinho falava: ‘vocês não achavam que estão se precipitando? O UNICS tem saída. Ele queria esgotar as possibilidades’” (LIMA, 06 abr. 2015).

Nesse contexto, no dia 17 de maio de 2010 reuniram-se os membros do Conselho Diretor do CPEA para formalizar o documento de extinção das atividades do Centro Universitário. A Ata nº. 02 de 2010 – assinada pela 1ª Vice-Presidente do CPEA, Renata Vasconcelos Basso Fonseca e pela Reitora em Exercício do UNICS, Madalena Margarida Mergen Lima – trata do encerramento das atividades administrativas e acadêmicas do UNICS, ficando juridicamente extinto.

Como a absorção de uma instituição privada por uma instituição pública não encontra regulamentação própria, em 14 de junho de 2010, a Secretaria de

Educação Superior do Ministério de Educação, por meio da Portaria nº 728/2010, publicada no DOU nº. 112 de 15 de junho de 2010, aprova a transferência de manutenção do UNICS, mantido pelo CPEA para o IFPR, e neste mesmo ato, a unificação do Centro Universitário ao IFPR na forma de adiantamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4^{o71} do artigo 10⁷² do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006; bem como, a responsabilidade integral do IFPR, pelos cursos⁷³ em funcionamento no Centro Universitário, garantindo a sua qualidade e a manutenção de todos os registros acadêmicos, sem prejuízos para os alunos⁷⁴ regularmente matriculados. Assim, fica extinto o UNICS e os processos e documentos protocolados na Secretaria de Educação Superior pelo Centro Universitário, terão tramitação regular, ficando a cargo do CPEA toda a responsabilidade formal a respeito da referida documentação.

Na data de 23 de agosto de 2010 foi solicitado pelo CPEA junto ao Ministério da Fazenda – Receita Federal do Brasil, a Certidão de Baixa de Inscrição do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de número 79.541.587/0008-72 (Endereço: Rodovia PRT 280, s/n. Complemento: Bloco Campus Universitário. Bairro: Trevo CODAPAR. CEP: 85.555-000. Palmas/PR. Fone: 46-32631166), pelo motivo de “Extinção para encerramento e liquidação voluntária”. Tal Certidão foi emitida às 15h28min, do dia 29 de agosto de 2011, via internet.

Embora todo o processo de “federalização” tenha ocorrido dentro da legalidade, o imóvel que havia sido desapropriado ainda em 2009, não havia sido doado ao Governo Federal e por extensão, ao IFPR. Com o Termo de Cooperação de 17 de março de 2010, toda a estrutura do UNICS foi

⁷¹ “Qualquer modificação na forma de atuação dos agentes da educação superior após a expedição do ato autorizativo, relativa à mantenedora, à abrangência geográfica das atividades, habilitações, vagas, endereço de oferta dos cursos ou qualquer outro elemento relevante para o exercício das funções educacionais, depende de modificação do ato autorizativo originário, que se processará na forma de pedido de aditamento” (BRASIL, 2006, Art. 10, § 4^o).

⁷² “O funcionamento de instituição de educação superior e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Poder Público, nos termos deste Decreto” (BRASIL, 2006, Art. 10).

⁷³ 15 cursos foram incorporados pelo IFPR: Administração, Agronomia, Artes visuais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Letras, Pedagogia, Química, Sistemas de Informação e Tecnologia Agroflorestal.

⁷⁴ Foram incorporados pelo IFPR 1.070 alunos oriundos do UNICS e mais 280 alunos que preencheram as vagas através de editais específicos (EDITAL nº 003/2010 - PREPPG.). O IFPR iniciou suas atividades em Palmas com um total de 1.350 alunos, distribuídos nos cursos elencados acima.

disponibilizada pela SETI ao IFPR e, não doado. Neste sentido, o MEC não reconhecia o *campus* Palmas mesmo tendo suas atividades iniciadas em 17 de março de 2010 e as aulas efetivamente no dia 02 de agosto do mesmo ano. Sendo assim, o IFPR não poderia realizar investimentos com obras e melhorias de acesso no *campus*.

Diante da situação, o Governador do Estado do Paraná Carlos Alberto Richa, sancionou a Lei nº 16.810 de 12 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial do Paraná nº 8.465, de 13 de maio de 2011, que autorizou a doação de imóvel para o Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas.

Segundo os registros, o início das atividades do IFPR – *campus* Avançado de Palmas foi dificultoso uma vez que este *campus* não estava contabilizado no orçamento destinado pelo Governo Federal para a implantação dos *campis* do IF no Paraná. A título de exemplo citamos o Memorando nº. 21/2010 da Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação (PREPPG) ao Gabinete do Reitor do dia 19 de março de 2010, afirmando a necessidade de servidores. Servidores para trabalhos de: secretaria escolar, secretaria da direção geral, recepcionista, telefonista, servidores para laboratórios, zelador, colaboradores para segurança e serviços gerais, entre outros. Salientamos que o CPEA manteve por 30 dias trabalhadores (secretária, zeladora, manutenção, auxiliares de biblioteca e auxiliar de serviços gerais), pois não havia pessoas para trabalhar e encaminhar o início dos trabalhos do IF de Palmas.

Para suprir a demanda de servidores, professores e técnicos administrativos, foram abertos concursos públicos, através da Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (PROGEPE) em diferentes etapas. No ano de 2010, foram publicados os editais de números 001, 006, 008, 013 e 033/2010 (PROGEPE/IFPR), preenchendo o número de vagas disponíveis nos editais. Evidente que o número de servidores não correspondeu às reais necessidades, pois o número de vagas abertas para os concursos foram remanejadas dos outros *campi* do IF que estavam em expansão no Paraná. Não houve um planejamento orçamentário de implantação do *campus* Palmas, *a priori*. O processo de negociação entre o CPEA, Governo do Estado e Governo Federal, via IFPR, foi acontecendo e a “federalização” se efetivando num Centro Universitário que tinha

muitos cursos e um número significativo de alunos. Ou seja, o tempo foi curto para que muitas coisas pudessem ser ajustadas.

Diante do cenário relatado, houve muitas insatisfações. Alunos reclamando da falta de professores. Professores reivindicando melhores condições de trabalho, pois tinham muitas aulas semanais e sem estrutura adequada para viabilizar o preparo das atividades. Falta de servidores técnico-administrativos gerando morosidade no atendimento. Enfim, nem todo o prometido no processo de “federalização” estava se efetivando. Muitos problemas precisavam ser resolvidos, pois uma transição de extrema complexidade como esta precisava de muito mais tempo para se concretizar na sua totalidade.

Diel (29 abr. 2015) destaca que “A federalização aconteceu de forma bastante rápida que foi bom para o CPEA da forma como foi feita, mas talvez muito impensado pelo Instituto Federal porque ele acabou assumindo uma coisa que, depois, mostrou-se que teve dificuldades de gestão”.

Observa-se também que todo o acervo bibliográfico e os móveis do UNICS não foram comprados no processo de desapropriação pelo Governo do Paraná. Neste sentido, o CPEA e o IFPR no dia 01 de setembro de 2010, firmaram um “Instrumento Particular de Contrato de Comodato” (Extrato de Comodato nº 1/2010), publicado no DOU nº. 178, seção 3, quinta-feira, 16 de setembro de 2010, p. 54, por um período de 05 anos (até 31 de agosto de 2015), dos seguintes bens: a) móveis (carteiras, mesa de professores, escrivaninhas, cadeiras, armários, entre outros) e; b) acervo bibliográfico: livros, periódicos e equipamentos da biblioteca.

Devido à impossibilidade do Estado em avaliar e adquirir, via licitação, mobiliários usados, no dia 19 de setembro de 2011, o Bispo Diocesano e Diretor Presidente do CPEA, Dom José Antonio Peruzzo, assina o “Termo de Doação” do mobiliário que compunha as salas de aulas e setores do UNICS. Segundo análise do CPEA, o valor da doação ficou em torno de R\$469.607,20; valor inferior ao avaliado pela CACU que estipulou o mobiliário em R\$641.901,54.

Quanto ao acervo bibliográfico, na data de 07 de dezembro de 2011, reuniram-se representantes do CPEA e do IFPR para definir a compra dos livros. Considerando, entre outros fatores, a avaliação realizada anteriormente pela CACU (avaliou em R\$3.314.133,27 o acervo bibliográfico) e que o acervo atende,

por estimativa, 62% dos cursos, não atendendo as necessidades dos demais 38%. As discussões referentes a valores partiram de um preço de R\$54,00 para cada livro das 36.750 unidades, ficando um valor total de R\$1.984.500,00. Após as negociações e desconto por parte do CPEA, o valor final do acervo bibliográfico ficou em R\$1.850.00,00 e o IFPR assumiu o compromisso de pagar este valor.

O IFPR – Palmas, como *campus* Avançado, se deu até a data de 23 de abril de 2013. A partir de então, o Ministro da Educação, via da Portaria nº 330 - publicada no D.O.U., seção 1, nº78, quarta-feira, 24 de abril de 2013, p. 14 - autoriza o funcionamento do *campus* Palmas do IFPR. Até então, o MEC não tinha reconhecido, oficialmente, o *campus* Palmas como um *campus*, de fato, do IFPR.

Todavia, a doação do imóvel do Estado do Paraná ao IFPR aconteceu no dia 08 de abril de 2014, por meio da “Escritura Pública de Doação que faz o Estado do Paraná em favor do Instituto Federal do Paraná”, via Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto e Títulos de Palmas, Tabelionato Leinig (Livro nº. 0235, Folhas nº. 037-040).

A implantação do IFPR - *campus* Palmas foi a saída encontrada pelo CPEA para a crise financeira do UNICS. Isso se deu por meio de uma transação imobiliária. Foi a arte da Igreja Católica de “cair em pé”, “graças” a uma articulação política para que o Estado do Paraná comprasse as instalações do Centro Universitário e as doasse ao Governo Federal. Portanto, tornou-se possível a implantação de um *campus* do IF, pois “[...] o Instituto estava sendo criado. Estava ampliando seus *campi*. Ele tinha verbas para vagas tanto para docentes quanto para técnicos” (PITON, 07 abr. 2015).

Vale ressaltar que o CPEA vende toda a estrutura do UNICS, antigo *campus* Universitário das Faculdades de Palmas e toma para si todo o valor financeiro oriundo desta transação. Lembremos que tal estrutura foi adquirida e mantida, historicamente, também, por meio da parceria entre os setores público e privado.

Exemplo semelhante a este, encontra-se em duas dissertações⁷⁵ que

⁷⁵ Pesquisas desenvolvidas por Detoni (2003) e Deus (2004).

analisaram instituições escolares de educação básica no Estado de Santa Catarina. Segundo Alves (2005), deficitárias, muitas empresas de ensino particular se viram obrigadas a vender seus ativos às unidades federadas e aos municípios. Portanto, sem perder a pose, juntaram-se, então, ao coro favorável à incorporação das escolas particulares de nível de ensino fundamental e médio às redes estatais de ensino, todavia, com o cuidado para angariar preços favoráveis aos bens alienados ao Estado, ao longo dessa transição.

Uma delas, estudando as origens e a fase particular de uma escola de ensino médio sediada na cidade de Canoinhas, depois do levantamento de informações correspondentes, demonstrou que esse estabelecimento foi viabilizado por uma expressiva mobilização da sociedade civil. A propaganda sobre a necessidade de tal escola, as articulações para a doação; as articulações para a doação de bens públicos e a formação de um fundo, com base em contribuições particulares, para a edificação do prédio, resultaram de iniciativas desenvolvidas sob a coordenação de uma diretoria constituída por líderes locais, cujas medidas eram publicadas sistematicamente na imprensa da cidade. Paralelamente, essa diretoria tomara a iniciativa de convidar a Congregação Marista para assumir as atividades pedagógicas da escola emergente, o que ocorreu na sequência. Todos os bens amealhados durante a campanha pela criação e edificação da escola, inclusive os estatais, foram incondicionalmente incorporados ao patrimônio dessa congregação religiosa. Nesse processo recente de difusão da escola estatal, nos níveis de ensino fundamental e médio, o estabelecimento escolar em referência, bem como as suas dependências, móveis e demais equipamentos, foram vendidos pelos maristas ao estado de Santa Catarina, que pagou por tais bens como se privadamente tivessem sido acumulados. Outra mestranda levantou dados que demonstraram ter ocorrido algo parecido em Joaçaba, onde imóveis incorporados ao patrimônio da Congregação Marista foram utilizados em favor de seus objetivos privados. A área do colégio, doada pela Prefeitura Municipal, teve uma parte revendida à mesma prefeitura, mais tarde, onde foi construído o terminal rodoviário da cidade. Com os recursos auferidos, a Congregação adquiriu imóvel na estação de águas termais de Piratuba, usada para a consecução de finalidades adstritas à ordem (ALVES, 2005, p. 106-107).

Resguardando o compromisso moral com a sociedade palmense, a Igreja precisava dar uma explicação do que se constituíam, de fato, os IFs. Segundo um dos entrevistados,

Precisava-se dar muita explicação para a comunidade, para os agentes que estavam envolvidos do que se constituíam os Institutos, que estavam surgindo. [...] nós estávamos sem muitas alternativas, eram duas: ou uma reforma radical em todo o CPEA que envolveriam todas as instituições, eu tinha um posicionamento que defendi [...] naquela circunstância o CPEA tinha que tomar uma decisão que seria a de sair definitivamente da formação em nível superior no Sudoeste do Paraná; [...] ou a federalização (DIEL, 29 abr. 2015).

Em relação ao UNICS, o IFPR, além de ser uma instituição pública, se diferencia no que diz respeito à oferta de cursos. É possível oferecer num mesmo local todos os níveis de ensino, desde o Ensino Médio (cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes), cursos superiores (licenciaturas, bacharelados, engenharias, tecnólogos), cursos de Pós-Graduação: especialização (*lato sensu*) e mestrado e doutorado (*stricto sensu*). As políticas do Instituto Federal vêm atender às necessidades do mundo do trabalho. “Eles – políticos e gestores do Instituto – diziam que o Instituto é um modelo de instituição que um governo popular concebeu. Que vai da Educação de Jovens e Adultos à Pós-Graduação. O Instituto vem para atender o trabalhador” (PITON, 07 abr. 2015).

Não se pode negar que, mesmo ferindo o princípio da impessoalidade na administração pública – amizade entre Requião e Dom Agostinho – e assumindo característica patrimonialista e de clientelismo, houve a atuação do Estado como implementador de políticas públicas tornando possível a criação de uma Instituição Federal em Palmas. Este processo demonstrou também a força e articulação da Igreja Católica (Diocese de Palmas e Francisco Beltrão), na pessoa do Bispo Diocesano Dom Agostinho, junto ao Estado do Paraná (Roberto Requião) para que este “nó górdio” - crises e buscas de alternativas - fosse desfeito.

Nos três primeiros anos de trabalhos do IFPR – *campus* Palmas, muitos foram os avanços. Alguns dados refletem a contribuição que uma instituição pública de educação pode proporcionar à região: a) o total de alunos neste período atingiu o número de 2.589, divididos entre os cursos de graduação (Administração, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Agrônômica,

Farmácia, Letras - Habilitação: Português-Inglês e respectivas Literaturas, Pedagogia, Química e Sistemas de Informação) e cursos técnicos (Subsequente: Técnico em Cooperativismo e Técnico em Vendas e; ensino médio integrado: Técnico em Serviços Jurídicos); b) possui 51 docentes (40 horas-dedicação exclusiva), 16 docentes (40 horas), 22 docentes (20 horas), 07 docentes (substitutos), 03 docentes (temporários), 16 técnicos administrativos, 03 estagiários e 43 funcionários terceirizados; c) está implantado o Programa Mulheres Mil e o PIBID; d) o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) atende um número significativo de pessoas; e) 130 projetos de pesquisa e extensão estão aprovados pelos docentes no Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE) da Instituição, que resultaram em benefícios para a comunidade; f) o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS), atendeu 62 alunos (ano de 2011), 44 alunos (ano de 2012) e atende, 60 alunos em 2013; g) Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE), atendeu 125 alunos no ano de 2012 e, atende 285 alunos em 2013; h) existe um Polo de EaD com a oferta de cursos técnicos e de pós-graduação para toda a região; i) várias parcerias com agentes de integração para que os alunos possam praticar estágios remunerados; j) atividades diversas e parcerias desenvolvidas com escolas, prefeituras e outras instituições; k) o IFPR – Palmas é responsável pela Unidade de Educação Profissional (UEP) do Município de Coronel Vivida, implantado no ano de 2011; l) entre outras atividades que o *campus* desenvolve com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em síntese, o processo de “federalização” foi uma grande articulação entre o CPEA e UNICS, que se mobilizaram, com apoio de políticos, empresários e comerciantes locais e regionais, e, principalmente contando com a força da Igreja Católica perante as negociações junto ao Governo de Estado e Governo Federal. De acordo com Lima (06 abr. 2015), “A federalização, foi uma saída muito boa. O CPEA cumpriu seu papel social”. Segundo Piton (07 abr. 2015), “Valores cristãos muito fortes estiveram presentes”.

Embora, se tenha trazido à tona o processo de “federalização” do UNICS, muitos detalhes da tramitação do processo, bem como os arranjos, concessões e negociações fogem de nosso entendimento. Nem sempre o que acontece nos bastidores é amplamente divulgado.

No momento, também é importante enfatizar que a educação, somente, não é garantia de desenvolvimento econômico. Temos um exemplo no próprio Município de Palmas. No local onde iniciou a educação em nível superior na região, o município tem um IDH baixo. Isso evidencia que a educação não pode ser entendida como uma panaceia. A educação contribui, mas sozinha não é garantia. Neste contexto, o *campus* Palmas do IFPR tem muito a contribuir para o Município de Palmas e região. Não se questiona aqui a contribuição da educação para o desenvolvimento humano e social. Todavia, ela sozinha não resolve os problemas socioeconômicos produzidos historicamente. Há uma série de fatores - econômicos, políticos, educacionais, culturais, sociais - que devem contribuir para que o tão almejado desenvolvimento⁷⁶ e melhoria na qualidade de vida da população se efetivem na sua totalidade. Em tese, espera-se que o IFPR - Palmas seja um espaço de luta da classe trabalhadora pelo saber elaborado, sistematizado e historicamente acumulado, na perspectiva de alteração da lógica produtiva e economicista do capital e não meramente meio de qualificação imediatista para o mercado de trabalho. Segundo Silva Jr. (2005, p. 105) e, podemos estender esta reflexão aos IF's,

[...] a universidade atual, que se origina no Estado moderno, tem sua forma organizacional e seus objetivos sociais, historicamente a ela atribuídos, destinados à manutenção e regulação do pacto social deste momento da humanidade e, ao mesmo tempo, deve constituir-se na condição de consciência crítica institucional desse tempo histórico.

Nos aspectos gerais, as políticas educacionais do governo de FHC, com a expansão do ensino superior privado, ocasionaram uma crise financeira no UNICS e a continuidade de expansão de IES privadas e a ampliação de

⁷⁶ Importante salientar que o propalado discurso do desenvolvimento é ideologia. Desenvolver o capitalismo não significa desenvolver bem-estar, melhoria de vida, etc. Quando se fala em desenvolvimento pelo viés do capital é, grosso modo, desenvolver sempre mais a lógica do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, perpetuar a exclusão. Segundo Frigotto (2001, p. 220) a lógica do capital “[...] não garante o aumento da qualidade de vida, mas o aumento da exploração”. É contraditório, portanto, relacionar capitalismo e desenvolvimento, uma vez que a lógica do capital impõe a exclusão e a destruição tanto da natureza quanto das relações sociais igualitárias. Neste sentido, as contradições apontam para a necessidade e urgência do desenvolvimento de condições históricas que contribuam para a superação do modo de produção vigente.

instituições públicas, no governo de Lula, agravaram a crise do centro universitário. Contudo, contraditoriamente, o Estado, com a criação dos Institutos Federais incorpora a estrutura física do UNICS, bem como os seus cursos e acadêmicos. Por outro lado, há demandas sociais e econômicas por educação pública para a formação profissional e inserção no mundo do trabalho. Entretanto, no aspecto particular, na sua singularidade, há que se considerar as características históricas e geográficas de Palmas e a atuação da Igreja Católica (CPEA), neste contexto. No geral, as necessidades do capital (econômica), da sociedade civil e da sociedade política foram fundamentais para o processo de “federalização” do UNICS.

Conforme Cunha (2003) referindo-se ao atendimento à demanda por ensino superior na LDB 4.024 de 1961, o Governo Federal respondeu dentre outras formas, federalizando faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades. No tocante ao processo ocorrido entre o UNICS e IFPR o conceito de “federalização” reaparece conforme se pode observar nas entrevistas e documentos. No entanto tal processo constituiu-se, num primeiro momento, numa transação imobiliária na qual a Igreja Católica vendeu um patrimônio para o Estado do Paraná e cuja venda foi mediada por relações de amizade e compadrio. Num segundo momento houve a transferência do patrimônio do Governo do Estado do Paraná para o Governo Federal e implantação de um *campus* do IFPR.

A venda do UNICS foi encaminhada como estratégia encontrada pelos seus dirigentes para resolver a crise financeira, ocasionada, sobretudo, pela diminuição da demanda no contexto da expansão da educação superior na região e as características socioeconômicas dessa população, conforme o estudo demonstrou.

A ação do Estado, na ótica da classe trabalhadora, por sua vez, está longe de ser algo revolucionário, pois o patrimônio do CPEA, o UNICS, não foi tomado – pelo Estado – e no seu lugar, implantada uma instituição pública de ensino. Pelo contrário, o IFPR-Palmas só foi possível, por meio de negociações entre os agentes envolvidos que usaram o Estado para salvar a iniciativa privada, indenizando sua falência. Nessa perspectiva, o privado não enfraqueceu, pois irá investir em outro setor e/ou localidade. Portanto, o UNICS foi “federalizado”, ou

melhor, comprado por meio de uma indenização paga, com dinheiro público, pelo Governo do Estado do Paraná ao CPEA e, posteriormente, entregue ao Governo Federal. Neste caso, as relações políticas entre público e privado se mantiveram “em pé”.

Há, retomando Cunha (2007), a continuidade do caráter meandroso em relação ao desenvolvimento da educação brasileira. O estudo demonstrou a crise de hegemonia no que concerne à natureza do Estado republicano e, a obscuridade na distinção entre o público e o privado, confundindo, neste caso, ainda mais.

O Estado, com base na filosofia política liberal (entre outros autores se destacam: John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Emmanuel Kant), conforme o estudo apontou, garantiu a propriedade e a liberdade, pois numa sociedade caracterizada pelo mercado, a relação entre indivíduos e instituições se dá via contratos de compra e venda, de transferência de propriedade, em que as ações do governo visam garantir e tutelar o livre exercício da propriedade. Contudo, como variante do capital, o Estado age da mesma forma, por um lado, por exemplo, privatiza o que é público (hospitais, aeroportos, rodovias, universidades, entre outros setores) e, por outro, salva o privado.

Importante fazer aqui uma pequena digressão. Na ex-página do UNICS na internet consta apenas uma breve retrospectiva histórica da instituição. Longe de parecer que o UNICS estava à beira da falência, o que consta é que a Igreja abriu mão de sua instituição em prol de uma causa maior, ou seja, foi a “arte de cair em pé”.

O CPEA, mantenedora do UNICS, contando com o relevante e abnegado papel do Bispo Diocesano, do Bispo Emérito e a aprovação da Santa Sé, abriu mão da condição Institucional Católica, por uma causa maior. Com os olhos voltados para a população mais carente, e principalmente diante da importância de um Instituto Federal em Palmas, não só como alavanca ao desenvolvimento socioeconômico de Palmas e da Região, mas também pela socialização do acesso ao ensino superior gratuito, tomou diante do atual contexto, a decisão que julgou mais viável e justa, deixando um profundo agradecimento a todos que tornaram esta causa possível (UNICS, 2015).

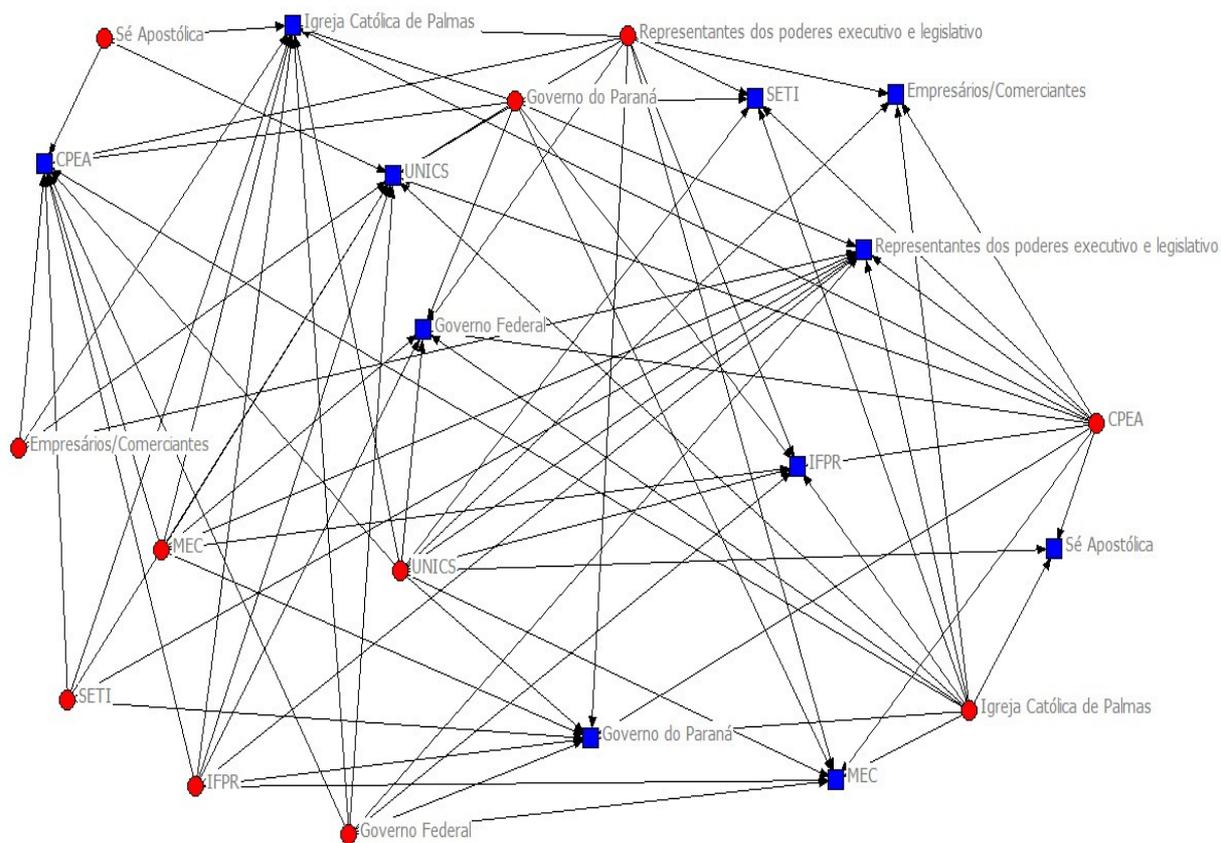
Vale ressaltar que, em todas as épocas, a classe que ascende ao poder vê-se obrigada a apresentar os seus interesses particulares como o interesse comum de todos os membros da sociedade, ou seja, é preciso dar um caráter de universalidade às suas ideias. Minto (2006) esclarece esta questão afirmando que numa sociedade que se ergue sobre relações desiguais, portanto, de exploração, de classes antagônicas, “[...] o conceito de público nada mais é do que uma emanção ideológica da classe dominante no seu esforço em tornar ‘universais’ os seus interesses de classe como os únicos possíveis, equivalentes a uma suposta ‘razão humana’ natural” (p. 43).

Em história e políticas educacionais, um novo campo de investigação pode ser aberto tomando como análise as redes sociais. De acordo com Shiroma (2011, p. 33) “A visualização das redes aponta para a necessidade de abordagens que tomem articuladamente o macro e micro, as instâncias governamentais e não-governamentais, a via oficial e não-oficial”. E continua,

[...] a metodologia de mapeamento e análise de redes sociais possibilita pensar nas contradições envolvidas, nos interesses antagônicos, nas relações de interdependência, nas múltiplas influências e articulações entre capital nacional e internacional, organismos internacionais e governos locais, e no papel dos intelectuais na construção das políticas públicas (p. 34).

Procura-se, portanto, registrar o governamental e o não-governamental, estatal e não-estatal, público e privado, Estado e sociedade civil, no âmbito das negociações, as relações institucionais vinculadas ao processo de “federalização” do Centro Universitário, pois entende-se que “[...] o mapeamento de uma rede possibilita a melhor visualização de sua capilaridade e abrangência, dando uma noção da força e influência das ações que executam articuladamente (SHIROMA, 2011, p. 30).

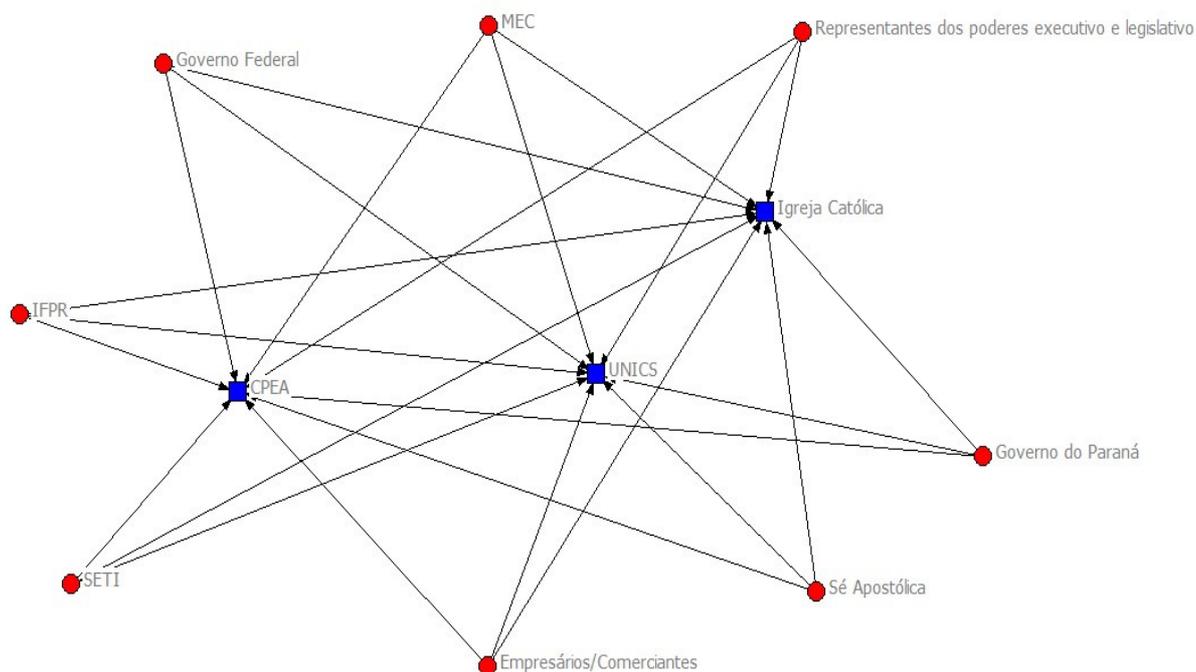
Figura 28 – Vinculações institucionais



Fonte: Pesquisa – Leandro Turmena.

No processo, a gestão da “federalização” do UNICS se concentrou na Igreja católica, CPEA e UNICS. Estes, produziram vínculos com as demais instituições e setores envolvidos.

Figura 29: Relações institucionais da Igreja Católica, CPEA e UNICS.



Fonte: Pesquisa – Leandro Turmena.

O exposto nas figuras 28 e 29 se contradiz ao que o documento elaborado pelo CPEA/UNICS (2009a) enfatiza. No documento é destacado que uma Instituição de Ensino em Palmas é necessária, para atender às demandas principalmente da população excluída, entre outras, indígenas, quilombolas, assentados, pequenos agricultores. Esta afirmação não deixa de ser correta e, seu cumprimento, de extrema necessidade. Todavia, o estudo demonstrou que não houve a participação dos movimentos sociais, representantes da classe trabalhadora, no processo de implantação do IF em Palmas. Os movimentos sociais foram mencionados no documento como aspecto justificativo do CPEA/UNICS e de seus reais apoiadores, no intuito de atender seus reais interesses que, foram resolvidos, por meio de uma articulação política.

Considerando o processo de “federalização” entende-se também que a contradição entre capital e trabalho na formação profissional de nível superior não se expressa na dualidade público/privado, mas na forma como se organizou, neste contexto, o ensino superior tanto no privado quanto no público em confronto

com outro projeto antagônico de sociedade e de ensino superior. Significa que o “público” como sinônimo de estatal está a serviço de interesses privados. Se fosse uma educação pública teria que se dar na direção de uma lógica oposta. Segundo Sanfelice (2005), a educação estatal (tida como pública) no Brasil nunca foi pública e nem poderia ser numa sociedade que tem por base a propriedade privada dos meios de produção.

O Estado – e, por consequência, a educação estatal, com sua “autonomia relativa” ou em decorrência das complexas relações que estabelece com a sociedade – pode, portanto, agir não necessariamente em função dos interesses comuns, já que estes, numa sociedade capitalista, jamais são universalmente comuns. [...]. Enquanto Estado defensor dos interesses da propriedade privada, a educação estatal pode estar, portanto, atrelada aos mesmos objetivos. O que é ideologicamente explicitado como educação pública, na realidade, destina-se ao interesse privado, e a educação estatal assim deve ser denominada, pois não é do interesse comum, do público, mas do privado (SANFELICE, 2005, p. 179).

De acordo com o autor, o Estado e a educação estatal estão constituídos para viabilizar a garantia aos que não detêm a propriedade privada dos meios de produção, de sobrevivência em certas condições e a possível venda de sua força de trabalho (única fonte de riqueza), para os proprietários dos meios de produção (possuidores do capital) (SANFELICE, 2005). A educação de caráter público reivindicada, historicamente pelos liberais, não se trata de uma questão pública, na acepção da palavra, mas de uma questão a ser tratada pelo poder público, sendo, entretanto, dever do Estado (LOMBARDI;SANFELICE, 2007).

Assim, o Estado e a educação estatal não estão constituídos para preservar os interesses comuns dos seres humanos. Noronha (2005) destaca que mesmo movido pelo mais bem intencionado conteúdo, confiar o processo educativo ao Estado, será tão somente um processo de doutrinação.

Há, portanto, ausência de uma educação superior de interesse público - entendendo interesses públicos como “[...] os diferentes interesses das distintas classes sociais das sociedades capitalistas” (SANFELICE, 2005, p. 180) -, que é no nosso entendimento a contradição entre capital e trabalho na formação profissional de nível superior. Marx (2012) na “Crítica ao Programa de Gotha”

afirma que a educação popular a cargo do Estado é completamente inadmissível. Segundo o autor, é preciso, em relação à educação, visando a um projeto antagônico de sociedade, subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da Igreja.

Por fim, “[...] o pensamento marxista sobre o Estado propõe que ele seja esmagado e não reformado. O Estado deve desaparecer, para que o público assuma suas funções [...] sem Estado não deverá haver educação estatal e muito menos privada, mas somente pública” (SANFELICE, 2005, p. 184). E continua afirmando que isto pode se constituir em uma mera utopia, contudo caberá à história demonstrar, “[...] mas é a lógica consequente no âmbito do pensamento marxista, pois caso contrário vamos defender a escola estatal que está aí, o que estrategicamente pode ser necessário, mas não como objetivo último” (SANFELICE, 2005, p. 184).

A implantação de uma instituição federal de ensino em Palmas, embora inserida nos limites da sociedade de classes, significa, em última instância, um avanço, sob a ótica da classe trabalhadora. O UNICS, como estabelecido na Constituição de 1988, era uma instituição privada comunitária e confessional, o que se convencionou ser chamado também de *público não-estatal*⁷⁷. Na verdade, para a classe trabalhadora, no caso do UNICS, quais as vantagens, no aspecto financeiro, em relação ao acesso e permanência, em frequentar instituições *privadas com fins lucrativos* ou *privadas sem fins lucrativos* (comunitária, confessional e filantrópica)? Nenhuma, pois, os estudantes necessitam bancar financeiramente seu acesso e permanência, uma vez que a obrigatoriedade do Estado em garantir educação no Brasil se restringe até ao ensino médio, conforme Emenda Constitucional nº 59 de 2009. Assim, a implantação do IF em Palmas contribui para a ampliação das oportunidades para que a classe desprovida dos meios de produção possa disputar espaços para obter, em particular, formação em nível superior de forma gratuita.

⁷⁷ Para aprofundar o entendimento sobre a questão do público não-estatal no ensino superior, ver texto de Antônio Cabral Neto e Joseneide Souza Pessoa “O público não-estatal no ensino superior: bem filantrópico ou serviço quase-mercantil?”.

CONCLUSÃO

Verdade está na totalidade
(Georg Lukács).

A pesquisa demonstrou que a propalada “federalização” do UNICS foi um projeto arquitetado pela Igreja Católica tendo como representante o CPEA - contando com o apoio de representantes dos poderes legislativo e executivo, empresários e comerciantes - fazendo uso do Estado, para salvar a sua falência, efetivada por meio de uma triangulação das esferas público federal, público estadual e privado na qual foram determinantes relações de patrimonialismo e afinidades pessoais, demonstrando que ainda não se superou no Brasil a distinção entre público e privado confundindo-os, neste caso, ainda mais. Portanto, *a priori*, não foi um projeto de política pública de Estado para atender às demandas sociais e necessidades da classe trabalhadora por educação pública básica, técnica/profissional e superior.

A implantação do ensino superior em Palmas, gestada pela Igreja Católica na década de 1960, e balizado pelas políticas educacionais dos governos militares, atendeu às demandas por formação profissional em nível superior, muito embora não tenha produzido, em Palmas, o desenvolvimento econômico e social almejado pelo projeto educacional do período.

O estudo apontou que o sonho idealizado, particularmente pelo Bispo Diocesano e pelo CPEA, era criar uma Universidade do Sudoeste em Palmas, o que, até o momento, não se efetivou. O que o estudo indicou foram as mudanças nas denominações da instituição (FAFI, FACEPAL, FACIPAL, UNICS e, atualmente, IFPR) que, ao longo dos tempos acarretam no aumento de responsabilidades legais.

A Instituição, que no decorrer de sua história, enfrentou problemas de ordem financeira fazendo com que seus gestores e sua mantenedora recorressem, em algumas ocasiões, ao Estado, visando pleitear subsídios que garantissem a manutenção das atividades, viu a crise se agravar a partir do

primeiro quinquênio do ano 2000. O agravamento da crise financeira do UNICS, que resultou na sua extinção, ocorrida pela diminuição no número de alunos, como a pesquisa indicou foi produzida por alguns fatores que elencamos a seguir:

a) Fatores particulares: aspectos históricos e geográficos de Palmas, que se desenvolveram por meio de economia baseada no latifúndio e na indústria extrativista, produzindo assim, acirradas desigualdades sociais expressas no IDH e na renda *per capita* do município e, numa estagnação econômica e política; marcas do conservadorismo, de uma cultura luso-brasileira e do paroquialismo católico neste contexto; foram mencionados também, nas entrevistas, possíveis erros administrativos do CPEA; o UNICS no decorrer de sua história captava alunos de diversos municípios da região sul do país, pois, era uma das únicas IES e ofertava as Semanas de Caráter Intensivo; quando o UNICS passou a depender apenas de Palmas e de seu entorno, enfrentou problemas financeiros; idealização de membros da Igreja e por extensão do CPEA de que Palmas seria a “capital” do Sudoeste por isso, também, justificou-se o investimento num *campus* universitário, sendo transformado, *a posteriori*, em Centro Universitário o que gerou custos elevados para instituição; os gestores do CPEA não acompanharam o mercado educacional, a partir da racionalização técnica empresarial, sob a lógica da concorrência capitalista. Isto demonstra a incompetência do privado, pois perceberam tarde, talvez por miopia técnica e administrativa da mantenedora; historicamente o UNICS contribuiu para manter outras instituições atreladas ao CPEA, portanto em muitas ocasiões pagava a conta que não era dele, por exemplo: com as ações judiciais enfrentadas pela VIZIVALI em Dois Vizinhos-PR, oriundos do caso VIZIVALI/IESDE.

b) Fatores Gerais: a crise foi produzida pelo acentuado aumento das IES no país e na região Sudoeste do Paraná, via privatização do ensino superior durante o governo de FHC. No Governo Lula, houve a continuidade de expansão de instituições privadas, bem como, também de instituições públicas. Na região do entorno de Palmas, neste período, tem-se a implantação de algumas instituições públicas. Estes fatores contribuíram para que os pretendentes ao ingresso no nível superior de ensino, não viessem a Palmas para estudar. Em síntese, se nos oito anos do Governo FHC a política neoliberal foi mais radical e raivosa tendo proporcionado, assim, na elevação quantitativa de IES privadas;

nos do Governo Lula, o neoliberalismo assume a faceta mais moderada, num contexto de crescimento da economia mundial o que se traduziu, no âmbito do ensino superior, na continuidade de expansão de IES privadas e na abertura e ampliação de instituições, em particular, com a criação dos IF's.

Para solucionar os problemas financeiros enfrentados pela Instituição, os gestores do CPEA/UNICS buscaram alternativas, sob a condução da influência política e ideológica da Igreja Católica:

a) Primeiramente, buscou-se a reestruturação administrativa com a redução dos custos com a folha de pagamento, ajustes nas mensalidades e nas grades curriculares e, extinção dos cursos deficitários. O que poderia ocorrer seria uma instituição mais enxuta, voltando a funcionar sob a denominação de faculdade, o que diminuiria as responsabilidades legais para sua manutenção, no entanto, esta possibilidade era encarada pelo CPEA como um retrocesso;

b) Posteriormente, tentou-se incluir Palmas no processo de criação da UFFS, com um *campus*; e/ou implantar um *campus* da UFPR. Para tanto estas instituições teriam que assumir os cursos e alunos, o que seria discutido entre as partes envolvidas. Todo este processo contou com o apoio de empresários e de políticos dos poderes legislativo e executivo, das esferas municipal, estadual e federal. Parece que, neste momento, a compra do UNICS pelo governo do Paraná já estava acertada, a questão era, quem iria assumir.

c) No entanto, como estes projetos não se efetivaram, a tentativa de resolver esta questão se deu por intermédio da relação de amizade entre o Bispo Emérito da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, Dom Agostinho José Sartori e, o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, contando com o apoio de outros políticos que pleitearam a abertura de um *campus* do IFPR em Palmas. Neste contexto de negociações e de articulações o acordo se efetivou: O Governo do Estado do Paraná comprou do CPEA a estrutura física (bens imóveis e laboratoriais) do UNICS, os quais transferiu ao Governo Federal para a implantação de um *campus* do IFPR, e este, por sua vez, assumiu, com pessoal próprio, os cursos em andamento bem como os alunos matriculados.

Todo este processo, meandroso e envolto por redes de negociações complexas, foi se desenvolvendo por meio de uma articulação política e que teve a contribuição do cenário nacional de expansão das instituições públicas a partir

do Governo Lula. No entanto, a venda do UNICS foi motivada como estratégica, para resolver sua crise financeira, em que o Estado comprou sua falência. Provavelmente, se a Instituição não estivesse enfrentando problema de ordem econômica, dificilmente teria sido vendida. Mesmo na falência, para a Igreja Católica foi a “Arte de cair em pé”, pois restou para Palmas uma instituição de ensino que ofertará ensino gratuito nos diferentes níveis. Isso evidencia, portanto, que a Igreja Católica, em todas as épocas procura exercer, suas funções eclesiais adaptando-se, na medida do possível, às condições históricas da conjuntura brasileira, ampliando, como o estudo demonstrou, as relações público/privado por meio da efetiva colaboração entre Igreja e Estado.

O Estado, por sua vez, continua revelando seu caráter classista, comprometido com a classe dominante. Isso é evidente no processo de desapropriação do Centro Universitário realizada pelo Governo do Paraná. Confundindo dinheiro público com dinheiro privado, assume características de patrimonialismo e clientelismo, em que, o caráter antidemocrático da transferência de recursos públicos para o setor privado se revela, mais uma vez, sem disfarces. Embora tenha contemplado também a classe trabalhadora com uma instituição pública, o Estado, pela forma como o processo foi conduzido, priorizou os interesses do CPEA.

O Estado fez, pois, a lógica do capital, tanto pelo público quanto pelo privado, estão a serviço de um mesmo ideário. Nesse sentido o casamento entre público e privado é legalmente permitido na sociedade regida pelos princípios do liberalismo. Foi uma espécie de ‘acerto e concerto’ em que houve a socialização do prejuízo e a privatização do lucro. Entretanto, mesmo com a mudança de instituição de caráter privado para, caráter público, a contradição entre capital e trabalho na formação profissional de nível superior não se expressa na dualidade público/privado, mas na forma como se organizou, neste contexto, o ensino superior tanto no privado quanto no público em confronto com outro projeto antagônico de sociedade e de ensino superior. À luz do pensamento marxista, a problemática do público e do privado, será um

[...] aclaramento de que no âmbito da sociedade capitalista prevalecem os interesses eminentemente privados e o mesmo ocorre na educação, seja na forma como ela se estrutura diretamente vinculada ao Estado, seja sob os auspícios da iniciativa privada. Os fins últimos desta educação não transcendem os limites da própria sociedade capitalista (SANFELICE, 2005, p. 185).

Embora o Estado tenha atuado em todos os setores para salvar a falência do privado, a tendência no Brasil, não é o Estado continuar desenvolvendo práticas semelhantes ao acontecido em Palmas. Atualmente, as políticas educacionais para o ensino superior revelam a relação entre o público e o privado, mais especificamente por meio do PROUNI, FIES e legislando para a expansão e manutenção das instituições privadas. A transação ocorrida em Palmas é mais um, entre outros fatos isolados.

Como em outros setores da economia capitalista, também no ensino superior brasileiro, ocorre o processo de fusões e de transnacionalização, se destacando, neste segmento, o grupo Kroton, cujas ações (papéis representativos de valores) são negociadas em bolsa. Importante destacar, segundo Piton (07 abr. 2015), que a partir do boato de que o UNICS iria encerrar suas atividades, representantes do Grupo Kroton foram até Palmas e manifestaram o interesse na sua compra, salientando que a intenção era abrir um *campus* da Anhanguera, pois na época estavam em negociação. No entanto, Dom José descartou, imediatamente, a possibilidade de o UNICS ser comprado por outra instituição privada.

Em relação à discussão feita neste estudo pode-se afirmar que, a questão entre público e privado no Brasil não se reduz ao campo da educação. Ademais, está relacionado a um problema mais amplo que se refere à delimitação da esfera pública e privada da sociedade e das atribuições do Estado. Isso fica evidente nas discussões que nortearam a Constituição de 1988. No que diz respeito à educação, a Carta Magna, encontrou uma solução conciliatória para o conflito entre o público e o privado, não no intuito de resolvê-lo, mas de incorporá-lo.

No Brasil, regido pelos princípios do liberalismo, a tendência, é que a onda de estatização não se generalize. O que tem ocorrido é a contínua privatização da educação superior. O que aconteceu em Palmas, com o UNICS, é um fato isolado, *sui generis*, que aconteceu para atender ao projeto da Igreja na tentativa

de “cair em pé”. Portanto, esta retração não pode ser confundida com a perda de vigor da rede privada de ensino.

O Estado, entretanto, continua contemplando a demanda por ensino superior público, de maneira minimalista, com a abertura e ampliação de instituições públicas de forma pontual, pois, enquanto não houver garantida a obrigatoriedade do Estado para com o ensino superior, a iniciativa privada continuará investindo, criando monopólios no setor.

Não é prática recorrente do Estado comprar IES privadas em pleno funcionamento e assumir todos os cursos e alunos. O Estado, por outro lado, poderia, levando em consideração o contexto socioeconômico de Palmas, tê-la contemplado com um *campus* do IF, independente do UNICS existir, progredir ou falir. Neste processo, não teve política pública, teve compadrio. O CPEA (Igreja Católica) disse “não queremos mais”. Nesse sentido, o Estado precisou salvar de vez, o que fazia anteriormente por meio de subsídios. Usou-se do discurso de “conquista de uma IES pública para Palmas” para ainda assim, lucrar com a falência, pois do contrário restaria uma enorme estrutura, um “elefante branco” carregado de história, mas se deteriorando no tempo.

No entanto, nestes anos de IFPR em Palmas, muitos foram os problemas de caráter técnico-administrativos enfrentados, alguns, inclusive, apontados na pesquisa. As relações e articulações políticas levaram o Instituto para Palmas, mas não deram conta de resolver, ainda, os problemas desencadeados a partir de então. A forma como foi realizada a desapropriação do UNICS e incorporação ao IFPR foi o típico exemplo de se fazer política no Brasil, através da política do espetáculo.

Os IFs foram criados, em 2008, para serem instituições mais enxutas o que não foi a situação encontrada em Palmas. Por ter assumido os acadêmicos e cursos do UNICS e, por conta da verticalização do ensino e, contando com uma verba anual reduzida, tem ocorrido uma precarização do trabalho docente, cargas horárias elevadas por conta do número baixo de docentes, reduzido quadro de técnicos administrativos e técnicos laboratoriais, escassez de laboratórios e de materiais, poucas verbas destinadas à consolidação da pesquisa, entre outras questões. O *campus* Palmas, se quiser melhorar as condições de trabalho e de atendimento às suas demandas, necessitará se adequar às diretrizes da EPCT e

assumir sua identidade como uma instituição mais enxuta e, atendendo a demanda por meio da verticalização do ensino.

Enfim, a “novela” ainda não acabou. Tudo indica que teremos outro “capítulo”. Por conta da situação elencada acima, dentre outras, contando mais uma vez com o apoio de políticos, foi nomeada uma comissão pela Portaria Conjunta (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e Secretaria de Educação Superior) nº. 01 de 15 de dezembro de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº. 51/2014 do MEC, designando uma Comissão Especial de Análise Técnica da viabilidade de transferência do *campus* Palmas do IFPR para a UFFS. A comissão terá a atribuição de apresentar relatório técnico sobre: a) manutenção e/ou extinção dos cursos; b) transferência de patrimônio, contratos e serviços; c) quadro de pessoal: forma de migração dos cargos ocupados do IFPR para a UFFS e, cargos e funções a serem disponibilizados; d) calendário de operacionalização das ações; e) adequação da estrutura organizacional do IFPR em função do “Modelo – SETEC” e; f) demais tópicos que possam limitar a concretização da transferência. Assim, o sonho da Universidade para Palmas, conforme desejou a Igreja Católica e o CPEA, demonstrado nesta pesquisa, volta, mais uma vez, à tona. Porém, pelo caráter meandroso do desenvolvimento da educação brasileira, é impossível, ainda, obter conclusões mais precisas referentes a este processo.

Contudo, o que é também necessário para se avançar no nível superior de ensino é ampliar a obrigatoriedade do Estado para este nível exigindo que ele assuma plenamente os encargos que garantam as melhores condições de funcionamento das instituições e de acesso e permanência para os estudantes.

A educação em geral e, em particular, a educação superior, deve ser encarada e tratada como um direito social e um bem público, conforme aponta Azevedo (2010) “A educação, por ser um direito social e humano, diga-se de passagem, duramente conquistado pelos movimentos populares, deve ser considerada um bem público” (p. 188). Portanto, é fundamental, que as organizações populares, comprometidas com as lutas da classe trabalhadora, exerçam severo controle sobre a educação em geral.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas:

ALVES, Gilberto Luiz. A inovação nas práticas educativas das escolas estatais e particulares: subsídios para a discussão da relação entre o público e o privado na educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 99-123.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo/SP: Cortez; Piracicaba/SP: Editora UNIMEP, 2003.

ANDRADE, Cleverson Marcos Teles. **Desempenho institucional e civismo na gestão municipal comparando a trajetória dos Conselhos de Saúde de duas cidades no Paraná: Dois Vizinhos e Palmas (1991-2004)**. 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2005.

ARAUJO, José Carlos Souza. O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercâmbio. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 125-143.

AZEVEDO, Luiz Alberto; COAN, Marival. O ensino profissional no Brasil: Atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classes – uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI. **Trabalho Necessário**, Niterói/RJ, ano 11, n. 16, 2013. Disponível em: < <http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso: 04 set. 2013.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo. Educação Superior: Bem público ou mercadoria? In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; FELDFEBER, Myriam; MARTÍNEZ, Deolidia (Org.). **Nuevas regulaciones educativas em América Latina: universidad y docência**. Lima: Asociación Civil Universidad de Ciencias y Humanidades, Fondo Editorial, 2010. p. 159-191.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves; CATANI, Afrânio Mendes. Políticas públicas para a educação superior no Brasil: de Lula a FHC. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves (Org.). **Política educacional brasileira**. Maringá: EDUEM, p. 67-95, 2005. (Formação de professores EAD; n.13).

AZEVEDO, Mário Luiz Neves. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. **Rev. Inter. Educ. Sup.[RIESup]**. Vol. 01, n. 01, jul./set. 2015. p. 86-102.

AZZI, Riolando. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BATISTI, Isa Marta; SOUZA, Edson Belo Clemente de. Da formação do território ao Estado do Iguaçu. **Informe Gepec**. Vol. 08, n 02, jul./dez., 2004.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os anos do povo. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 103-109.

BERNARTT, Maria de Lourdes. **Desenvolvimento e ensino superior**: Um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos. 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando. A burguesia no Governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Agosto 2006. pp. 237- 263.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 07-14.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRANDÃO, Marisa. O governo Lula e a chamada educação profissional tecnológica. **RETTA**. Rio de Janeiro, v.01, n. 01, jan./jun., 2010. pp. 61-87.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição Brasileira**. 1995. (Conferência no Seminário sobre Reforma Constitucional, patrocinada pela Presidência da República, janeiro de 1995, revisada em abril de 1995).

BUFFA, Ester. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 41-58.

CABRAL NETO, Antônio; PESSOA, Joseneide Souza. O público não-estatal no ensino superior: bem filantrópico ou serviço quase-mercantil?. In: NETO, Antônio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CHAVES, Vera Jacob (Orgs.). **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, 2011. p. 81-112.

CARICONDE, Noemi. **A Revolta de 57: A vitória dos posseiros contra o avanço dos latifundiários**. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/11/16.htm> - Acesso em 22 jul. 2008.

CHAVES; Vera Jacob; GEMAQUE, Rosana Oliveira. Políticas públicas de financiamento da educação superior brasileira. In: NETO, Antônio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CHAVES; Vera Jacob (Org.). **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, 2011. p. 135 – 150.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIAVATTA, Maria. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 911-934, out. 2006.

CIAVATTA, Maria. Universidade, pecado nativo. Carta Aberta. **Trabalho Necessário**, Niterói/RJ, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso: 04 set. 2013.

CIMI. **Toldo chibanguê: história e luta Kaingang em Santa Catarina**. Xanxerê: Regional Sul, 1984.

COLOMBO, Irineu. **Educação para um novo tempo: o Instituto Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14428&Itemid=874>. Acesso: 28 ago. 2013.

CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. **Manifestação do CONCEFET sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília-DF, 23 de agosto de 2007, mimeo.

CONSELHO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS. **Carta de Gramado**. Gramado/RS, 31 de maio de 2007, mimeo.

CONSELHO DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS. **Proposta do Conselho da Escolas Agrotécnicas Federais – CONEAF – para o novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Sertão-RS, 6 de junho de 2007, mimeo.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Código de Direito Canônico.** São Paulo: Loyola, 1983.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso:** o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 29-43.

CUNHA, Luiz Antônio. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. In: **Cadernos de Pesquisa.** n. 101. jul. 1997. p. 20-49

CUNHA, Luiz Antônio. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, H. (Org.) **Universidade em ruínas:** na república dos professores. Petrópolis/RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999. p. 39-56.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T. et al. **500 anos de educação no Brasil.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 151-204.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. **Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade.** vol. 25, n. 88, p.795-817, especial, Out. 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. In: **Educação e Sociedade.** vol. 28, n. 100 – Especial. Campinas-SP. Out, 2007. p. 809-829.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** 6 ed. São Paulo: Cortez; Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília: FLASCO do Brasil, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005. p. 03-28.

DAGNINO, Renato; RIBEIRO, Núbia Moura; CYPRIANO, Alex. Reflexões para um debate sobre a orientação da rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Org.). **Trabalho, educação e social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru/SP: Canal 6, 2011. pp. 221-227.

DETONI, Marilena Zanoello. **O Ginásio Frei Rogério: sua ação educacional e política**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Contestado/Universidade Estadual de Campinas, Caçador, 2003.

DEUS, Rozana Ferraz de. **Ginásio Santa Cruz de Canoinhas-SC 1947-1970: Do privado ao Estatal**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Contestado/Universidade Estadual de Campinas, Caçador, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DOWBOR, Ladislau; IANNI Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis/PR: Vozes, 1997.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2 ed. São Paulo: Global, 1984.

FARIA, José Henrique de. O capitalismo totalmente flexível: o adeus ao liberalismo e ao keynesianismo clássico e a metamorfose da economia de mercado. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 94, março de 2009. p. 01-11.

FATORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal executado**. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/gastos-com-a-divida-publica-em-2014-superaram-45-do-orcamento-federal-executado/>>. Acesso: 25 fev. 2015.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma da educação superior no governo Lula da Silva: concepções, contradições e desafios. In: GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.). **Reconfiguração do campo da educação superior**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2012.

FIGUEIREDO, E. S. A. de. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. **UFG**, Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII. 2005.

FIORI, José Luis. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 31-51.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16. n. 46. São Paulo. Jan/Abri. 2011. p. 235-274.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação&Sociedade**, Campinas:/SP, v. 24, n.82. abril. 2003. p. 93-130.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 53-67.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 76-92.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GERMER, Claus Magno. Receita pública e circulação monetária na teoria de Marx. In: **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 25, dezembro 2009, p. 5-31.

GOMES, José Menezes. Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimento. In: **Revista Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, julho de 2014, p. 155-159.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. A cura di Valentino Guerratana. Torino: Ed. Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. vol. 04. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HOLZMANN, Lorena. Toyotismo. In: CATTANI, Antonio. D.; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

IANNI, Octávio. Introdução. In: IANNI, Octávio (Org.) **Karl Marx**: sociologia, 2 ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 07-42.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2010 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico de 2002**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso: 03 out. 2013.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3900873>>. Acesso: 09 mar. 2014.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais**: Mesorregião Geográfica Sudoeste do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2004.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico Município de Palmas**. Curitiba: IPARDES, 2012.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense: 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1995.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lucia. **A reforma educacional na América Latina nos anos 1990**: uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo: Xamã, 2008.

KRUGER, Nivaldo. **Palmas – Paisagem e Memória**. Palmas/PR: Gráfica e Imprensa Kaygangue, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.55-75.

LAPIS, Naira Lima. Acumulação Flexível. CATTANI, Antonio. D.; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2 ed. ver. atual. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Madalena Margarida Mergen. Contextualização das faculdades de Palmas: uma retrospectiva de sua caminhada. **Consciência**, Palmas/PR, 11 (1), p. 09-38, jan./jun. 1997.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos Internacionais: O capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo/SP: Xamã, 2002. p. 41-63.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. Público e privado como categorias de análise da educação? Uma reflexão desde o marxismo. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 59-96.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas-SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

LOPES, Sérgio. “Estado do Iguazu”: A trajetória de um movimento. **Informe Gepec**. vol. 08, n 02, jul./dez., 2004.

LUPORINI, T. J. Ensino superior no Paraná: A memória da região Sudoeste. **Histedbr-online**. Campinas-SP, n. 31, p. 52-66, set. 2008.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 26, n. 1 (101), p. 58-74, jan/mar 2006.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: As políticas sociais no governo Lula. **Katálisis**. Florianópolis-SC, n. 1. vol. 10., p. 15-23. jan./jun. 2007.

MARX, Karl. “Pós-fácio à 2ª Edição de O capital”. In: **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 17 ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1, v. 1 e 2.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 24 ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v. 2.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-121.

MENDES, Adilson Miranda. **Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas 1859-1903**. 1989. 286 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 1989.

MENDES, Adilson Miranda; RODRIGUES, Eloyna Ribas e ROCHA FILHO, João Paulo (Org.). **Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello: biografia documental**. Palmas, PR: CPEA, 2002.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas-SP: Autores associados, 2006.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. **Serviço Social e Sociedade**, n. 59. São Paulo, 1999. p. 47-79.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Alexandre do; SILVA, Andréia Ferreira da; ALGEBAILÉ, Maria Emília Bertino. Estado, Mercado e Trabalho: Neoliberalismo e políticas sociais. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo/SP: Xamã, 2002. p. 85-104.

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. **Dom Agostinho José Sartori: uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná**. Palmas, PR: Kaygangue, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Rumos históricos da organização privatista. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo/SP: Xamã, 2002. p.179-220.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo/SP: Xamã, 2005, pp. 85-126.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A reforma da educação superior e a formação de um novo intelectual urbano. In: SIQUEIRA, Ângela C. da; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006. p. 81 - 106.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo/SP: Xamã, 2002. p. 21-40

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro/RJ: EPSJV, 2008.

NORONHA, Olinda Maria. O público e o privado: teorias e configurações nas práticas educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 145-163.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010a. pp. 21-27.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010b. pp. 369-376.

OTRANTO, Célia Regina. Desvendando a política de educação superior do governo Lula. **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES-SN, ano XVI, n. 38, jun. 2006, pp. 18-29.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos federais de educação, Ciência e tecnologia – IFETs. **RETTA**. Rio de Janeiro, v.01, n. 01, jan./jun., 2010. pp. 89-108.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**. Brasília/DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na Educação profissional e Tecnológica**. Brasília/DF, São Paulo/SP: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Enfrentando a fata de mão-de-obra**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14428&Itemid=874>. Acesso: 29 ago. 2013.

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Escolas técnicas e desenvolvimento**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14428&Itemid=874>. Acesso: 29 ago. 2013.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: Servidão financeira e Estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14428&Itemid=874>. Acesso: 28 ago. 2013.

PIMENTA, Eli. A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci. **Perspectivas**. São Paulo, n. 07, p. 59-73, 1984.

PINHEIRO, M. F. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda?. In: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas-SP: Autores Associados, 1996. p. 255-291.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/palmas_pr>. Acesso: 09 mar. 2014.

PRIMI, Lilian. Brasil detém recorde mundial de empresas lucrativas de ensino. **Especial Universidades**. Set. 2014. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br>>. Acesso: 15 abr. 2015.

RENCK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

REQUIÃO, Roberto. Requião fala sobre Dom Agostinho. In: NAZARO, Lucy Salete Bortolini. **Dom Agostinho José Sartori**: uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná. Palmas, PR: Kaygangue, 2011. p. 270-271.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

ROSSI, Wagner. **Capitalismo e educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SADER, Emir. **O anjo torto**: esquerda (e direita no Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1995.

SADER, Emir. **O poder, cadê o poder?** Ensaios para uma nova esquerda. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2003.

SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. O necessário, o possível e o impossível (Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 09-29.

SANFELICE, José Luis. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 177-185.

SANT'ANNA, Ronaldo. "Novos" passos da mesma caminhada. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo/SP: Xamã, 2002. p. 221-234.

SANTOS, Eucléia Gonçalves. **Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno: os missionários franciscanos no Sudoeste do Paraná (1903-1936)**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR 2005.

SAVIANI, Dermeval. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 167-176.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

SCHMIDT, Leide Mara. **O ensino superior no contexto das políticas públicas: uma experiência de gestão no Estado do Paraná**. 1999. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério de ciência e tecnologia, 2001.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação). **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes**. Junho de 2008.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação). (Ministério da Educação). **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo de educação profissional e tecnológica - concepção e diretrizes**. 2010.

SENRA, Álvaro de Oliveira. Propostas educacionais da Igreja católica sob o neoliberalismo. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008. p. 103-132.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O público e o mprivado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 31-40.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra C. **O Contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná.** 1986. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1986.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; MARA, Angela Mara de Barros. **Políticas para a educação:** análises e apontamentos. Maringá: Eduem, 2011.

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Institutos Federais – Lei 11.982 de 29 de novembro de 2008:** comentários e reflexões. Natal/RN: IFRN, 2009.

SILVA JR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC.** São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JR, João dos Reis. **Pragmatismo e populismo na educação superior:** nos governos FHC e Lula. São Paulo: Xamã, 2005.

SILVA JR, João dos Reis. Reforma universitária: a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI. In: ORSO, Paulino (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias.** Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 87-120.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil – Reformas do Estado e Mudanças na Produção.** 2 ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Forma e razões da expansão da educação superior pública no Brasil. In: MANCEBO, Deise; BITTAR, Mariluce; CHAVES, Vera Lúcia Jacob (Org.). **Educação superior:** expansão e reformas educativas. Maringá-PR: Eduem, 2012. p. 21-42.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro, de 22 de junho de 2002.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso: 12 fev. 2014.

SILVA, Sidney Reinaldo. **Estado, educação e equidade no Brasil:** a formação gerenciada da cidadania. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2012.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos - CEBRAP.** São Paulo. n. 85, . p. 83- 102. nov. 2009.

SOBRINHO, Moisés Domingos. **Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14428&Itemid=874>. Acesso: 28 ago. 2013.

SUCUPIRA, N. O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. *In*: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas-SP: Autores Associados, 1996. p. 55-67.

TOMAZONI, Júlio (Org). Atlas do Sudoeste do Paraná. *In*: **Seminário de desenvolvimento Rural Sustentável dos Municípios da Fronteira**. Capanema – PR, 2002.

TURMENA, Leandro. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital: a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2009.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. **Análise crítica da globalização neoliberal**. Curitiba: Juruá, 2007.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WEIGERT, Danieli. **Compadrio e família escrava em Palmas, Província do Paraná (1843-1888)**. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2010.

Documentais:

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24 de janeiro de 1967.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1**, de 17 de outubro de 1969.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997.** Regulamenta o artigo 45 da Lei nº 9394/96.

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997.** Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº. 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Estabelece o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. **Decreto nº 3.860 de 09 de julho de 2001.** Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Estabelece o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

BRASIL. **Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007.** Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Chamada Pública 02/2007.** Chamada para a adesão das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica aos IFs. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifets3.pdf>. Acesso: 20 mar. 2012.

BRASIL. (Ministério da Educação). **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://pde.mec.gov.br/>>. Acesso: 29 abr. 2010.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2009,** de 10 de outubro de 2007. Autoriza a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul - UFGFM e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=371681>>. Acesso: 09 jul. 2013.

BRASIL. **Portaria MEC/SETEC nº 116 de 31 de março de 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/ifets_chamada.html>. Acesso: 20 mar. 2012.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3774,** de 23 de julho de 2008, do Poder Executivo. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=420265>>. Acesso: 09 jul. 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei 3775,** de 23 de julho de 2008. Projeto de Lei dos Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=405479>. Acesso: 20 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. **EMC 1/2009 CFT => PL 2199/2007**, de 02 de abril de 2009. Altera o artigo 4º criando o *campus* do sudoeste do Paraná nos municípios de Laranjeira do Sul, Palmas e Realeza - da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL - UFGFM. Autor: Airton Roveda - PR/PR. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=644070&filename=EMC+1/2009+CFT+%3D%3E+PL+2199/2007>. Acesso: 09 jul. 2013.

BRASIL. **EMC 3/2009 CFT => PL 2199/2007**, de 15 de abril de 2009. Emenda modificativa ao pl 2199 de 2007 que cria a universidade federal da mesoregião da grande fronteira do mercosul. Autor: Angelo Vanhoni - PT/PR. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=647062&filename=EMC+3/2009+CFT+%3D%3E+PL+2199/2007>. Acesso: 09 jul. 2013.

BRASIL. **EMR 1 CFT => PL 2199/2007**, de 15 de abril de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, e dá outras providências. Autor:

Alfredo Kaefer - PSDB/PR. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=646985&filename=EMR+1+CFT+%3D%3E+PL+2199/2007>. Acesso: 09 jul. 2013.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 59**, de 11 de novembro de 2009.

BRASIL. Constituição (1998). **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009.

BRASIL. **Escritura Pública de Desapropriação Amigável que fazem Estado do Paraná e Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos**. 09 de março de 2010a. Escrevente 0041. Protocolo 0268/10. Livro 0636-N. Comarca de Curitiba-PR.

BRASIL. **Diário Oficial da União (DOU) nº 112**, de 15 de junho de 2010b, seção 01, p. 09.

BRASIL. **Diário Oficial da União (DOU) nº 178**, de 16 de setembro de 2010c, seção 3, p. 54.

BRASIL. **Ministério da Fazenda – Receita Federal. Certidão de Baixa de Inscrição do CNPJ de número 79.541.587/0008-72**. Emitida às 15h28min, do dia 29 de agosto de 2011, via internet. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Certidao.as>

BRASIL. **Diário Oficial da União (DOU) nº 78**, de 24 de abril de 2013, seção 1, p. 14.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Relatório de Informações Sociais.** Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Cadastro Único / Busca Ativa](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#CadastroÚnico/BuscaAtiva)>. Acesso: 25 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (SETEC). **Portaria Conjunta nº 01**, de 15 de dezembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (Secretaria Executiva – Subsecretaria de Assuntos Administrativos). **Boletim de Serviço nº 51**, de 26 de dezembro de 2014.

CATEDRAL DO SENHOR BOM JESUS DA DIOCESE DE PALMAS. **Livro Tombo n. IV**. Palmas-PR, 1958-1970.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata Assembleia Geral Extraordinária**. 03 nov. 1986. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata Assembleia Geral Ordinária**. 10 mar. 1987. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**. 14 mar. 1988. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**. 31 mar. 1990. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**. 23 mar. 1991. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Extraordinária**. 01 jul. 1998. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**. 15 mar. 2003. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária**. 16 dez. 2004. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Primeira alteração do Estatuto do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos**. Palmas-PR, 2004.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**. 29 abr. 2006. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**. 17 abr. 2007. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**. 06 abr. 2009. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata Assembleia Geral Extraordinária**. Deliberar sobre a desapropriação/venda do *campus* II do UNICS ao Estado do Paraná. 18 dez. 2009. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Plano de desenvolvimento – UNICS (2009-2019)**. Mimeo. 2009a.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Proposta para reformulação das atividades do corpo funcional do UNICS e CPEA**. Mimeo, 2009b.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Dados sobre o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS**. Mimeo. s/d.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Ata 02/2010**. Documento de extinção das atividades do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS – CNPJ: 79.541.587/0008-72. 17 mai. 2010. Palmas/PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Termo de Doação**. Palmas-PR, 2011.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Fotos**: Arquivo digital. Palmas-PR, 2014.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos. **Acervo Fotográfico nº 21 e nº 32**. Palmas-PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos; IFPR - Instituto Federal do Paraná. **Ata - Discussão dos termos de aquisição do acervo bibliográfico e histórico da biblioteca do IFPR-Câmpus Palmas, entre o IFPR e o CPEA**. 07 dez. 2011. Palmas-PR.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos; UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Proposta de implantação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS como Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS**. Mimeo. 2009a.

CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos; UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Proposta de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Unidade Sudoeste/Sul do Paraná – na atual estrutura do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS**. Mimeo. 2009b.

FACULDADES INTEGRADAS DE PALMAS. **Livro de Atas das Assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias do C.P.E.A. (1967-1970)**. Palmas-PR. pp. 03-04.

FACULDADES INTEGRADAS DE PALMAS. **Livro de Atas das Assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias do C.P.E.A. (1967-1970)**. Palmas-PR. p. 10.

GOOGLE EARTH. **Imagens do Município de Palmas e IFPR/Câmpus Palmas**. 14 ago. 2013.

IFPR - Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2009-2013**. Curitiba: 2009.

IFPR - Instituto Federal do Paraná. **Comissão Própria de Avaliação: Relatório de auto-avaliação do IFPR**. Curitiba/PR: Março de 2013a.

IFPR - Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2013): revisão**. Curitiba: 2013b.

IFPR - Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº06 de 15 de maio de 2013**. Aprova a Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2009-2013).

MEC - Ministério da Educação (Secretaria de Educação Superior). **Portaria nº 728/2010** de 14 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 112 de 15 de junho de 2010.

MEC - Ministério da Educação (Secretaria de Educação Superior). **Portaria nº 330/2013** de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 78 de 24 de abril de 2013.

PARANÁ. **Decreto nº 5966**, de 22 de dezembro de 2009a. Curitiba-PR.

PARANÁ. **Escola de Governo**, de 15 de setembro de 2009b. In: DVD 01 e 02.

PARANÁ. **Decreto nº 6493**, de 17 de março de 2010. Curitiba-PR.

PARANÁ. **Diário Oficial do Paraná nº 8171**, de 03 de março de 2010, 4ª feira, p. 03.

PARANÁ. **Diário Oficial do Paraná nº 8181**, de 17 de março de 2010, 4ª feira, p. 03.

PARANÁ. **Termo de Cooperação entre a SETI (Estado do Paraná) e o IFPR**. Curitiba. 17 de março de 2010.

PARANÁ. **Lei nº 16.810**, de 12 de maio de 2011. Autoriza doação de imóvel para o Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas.

PARANÁ. **Diário Oficial do Paraná nº 8465**, de 13 de maio de 2011, 6ª feira, p. 06.

PARANÁ. **Secretaria da Administração e da Previdência – Escola de Governo**. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=379>>. Acesso: 14 fev. 2014.

PERUZZO, José Antônio; SARTORI, Dom Agostinho José. **Ofício enviado ao Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva**. 12 dez. 2005. Palmas-PR.

PERUZZO, José Antônio; UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Núncio Apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldissieri**. 02 jul. 2009. Palmas-PR.

PESSUTI, Orlando. **Ofício (OF CEE/G 032/09) do Governador do Estado do Paraná em exercício ao Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad**. 07 abr. 2009. Curitiba-PR.

PROGEPE - Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (IFPR - Instituto Federal do Paraná). **Memorando nº 21/2010 enviado ao Gabinete do Reitor**. 19 mar. 2010. Curitiba-PR.

PROGEPE - Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (IFPR - Instituto Federal do Paraná). **Edital nº 003/2010** – A Pró-Reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal do Paraná, no uso de suas atribuições legais e estatutárias torna público a abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas, mediante transferência, no *campus* Avançado de Palmas-PR.

PROGEPE - Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (IFPR - Instituto Federal do Paraná). **Edital nº 006/2010** – Concurso Público para provimento de cargos de professor da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe “D I”, Nível 1, sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 6.944/2008, Lei nº 11.784/2008 e Resolução nº 003/2009-Conselho Superior/IFPR.

PROGEPE - Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (IFPR - Instituto Federal do Paraná). **Edital nº 008/2010** - Concurso Público para provimento de cargos de professor da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe “D I”, Nível 1, sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 6.944/2008, Lei nº 11.784/2008 e Resolução nº 003/2009-Conselho Superior/IFPR.

PROGEPE - Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (IFPR - Instituto Federal do Paraná). **Edital nº 013/2010** - Concurso Público para provimento de cargos de professor da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe “D I”, Nível 1, sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 6.944/2008, Lei nº 11.784/2008 e Resolução nº 003/2009-Conselho Superior/IFPR.

PROGEPE - Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (IFPR - Instituto Federal do Paraná). **Edital nº 033/2010** - Concurso Público para provimento de cargos de professor da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe “D I”, Nível 1, sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 6.944/2008, Lei nº 11.784/2008 e Resolução nº 003/2009-Conselho Superior/IFPR.

PROGEPE - Pró-reitoria de Ensino Pesquisa e Pós-graduação (IFPR - Instituto Federal do Paraná). **Edital nº 1/2010** - Concurso Público para provimento de cargos da carreira de Técnico-Administrativo de acordo com a Lei nº - 11.091/2005, sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais, nas vagas conforme quadro do item 2, nos termos do presente Edital, de acordo com a Lei nº 8.112/90 e processo 63.000316/2010/47.

REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PALMAS. **Matrícula nº 6.864**. 11 de junho de 1991. Palmas/PR.

SARTORI, Agostinho José. **Ofício enviado ao Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva**. 23 abr. 2009. Palmas-PR.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO PARANÁ. **Ofício para Deputada Luciana Guzella Rafagnin. OF CEE/DG SEEG 242/13**. Protocolo nº 11.967.390-9. Ref.: Pedido de informações para conclusão de curso de Pós-Graduação em Educação (Doutorado) pelo Senhor Leandro Turmena, Professor do IFPR. Palácio Iguazu – Curitiba-PR, 29 mai. 2013.

SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. (Comissão de Avaliação de Conteúdos do UNICS). **Relatório de Avaliação**. Curitiba: 2009

SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. **Fundo Paraná**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>>. Acesso: 20 dez. 2014

SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. **Fundo Paraná – Manual do Usuário da UGF**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>. Acesso: 03 mar. 2015.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Mapa dos alunos matriculado no UNICS:** Período de 01/2004 a 01/2009. Palmas-PR, 2009. DVD.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva.** 26 fev. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Federal Marcelo Almeida.** 26 fev. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Federal Assis do Couto.** 13 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Senador da república Flávio Arns.** 17 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado à Deputada Estadual Luciana Rafagnin.** 19 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Federal Ângelo Vanhoni.** 19 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Federal André Vargas.** 23 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Coordenador da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, Dilvo Ristoff.** 23 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Federal Cezar Silvestri.** 27 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Presidente da OAB Paraná Alberto de Paula Machado.** 27 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Federal Airton Roveda.** 31 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Federal André Zacharow.** 31 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Estadual Antonio Anibelli.** 31 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Deputado Estadual Nereu Moura.** 31 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Prefeito Municipal de Abelardo Luz/SC Dilmar Antônio Fontinelli.** 31 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Prefeito Municipal de Mangueirinha/PR Albarí Fonseca dos Santos.** 31 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado à Secretaria de Estado de Educação Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde.** 31 mar. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão Paulo Bernardo.** 02 abr. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado aos Presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores do Município de Palmas e região.** 02 abr. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Reitor da Universidade Federal do Paraná – UFPR Zak Akel Sobrinho.** 02 abr. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Ofício enviado ao Ministro da educação Dr. Fernando Haddad.** 24 abr. 2009. Palmas-PR.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. **Cerimonial do Evento de Encerramento das Atividades do UNICS.** Palmas-PR. 30 de janeiro de 2010.

Demais sítios consultados:

AASPAR - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <<http://www.amsop.com.br>>. Acesso: 09 mar. 2014.

GOOGLE MAPAS. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso: 29 jun. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411760>>. Acesso: 27 jun. 2013.

IFPR - Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/>>. Acesso: 28 ago. 2013.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/>>. Acesso: 19 abr. 2010.

KROTON. Disponível em <http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28>. Acesso: 13 ago. 2015.

MEC - Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mapa261208.pdf>>. Acesso: 02 abr. 2012.

MEC - Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/img//261208ifets.jpg>>. Acesso: 02 abr. 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso: 25 jun. 2013.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>>. Acesso: 31 jul. 2013.

REQUIÃO, Roberto. Disponível em: <<http://www.robertorequiiao.com.br/requiiao-lamenta-morte-de-dom-agostinho-bispo-emerito-de-palmasfrancisco-beltrao/>>. Acesso: 12 fev. 2014.

TESSE IMAGEM DIGITAL. Disponível em: <<http://www.tesse.com.br/>>. Acesso: 20 fev. 2014.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <<http://www.unics.edu.br/>>. Acesso: 02 abr. 2012.

UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <<http://www.unics.edu.br/>>. Acesso: 25 fev. 2015.

WIKIPÉDIA – ENCICLOPÉDIA LIVRE. Disponível em:
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Palmas_\(Paran%C3%A1\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Palmas_(Paran%C3%A1))>. Acesso: 29 jun. 2013.

YOU TUBE. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=eRubor54iNY>>.
Acesso: 14 fev. 2014.

Imprensa:

FOCHZATO, Ivan Cezar. Produção agropecuária de Palmas cresce 30% em cinco anos. **Portal RBJ**, Palmas/PR, 08 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.portalrbj.com.br/noticia.php?id=11111>>. Acesso: 29 jul. 2013.

GUILHERME, Paulo; GLENIA, Fabiola. Faturamento de faculdades privadas cresce 30% em 2 anos, estima estudo. **Globo.com**, São Paulo, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html>>. Acesso: 15 abr.. 2015.

IMPACTO ON-LINE. Bispo de Palmas declara apoio a Requião. **Jornal Impacto on-line**. Disponível em: <<http://www.impactoonline.com.br/not%C3%ADcias-de-impacto/bispo-de-palmas-declara-apoio-a-requiao.html>>. Acesso: 12 fev. 2014.

NONE. Ministro garante mais oito ifets ao Paraná. **Tribuna de Cianorte**, Cianorte/PR, 19 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.tribunadecianorte.com.br/cidades/ministro-garante-mais-oito-ifets-ao-parana-3618/>>. Acesso: 12 jul. 2013.

PARANÀ (Estado). Agência de notícias. **Bispos aprovam condução social do governo –ok-ok**. Disponível em: <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=15718&evento=3036>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

RAFAGNIN, Luciana. **Reportagem com Deputada Luciana Rafagnin (PT)**. Curitiba-PR, 06 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/imprensa/noticias/noticia/5047/deputada-luciana-rafagnin-pt/>>. Acesso: 20 out. 2012.

SOUSA, Dayanne. Fusão que cria maior grupo de educação do Brasil é aprovada. **Estadão**, São Paulo, 03 jul. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,fusao-que-cria-maior-grupo-de-educacao-do-brasil-e-aprovada,1522995>>. Acesso: 18 ago. 2015.

TOLEDO, José Roberto de; SALDAÑA, Paulo; BURGARELLI, Rodrigo - O Estado de S. Paulo. Gasto com Fies cresce 13 vezes e chega a R\$ 13,4 bi, mas ritmo de matrículas cai. **O Estado de S.Paulo**. 15 fev. 2015. Extraído de <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-com-fies-cresce-13-vezes-e-chega-a-r-13-4-bi-mas-ritmo-de-matriculas-cai-imp-,1634714>>, Acesso em 22 fev 2015.

TOLEDO, José Roberto de; SALDAÑA, Paulo; BURGARELLI, Rodrigo. Receita de universidade privada cresce, peso do gasto com professor cai. **Estadão**, 28 jul. 2015. Disponível em <<http://m.educacao.estadao.com.br/noticias/geral,receita-de-universidade-privada-cresce-peso-do-gasto-com-professor-diminui,1733054>> Acesso em 18 ago. 2015.

ZIMERMANN, Guilherme. Palmas tem um dos piores desempenhos da região, na geração de emprego. **Portal RBJ**, Palmas/PR, 26 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.portalrbj.com.br/noticia.php?id=11626>>. Acesso: 09 mar. 2014.

Entrevistas:

ARNS, Flávio Arns. Entrevista concedida a Radio Club AM de Palmas. Palmas-PR. 17/03/2010.

DIEL, Paulo Fernando. Entrevista concedida a Leandro Turmena. Dois Vizinhos-PR. em 29/04/2015.

FONSECA, Renata Vascolcellos Basso. Entrevista concedida a Leandro Turmena. Palmas-PR. 01/04/2015.

HADDAD, Fernando. Entrevista concedida a Radio Club AM de Palmas. Palmas-PR. 17/03/2010.

LIMA, Madalena Margarida Mergen Entrevista concedida a Leandro Turmena. Palmas-PR. 06/04/2015.

MACHADO, Zita Castro. Entrevista concedida a Radio Club AM de Palmas. Palmas-PR. 17/03/2010.

MOURA, Nereu. Entrevista concedida a Radio Club AM de Palmas. 17 mar. Palmas-PR. 17/03/2010.

PERUZZO, José Antônio. Entrevista concedida a Radio Club AM de Palmas. Palmas-PR. 17/03/2010.

PITON, Ivânia Marini. Entrevista concedida a Leandro Turmena. Palmas-PR. 07/04/2015.

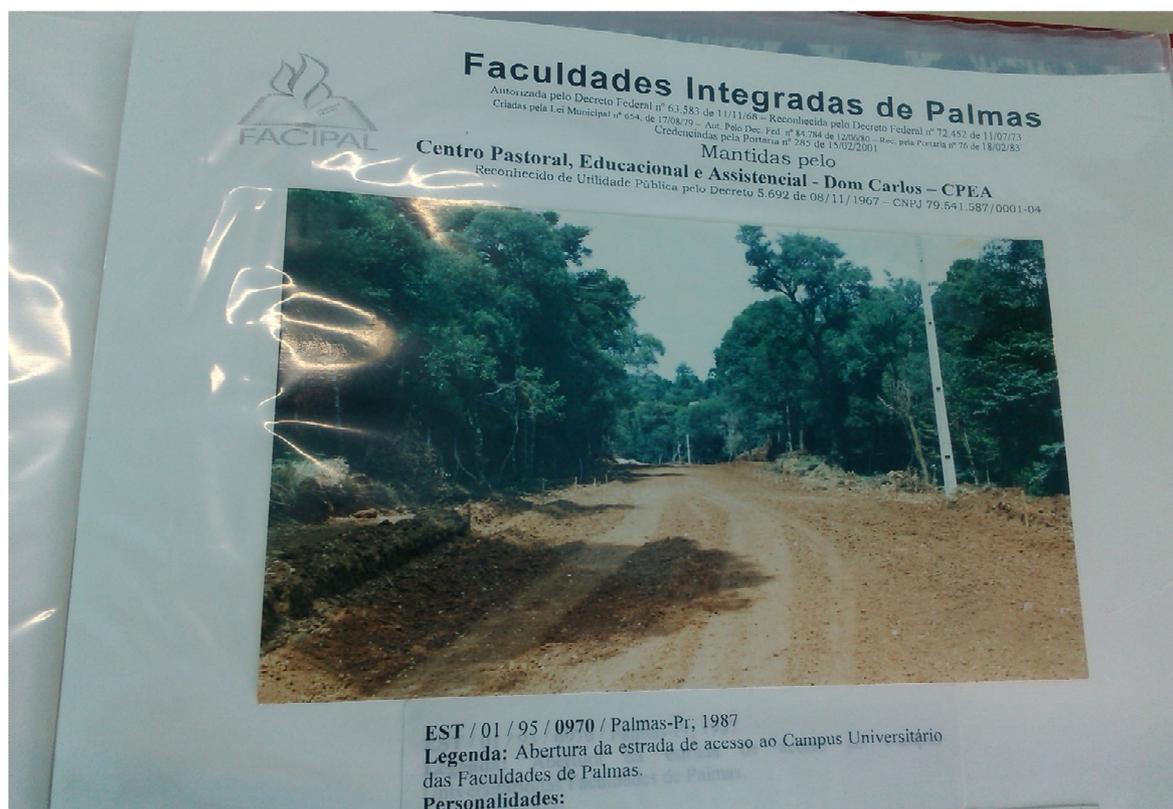
REQUIÃO, Roberto. Entrevista concedida a Radio Club AM de Palmas. Palmas-PR. 17/03/2010.

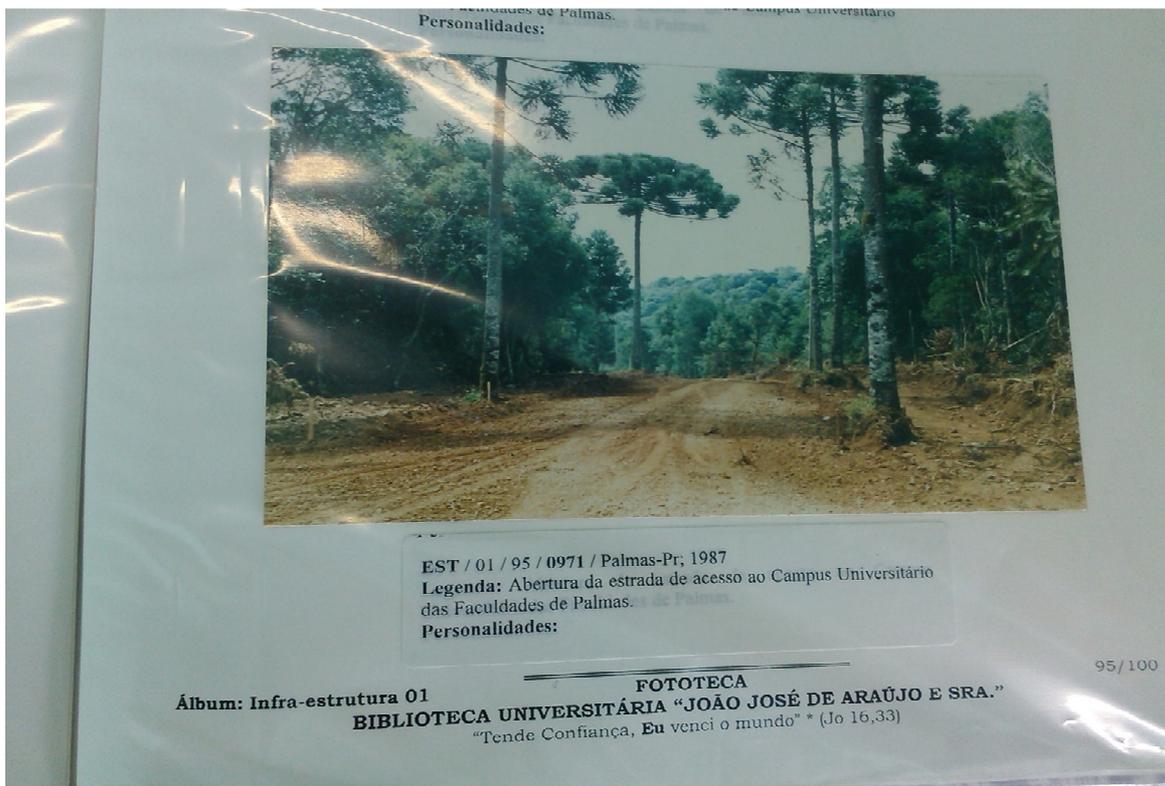
REQUIÃO, Roberto. Entrevista concedida a Leandro Turmena. Palmas-PR. 08/08/2013.

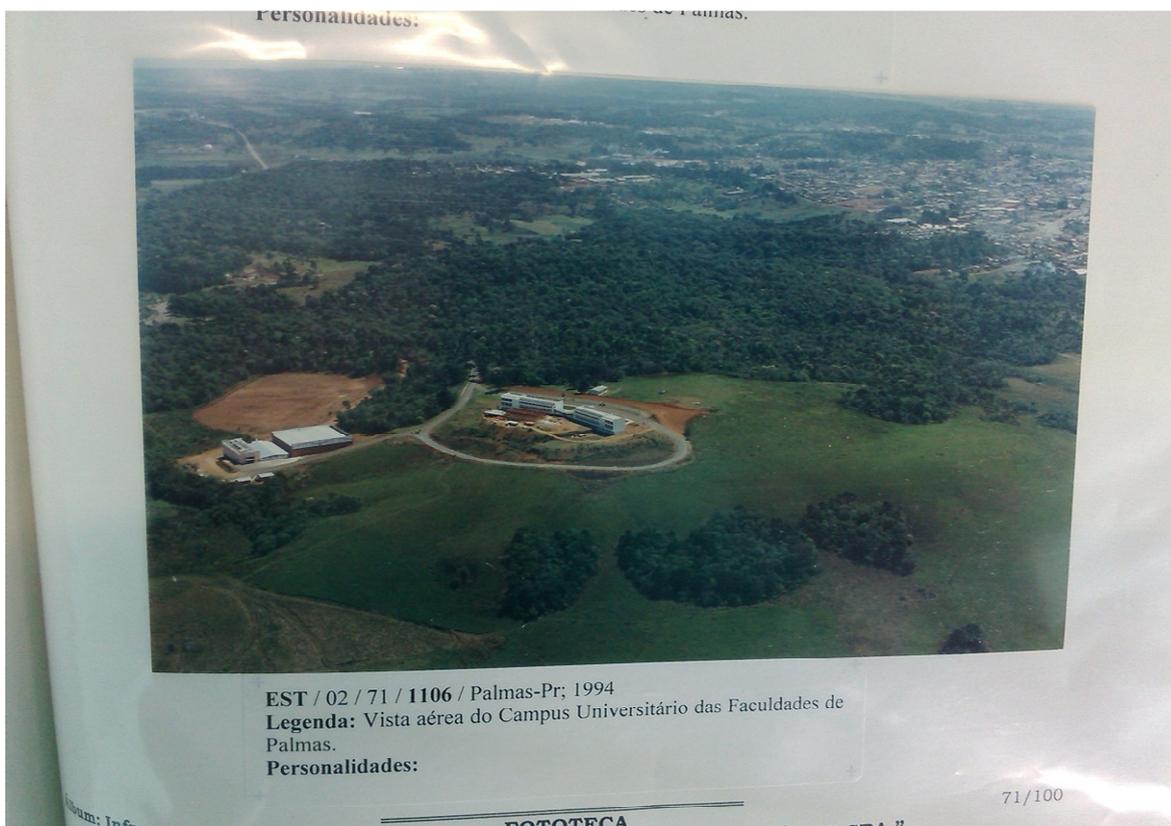
VANHONI, Ângelo. Entrevista concedida a Radio Club AM de Palmas. Palmas-PR. 17/03/2010.

ANEXOS

ANEXO I: Maquete do *campus* Universitário, abertura da estrada de acesso, início das obras e, estrutura do *campus* nos anos de 1990.







Fonte: Acervo Fotográfico do CPEA nº 21 e nº 32.

ANEXO II: Visitas do Bispo Diocesano e membros do CPEA e UNICS aos políticos.



Dom José Antônio Peruzzo (Bispo da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão), Paulo Bernardo (Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão), Ivânia Marini Piton (Reitora do UNICS) e Renata Vascolcelos Basso Fonseca (Vice-Presidente do CPEA).



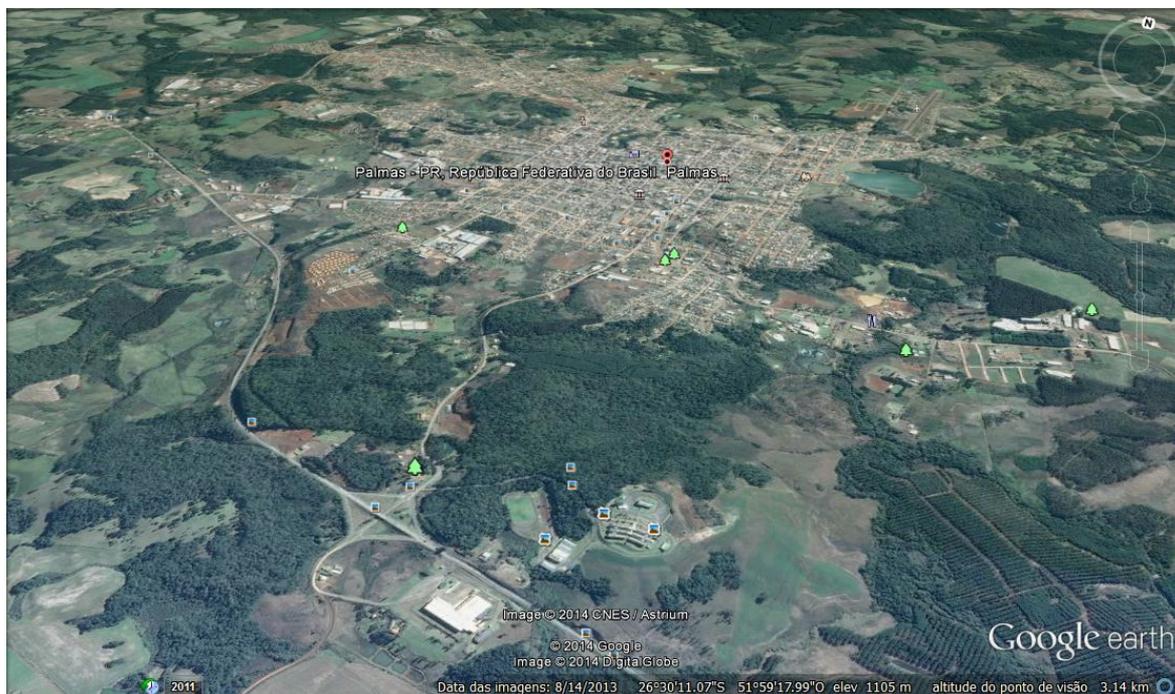
Entrega do documento "Proposta de implantação do UNICS aos Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)".



Renata (CPEA), Senador Flávio Arns e Ivânia (UNICS).

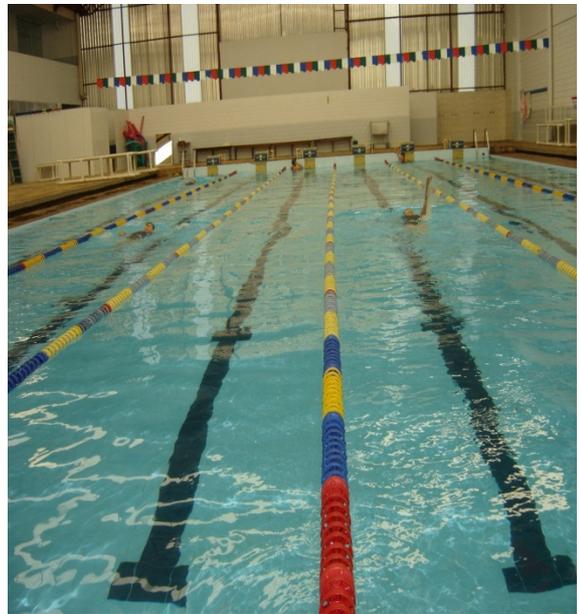
Fonte: Arquivo digital do CPEA (2014).

ANEXO III: Estrutura física das Faculdades de Palmas, hoje, IFPR - *campus* Palmas.



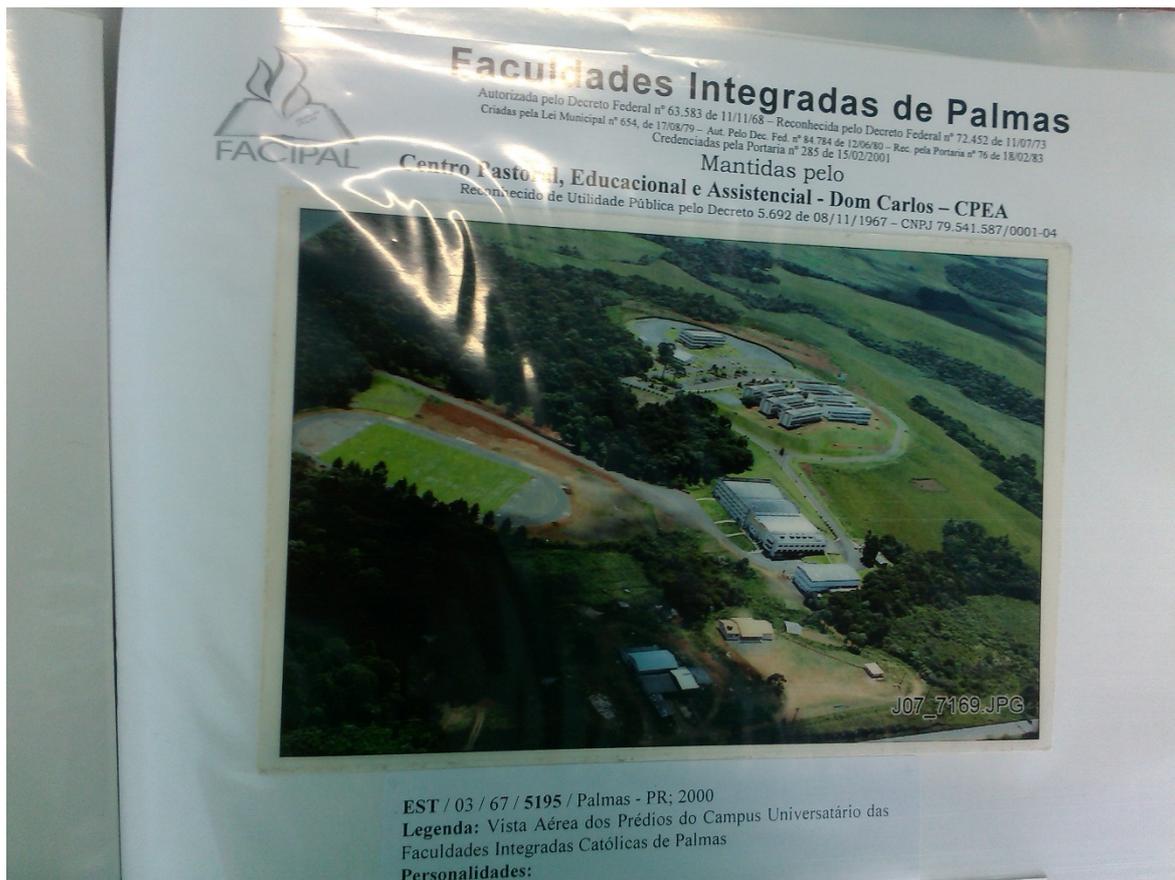
Fonte: Google Earth (2013).







Fonte: Arquivo digital do CPEA (2014).



Integradas de Palmas.
Personalidades:



EST / 03 / 62 / 4950 / Palmas - PR; 2000

Legenda: Vista externa Campo de futebol e dos blocos do Complexo Esportivo do Curso de Educação Física, Campus Universitário das Faculdades Integradas de Palmas.

Personalidades:

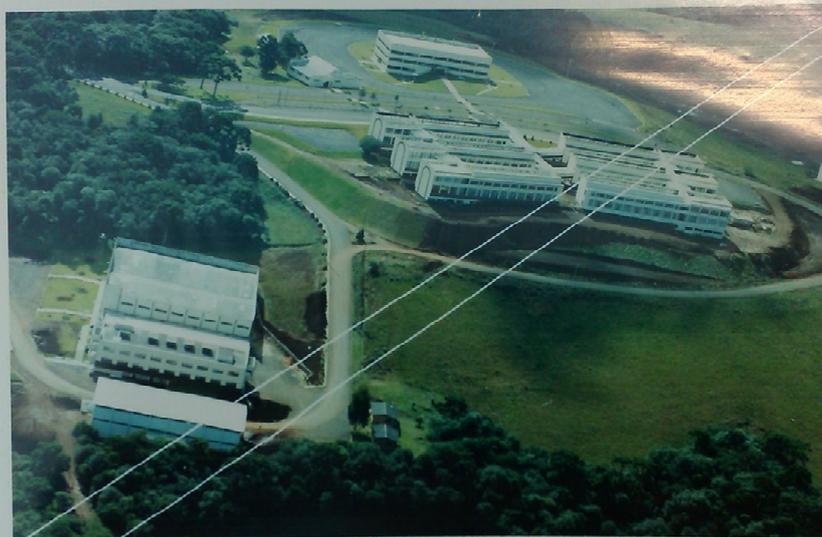
Álbum: Infra-estrutura 03

FOTOTECA

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA "JOÃO JOSÉ DE ARAÚJO E SRA." (16,33)

62/100

Personalidades:



EST / 03 / 47 / 1251 / Palmas-Pr; 2001

Legenda: Vista aérea do Campus Universitário das Faculdades de Palmas.

Personalidades:

Álbum: Infra-estrutura 03

FOTOTECA

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA "JOÃO JOSÉ DE ARAÚJO E SRA." (16,33)

"Tende Confiança, Eu venci o mundo" * (Jo 16,33)

47/100



J07_7166.JPG

EST / 03 / 67 / 5196 / Palmas-Pr; 2002
Legenda: Vista Aérea dos Prédios do Campus Universário das
 Faculdades Integradas Católica de Palmas
Personalidades:

67/100

Album: Infra-estrutura 03

FOTOTECA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA "JOÃO JOSÉ DE ARAÚJO E SRA."
 "Tende Confiança, Eu venci o mundo" * (Jo 16,33)



Faculdades Integradas de Palmas

Autorizada pelo Decreto Federal nº 61.983 de 11/11/68 - Reconhecida pelo Decreto Federal nº 72.452 de 11/07/73
 Criadas pela Lei Municipal nº 654, de 17/08/79 - Aut. Pelo Dec. Fed. nº 84.784 de 12/06/90 - Rec. pela Portaria nº 76 de 18/02/83
 Credenciadas pela Portaria nº 285 de 15/02/2001

Mantidas pelo

Centro Pastoral, Educacional e Assistencial - Dom Carlos - CPEA

Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto 5.692 de 08/11/1967 - CNPJ 79.541.587/0001-04



J07_7167.JPG

EST / 03 / 68 / 5197 / Palmas-Pr; 2002
Legenda: Vista aérea dos Prédios do Campus Universário das
 Faculdades Integradas Católica de Palmas
Personalidades:

EST / 03 / 71 / 5203 - Palmas-Pr, 2003
 Legenda: Vista Aérea dos Prédios do Campus Universitário das Faculdades Integradas Católica de Palmas
 Personalidades:



FACIPAL
 Centro Pastoral, Educacional e Assistencial - Dom Carlos - CPEA
 Mantidas pelo
 Centro Pastoral, Educacional e Assistencial - Dom Carlos - CPEA
 Reconhecido de Unidade Politécnica pelo Decreto S.092 de 09/11/1987 - CNPJ 79.541.587/0001-04

Reconhecida pelo Decreto Federal nº 6.385 de 17/11/08 - Reconhecida pelo Decreto Federal nº 7.423 de 11/07/73
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 10.518 de 02/07/04 - Reconhecida pelo Decreto Federal nº 7.423 de 11/07/73
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 24.362 de 12/06/06 - Reconhecida pelo Decreto Federal nº 7.423 de 11/07/73
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001

Album: Infra-estrutura 03
 +
 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA "JOÃO JOSÉ DE ARAÚJO E SRA."
 "Tende Confiança, Eu venço o mundo" (60.16.33)
 +
 FOTOTECA
 "Tende Confiança, Eu venço o mundo" (60.16.33)
 71/100

EST / 03 / 79 / 5211 / Palmas-Pr, 2002
 Legenda: Vista Aérea do Campus Universitário das Faculdades Integradas Católica de Palmas
 Personalidades:



FACIPAL
 Centro Pastoral, Educacional e Assistencial - Dom Carlos - CPEA
 Mantidas pelo
 Centro Pastoral, Educacional e Assistencial - Dom Carlos - CPEA
 Reconhecido de Unidade Politécnica pelo Decreto S.092 de 09/11/1987 - CNPJ 79.541.587/0001-04

Reconhecida pelo Decreto Federal nº 6.385 de 17/11/08 - Reconhecida pelo Decreto Federal nº 7.423 de 11/07/73
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 10.518 de 02/07/04 - Reconhecida pelo Decreto Federal nº 7.423 de 11/07/73
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 24.362 de 12/06/06 - Reconhecida pelo Decreto Federal nº 7.423 de 11/07/73
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001
 Reconhecida pelo Decreto Federal nº 25.5 de 15/07/2001

Album: Infra-estrutura 03
 +
 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA "JOÃO JOSÉ DE ARAÚJO E SRA."
 "Tende Confiança, Eu venço o mundo" (60.16.33)
 +
 FOTOTECA
 "Tende Confiança, Eu venço o mundo" (60.16.33)
 79/100



Faculdades Integradas de Palmas

Autorizada pelo Decreto Federal nº 63.583 de 11/11/68 – Reconhecida pelo Decreto Federal nº 72.152 de 11/07/73
Criadas pela Lei Municipal nº 654, de 17/08/79 – Aut. Pelo Dec. Fed. nº 21.764 de 12/06/80 – Credenciadas pela Portaria nº 76 de 18/02/83
Credenciadas pela Portaria nº 285 de 15/02/86

Mantidas pelo
Centro Pastoral, Educacional e Assistencial - Dom Carlos – CPEA
Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto 5.692 de 08/11/1967 – CNPJ 79.541.587/0001-04



EST / 03 / 62 / 4949 / Palmas-Pr; 2002
Legenda: Vista externa dos blocos do Complexo Esportivo do Curso de Educação Física, Campus Universitário das Faculdades Integradas de Palmas.

Fonte: Acervo Fotográfico do CPEA nº 32.

ANEXO IV: Integrantes do CPEA e UNICS visitam parlamentares em Brasília-DF.



Deputado Federal Rodrigo Rocha Loures, Ivânia Marini Piton (Reitora do UNICS), Renata Vascolcelos Basso Fonseca (Vice-Presidente do CPEA), Senador Flávio Arns e Deputado Federal Ângelo Vanhoni.

Fonte: Arquivo digital do CPEA (2014).

ANEXO V: Integrantes do UNICS e CPEA em encontro referente à criação dos *campi* da UFFS



Renata Vascolcelos Basso Fonseca (Vice-Presidente do CPEA), Ivânia Marini Piton (Reitora do UNICS), Dilvo Ristoff (Reitor de implantação da UFFS), Eduardo Gaievski (Prefeito de Realeza) e Paulo Diel (CPEA).

Fonte: Arquivo digital do CPEA (2014).

ANEXO VI: Encontro entre o Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão e o Núncio Apostólico do Brasil.



Dom José Antônio Peruzzo (Bispo da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão), Dom Lorenzo Baldissieri (Núncio Apostólico do Brasil), Ivânia Marini Piton (Reitora do UNICS) e Renata Vascolcelos Basso Fonseca (Vice-Presidente do CPEA).

Fonte: Arquivo digital do CPEA (2014).

ANEXO VII: Bispos da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão e membros do CPEA/UNICS em visita ao governador Roberto Requião



Dom José Antônio Peruzzo (Bispo da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão), Roberto Requião (Governador do Paraná) e Dom Agostinho José Sartori (Bispo Emérito da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão).



Governador recebendo os Bispos.



Governador e os Bispos Diocesanos.



Zenith Ribas (Reitora do UNICS), Dom José, Roberto Requião e Guilherme Cremasco (Pró-Reitor Administrativo do UNICS e tesoureiro do CPEA).

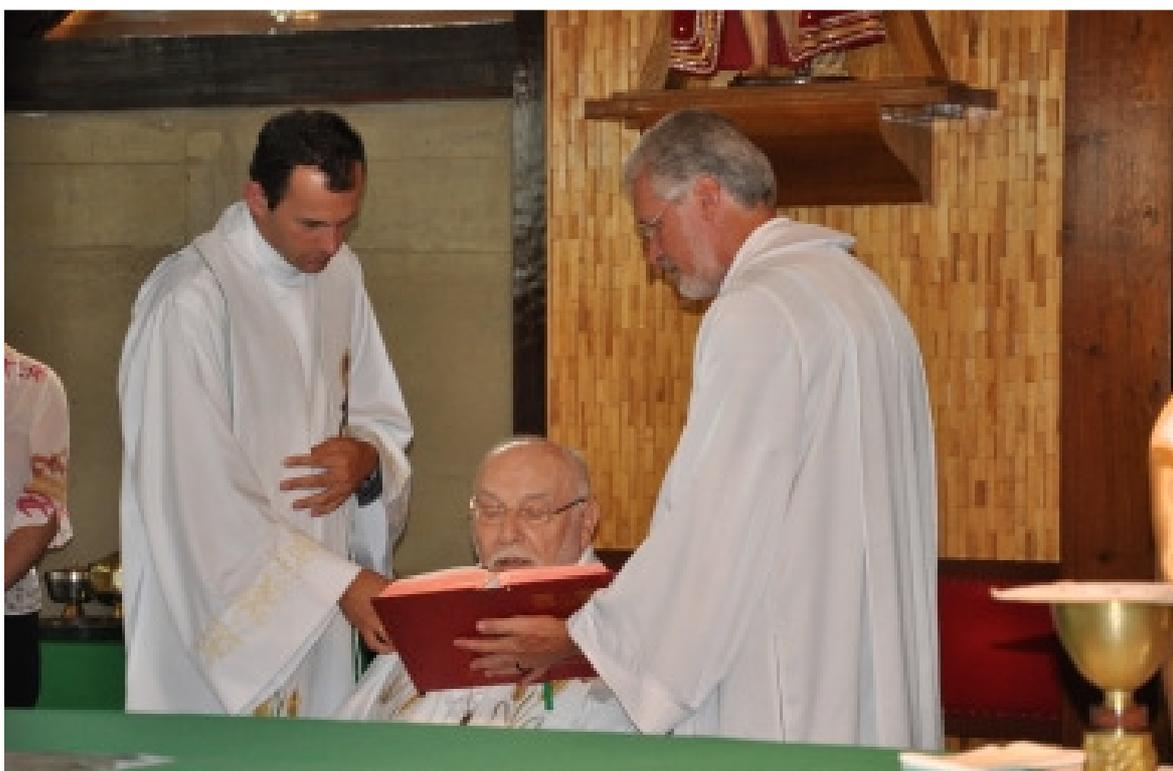
Fonte:

<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=15718&evento=3036> – Acessado em 14 de fevereiro de 2014 as 15h41min.

ANEXO VIII: Missa e confraternização de encerramento das atividades do UNICS



Bispos e Padres durante a missa.



Padres e Dom Agostinho José Sartori (Bispo Emérito da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão).



Professores e funcionários do UNICS durante a missa.



Professores do UNICS presentando Dom Agostinho.

Fonte: Arquivo digital do CPEA (2014).

ANEXO IX: Solenidade de desapropriação do UNICS e instalação do IFPR

Chegada de Roberto Requião (Governador do Paraná) ao UNICS.



Chegada de Fernando Haddad (Ministro da Educação) e Requião ao UNICS.



Dom Agostinho José Sartori (Bispo Emérito da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão).



Dom José Antônio Peruzzo (Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão).



Autoridades políticas e eclesiais presentes.



Ministro Fernando Haddad e Governador Roberto Requião.



Discurso de Roberto Requião.



Discurso de Fernando Haddad.



Bispo Dom José e Roberto Requião.



Momento da assinatura: Reitor do IFPR, Alípio Santos Leal Netto.



Ministro da Educação, Fernando Haddad.



Governador do Paraná, Roberto Requião.



Vice-Governador do Paraná, Orlando Pessuti.



Diretora do IFPR – Câmpus Palmas, Zita Castro Machado.



Deputado Federal Airton Roveda, Renata Vascolcelos Basso Fonseca (Vice-Presidente do CPEA) e Ivânia Marini Piton (Ex-Reitora do UNICS).



Renata, Deputado Federal Rodrigo Rocha Loures e Ivânia.



Renata, Deputado Federal Ângelo Vanhoni e Ivânia.



Placa com o nome do IFPR – Câmpus Palmas: Complexo Tecnológico Dom Agostinho José Sartori

Fonte: <http://www.tesse.com.br/> - Acessado em 20 de fevereiro de 2014 as 10h20min.

ANEXO X: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.

- a) Qual a relação entre o Bispo Dom Agostinho e o Governador Roberto Requião?
- b) Qual seu envolvimento no processo de federalização do UNICS?
- c) Por que tornar pública uma instituição privada?
- d) Quais os principais fatores que contribuíram para o processo de federalização? O que estava em “jogo”?
- e) Como se deu o processo de articulação, negociação entre os representantes do CPEA, o Governo Estadual e Federal?
- f) Por que IFPR em Palmas?
- g) Quais as relações que se pode fazer entre: a criação de uma instituição pública, a formação profissional e o mundo do trabalho para a região? Ou, o que acarreta uma instituição pública para a região?